

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**FELIPE VARGAS**

**“VOCÊ PRECISA ESTAR NA MATA”: ENTRE-SABERES E MODOS DE  
ENGAJAMENTO NAS PRÁTICAS DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE  
NO NORTE-AMAZÔNICO BRASILEIRO**

Porto Alegre

2017

**FELIPE VARGAS**

**“VOCÊ PRECISA ESTAR NA MATA”: ENTRE-SABERES E MODOS DE  
ENGAJAMENTO NAS PRÁTICAS DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE  
NO NORTE-AMAZÔNICO BRASILEIRO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Jalcione Pereira de Almeida  
Co-Orientador: Dr. Adriano Premebida

Porto Alegre

2017

## DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

### CIP – Catalogação na Publicação

Vargas, Felipe  
“Você precisa estar na mata”: entre-saberes e modos de enajamento nas práticas de conservação da biodiversidade no norte-amazônico brasileiro / Felipe Vargas. -- 2017.

218 f.

Orientador: Jalcione Pereira de Almeida  
Co-orientador: Adriano Premebida

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. Conservação da biodiversidade. 2. Amazônia. 3. Sociologia do conhecimento. 4. Desejo e crença. 5. Sociologia do conhecimento. I. Almeida, Jalcione Pereira de, orient. II. Premebida, Adriano, coorient. III. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

**FELIPE VARGAS**

**“VOCÊ PRECISA ESTAR NA MATA”: ENTRE-SABERES E MODOS DE  
ENGAJAMENTO NAS PRÁTICAS DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE  
NO NORTE-AMAZÔNICO BRASILEIRO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Aprovada em Porto Alegre, em primeiro de dezembro de 2017

---

Prof. Dr. Jalcione Pereira de Almeida - orientador  
PPGS/UFRGS

---

Dr. Adriano Premebida - co-orientador  
PPGS/UFRGS

---

Prof. Dr. Renzo Romano Taddei  
PPGCS/UNIFESP

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Fabíola Rohden  
PPGAS/UFRGS

---

Prof. Dr. José Carlos Gomes dos Anjos  
PPGS/UFRGS

*Ao fortuito.*

## AGRADECIMENTOS

A gratidão não é um sentimento tão evidente. Por tal motivo, é igualmente delicado convertê-lo em palavras escritas. Para além de uma cordialidade, certo é que, muitas vezes, ele vem com o acolhimento, na relação com o outro, por meio de um gesto, um olhar, um suspiro, lágrimas que escorrem, angústias que se partilham, sofrimentos que se comunicam, alegrias que se cruzam, medos que se traspassam, brisas que sopram por aí. Analogamente, é difícil responder a quem cabe à autoria de um trabalho de tese. Ela passa por estes olhares, pelos abraços, ventos, desejos, dizeres e recai nas mãos de um escritor em face a um amontoado de folhas e um teclado de sinais. A escrita, portanto, não é senão um esboço onde se concentra este longo processo atravessado por encontros, histórias, dúvidas e aprendizados.

A possibilidade desta escrita, entrego à cumplicidade e ao acolhimento de todos os gestos que marcaram estes momentos de gratidão:

À Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior pelo financiamento deste período doutoral, com quatro anos de bolsa, incluindo-se nestes, um ano de aprofundamento acadêmico pelo Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior.

Descendo ao sul, ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pelo apoio técnico, pela infraestrutura e pelo estimulante ambiente intelectual de professores, funcionários e colegas que ali encontrei.

Ao Professor Jalcione Almeida, exemplo de docente engajado para além das paredes de uma sala de aula, pelos seus afáveis conselhos, suas sempre instigantes questões, sua presença estimulante, repleta de ensinamentos os quais, durante sete anos de convivência em debates e churrascos (para carnívoros e vegetarianos), me deixaram com as marcas de um comprometimento acadêmico sério, bem humorado e ético.

Ao meu co-orientador, Adriano Premebida, pela sua enorme dedicação ao acompanhar minhas discussões e sua grande perspicácia em escrutiná-las, seu desafiador convite para que eu me aventurasse na outra ponta do país, suas amorosidade e parceria nos meus momentos de desespero em meio à cidade de Manaus; por toda sua sorridente amizade para além das margens deste trabalho.

Ao Grupo de Pesquisa Tecnologia, Ambiente e Sociedade, coletivo de colegas, amigas e amigos que não só me alimentaram com chás e bolinhos em nossas reuniões mensais, como também nutriram um ambiente enriquecedor de profusão de ideias, além de despertarem, em mim, a busca por novos horizontes. Márcio Neske, Patrícia Binkowski,

Adriana Peñafel, Yara Cerpa, Camila Prates, Ana Cláudia Meira, Gitana Nebel, Anselmo Chizenga, Ângela Camana, Eduardo Dutra, Marize Schons, Gabriel Coelho, Elenice Coutinho, Luciana Brandão, Claudia Salazar, obrigado pelo convívio.

À Professora e amiga querida, Lorena Fleury, pela força feminina contagiante de sua trajetória.

Ao Rodrigo Dornelles, por todo seu apoio, ao longo dos últimos anos, na academia e na vida. Companheiro de pesquisa desde o mestrado, suas preciosas lições etnográficas, mesmo à distância, me deram impulso nos momentos mais angustiantes de meu campo. Sua serenidade foi, sempre, inspiradora.

Ao Grupo de Pesquisa Ciências na Vida, com o qual traspassei fronteiras e estendi minhas possibilidades de pensar a prática científica.

Ao Grupo de Pesquisa E-Politics do Instituto de Psicologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e o acolhimento afetuoso de todos seus integrantes. Em especial, à Professora Neuza Guaresci, pelos seus jantares deliciosos e sua dedicação à pesquisa e à vida que muito me tocaram nestes anos, registro um abraço carinhoso.

Ao Carlos Baum, agradeço ao nosso profícuo encontro em Porto Alegre e em Bruxelas, cidade, esta, onde nossa porosidade conceitual era irrigada por boas cervejas e chocolates.

Do outro lado do Atlântico, ao *Groupe d'Études Constructivistes* do *Centre de Philosophie* da *Université Libre de Bruxelles*, sem o qual minha aventura conceitual não seria senão a coleção de fragmentos opacos desapaixoados. Ali, fui vivamente recebido. Encontrei um ambiente extremamente fértil de discussões e problemáticas elevadas à mais alta potência. As leituras semanais, minuciosamente escrutinadas, me apresentaram horizontes inesperados na busca insaciável pela autonomia, crítica e criatividade do pensamento. Teci boas amizades regadas aos aromas e sabores no *Pickwick*. Um abraço *chaleureu* a todas e todos, em especial, Alexis Zimmer, Benedikte Zitouni, Nicolas Pringot, Benoît Timmermans, Aline Wiame, Katrin Solhdju, Renauld Selim e Timour Selim.

À Isabelle Stengers, pelo seus apontamentos precisos e minuciosos por ocasião de minhas apresentações no GECO.

Ao Professor Didier Debaise por sua atenciosa e cuidadosa orientação no decorrer de minha mobilidade doutoral. Sua acolhida e recepção, desde meus primeiros dias em Bruxelas, sob os ruídos de meu péssimo francês, se converteram em sugestões acuradas para com meus primeiros gestos e ensaios com o texto. Estes, mais do que pontuais, fizeram intrusão em minha escrita.

Às amigadas iluminadas que construí na capital europeia: Alina Trif, Ananda Kohlbrenner e Déborah Brosteaux; Fanny Vrydagh, Thibaut de Preter e Leonor Laloy.

Em retorno aos rincões latinos, à inspiradora força e à vivacidade crítica de Silvia Rivera Cusicanqui, socióloga aymara com a qual tive a honra e o prazer de discutir este trabalho de tese, caminhar e fazer Yoga. Este foi, com efeito, um dos mais belos e alegres encontros que marcaram meu percurso. A ela, registro *cariños* e *saludos* desde o sul.

Na região mais ao norte, ao Programa de Pesquisa em Biodiversidade do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, toda sua equipe, pela disposição e apoio incondicional à execução de minha pesquisa de campo.

Ao Professor William Magnusson pelo interesse e pelo convite para “estar na mata” e provar outro modo de fazer sociologia.

À Professora Carolina Castilho, ao Professor Reinaldo Imbrozio e ao Ricardo Perdiz; aos técnicos do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Bruno Souza, Benjamin da Luz, Luciana Pacca e Beatriz Lisboa, pela paciência e disposição para com a intromissão deste sociólogo em suas pesquisas e atividades. Sem o apoio destes, eu não poderia caminhar.

Ao Pablo Albernaz, amigo querido que, do outro lado do país, suportou comigo as dores da distância.

A todas e todos habitantes do Condomínio Beira-Rio, em Boa Vista, Luciano, Pati e Chloe. Ao Edu, por ter me recebido em sua casa e pelas pencas e pencas de coco verde quando a febre tomava conta de meu corpo.

A todos aqueles que, a campo, direta ou indiretamente, participaram desta empreitada. Edson e sua família que confiaram a mim os ensinamentos sobre a alegria da vida ribeirinha. Mará, Silas, Chicão, Tom, Gui, Mar, Lobisomem, dentre outros moradores da Petrolina e de Caracaraí que me receberam de braços abertos. Agradeço ao enorme carinho que se fazia presente desde a colheita dos cachos de bacaba, à partilha de mangas de kilo, aos roncões e mentiras que compuseram minha passagem nestes arredores.

Ao Max e ao Caçula, pelo companheirismo e pelos ensinamentos que transbordam este exercício de tese. Aprendi outro tempo do viver.

À Comunidade do Boqueirão com a qual tive a satisfação de conviver e fazer sociologia. Seu Cosmo, Dona Ângela, Zuleide, Nara, Guerreiro, Hilário, Cachorro, Guariba, dentre muitos outros, sou grato, de coração, pela hospitalidade e pela inteligência por meio da qual eles me colocaram diante da força da terra.

Ao Ricardinho e sua família, pela intensidade dos silêncios que desfrutei em meio ao lavrado do norte de Roraima.



Sou grato a todos estes por fazerem da distância, aconchego.

De volta ao sul, à Bi, amiga que guardo no coração, pelo seu abraço e seus temperos maravilhosos.

À Pam e à Marília, companheiras de alma, interlocutoras constantes, pelos sorrisos, lágrimas, alegrias e tristezas partilhados com mates, doces, salgados e cores na zona sul de Porto Alegre. Minha gratidão pela potência alegre e amorosa destes encontros.

Ao Allan, “meu irmão”, pelas conversas em ciência, política ou espiritualidade que atravessam minha existência. Sua amorosidade, bravura e amizade incondicional são traços pelos quais, onde quer que estejamos, estaremos a um abraço de distância.

Ao Alemão, irmão de outras vidas e que, nesta, me inspira discernimento. Nossas longas digressões filosóficas, espirituais e místicas não guardam outra definição senão a do verdadeiro sentido daquilo que se chama amizade.

Ao Jñanadev, não tenho palavras suficientes. Irmão espiritual, sempre presente em todas as alegrias e tristezas da vida. Interlocutor empolgado que emprestou, parágrafo por parágrafo, seus ouvidos atentos aos meus medos, assombros, *insights* e bloqueios que me perturbaram e me impulsionaram ao longo de toda a escrita. Minha maior e mais sincera “gratidom”.

À Carol, por todo amor e companheirismo, ao longo de quatro anos.

Ao meu irmão, Pedro, pela sua perseverança e força que me ensinam a bem viver.

Aos meus pais Marco e Marisa por se fazerem presentes de todas as maneiras que um filho pode se sentir amado. Pelo carinho, dedicação, apoio e inspiração com que uma família ganha sentido.

À mata, imensidão.

Assumir as contribuições de todos aqui citados e agradecidos, é, obviamente, tarefa de minha inteira responsabilidade.

## RESUMO

Este trabalho de tese trata do encontro de saberes entre biólogos, engenheiros florestais, ecólogos, ribeirinhos, indígenas e a mata no norte-amazônico brasileiro. A criação do Programa de Pesquisa em Biodiversidade (PPBio), vinculado ao Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA) e o surgimento, em 2005, de um novo método de medição, gestão e monitoramento da biodiversidade, o RAPELD, vêm colocando, sob a perspectiva científica e institucional, estes e outros agentes em constante contato. Ao longo dos anos de 2014 e 2015, num período total de dez meses, acompanhei o encontro entre estes agentes mata adentro, em dois sítios de pesquisa onde há instalada a grade RAPELD completa, este espaço permanente de 25km<sup>2</sup>, quadriculado por trilhas Norte-Sul e Leste-Oeste de 5km de extensão. Acompanhei, por intermédio da experiência e de relatos etnográficos, seis expedições com temas de pesquisa variados, em dois sítios específicos, o Parque Nacional do Viruá e a Estação Ecológica de Maracá, sendo este mais ao norte e aquele mais ao sul do Estado de Roraima. Ambos são Unidades de Conservação. O Parque Nacional do Viruá está rodeado de populações ribeirinhas reunidas nas Vilas de Petrolina e Vista Alegre, bem como no município de Caracará. A Estação Ecológica de Maracá, a sua vez, está cercada por um mosaico de Terras Indígenas, dentre as quais me detive na Terra Indígena do Boqueirão, de maioria macuxi. Em todas estas localidades, as populações locais atuam como auxiliares de pesquisa junto aos cientistas. Dentre os inúmeros atravessamentos que colocam em relação direta os pesquisadores do PPBio com os ribeirinhos e macuxis ali presentes, a análise é direcionada aos modos por meio dos quais circulam, em cada lugar, o desejo na conservação da biodiversidade e a crença na sua relevância. Os agentes são engajados entre si, antes dos enunciados e discursos, por práticas de levantamento de dados sobre a biodiversidade que colocam em evidência a dimensão sensitiva da produção de conhecimento. Os modos de engajamento, portanto, expõem as microdinâmicas entre as forças quantitativas do desejo e da crença, e a força qualitativa da sensação, como Gabriel Tarde as definiu. Estas práticas são analisadas pelos gestos, contatos e afecções que se instauram entre pessoas, folhas, facões, lupas, trados, animais etc. mediante aquilo que este sociólogo chama de possessão recíproca. Instaura-se, assim, o que Michel Serres nomeia de corpo misturado. Instauram-se, também, novas habilidades em uma zona de entre-saberes. Abre-se um novo registro sociológico. Em meio às singularidades que cada localidade aporta às pesquisas, está o tratamento entre locais e cientistas, e a relação entre os sentidos e os instrumentos. O entendimento moderno, portanto colonial, aparece envelopado pelas operações pragmáticas de Alfred North Whitehead. Neste caso, estas definem a relação específica entre o concreto e o abstrato da “crise de extinção da biodiversidade”, faceta particular da “crise do ambiente”. O atravessamento sensitivo acrescenta dimensões inesperadas ao entendimento moderno da biodiversidade. Sociedade e ambiente se reconfiguram. Aprender os corpos entre si é aprender novas maneiras de experienciar a realidade. Abre-se uma nova forma de fazer política.

Palavras-chave: Conservação da biodiversidade; Amazônia; Entre-saberes; modos de engajamento; fazer corpo.

## RESUMEN

Este trabajo de tesis es sobre el encuentro de saberes entre biólogos, ingenieros forestales, ecólogos, ribereños y indígenas en el norte de la Amazonia brasileña. La creación del Programa de Pesquisa em Biodiversidad (PPBio) del Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) y la invención, en 2005, de un nuevo método de investigación para medir, gestionar y monitorear la biodiversidad, el RAPELD, ponen en constante contacto, a lo largo de estos últimos años, bajo la perspectiva científica e institucional, estos y otros agentes. En los años de 2014 y 2015, en un periodo total de diez meses, seguí el encuentro de estos agentes en el interior del bosque, en dos sitios de investigación donde hay instalada la grelha RAPELD completa, un espacio permanente de 25km<sup>2</sup>, cuadrulado por trilas Norte-Sur y Este-Oeste de 5km de extensión. En el marco de la experiencia y de los relatos etnográficos, seguí seis expediciones con temas de investigación variados, en dos sitios específicos, el Parque Nacional do Viruá y la Estação Ecológica de Maracá, este más al norte y aquello más al sur del Estado de Roraima. Los dos son Unidades de Conservación. El alrededor del Parque Nacional do Viruá es compuesto por poblaciones ribereñas reunidas en los pueblitos de Petrolina y Vista Alegre, así como en la ciudad de Caracará. La Estação Ecológica de Maracá, a su vez, está entretejida con un mosaico de Tierras Indígenas, entre las cuales yo me detuve en la Tierra Indígena del Boqueirão, de mayoría macuxi. En todas estas localidades, las poblaciones locales actúan como auxiliares de investigación al lado de los científicos. Entre los innumerables entrelazamientos que ponen en relación directa a los investigadores del PPBio con los ribereños y macuxis ahí presentes, el análisis se dirige a los modos en los cuales circulan en cada lugar el deseo por la conservación de la biodiversidad y la creencia en su relevancia. Los agentes interactúan entre sí no por medio de los enunciados y discursos, sino a través de las prácticas de colección de datos sobre la biodiversidad que sacan a la luz la dimensión sensitiva de la producción de conocimiento. Según la definición de Gabriel Tarde, las microdinámicas entre las fuerzas cuantitativas del deseo y de la creencia, y la fuerza cualitativa de la sensación, traen a la superficie los modos de entrelazamiento entre agentes múltiples. Estas prácticas son analizadas por los gestos, contactos y afecciones que se instauran entre personas, hojas, machetes, lupas, trados, animales etc. mediante lo que este sociólogo llama posesión recíproca. Se produce, así, lo que Michel Serres llama cuerpo mezclado. Se instauran, también, nuevas habilidades en la zona de entre-saberes. Se abre un nuevo registro sociológico. Todas las singularidades que se tramam entre cada localidad y las investigaciones se hacen presentes en el tratamiento entre locales y científicos, y en la relación entre los sentidos y los instrumentos. El entendimiento moderno, por lo tanto colonial, es analizado por medio de las operaciones pragmáticas de Alfred North Whitehead. Aquellas definen, en este caso, la relación específica entre lo concreto y lo abstracto de la “crisis de extinción de la biodiversidad”, faceta particular de la crisis del ambiente. La experiencia sensitiva añade dimensiones inesperadas a la comprensión moderna de la biodiversidad. La sociedad y el medio ambiente se modifican. La aprehensión de los cuerpos entre sí significa el aprender nuevas maneras de experimentar la realidad. Nace una nueva forma de hacer política.

Palabras-llave: Conservación de la biodiversidad; Amazônia; entre-saberes;

## RÉSUMÉ

Cet étude s'adresse à la rencontre des savoirs entre les biologistes, les ingénieurs forestiers, les écologistes, les *ribeirinhos* et les indigènes au nord-amazonien du Brésil. La création du Programa de Pesquisa em Biodiversidade (PPBio) de l'Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) et l'invention en 2005 d'une nouvelle méthode de recherche, le RAPELD, poussent les perspectives scientifiques et institutionnelles à mettre ces différents acteurs en contact constant. Tout bref, il s'agit d'une méthode qui a la fin de mesurer, gérer et surveiller la biodiversité. Sur une période totale de dix mois répartie sur les années 2014 et 2015, j'ai suivi la rencontre de ces différents acteurs dans deux sites forestiers de recherche où y était installé une grille complète de recherche RAPELD. Celle-là couvre une zone de 25km<sup>2</sup> quadrillée par un maillage Nord-Sud et Est-Ouest de 5km. Au travers des récits ethnographiques, j'ai suivi six études dans des thématiques multiples dans deux sites particuliers de la forêt: le Parque Nacional do Viruá et l'Estação Ecológica de Maracá. Le premier étant situé au nord et le second au sud de l'État de Roraima. Tous les deux sont des Centres de Conservation de la Biodiversité. Le Parque Nacional do Viruá est entouré des peuples des *ribeirinhos* qui habitent dans les petits Villages de Petrolina, Vista Alegre et à la ville de Caracaraí. Dans le cas de l'Estação Ecológica de Maracá, il s'agit d'un lieu entremêlé par une mosaïque de Terres Indigènes parmi lesquelles je me suis engagé dans celle du Boqueirão, habitée en majorité par l'ethnie macuxi. Dans toutes ces localités, les peuples participent comme assistants de terrain auprès des chercheurs. Parmi les multiples agencements qui mettent en rapport direct les chercheurs du PPBio avec les *ribeirinhos* et les macuxis, l'analyse porte sur les modes spécifiques par lesquels circulent, en chaque endroit, les désirs de conservation et les croyances quant à son importance. À la place d'énoncés et de discours, les acteurs s'engagent plutôt via des pratiques de collecte de données sur la biodiversité. À leur tour, ces mêmes pratiques mettent en évidence la dimension sensitive de la production de la connaissance. Les modes d'engagement révèlent donc les micro-dynamiques entre d'une part les forces quantitatives du désir et des croyances et, de l'autre, la force qualitative de la sensation. Toutes ces forces sont toujours entremêlées, comme en a fait état Gabriel Tarde dans sa sociologie. L'analyse porte sur les gestes, les contacts et les affections qui s'instaurent dans cet ensemble de pratiques, à travers de ce que Gabriel Tarde appelle la possession réciproque. En conséquence, tout comme ce que Michel Serres appelait le corps mêlé, il se crée de nouvelles capacités, ou aptitudes, dans une zone d'entre-savoirs. Un nouveau registre sociologique apparaît. Toutes les singularités que chaque localité apporte à la pratique de la recherche, se font présentes dans le traitement entre les locaux et les scientifiques. Ceux-là mettent en évidence le rapport de connaissance entre les sens, les outils de recherche et aussi les acteurs les plus différents. La compréhension moderne - donc coloniale - enveloppe des opérations pragmatiques, dans le sens où Alfred North Whitehead les définit. Dans ce cas-ci il s'agit de la relation spécifique entre le concret et l'abstrait de la "crise de l'extinction de la biodiversité", facette particulière de la "crise de l'environnement". L'expérience sensitive ajoute des dimensions inattendues à la compréhension moderne de la biodiversité. Autant la société comme l'environnement semblent refaites. Appréhender des corps entre eux c'est apprendre de nouvelles manières d'expérimenter la réalité. Il s'ouvre une nouvelle façon de faire de la politique.

Mots-clef: Conservation de la biodiversité; l'Amazonie; entre-savoirs; modes d'engagement; faire corps.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01: Mapa de distribuição e localização física da composição do PPBio.....	26
Figura 02: Sítios RAPELD para realização do campo empírico.....	44
Figura 03: Imagem de satélite da Grade da ESEC Maracá.....	47
Figura 04: Marcação física na trilha Leste-Oeste da grade da ESEC Maracá.....	48
Figura 05: Trilha no módulo 03 da BR 319, com sinalização permanente.....	54
Figura 06: Trilha no módulo 04 da BR 319, com sinalização permanente.....	54
Figura 07: Mapa do Estado de Roraima com a localização da capital, Boa Vista, e das Unidades de Conservação, em destaque, o PNV e a ESEC Maracá.....	72
Figura 08: Localização e delimitação do PNV.....	75
Figura 09: Entorno maior do PNV.....	77
Figura 10: Entorno menor do PNV.....	78
Figura 11: Localização e delimitação da ESEC Maracá.....	83
Figura 12: Entorno completo da ESEC Maracá.....	86
Figura 13: Max (direita) e Patrãozinho (centro) olham uma árvore, enquanto Luiz (esquerda) se prepara para degustar uma pequena lasca da casca.....	120
Figura 14: Max (direita) e Caçula (centro) tirando medidas da árvore. Ângelo (esquerda) observando.....	126
Figura 15: Caçula (ao fundo) ensinando Ângelo (à frente) a manipular o paquímetro.....	127
Figura 16: Medida do DAP.....	127
Figura 17: Caçula (ao fundo), Dra. Carolina (esquerda) e Max (embaixo à direita) executando o método RAPELD.....	131
Figura 18: Ricardinho olhando (sem binóculos) a copa da árvore.....	149
Figura 19: Ricardinho olhando (com binóculos) a copa da árvore.....	149
Figura 20: Ricardinho (direita) tomando notas e Guariba (esquerda).....	150
Figura 21: Bá extraíndo amostras da árvore.....	161
Figura 22: Extraíndo amostras da árvore.....	161
Figura 23: Marcas da extração deixada na árvore.....	162
Figura 24: Bá (à frente) guardando a amostra em sílica e Lu (ao fundo) anotando os dados.....	162
Figura 25: Ricardinho lascando a casca de um marupá.....	168
Figura 26: Max (à frente) e Marlon (ao fundo) instalando uma <i>pitfall</i> .....	178
Figura 27: Quebrando as asas da borboleta.....	181

Figura 28: Marlon (esquerda) e eu (direita) capturando borboletas.....	182
Figura 29: Trilha da grade da ESEC Maracá com o material a ser carregado.....	193
Figura 30: Venezuelano (direita), Lidiane (cetro) e eu (esquerda).....	197

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ARPA - Programa Áreas Protegidas da Amazônia  
ATTO - Programa Torre Alta da Amazônia  
CDB - Convenção sobre Diversidade Biológica  
CGen - Conselho de Gestão do Patrimônio Genético  
CIR - Conselho Indígena de Roraima  
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
DAP - Diâmetro à Altura do Peito  
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
ESCT - Estudos Sociais em Ciência e Tecnologia  
FDB - Fundação Djalma Batista de Defesa da Biosfera  
FLONA Roraima - Floresta Nacional de Roraima  
FUNAI - Fundação Nacional do Índio  
GO Amazon - Green Ocean Amazon  
IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade  
II - Instituto Inkiran  
INCT CENBAM - Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Centro de Estudos Integrados da Biodiversidade Amazônica  
INPA - Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia  
LO - Leste-Oeste  
MCT - Ministério de Ciência e Tecnologia  
MCTI - Ministério de Ciência Tecnologia e Inovação  
MMA - Ministério do Meio Ambiente  
MRE - Ministério das Relações Exteriores  
NS - Norte-Sul  
PA - Projeto de Assentamento  
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento  
PELD - Long Term Ecological Research  
PNB - Política Nacional da Biodiversidade  
PPBio - Programa de Pesquisa em Biodiversidade da Amazônia  
PPGE - Programa de Pós-Graduação de Ecologia  
RAP - Rapid Assessment Surveys  
RAPELD - Rapid Assessment Surveys in Long Term Ecological Research

RGS - Royal Geographical Society  
SEMA/AM - Secretaria Especial do Meio Ambiente do Estado do Amazonas  
SGC - São Gabriel da Cachoeira  
SISBIO - Sistema de Autorização e Informação sobre Biodiversidade  
SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação  
SS - Science Studies  
SSS - Social Studies of Science  
SSK - Sociology of Scientific Knowledge  
STS - Science and Technology Studies  
TI - Terra Indígena  
UFRR - Universidade Federal de Roraima  
UHE - Usina Hidroelétrica  
WWF - World Wild Fund for Nature  
WCS - Wildlife Conservational Society  
ZA - Zona de Amortecimento  
ZI - Zona de Influência



## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1. ENCONTROS, PACTOS, CONTATOS E AFECÇÕES: FUNDAMENTOS DA PESQUISA SOCIOLÓGICA.....</b>	<b>19</b>
1.1 A AMAZÔNIA, O INPA, A MATA E SUAS VIOLÊNCIAS.....	19
1.2 ECONOMIA E CONHECIMENTO: MAS, PARA ONDE CORREM DESEJO E CRENÇA?.....	23
1.3 IRONIAS DO PERCURSO DE CAMPO: O “ESTAR NA MATA” E O “FICAR ENTRE QUATRO PAREDES”.....	36
1.4 “ESTAR NA MATA”: IMENSIDÕES.....	44
<b>1.4.1 Sítios de pesquisa RAPELD: circunscrevendo a biodiversidade como medida e o ambiente como abstração.....</b>	<b>44</b>
<b>1.4.2 Sítios de pesquisa RAPELD: para além da medida e da abstração.....</b>	<b>51</b>
1.5 O REGISTRO SOCIOLÓGICO DO SENSITIVO: SENTIPENSAR.....	58
<b>1.5.1 Sentipensar e o real encantado.....</b>	<b>63</b>
<b>CAPÍTULO 2. LUGARES, POLÍTICAS, PESQUISAS E O NORTE-AMAZÔNICO: POSICIONAMENTOS NA PESQUISA SOCIOLÓGICA.....</b>	<b>69</b>
2.1 O LUGAR DO PESQUISADOR NO LUGAR.....	71
<b>2.1.1 O Parque Nacional do Viruá e arredores: capturas entre-loucos.....</b>	<b>74</b>
<b>2.1.2 A Estação Ecológica de Maracá e arredores: a colonialidade da captura.....</b>	<b>84</b>
2.2 ALINHAMENTOS E COLUNAS DE AR: UMA COSMOPOLÍTICA DOS ENCONTROS.....	92
<b>2.2.1 Quando não podemos escutar o que um “nativo” tem a dizer ou, quando o que temos que escutar é um “não”.....</b>	<b>95</b>
2.3 O RAPELD, AS LOCALIDADES: QUAL CONSERVAÇÃO? QUAL BIODIVERSIDADE?.....	106
2.4 COSMOPOLÍTICA E OS MODOS DE ENGAJAMENTO.....	110
<b>CAPÍTULO 3. “ESTAR NA MATA” E A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE COMO PRÁTICA SENSITIVA: SOCIEDADE E SUB-EXISTÊNCIA.....</b>	<b>114</b>
3.1 DE VOLTA À MATA: A BIODIVERSIDADE E OS SENTIDOS.....	116
<b>3.1.1 Taxonomia e fitoquímica dos paladares: a zona de entre-saberes.....</b>	<b>116</b>
<b>3.1.2 A biomassa da floresta na palma da mão: corpos em posseção recíproca.....</b>	<b>122</b>

<b>3.1.3 Roxinhos, ruídos e histórias: sub-existência.....</b>	<b>137</b>
<b>CAPÍTULO 4. A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE COMO PRÁTICA SENSITIVA: AMBIENTES EM PERSPECTIVA E A “CRISE DE EXTINÇÃO”..</b>	<b>156</b>
<b>4.1 O MÉTODO RAPELD NO ENTRE-SABERES: O AMBIENTE E OS IMPREVISTOS...</b>	<b>158</b>
<b>4.1.1 Barcoding de formas, tons e texturas: fabricar ambientes.....</b>	<b>158</b>
<b>4.1.2 Inventário de borboletas, inventário de ambientes: os sentidos em variação contínua.....</b>	<b>173</b>
<b>4.1.3 Escutar o solo, cheirar as águas: o ambiente como processo político do sensitivo.....</b>	<b>186</b>
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>203</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>211</b>

## **CAPÍTULO 1. ENCONTROS, PACTOS, CONTATOS E AFECÇÕES: FUNDAMENTOS DA PESQUISA SOCIOLÓGICA**

“Não entendo como alguém sem desejo ou medo se daria o trabalho de pensar”.

Jean-Jacques Rousseau.

### **1.1 A AMAZÔNIA, O INPA, A MATA E SUAS VIOLÊNCIAS**

Agosto de 2013. Vista bem de cima, do avião, Manaus é uma ilha acinzentada incrustada em meio ao que parece ser um horizonte imensurável de floresta. Fisicamente distante, totalizante, parcimoniosa, de longo alcance, porém um tanto parada no tempo é a toda-poderosa faculdade do “olhar do alto”. Ela separa o movimento da imagem, congelando-os na paisagem, representa. Atravessada a pé, de ônibus ou de carro, Manaus é um denso e estuante platô de concreto, relevo de sobe-e-desce, escombros indo-e-vindo entre casebres e arranha-céus. Está envolta pelos rios Negro e Amazonas, este, continuação do encontro daquele, mais à sudeste, com o rio Solimões.

Vista, também, meio que do alto, agora de um viaduto, a sede do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) é uma ilha verde em meio a ruidosa, áspera e borbulhante “capital do norte”. Atravessada a pé, resume-se a um concentrado tranquilo e refrescante de árvores, ruas e prédios. É povoada por araras curiosas, pacas esquivas, bichos-preguiça tímidos, macacos famintos e pessoas de outros tipos: apressados, passeadores, atarefados, esticados<sup>1</sup> etc. Ali há sombra; a sombra desacelerando corpos e lugares: “aqui é sossegado, faz uns três a cinco graus a menos que no resto da cidade”, me comentam alguns; “é verdade... é um microclima!”, dizem outros.

Com efeito, é um tanto chocante dar-se conta que “na Amazônia”, maior floresta tropical do mundo, há um “microclima”. Mais ainda quando este último parece corresponder (i) a um radical movimento de inversão da paisagem - Manaus faz um buraco de concreto na floresta e o INPA faz um buraco verde na cidade - (ii) e à tensão dos ritmos do cotidiano - os congestionamentos, buzinas e shoppings impõem a celeridade da vida, enquanto as boscagens, bichos e trilhas parecem permitir outro balanço.

Intrigado, sigo. Percorro, um tanto decidido, um tanto ao léu, as ruas e os atalhos entre prédios e bosques. Vim para minha primeira sondagem a campo. Tenho 14 dias para

---

<sup>1</sup> Esticado, explicou-me um dos ribeirinhos com os quais trabalhei mais ao norte, em Roraima, é um termo corriqueiro do vocabulário de toda a região norte do país. Ainda que eu, aqui, o tenha usado para me referir a pessoas, ele serve para qualquer coisa viva, mesmo bichos e plantas (como um cipó, por exemplo). Ele diz de uma disposição ou postura despreocupada ou gratuita, à toa, vaga, expansiva.

a tarefa. “É certo”, penso, “que meu campo será na Amazônia”. Repenso e acrescento: “menos certo, mas muito provavelmente, na mata, ao invés das salas dos laboratórios”. É que, confesso ao leitor, senti um certo desalento nestes recintos quando de minha pesquisa de mestrado e, por isso, talvez, não pudera partilhar do mesmo grau de entusiasmo da descoberta que afetava meus interlocutores. No entanto, re-repenso: “*com o quê, com quem, sobre o quê e como* darei seguimento a esta pesquisa não tenho ideia”. Estas são interrogações que, enquanto caminho, não vislumbro nem sequer um relampejo de resposta. Começo, portanto, - já aviso o leitor - com “Amazônia”, “mata” e “INPA”. Nada mais.

Bem, mais ou menos. Tenho sim algumas “janelas” a sondar.

Ao percorrer esta “ilha verde”, dizia eu, visito departamentos, salas de estudo e, inclusive, laboratórios, estes mesmos que, em certa medida, buscava me afastar. Converso com alunos, pesquisadores e cientistas de todos os tipos. Sobre estes últimos, no que toca a funções, posso chamá-los de coordenadores, assistentes, burocratas, empresários; relativo ao domínio de conhecimento, há biólogos, ecólogos, engenheiros, geógrafos, meteorologistas, geneticistas, químicos. Os temas são muitos e dos mais variados: mutações genéticas de *Aedes aegypti* em áreas de mineração; bioprospecção de *Zingiberaceae* endêmicas - e potencialmente anticarcinogênicas - da floresta amazônica; sequestro de carbono e serviços ambientais; etnoconhecimento e mercado da biodiversidade em Manaus; adaptações genéticas de espécies da flora e da fauna frente aos novos cenários climáticos globais; modelagens ontológico-ambientais computadorizadas; dinâmicas e correntes de aerossóis na Amazônia; interação atmosfera-biosfera e modelagem climática. Sem mencionar as parcerias. Ficando somente com algumas instituições internacionais de pesquisa, tem-se a Universidade de Harvard, o Instituto Max Planck, o Laboratório Los Alamos, o Departamento de Energia dos Estados Unidos, a Universidade de Queensland e o Departamento de Toxicologia da Universidade de Tottori. Dentre as Não Governamentais, cito a *Wildlife Conservation Society* (WCS) e o *World Wild Fund for Nature* (WWF).

Não é fácil organizar uma agenda com pesquisadores das chamadas “big sciences”<sup>2</sup>. Logo, tento ser pontual e breve. Em cada visita, me apresento sucintamente: doutorando

---

<sup>2</sup> Além da larga escala tempo-espaial de seus projetos, a natureza das questões, a ampla rede de parcerias e a enorme infraestrutura necessária às “big sciences”, não posso deixar de mencionar o volumoso aporte financeiro como mais um elemento que auxilia a caracterizá-las (não exaustivamente). No caso do Programa de Pesquisa em Biodiversidade (PPBio), por exemplo, um simples aditivo anual pode chegar a R\$ 5 milhões, enquanto no Projeto Torre Alta da Amazônia (ATTO), as despesas de instalação chegaram a R\$ 26 milhões e sua manutenção atinge aproximadamente R\$ 3 milhões/ano.

em sociologia na Federal do Rio Grande do Sul, interessado na relação sociedade-natureza desde a interface entre a “crise do ambiente” e a pragmática do conhecimento científico. Sou muito bem recebido e apresentado às equipes, aos temas, aos cotidianos etc. Rabisco algumas coisas correspondente a cada local e cada pesquisa, anoto palavras-chave e ideias centrais que colho destas conversas - obviamente nada estruturadas - e sigo adiante.

Estou indo para outro *campus* do INPA, fora de sua sede principal, a tal “ilha verde”. Este já é um pouco mais cinza, recluso e ensolarado. Ali, alguns lagartos e aves. Os corredores e ruas sem muita gente. Tal particularidade me intriga um pouco. Não se trata do mesmo “microclima” meteorológico e, por que não, social do *campus* principal. Tampouco esta sede é uma pequena versão de Manaus. As características parecem misturadas. Dirijo-me para minha penúltima visita.

Como venho fazendo no decorrer destes 14 dias, uso dos momentos entre uma visita e outra, enquanto caminho, para pensar sobre cada uma das minhas possibilidades de inserção. Por “pensar”, aqui, refiro-me a algo dado para muitos dos estudantes que conduzem um doutorado, qual seja, o mantra do “isso dá caldo?”, do “isso dá uma tese que pára de pé?”. Resumidamente, refiro-me ao encaixe de um caso empírico com conceitos e/ou categorias pré-determinadas e referenciáveis a um domínio teórico-epistemológico, somado ao vislumbre do potencial inovador deste encaixe para o próprio domínio.

Já no local combinado, o prédio da Ecologia, me vejo diante de mais um destes cientistas das “big sciences”, um “coordenador-empresário”. Ele está à frente do Programa de Pesquisa em Biodiversidade (PPBio) e do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Centro de Estudos Integrados da Biodiversidade Amazônica (INCT CENBAM)<sup>3</sup>. Como de praxe, me apresento. Comento o que sei sobre a trajetória de meu interlocutor e seus estudos - para não parecer totalmente perdido - e faço perguntas protocolares: quais os principais eixos do programa, informações práticas, interesse na parceria com meu doutorado, funcionamento institucional, dinâmica das pesquisas etc. Ele me ouve pacientemente, olhar focado. Por vezes coça a barba; por vezes meneia a cabeça. Dentro de 15 a 20 minutos depois nos encaminhamos para o fim, momento em que sou interpelado pela sua fala: “Muito bem. Acho que você tem que, mais adiante, definir objetivamente o quê quer. Me diga uma coisa, *por que nós deveríamos levar a campo um sociólogo ao invés de um biólogo?*”.

---

<sup>3</sup> Ambas siglas compõem a mesma rede científica-institucional. “Na prática PPBio e CENBAM são a mesma coisa”, disse-me, certa vez, um membro da equipe. Mais adiante, entrarei em alguns detalhes desta rede. Antecipo ao leitor, porém, que me utilizarei de diversos termos para me referir às duas siglas como uma só, tais quais PPBio/CENBAM, Programa ou Centro. Quando me referir somente a um deles utilizarei cada sigla separadamente.

Depois de tanto falar e gesticular, lhe escutara por não mais que alguns segundos. Meu corpo se acha parado, sésil. E agora também meu pensamento pára, fixo. Não só não sei o que lhe responder, como tenho receio em ensaiar uma resposta. Meneio a cabeça em tom de “certo” e, pronunciando esta mesma palavra, me despeço. O que virou patente, ao contrário, é que não mais existe nada de “certo”. Nem INPA, nem Amazônia, nem mata. Paisagens, caminhadas, microclimas e dizeres, tudo se converte em estranhamento.

...

Deleuze (2000) fala do pensamento sem-imagem como uma interrupção, um choque, uma violência no ato de pensar. Esta violência se apresenta no encontro do pensamento com seu heterogêneo, uma ideia, uma afecção, uma sensação, um corpo. E ela se expressa na formulação de uma questão. No meu caso, se tratava de um pensamento sem-movimento. Tratava-se de um encontro com a “mata”. Não qualquer mata, mas sim a ideia-representação da “mata” como o campo empírico de um ecólogo conservacionista.

Tratava-se, portanto, da sobrevivência, da pertinência de minha própria pesquisa no momento em que ela é provocada, desafiada, ameaçada ao cruzar uma fronteira, ao adentrar em um espaço ou domínio que não lhe são evidentes. É por tal situação que Deleuze me interessa aqui. É porque prolongo, ao mesmo tempo e indissociavelmente, um profundo exame sobre aquilo que me impulsiona em minha própria prática de pesquisa, enquanto tento lidar com os perigos de “fazer sociologia”. É porque tento, reciprocamente, violentar a sociologia, fazer dela uma tarefa perigosa e apaixonante.

Não contemos com o pensamento para fundar a necessidade relativa do que ele pensa; contemos, ao contrário, com a contingência de um encontro, com aquilo que força a pensar, a fim de erguer e estabelecer a necessidade absoluta de um ato de pensar, de uma paixão de pensar. (DELEUZE, 2000, p. 182 - tradução livre).

Quando fiz referência, logo acima, ao mantra que permeia todo estudante de doutorado, qual seja, o “isso dá caldo?”, vale ainda mencionar que tal pergunta, em certo sentido, tende para frente. Do mesmo modo como eu caminhava, ela pressupõe uma ideia-movimento na qual já incorporamos alguma pré-disposição ao avanço, à certeza ou à fundação de uma tese que sairá no futuro. O que a provocação que neste encontro me foi feita acarreta é, de certo modo, uma parada, um retorno, talvez, ao substrato a partir do qual aquele mantra se repete. Uma parada sem garantias, que faz ao pensamento outra pergunta: “por que me lancei a isto?”.

De início, não posso reconfortar o leitor com uma resposta. Outros eventos de meu campo trazidos - alguns explicita outros implicitamente - neste e no próximo capítulo, cercarão este ponto com maior precisão. Esclareço, apenas, que minha escolha em relação à “Amazônia”, “mata” e “INPA” havia sido motivada por um convite inicial do Diretor Executivo da Fundação Djalma Batista de Defesa da Biosfera (FDB), fundação que canaliza projetos e administra recursos para o INPA e, muitas vezes, para o PPBio/CENBAM. Segundo ele, o volume de pesquisas na região impunha um investimento por parte das ciências sociais, lá ainda muito ausentes. Ora, o INPA era - e é -, de longe, o agente local mais importante do cenário científico na Amazônia. De minha parte, a insatisfação em trabalhar dentro de laboratórios e salas fechadas se juntava à possibilidade de “estar na mata”, na “Amazônia”. Ademais, sempre nutri uma grande preocupação cívica com o alarmante cenário da realidade ambiental no Brasil, em nível territorial, biofísico e étnico, em especial naquela região. Vale, por fim, mencionar a baixa frequência de estudos sociológicos no que toca à questão ambiental (ALMEIDA, 2014), em especial sobre a temática da biodiversidade e sobre a Amazônia (SANDRONI, 2012).

Este início marcou, para mim, reitero, um primeiro encontro com “a Amazônia”, misturada entre verde e cinza, ruídos e movimentos, agitação e lentidão. Um primeiro encontro com “a mata”. Não só *uma mata* enquanto a representação que sempre nutri - aquela floresta de um verde só, que não tinha cheiros, ruídos ou texturas; homogênea, extensa, habitada por bichos e árvores; ameaçada, onde, de vez em quando, os biólogos se aventuravam - mas *uma mata* epistêmica, *uma mata* que se colocou, inesperadamente, como um interdito.

Optei por habitar este instante, o instante entre “voltar e seguir”.

Optei por lidar com uma tensão, a tensão entre o não saber e o saber.

## 1.2 ECONOMIA E CONHECIMENTO: MAS, PARA ONDE CORREM DESEJO E CRENÇA?

A partir deste momento, animado por tais circunstâncias e, principalmente, pela provocação que me fora então feita, decidi investir na relação com o PPBio/CENBAM, tomando-o como objeto inicial da pesquisa. Não porque os outros departamentos que visitei e as pesquisas as quais tomei conhecimento não fossem também interessantes. Com efeito, as dimensões política e epistemológica das temáticas eram bastante interessantes. Mas porque, sim, a conversa que tive com seu Coordenador foi a única janela instigante que se abriu. Isto porque ela convocou a sociologia para além de uma posição dada de antemão na arena dos domínios e saberes com os quais me confrontei inicialmente. Todos os demais programas e projetos se interessavam em ter um sociólogo na equipe,

presumindo a legitimidade de um saber “entre quatro paredes”, ou seja, na construção de projetos, na análise de relações interpessoais, no auxílio das dificuldades de um quadro “pobre em recursos humanos”. Nenhum outro me colocou diante de “uma mata” de forma tão inesperada quanto a que me fora apresentada.

A distância - estando eu na outra ponta do país - implicou em trocas de e-mails e alguns telefonemas como os meios mais eficazes e baratos no diálogo. À medida que a negociação avançava, eu buscava, também, estudar sobre a conformação e a constituição do PPBio/CENBAM por meio das informações contidas em seu endereço eletrônico (<https://ppbio.inpa.gov.br>), assim como por meio da leitura de diversos artigos científicos publicados por seus membros.

Dito isto, acredito ser importante, já de partida, abrir uma primeira janela descritiva em meio ao meu relato metodológico, sobre a conformação e a constituição do PPBio/CENBAM na área maior de sua atuação, qual seja, “a conservação e o monitoramento ambiental integrado da biodiversidade”. Valho-me, agora, do material documental acima mencionado (e-mails, sítio eletrônico e artigos científicos). Sucinta e detalhadamente, o situio em sua rede institucional, apresento seus objetivos e seus eixos de pesquisa.

O Programa de Pesquisa em Biodiversidade Amazônica (PPBio) foi criado em 2004. Combinou os anseios de um grupo de pesquisadores e as obrigações internacionais assumidas pelo Brasil como resultado da adesão do país, em 1998, à Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) de 1994 (Decreto n. 2.519/1998). Este acordo mundial foi, a seu turno, impulsionado pelas constatações científicas de que as “extinções em massa” vinham ocorrendo cada vez mais rápidas e seriam indissociáveis das atividades humanas (em especial a junção do capitalismo e da industrialização em larga escala) (NATIONAL; SMITHSONIAN, 1986).

Este diagnóstico, a sua vez, fomentou, ainda que paradoxalmente, a corrida contra o ritmo crescente de “perda da biodiversidade”. Digo paradoxalmente, porque a biologia da conservação se propôs enfrentar o ritmo acelerado de destruição da biodiversidade se dirigindo ao (controle do) uso do espaço. Abandonando a dimensão do tempo às exigências do capital, este novo domínio se viu às pressas para “salvar a natureza” quase que literalmente “comprando tempo”. Esta discussão reaparecerá mais adiante, em fragmentos esparços.

O Brasil, portanto, despontou como agente-chave na conservação e tomou, em menos de uma década, uma série de medidas políticas, jurídicas e tecnocientíficas relativas



ao tema<sup>4</sup>. Dentre estas se pode citar o investimento na fundação e constituição do PPBio. Este foi criado, assim, ao pé do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT, hoje MCTI, somando o termo “Inovação” à sigla), respondendo diretamente a tal órgão. Está ligado ao Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia como sua instituição acolhedora, responsável por sua operacionalização. Serviu de sustento, mais tarde, para a política de expansão e descentralização deste mesmo órgão, a partir do Termo de Compromisso de Gestão, assinado, em 2006, entre o INPA e o então MCT.

Hoje, o organograma do PPBio conta com 12 Núcleos Regionais em todo o Brasil, todos na região amazônica. Entre cientistas e alunos de graduação e pós-graduação de diversos domínios, técnicos e habitantes das comunidades locais, 43 responsáveis formam uma base coordenadora descentralizada. São 11 os projetos que estão em andamento. No total, são 32 sítios de pesquisa estabelecidos somente no país. Deles, 22 estão no bioma amazônico.<sup>5</sup> A quase totalidade destes sítios se encontra dentro ou limítrofe a Unidades de Conservação de Proteção Integral; outros estão em Unidades de Uso Sustentável<sup>6</sup>; e os poucos restantes em áreas privadas, como é o caso do sítio da BR 319, rodovia que liga Manaus/AM a Porto velho/RO.

O INCT CENBAM, a seu turno, foi criado em 2009. De forma resumida, este Instituto foi inicialmente concebido como apoio estratégico e econômico para potencializar as ações do PPBio, visto que as possibilidades de parcerias e de obtenção de recursos

---

<sup>4</sup> No âmbito nacional, a rede de institucionalização da biodiversidade passa, dentre muitos documentos e Instituições, pelo advento do Decreto n. 2.519/1998 que ratificou a CDB; pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC - Lei n. 9.985/2000); pelo Decreto n. 4.326/2002 (Revogado pelo Decreto n. 8.505/2015) que cria o Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA); pela Política Nacional da Biodiversidade (PNB - Decreto n. 4.339/2002); pela Lei n. 11.516/2007 que cria o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio); e pela Lei da Biodiversidade (Lei n. 13.123/2015) que cria o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGen). Junto ao INPA, PPBio/CENBAM, Ministério de Ciência Tecnologia e Inovação (MCTI), Ministério das Relações Exteriores (MRE) e Ministério do Meio Ambiente (MMA), se somam o ICMBio - ao qual cabe toda a administração das UC's - e o CGen - ao qual cabe coordenar toda a “elaboração e implementação de políticas para a gestão do acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado, e a repartição de benefícios” (art. 6). Todas estas instituições despontam como os representantes mais ativos nesta rede quando o assunto em pauta é “biodiversidade” e, em especial, “Amazônia”.

<sup>5</sup> Estes números refletem a situação em 2016.

<sup>6</sup> Segundo a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC - Lei n. 9.985/2000) as Unidades de Proteção Integral diferem das de Uso Sustentável pela restrição das atividades ali permitidas. São diversos os modelos de cada grupo, porém esta diferença se limita à interdição, naquelas, de usos diretos, tais quais a exploração e manejo de recursos, o turismo e a moradia.

financeiros não acompanhavam as necessidades deste último<sup>7</sup>. Opera como qualquer outro INCT, estando integrado à Coordenação do MCTI e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Abriga todos os participantes do PPBio, bem como outros colaboradores. Aproveita e dispõe da mesma infraestrutura descentralizada deste último e compartilha janelas em todos os seus 11 projetos. É devido a tais elementos que se torna possível, portanto, uni-los como sendo o mesmo projeto científico-institucional de conservação e monitoramento da biodiversidade amazônica (e brasileira, em menor escala).

O Programa possui muitos vínculos com instituições nacionais e internacionais.

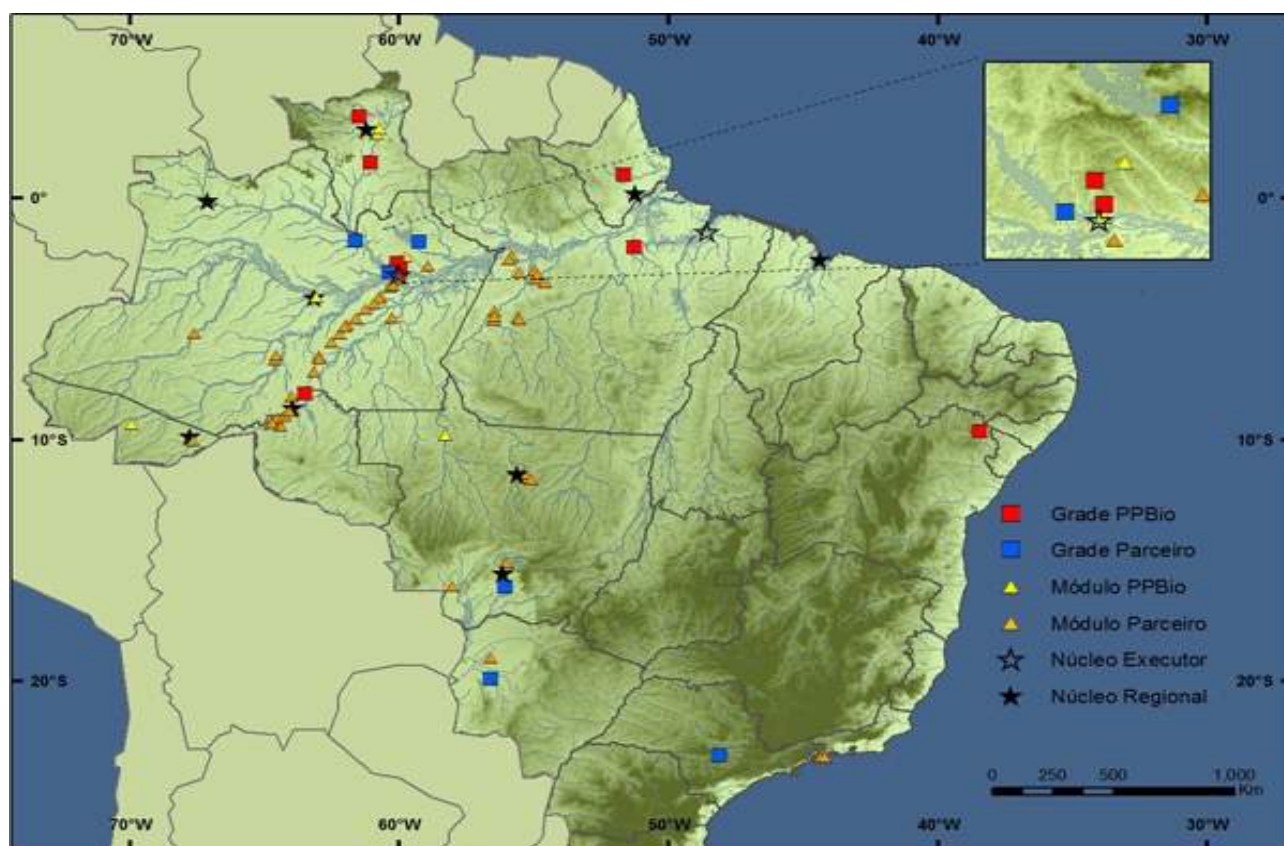


Figura 01: Mapa de distribuição e localização física da composição do PPBio. Fonte: PPBio, disponível em <<http://ppbio.inpa.gov.br>>, consultado em novembro de 2016.

Entre aquelas, cito o Museu Emílio Goeldi/PA e as Universidades Federais do Amazonas, Acre, Mato Grosso, Rondônia e Roraima. Dentre estas, o Departamento de Toxicologia da

---

<sup>7</sup> Um Programa estrito senso, dependendo de sua escala, se confronta com limitações burocrático-financeiras que podem vir a condenar sua própria natureza, seu desenvolvimento e sua finalidade. Limitações a certas parcerias, por exemplo, com outras instituições públicas de pesquisa e com Organizações Não Governamentais; limitações administrativas; limitações financeiras etc. Apenas para dar uma noção da magnitude desta questão, em 2014, a coordenação do PPBio/CENBAM se viu obrigada a buscar um aditivo financeiro junto ao MCTI, para o ano de 2015, de aproximadamente R\$ 5 milhões. Tal aditivo foi solicitado via INCT, visto que, no Brasil, o modo por meio do qual estes Institutos operam facilita a dinâmica e o aporte de recursos.

Universidade de Tottori, o *Center of Innovative Conservational Strategy* da Universidade de Griffith, na Austrália - onde hoje existe, inclusive, o PPBio Australasia - e a *Wildlife Conservation Society*.

Os objetivos do PPBio/CENBAM são, basicamente, três. São eles (a) gerar dados científicos sobre biodiversidade (em especial amazônica), (b) distribuir tais dados em uma imensa base com acesso público e, com isso, (c) auxiliar na criação de instrumentos de gestão governamental-local da biodiversidade. Todos aparecem como adequações (institucionais e territoriais) correspondentes ao objetivos da CDB (BRASIL, 1998) (art. 1º): (1) a conservação da diversidade biológica; (2) a utilização sustentável de seus componentes; e (3) o acesso adequado aos recursos genéticos e a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização destes, incluindo a transferência de tecnologias apropriadas.<sup>8</sup> Tem-se, assim, que (i) conservar a biodiversidade é poder gerir a biodiversidade, em particular o espaço territorial onde ela existe; (ii) utilizar seus recursos de modo sustentável é utilizar seus recursos desde uma perspectiva racional, objetiva, refletida, calculada, estudada, planejada, ou seja, cientificamente orientada; (iii) possibilitar o acesso aos recursos e sua repartição justa é distribuir os dados gerados para uma pluralidade de usuários em rede. A modulação destes três pontos-chave, no Programa, passa por sua inserção prioritária na Amazônia, seus enfoques investigativos e pela abertura de sua atuação junto às comunidades da região, bem como pela plataforma virtual dos dados das pesquisas. Tal modulação irriga, ademais, cada um de seus eixos.

São três os eixos, ou, nos próprios termos do Programa, componentes, que orientam sua atuação. No geral, todos têm foco no território nacional. São eles *Coleções*, *Inventários* e *Temáticos*. O componente *Coleções* é destinado à construção de um conjunto de exemplares das espécies biológicas para estudos de distribuição espaço-temporal que testemunhem a riqueza da biodiversidade. O componente *Inventários* se dedica a levantamentos padronizados do *quantum* existente de biodiversidade a fim de fornecer dados consistentes para os processos políticos de tomada de decisão. Nas palavras de seu Coordenador, “o termo inventário dá uma impressão equivocada, pois não se trata, como no escopo jurídico, de uma exaustão dos elementos. Nós somos obrigados a contar com as falsas ausências que impossibilitam um número exato”. *Temáticos* é o nome do componente voltado à bioprospecção, tendo como passo metodológico a pré-seleção de

---

<sup>8</sup> A PNB simplesmente cola este texto em seu artigo 5º: “A Política Nacional da Biodiversidade tem como objetivo geral a promoção, de forma integrada, da conservação da biodiversidade e da utilização sustentável de seus componentes, com a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos, de componentes do patrimônio genético e dos conhecimentos tradicionais associados a esses recursos.”

plantas que tenham relatos de uso pelas comunidades locais, ou que pertençam a famílias botânicas com potencialidades fitoquímicas já descritas na literatura. Seu objetivo geral consiste em expandir o conhecimento do potencial químico da biodiversidade da Amazônia, para subsidiar produtos que visem a melhoria da qualidade de vida das populações locais. Este último componente, acrescento, é mais recente, e foi exigência governamental, via MCTI, quando da criação do CENBAM.

A par, portanto, destas informações iniciais, pude encaminhar, a pedido do Programa, - “pró-forma”, disse-me a secretária - um pequeno projeto de pesquisa. O objetivo primeiro era o de formalizar minha inserção no Programa. Mais do que “pró-forma”, porém, o projeto cumpria uma função pragmática, qual seja, a de oportunizar meu acesso aos recursos para pesquisa, assim como, uma função acadêmica, servindo como uma carta de apresentação, uma primeira oportunidade de ganhar a atenção dos cientistas.

Para dar conta destas duas funções, dediquei-me à tarefa de vincular minha pesquisa à área maior de atuação do PPBio/CENBAM, “a conservação e o monitoramento ambiental integrado da biodiversidade”, bem como sugerir algumas contribuições da sociologia a esta mesma área. Introduzi algumas reflexões; organizei um cronograma; indiquei os recursos dos quais necessitaria; propus locais de coleta dos dados.

Foi ao componente Temáticos e alguns de seus resultados (COSTA; NUNEZ, 2011; FERREIRA; COSTA; NUNEZ, 2011; COSTA, 2012; RODRIGUES; COSTA, 2012) que orientei meu projeto. Como pano de fundo, o modo de me apresentar se fazia notar já estando eivado pela provocação que me fora feita: ainda hesitante, fiz-lhes uma proposição, um convite à possibilidade da biologia e da sociologia se encontrarem na direção, não de respostas, mas de questões partilhadas. *Quais questões* seriam estas e *como chegar* até elas era algo ainda não muito bem formulado.

Minha resposta (o por quê levar a campo um sociólogo) se detinha e se resumia na problematização da conformação e constituição do Programa e sua própria atuação a campo - ou seja, “na mata” - desde a rede global-local de invenção da biodiversidade amazônica que o envolvia. Em resumo, me perguntava como esta rede, tornada possível desde o advento da “crise da biodiversidade” (a construção científica da ideia da acelerada “extinção em massa” global), seria voltada à promoção da “melhoria da qualidade de vida das populações locais”? A primeira evidência a investigar era a correspondência entre os objetivos do Programa e da CDB. A segunda evidência era, justamente, a bioprospecção como ferramenta econômica e social. Descrever as agências que teciam tal rede era a tarefa principal. O prisma da relação ontológica natureza/sociedade, junto ao arcabouço dos Estudos Sociais em Ciência e Tecnologia (ESCT) serviria como orientação teórica. O

tratamento analítico passaria pelo registro sociológico das práticas discursivas (ESCOBAR, 1998)<sup>9</sup>. Supunha eu que esta grade de leitura daria conta do cenário no qual o Programa atuava, a contribuição da sociologia sendo, em síntese, minuciar e complexificar aquela rede e suas assimetrias.

Como adendo, em junho de 2014 me foi solicitado um pequeno esboço, em forma de tabela, das rubricas, com seus montantes exatos, as quais imaginaria eu despender a campo. “Somente para termos uma projeção”, me orientava a equipe. Mesmo sem muita noção no que toca a tais rubricas e muito menos seus valores respectivos - nunca havia eu estado “na mata” sob as condições que começavam a se conformar - enviei a tabela. Fato era que eu constaria, em maior ou menor grau, na “folha de gastos” da equipe. O montante não era baixo, para mim, mas tampouco se mostrou alto, para eles. Junto ao aspecto “epistêmico”, antes salientado como o modo por meio do qual tomei a provocação “*por que um sociólogo ao invés de um biólogo*”, no que toca à “mata”, se desdobrava agora para mim a lógica econômica já inerente ao modo por meio do qual a atividade científica era tomada por um agente das “big sciences”: uma lógica de investimento e retorno.

Foi assim que, em agosto de 2014, dois novos documentos estreitariam o laço entre o Programa e eu. Um Termo onde eu me comprometeria a participar como colaborador do INCT CENBAM e nenhum INCT a mais; e outro Termo onde eu me comprometeria com a política de disponibilização dos dados e metadados de minha pesquisa junto ao repositório do PPBio, bem como respeitaria certas normas de conduta metodológica nos sítios de pesquisa (em especial na BR 319). Não obtive retorno quanto ao grau de satisfação com meu projeto por parte do Centro; tampouco no que tocava à tabela. Só sei que, poucas semanas depois, meu ingresso ali estaria efetivado.

Algo como um *pacto* fora estabelecido. O projeto, a tabela de custos e estes dois últimos documentos representavam a instauração de um acordo institucionalizado. Por pacto, assim, tomo agora, quase que exclusivamente, sua formalidade e seus componentes econômico, institucional e ético.

Não só parte de meu objeto, o PPBio/CENBAM passava a ser, então, um agente com o qual eu compunha minha pesquisa. Aliás, não só a mim, como expus acima, mas também no que concerne às populações da região, percebi que as articulações e negociações com o Programa, principal agente *in loco* da rede global-local de estudos da biodiversidade, pareciam ser permeadas por ambos atravessamentos, o econômico e o epistemológico. Em

---

<sup>9</sup> Em certa medida havia, nesta fase de minha problematização, uma forte influência da crítica do Pós-Desenvolvimento (ESCOBAR, 2005a; GUDYNAS; ACOSTA, 2011) perpassando o então guarda-chuva dos ESCT.

síntese, as populações locais eram contratadas para auxiliarem nas expedições a campo (aportando seus conhecimentos) e eram pagas estes serviços. Contrariamente a mim, no entanto, a formalização destes laços monetários com os “nativos” era sempre *a posteriori*, a cada serviço prestado.

Estas constatações restaram evidentes quando do *Curso de Técnicas de Campo para Monitorar a Biodiversidade e Socioeconomia para Projetos de Conservação*, organizado e ministrado pelo PPBio/CENBAM e pela WCS. Fui gratificado com a oportunidade de participar deste Curso. Efeito do pacto então firmado: minha vaga, bem como parte das despesas (passagens aéreas, deslocamento e alimentação em campo), estariam *necessariamente* garantidas, posto que eu, disseram-me, “[precisava] ir a campo”; “[tinha] que ver como é o dia a dia das pesquisas”; “[tinha] que estar na mata”; “[deveria] aprender as regras metodológicas das pesquisas em biodiversidade”.

No dia 30 de setembro de 2014, desembarco em Manaus/AM. Do primeiro ao 12 de outubro, estaria, pela primeira vez, “na mata”, ou seja, no campo empírico de um biólogo da conservação. O Curso foi o primeiro evento de minha segunda viagem a campo, viagem que se estenderia até 04 de novembro, onde eu ainda faria visitas ao INPA (sede de boa parte dos membros do Programa), conversas com agentes-chave e uma outra saída, “na mata”, para a BR 319.

Confirmo minha chegada aos organizadores do Curso: “acredito estar levando tudo que fora pedido por vocês”, disse-lhes ao telefone. Tenho rede, cordas, repelente, botas, roupas soltas, confortáveis, porém “descartáveis”, caderno, material de higiene pessoal, lanterna, cantil, protetor solar e outros petrechos mais. “Não tive tempo para comprar um mosquiteiro”, retruquei. “Tudo bem. A Ducke e o Tupé são hotéis de luxo! Tem sede! Tem casas fechadas com tela nas janelas para dormir, cozinha, banheiro. É campo fácil!”, confortaram-me.

O Curso era destinado, independentemente do cargo e do nível, principalmente para gestores e estudantes. Éramos aproximadamente 20 a 25 participantes no total. Foi didaticamente dividido em dois blocos. O primeiro desde a ótica das ciências biológicas e o segundo desde perspectivas da sócioeconomia. Cada qual, respectivamente, teve lugar nos arredores de Manaus, na Reserva Florestal Adolpho Ducke, pertencente ao INPA, onde há instalado, desde 2005, o primeiro sítio de pesquisa do Centro, e na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé, a 25km do centro da cidade, subindo pelo Rio Negro. Ambos os blocos com partes teórica e prática, sendo o primeiro a cargo do PPBio/CENBAM e o segundo sob responsabilidade da WCS.

Como venho explicitando até então, ali se fez notar, com maior força ainda, o duplo atravessamento econômico-epistemológico que compunha a relação pesquisa-lugar. Por diversas vezes ouvi frases como “esses caras [os locais] são um GPS ambulante”; “você não pode entrar no mato sem eles”; “na Amazônia não se faz pesquisa sem os locais, eles conhecem tudo”; “é caro fazer pesquisa na Amazônia; tem que abrir e manter trilhas, levar comida, ter equipamentos, contratar mão de obra, e quase tudo se faz de barco, 4x4 ou helicóptero”; “custa caro manter a equipe, e tem todo o aparato burocrático por trás do campo, dependendo do lugar onde se vai”; “e convencer os apoiadores de que a pesquisa na Amazônia vale a pena? É difícil...”.

A fala mais contundente, neste sentido, foi de William Magnusson, idealizador e Coordenador-Geral do PPBio/CENBAM. Em uma de suas aulas, afirmou:

É muito importante você ter um mateiro, assistente ou auxiliar. Só que é muito difícil achar um bom mateiro, um bom auxiliar de campo, e um que fique. Primeiro você tem que ter certeza de que a pessoa realmente conhece o lugar, o nome popular dos bichos, plantas etc. Segundo, uma pessoa que conheça as árvores, por exemplo, trabalha, muitas vezes, para madeireiras e, para você fazer ela deixar esse trabalho, onde ela é bem paga, e mudar para a área da pesquisa e da conservação, não é fácil. Você tem que pagar ela pelo serviço. Mas, afóra isso, ela tem também que querer trabalhar com a pesquisa; ela tem que se sentir pertencendo a algo, senão ela desiste com o tempo.

A lógica do investimento-retorno era evidente. Mais do que isso, ela se apresentava necessária: a logística, os serviços dos locais e a competição com as madeireiras impunham volume monetário e facilidade para dispor do dinheiro. Buscar e gerenciar recursos se mostrava, portanto, tarefa intrínseca à produção do conhecimento científico. Ela determina, em última instância, a substância dos dados produzidos: quanto maior a equipe mais se gasta, porém mais dados se coleta e se processa; quanto mais experiente o mateiro mais caro cobra; ter dados na estação chuvosa, quando boa parte da Amazônia está alagada, custa mais. O mesmo se passava com o aspecto epistemológico. A presença e o conhecimento dos locais se revelava praticamente imprescindível: “você não faz pesquisa sem eles” ou “eles conhecem tudo” foram frases repetidas inúmeras vezes durante os 12 dias do Curso.

Ainda assim, parecia haver algo a mais ali, algo que extrapolava este duplo atravessamento econômico-epistemológico. Melhor: era a obviedade destes aspectos - para os próprios membros do Programa - que me fizeram estranhar o rumo o qual minha pesquisa estava assumindo e acabaram conduzindo meu foco para outra direção, direção que deixarei claro logo a seguir.

Com efeito, sair de um contexto - os laboratórios de genética e biologia molecular no sul do Brasil - no qual a discussão ciência, capitalismo e política, de modo geral, era quase um tabu, e chegar em um contexto - os projetos e as expedições científicas das “big sciences” no norte amazônico - onde tal discussão era não só flagrante, como essencial à própria atividade científica, foi algo sobressalente para mim. Ao longo do Curso, biólogos e ecólogos testemunhavam, com eventos, fatos e enunciados, a inseparabilidade daqueles domínios; diziam que seus conceitos, argumentos e estatísticas eram construídos junto às relações sociais, políticas e econômicas. Não posso me furtar em antecipar o comentário de um doutorando e um pós-doutorando, já de longa data vinculados ao PPBio/CENBAM, poucos meses após o Curso, em outra situação: “ciência é carocha...”. “Carocha?”, pergunto-lhes. “É... é contar uma história convincente. Quanto mais dados, mais recursos, mais parceiros, mais convincente é”. Confrontar-me a este cenário, me fez suspeitar de algumas de minhas escolhas iniciais apresentadas já no projeto ao PPBio.

Naquele, a relação entre pesquisa e “melhoria da qualidade de vida das populações locais” passaria por uma cartografia de redes (LATOURE, 2005), cujo objetivo seria trazer à superfície os acoplamentos científicos, políticos e econômicos, da hibridação natureza-sociedade. Claro estava, no entanto, que aquele *fazer interessar* não poderia se concretizar por meio de um trabalho de tese que se detivesse na - e apontasse a - imprescindibilidade da relação entre ciência, capital e política desde a mirada ontológica dos ESCT<sup>10</sup>. Menos ainda num trabalho de tese cuja ancoragem epistemológica se atasse ao pressuposto do “quão construídas são as categorias científicas”, ou mesmo na crítica do “quão limitadas” são as ciências e as técnicas em responder aos supostos graus de complexidade social.

Repassei à memória, aliás, quando do momento do Curso, o que contam Latour e Woolgar quando da devolução de suas próprias análises em um laboratório de bioquímica nos Estados Unidos:

Os cientistas do laboratório estavam provavelmente mais surpresos que qualquer um, que este era o único estudo deste tipo. Para eles, nossos argumentos sobre a necessidade de tais estudos eram óbvios. “Como pode alguém ignorar os detalhes de nosso trabalho diário?”, eles retrucavam. Logo, sua principal reação ao livro (afora cuidadosamente escrutinar as citações em pseudônimos que usávamos) era a de que ele era, ao invés, nada surpreendente, senão trivial. (LATOURE; WOOLGAR, 1986, p. 274 - tradução livre).

---

<sup>10</sup> Tento incluir aqui diversas siglas que se dizem tributárias, não sem suas devidas críticas e diferenciações, 10 do guarda-chuva de estudos sobre ciência e tecnologia. Cito o *Sociology of Scientific Knowledge* (SSK), cujos principais representantes são David Bloor e Barry Barnes; os *Science Studies* (SS) de Michel Callon, John Law e Bruno Latour; os *Science and Technology Studies* (STS), com Harry Collins e Stephen Yarley; e os *Social Studies of Science* (SSS) com Karin Knorr-Cetina, Michel Lynch, Hilary Putnam e Seteve Woolgar. Para um histórico das distintas abordagens deste guarda-chuva ver PREMEBIDA et al, 2011.



Diferentemente destes autores, contudo, não pretendo fazer de meu campo empírico “uma boa confirmação da acurácia das [minhas] observações”, nem tampouco destiná-lo, mesmo que justificadamente, “à outra audiência” (LATOURE; WOOLGAR, 1986, p. 274-275 - tradução livre). O Centro ocupava para mim um duplo estatuto, sendo meio objeto, porém, e mais ainda, meio parceiro.

Do mesmo modo como a preocupação do PPBio/CENBAM era interessar às comunidades locais a fim de que estas se engajassem nas suas pesquisas sobre biodiversidade, minha preocupação era interessar ao PPBio/CENBAM a fim de que este se engajasse à minha pesquisa. Parêntese de alerta ao leitor: se um pacto já havia se configurado entre o Centro e eu, tal pacto era, até então, formal. Um dos elementos que compunha este pacto, inclusive, era o então projeto que eu havia apresentado ao Programa.

“É preciso se fazer existir a partir de uma necessidade institucional em rede. Ter sucesso é construir uma ideia que mais tarde não se diga mais sua; ela pode ser de qualquer um”. Tais frases, proferidas por William Magnusson durante o Curso, assumiram, para mim, o sentido desta patente obviedade: ciência, economia e política se constroem juntas, em rede. No entanto, tais frases instauram um problema político maior. A dispersão de ideias não ocorre solta. Ao viajar de um contexto a outro, ela carrega consigo poder, ou seja, põe em relação, engaja em direções específicas. Fabricar abstrações, ideias ou conceitos é, por conseguinte, carregá-las com vetores de força.

Minhas inquietudes sofreram ligeiras torções. O que meu campo passava a sugerir era uma maior atenção ao deslocamento político e conceitual do laboratório à mata, onde as enormes dificuldades que se apresentavam para gerar dados sobre biodiversidade se apresentavam junto com os enunciados “você precisa estar na mata”, “você não faz pesquisa sem os locais”.

Sendo assim, não se tratava mais da tessitura da rede enquanto o desenho de uma problemática, qual seja, a conformação, constituição e atuação do PPBio/CENBAM junto às comunidades locais face à “crise da biodiversidade” como mote da geração de renda e desenvolvimento, mas sim *as microdinâmicas in loco que tornavam um conhecimento possível*. Chamou minha atenção, então, qual o estatuto que o Programa assumia diante dos agentes das comunidades, qual modo de engajamento pesquisadores-locais permitia as expedições mata adentro e, também, como o encontro de saberes<sup>11</sup> acontecia. Em outros

---

<sup>11</sup> A expressão encontro de saberes não possui força analítica ou conceitual. Sua função é meramente descritiva, isto é, ilustra uma situação onde técnicas distintas de conhecimento são postas em contato, como, por exemplo, a utilização de paquímetro e fita métrica na medição de árvores, e as técnicas de observar e tatear os troncos. A análise de como estas se misturam e se atualizam irá corresponder ao conceito de entre-saberes (ver seção 3.1.1).

termos, trata-se de tentar um deslocamento da perspectiva analítica encrustada nos agentes (que no meu caso partia do PPBio), àquela da situação na qual estes se encontram.

Faço a tessitura de uma rede de relações de inspiração latouriana (LATOURE, 2005). Este trabalho é antes metodológico. Tomo esta descrição desde a perspectiva na qual me situar a campo é, também, situar estas microdinâmicas. Busco, porém, singularizar as forças que mobilizam estes encontros em meio à mata. Como todo recorte, há, neste investimento, perdas e ganhos.

Assim, se evidente estava que todo pesquisador é um pouco empresário (LAW, 1986) e que a prática científica é outro modo de fazer política (LATOURE, 1983; 1999b), onde buscava eu novas pistas sobre a relação, a criação do engajamento entre pesquisadores e comunidades locais, ciência e lugar? Remeto o leitor ao trecho da fala do Coordenador-Geral do Programa outrora reproduzida. Destaco o ponto de torque: “você tem que ter certeza que a pessoa [o mateiro, o guia, o auxiliar/assistente] conhece o lugar (...); você tem que pagar ela pelo serviço; mas, afora isso, ela tem, também, que *querer* trabalhar com a pesquisa”.

...

Tarde (1895) entende o desejo, a crença e a sensação, como sendo as forças constitutivas da alma. Enquanto as duas primeiras são de natureza quantitativa, a terceira é de natureza qualitativa. Irredutíveis, porém, umas às outras, seus diversos modos de combinação partem de um entendimento preciso: “estes elementos sensitivos [o desejo e a crença] são os zeros da sensação, com os quais se trata de fazer um número” (TARDE, 1985, p. 184 - tradução livre). “Fazer sociologia”, assim, começa pelo estudo dos potenciais de desejo e crença.

De modo ainda mais amplo, o desejo é uma força de expansão, dinâmica de captura do outro cujo efeito é a produção de uma afirmação, uma crença. A sua vez, “a crença, único objeto do desejo”, dizia Tarde (1985, p. 227 - tradução livre), é uma força estática que liga ou reúne os elementos alvo das operações de captura, sejam eles pessoas, animais, instituições, coisas e lhes confere um sentido.

O “querer trabalhar com a pesquisa” se apresenta como indício-chave na leitura dos modos de engajamento engendrados entre pesquisadores e comunidades locais, na relação entre ciência e lugar. Não se trata de excluir da análise os atravessamentos econômico e epistemológico até aqui tão evidentes. O que ocorre, com efeito, é uma redistribuição das linhas que compõem o horizonte problemático daquela relação. Tais atravessamentos, com isso, passam para o segundo plano, sendo articulados pela produção de desejo e crença.

Seria demasiada ingenuidade manter tais forças em uma articulação onde os domínios do econômico e do epistemológico teriam primazia. Um leitor apressado diria que, remunerando mais o trabalho com conservação da biodiversidade do que o trabalho com o corte ou transporte de árvores, a lida nas fazendas ou a extração clandestina de minérios, o desejo para com a pesquisa seria maior. Porém, reconduzir, aqui, o “querer trabalhar com a pesquisa” ao “pagar pelo serviço” não condiz com a realidade empírica. Não há como um indígena que recebe até R\$ 3.000,00 para fazer um único transporte - muitas vezes ilegal, diga-se de passagem - de madeira, desejar mais conservar a biodiversidade recebendo nesta atividade R\$ 45,00/dia. Tampouco se compararmos os benefícios ofertados pelos fazendeiros: moradia, comida e um soldo mensal de mais ou menos R\$ 600,00 - R\$800,00/mês. Nem ousar mencionar os ganhos com o garimpo de tantalita, titânio e ouro. Não há, necessariamente, aporte direto entre o *quantum* de desejo e o *quantum* econômico-financeiro.

Da mesma maneira, o “querer” não se reduz ao elemento epistemológico. Não se engaja o agente local pelo reconhecimento de seus julgamentos enquanto aquele que “conhece o lugar”. No caso de um dos ribeirinhos dos arredores do Parque Nacional do Viruá (PNV)/RR com o qual convivi, seu ganho de conhecimento o coloca, de fato, numa posição de prestígio diante da comunidade: “eu fui o primeiro ribeirinho daqui a dar curso para os outros. A Dra. me convidou para falar sobre o nosso trabalho num curso de monitoramento para novos assistentes. Alguns ficaram até com ciúme”, disse-me certa vez. No entanto, temo que “convencê-lo de sua posição superior” não seja suficiente para o fazer “querer trabalhar com a pesquisa”. Simplesmente porque isto não ocorre. Não só os pesquisadores, mas também os gestores e os apoiadores tendem a hierarquizar os saberes na ordem inversa, como o ribeirinho não é, ele, um agente passivo que se deixa despretensiosamente convencer. Ele não capitaliza seu relativo acúmulo de conhecimento: “rapaz, olha só... nem fala eu falo direito e vou me meter a dizer que planta ou bicho é aquele, como se faz isso e como se faz aquilo?!”, complementou-me na ocasião.

Aos anseios e dúvidas mais gerais que se circunscreviam à problemática da rede de invenção global-local da biodiversidade amazônica, substituí, então, interrogações de outra ordem. Assumindo o desejo e a crença como forças quantitativas, se torna despropositado convertê-los em conceitos transcendentais. Assim é que, portanto, as perguntas mais coerentes, até este momento, seriam (i) como situar o desejo na pesquisa sobre a biodiversidade, por exemplo, *acima* do desejo, por exemplo, do trabalho com madeiras?; (ii) como afirmar as crenças na conservação *para além* das crenças em

outros usos dos recursos do lugar? Em síntese, passo a me perguntar como posicionar o desejo e a crença no engajamento entre pesquisadores e comunidades, ciência e lugar.

Espero que a insuficiência heurística, tanto empírica quanto analítica, dos atravessamentos econômico e epistemológico tenha restado clara. Em contraste a estes atravessamentos, que não deixam de compor, repito, a relação direta entre pesquisadores e comunidades, a produção de desejo e crença não é nada evidente. É devido a tal redirecionamento que Tarde me interessa. É ele quem coloca, quem inscreve estas forças no vórtex da sociologia. Neste trabalho de tese, portanto, farei convergir não só sua sociologia às experiências com as quais me deparei a campo - de modo a criar a “necessidade absoluta de um ato de pensar” (DELEUZE, 2000, p. 182 - tradução livre) -, mas também às passagens de sua macro à microanálise, o deslocamento de seu horizonte problemático e, por fim, os rearranjos dos conceitos de desejo e crença às questões que foram emergindo no decorrer desta empreitada.

### 1.3 IRONIAS DO PERCURSO DE CAMPO: “O ESTAR NA MATA” E O “FICAR ENTRE QUATRO PAREDES”

Em síntese, os primeiros achados empíricos a campo me exigiram abrir a sociologia ao terreno abandonado por ela própria, de uma certa analítica da produção de desejo e crença. Isto porque, em sendo conduzido da “mata epistêmica” à “mata de verdade”, fui paulatinamente desafiado a tecer, com a biologia da conservação, uma relação que, sem reduzir a forte influência da economia do conhecimento, a excedesse. A temática da biodiversidade amazônica passará, assim, por outra grade de inteligibilidade. De quais ferramentas dispor para efetuar esta passagem? Sob quais condições de fato - isto é, no cenário da pesquisa -, aquele terreno se encontrava?

Antes de recuperar o “estado da arte” dos quadros e referenciais teóricos da sociologia, escolho permitir, mais uma vez, que o domínio empírico responda às indagações logo acima. Trata-se de situar o cenário amazônico como aquele sob o qual recaem os ímpetus de proteção e salvação da biodiversidade – a partir da ciência praticada pelo PPBio/CENBAM - em toda sua complexidade. É neste sentido que trago a série das conversas que tive com o Coordenador-geral daquele.

Cansados, após o primeiro dia de aula prática do Curso, no qual testamos o método inovador do PPBio para inventariar a biodiversidade - o RAPELD (*Rapid Assessment Surveys in Long Term Ecological Research*, no inglês), cujos detalhes técnicos discutirei mais à frente - sentamos no refeitório da Reserva Ducke. Um espaço pavimentado, com telhado de zinco, mesas grandes de madeira, luzes bem distribuídas. Havia, também,

bancadas e armários de cozinha, fogão, geladeira à gás e tudo o mais. Senão “um hotel de luxo”, como me haviam comentado, um espaço bastante agradável para conversar sob proteção das fortes chuvas e dos ventos “desvairados”.

*Eu* - Professor, como consta já no meu projeto, tenho achado, de modo geral, a articulação do Programa com o objetivo do componente Temáticos, a melhoria da qualidade de vida das populações locais, um tema interessante. Propus alguns sítios onde eu poderia ir investigar essa articulação. O que me interessaria seria acompanhar as saídas de campo e as interações entre vocês e essas comunidades locais por meio de um método chamado etnografia e de um tipo de análise de relações que visibiliza certas analogias, ou seja, semelhanças e diferenças entre as perspectivas em jogo.

*Prof. Magnusson* - Sim. Sabia que já encontramos, muitas vezes, antropólogos em campo. Os antropólogos dizem aos indígenas que eles não devem se preocupar com a biodiversidade; que isso não deve lhes interessar. Dizem-lhes que nós, da ecologia, estamos ameaçando sua cultura, suas crenças, explorando seu ambiente e suas riquezas. Esses antropólogos defendem que os indígenas devem é se preocupar com seus costumes e rituais. Isso nos traz muitas dificuldades. Eu digo que biodiversidade é cultura.

*Eu* - Entendo, claro. Contudo, já antecipo que não faço parte deste conjunto de antropólogos. A sociologia que pretendo experimentar tenta justamente questionar os modos naturalizados com os quais lidamos com o ambiente ao nosso redor. Se bem entendi, como o Sr. disse, aquilo que pensamos estar do lado “natural” não é isolado do que acreditamos ser “social” ou “cultural”. Essas coisas se misturam.

*Prof. Magnusson* - Uhum... Bom, nós temos algumas dificuldades de nos relacionarmos com algumas comunidades, por exemplo, em Maracá. E se você pudesse ajudar nesse processo de interação, comunicação e capacitação seria muito importante.

Esta conversa marca algumas das condições mais relevantes do terreno/cenário das pesquisas em biodiversidade na Amazônia. Para tratar destas, de modo articulado, se faz imprescindível ir devagar, passo a passo.

Três são as ironias, ou os paradoxos, que se apresentaram e informaram a articulação que menciono: (i) mesmo me afastando do projeto analítico maior da ancoragem latouriana dos ESCT – qual seja, a descrição da rede de hibridação entre sociedade e natureza -, foi minha trajetória de inserção neste guarda-chuva que me permitiu intessar o PPBio/CENBAM, ou seja, que levou nosso pacto para além do “formal”; (ii) a posição que eu fora convidado a assumir naquele cenário, mata adentro, agora, era justamente aquela que eu outrora rejeitei - remeto o leitor ao momento em que recusei operar uma sociologia “entre quatro paredes”; (iii) essa posição parecia se opor ao próprio registro no qual o pacto se estreitou. A seguir, exponho ponto a ponto e retiro, deles, respectivamente, efeitos práticos para as estratégias metodológicas que compuseram os próximos movimentos que fiz a campo.

Primeiramente, ficava entendido que se eu fizesse parte do conjunto de sociólogos - ou antropólogos - cuja crítica se apoia na divisão ingênua entre crença cultural e biodiversidade, meu engajamento com o Programa corria o risco de ser rejeitado. Já se eu

“pudesse ajudar” na construção de um modo de relação entre ecólogos e comunidades locais, desde a perspectiva na qual “biodiversidade é cultura”, meu engajamento seria aspirado.

Todavia, algo como uma “questão de ordem” se colocava: “biodiversidade é cultura” assumia, para ambos, o Centro e eu, o mesmo sentido? Tratava-se da partilha de entendimento quanto à não separação ontológica entre “sociedade/cultura” e “natureza”? Outra conversa, já bem mais tarde, em fevereiro de 2017, via videochamada, esclareceu esta dúvida:

*Eu* - Professor, serei breve. Recordas daquela conversa que tivemos na Ducke sobre a relação entre vocês, os antropólogos e as comunidades? Naquela ocasião, tu me disseste que, para vocês, “biodiversidade é cultura”. Qual o sentido que isso assume?

*Prof. Magnusson* - Veja bem, não é que eu tenha dito que biodiversidade é cultura. Na verdade, eu falo de uma simbiose. Eu me pergunto: o que define a cultura dos povos no interior da Amazônia? Eu não sei, e não cabe a nós impor qualquer coisa. Minha questão é que, do mesmo modo como a cultura não é algo congelado, ela não pode ser pensada sem uma interação com o lugar. Por exemplo. Você vê um antropólogo estudando a comunidade Yanomami. Ele está a descrever uma dança ritualística que se faz com uma certa espécie de cogumelo. Será que naquela descrição ele se pergunta sobre o papel daquele cogumelo? Como ele foi colhido? Processado? Que outros conhecimentos existem na manutenção daquele ritual? E se o cogumelo deixar de existir? Geralmente, o antropólogo descreve que aquela dança faz parte daquela cultura, como se esta fosse algo congelado. Cultura não se congela, não se perde; se modifica. Também os lugares. Não pretendemos impor nada a ninguém, nem ofender ninguém. Falei de alguns antropólogos e sociólogos, mas poderia ter falado de alguns biólogos também. Temos que ter cuidado em não pintar um grupo a partir de algumas pessoas.

*Eu* - Claro. Acontece que esse é um debate importante nas ciências sociais, essa divisão ontológica entre cultura, ou sociedade, e natureza. E eu tenho que ter precisão linguística e conceitual para tomar parte neste tema.

*Prof. Magnusson* - Aham... então, falamos nessa simbiose, ou coevolução, se você preferir. Se os Yanomami são expulsos ou saem das suas terras e vão para a cidade, seus hábitos e práticas vão mudar. Do mesmo modo, se seu território é desmatado, ou seja, se você retira a biodiversidade dali. São os indígenas que vão escolher se querem sair ou ficar (não sendo expulsos, claro), manter a biodiversidade ou plantar soja. Eu, por exemplo, não posso ajudar se eles decidirem plantar soja, porque não sou agricultor. Mas, se eles desejarem manter a biodiversidade, eu posso contribuir sugerindo novos horizontes, capacitações etc. os quais eles podem se apropriar, do modo como eles julgarem, para fazerem as combinações que acharem melhor com suas tradições e práticas em meio à biodiversidade que eles têm ali. E isso...

*Eu* [interrompo] - Eu poderia dizer, então, que a posição de vocês, do PPBio/CENBAM, tem sido contribuir na manutenção de um substrato material mínimo, a conservação da biodiversidade, que permita as práticas associadas nos lugares onde a biodiversidade importa?

*Prof. Magnusson* - Sim... Porque não há cultura sem interação com o lugar. E isso tem efeitos culturais, científicos e políticos. A Noemia, que você conhece, publicou um livro, há pouco tempo, sobre as diferentes espécies, seus usos etc., de cogumelos, junto com os Yanomami. Ela organizou o livro. Todos os autores são indígenas. Do mesmo modo como ela ganha uma publicação e novas espécies são descobertas etc., eles não publicariam sem ela, porque eles não têm formação aceita pelas revistas e editoras; não teriam esse alcance. E foram eles que buscaram ela para realizar esse levantamento.

Das inúmeras discussões que daí podem derivar, mantenho, por hora, o foco em análise. O enunciado “biodiversidade é cultura” não indica uma posição culturalista do PPBio/CENBAM. Não se trata de *uma cultura da conservação*, própria ao mundo moderno, que emprestaria ao seu modo de abstração dividido dos processos “sociais” e “naturais” a autoridade de definir *a cultura do lugar* de maneira que nenhum outro possa assim pretender. Com efeito, não se trata somente dos Yanomami. Nos últimos anos, algumas comunidades Dessana e Baniwa no alto Rio Negro, em São Gabriel da Cachoeira/AM, e os Kayapó no Pará, procuraram o Programa para que fosse instalada uma grade de pesquisa RAPELD em seus territórios.

Décadas a fio de pesquisa na Amazônia vêm modificando a perspectiva do Programa. Em diversos momentos no Curso, bem como em outros momentos a campo, me foi explicitada esta transformação: “o Professor, hoje, está muito mais aberto a trabalhar com as comunidades”; “há alguns anos atrás, ele nem cogitava parcerias com indígenas e ribeirinhos”; “a atuação do PPBio mudou daquela ideia de ‘conservação sem gente’ para uma integração mais próxima com as populações locais”. Com efeito, basta a leitura do artigo que dá nascimento ao método do PPBio (MAGNUSSON et al., 2005) e do livro que resume os anos de trabalho do Centro (MAGNUSSON et al. 2013) para apreender este câmbio de perspectiva.

Em 2005, o esforço científico do PPBio se ancorava em construir um método, o RAPELD, capaz de articular as diferentes escalas de medição da biodiversidade e seus custos junto às distintas esferas de tomada de decisão governamental. A relação com os locais era residual. Esta era informada pelo caráter pedagógico dos estudos: “investigações biológicas só serão relevantes se a população local participar e as investigações servirem tanto para ensinar as comunidades locais sobre o valor dos seus recursos naturais, como para ensinar a comunidade internacional sobre biodiversidade” (MAGNUSSON et al., 2005, p. 5 - tradução livre). Outras sutilezas metodológicas indicam, mais a fundo, uma certa evitação do humano: cuidado ao pisar nas áreas de amostragem; interdição, nestas, de cortar galhos ou remover qualquer coisa; limite de pessoas por tipo de amostragem etc. Não é coincidência que praticamente todos os sítios de pesquisa desta época são áreas dentro de UC’s.

Ainda assim, a posição do PPBio/CENBAM não se define, também, como naturalista. A partir de 2013, o esforço parece se dirigir, reflexivamente, à própria problematização da atuação do Centro a campo:

Em alguns casos, a população local quer a infraestrutura RAPELD para ajudá-los a desenvolver habilidades que lhes permitam interagir efetivamente com a sociedade nacional. No entanto, na maioria dos casos onde as comunidades locais identificaram questões de pesquisa sozinhas, a infraestrutura RAPELD não seria necessária, e impô-la seria desastroso. (...) Se as comunidades locais veem o valor de integrar seus esforços em um programa mais amplo, elas pedirão apoio para tal. (...) Organizações governamentais e conservacionistas urbanos, muitas vezes, têm outras prioridades, mas “o desejo de conservar o lugar em si tem sido fundamental para quebrar as barreiras culturais entre a comunidade local de usuários de recursos, gestores de recursos, organizações ambientalistas e cientistas” (Curtin 2010). O RAPELD tem sido utilizado em áreas agrícolas em São Paulo (<http://ppbio.inpa.gov.br/sitios/treslagoas>) e áreas de produção animal no Pantanal (<http://ppbio.inpa.gov.br/sitios/pirizal>), e pode ser útil para estudar outras configurações, porque permite comparações com outras áreas que são necessárias para mostrar a singularidade dos lugares que a população local deseja conservar. Às vezes se alega que pesquisas ecológicas de longa duração não podem ser realizadas em áreas fortemente afetadas por atividades humanas, mas isso reflete uma compreensão pobre da história da Terra. Todos os locais estão passando, e sempre estiveram passando, por mudanças contínuas (...) Comunidades locais, muitas vezes, têm um forte senso de lugar que influencia a forma como eles veem e utilizam a paisagem. (MAGNUSSON et al, 2013, p. 231-232; 270-273).

A biodiversidade não está somente na floresta, podendo ser medida nos campos de soja ou na cidade. Trata-se de singularizar um “senso de lugar”. Os vetores de desejo e crença da prática científica no lugar, assim, correriam em outro sentido.

Isso dito, não farei a reconstrução das condições de possibilidade das pesquisas em biodiversidade no cenário amazônico. Antes de como o presente se tornou possível, minha preocupação é como tratar e o que se pode/poderá fazer com o presente que se apresenta. É na esteira desta escolha que a discussão sobre a dimensão ontológica deve ser deslocada. Antes de adentrar no conteúdo próprio ou na forma como “social” e “natural” se agenciam no entendimento moderno da realidade - que remeteria aos “debates estéreis” fundados pela “filosofia do ser” (TARDE, 2010 [1893], p. 53 - tradução livre) - se demonstra mais prudente prosseguir na análise das maneiras pelas quais se dá a experiência *in loco* das pesquisas em biodiversidade na região do norte-amazônico, os desejos, as crenças e este “senso de lugar”.

É por tal escolha que Tarde e agora também Whitehead me interessam aqui. Antes de investir nas definições e partições “do mundo como ele é”, é preciso se atentar às *operações pragmáticas* que permitem tal ou tal experiência. Foi durante meu período de mobilidade doutoral no *Groupe d'Études Constructivistes* (GECó), na *Université Libre de Bruxelles* (ULB), que esta torção ganhou força. A pertinência e profundidade das discussões e leituras ali realizadas, ao longo do ano de 2015-2016, fez intrusão neste trabalho. Todos, em maior ou menor grau, me estimulavam para além do suposto afastamento entre sociologia e filosofia, aportando questões que correlacionavam conceitos, políticas e éticas, e a disjunção das sensações e sentimentos que me afetaram a



campo. As contribuições do Prof. Didier Debaise e sua acolhida no seio do GECO se orientavam precisamente neste enlace: não fundamentar a crítica sociológica numa realidade sob a qual não temos - literal e figurativamente - palpabilidade.

Efeito direto deste período de mobilidade doutoral foi minha aproximação com a filosofia especulativa de Whitehead. O que este autor chama de experiência moderna - e por que não, científica - da realidade (WHITEHEAD, 1967) é, em resumo, o resultado de dois gestos consecutivos: (i) a bifurcação da natureza em qualidades primárias (intangíveis e idealmente mensuráveis) - solidez, movimento, duração, espessura - e qualidades secundárias (fenomenais e idealmente aproximativas) - cor, odor, som - e (ii) a localização da matéria, isto é, a determinação do espaço-tempo que um corpo ocupa. Mais: tais gestos não servem senão para render inadequada e impossível a própria experiência moderna que eles evidenciam. É que, de um lado, se faz incontornável falar dos corpos - a matéria em si - mas, de outro, não se os atinge senão por interpretações, representações, sensações, abstrações imprecisas e ideais. Uma “zona obscura” se confunde com a própria constituição da operação: “tudo foi invertido: à operação se substituiu a ontologia, à abstração a concretude das coisas, e às possibilidades do conhecimento a existência ela mesma” (DEBAISE, 2015, p. 45 - tradução livre).

Tem-se, assim, outra leitura do modo como o poder da relação entre ciência, modernidade e entendimento do mundo é exercido. Eis, da aproximação entre Tarde e Whitehead, em simultâneo, um novo campo de investimento: as sensações vão jogar, na crítica à bifurcação da natureza frente às forças de construção da experiência da pesquisa – o desejo e a crença -, um papel crucial.

A complexidade do cenário é envelopada pela relação direta entre o Programa, o RAPELD e algum “senso de lugar”. Estes compõem, no macro, a expressão política do desejo de conservação que recai sob a região amazônica e da crença de que “a biodiversidade, ali, importa”. Compõem, também, microssociologicamente, a multiplicidade das experiências, ou melhor “as possibilidades de nossas sensações” (TARDE, 1985, p. 228 - tradução livre). Se há um atravessamento ontológico

neste terreno, entendido como a problemática da constituição da experiência da realidade entre natureza e sociedade, ele não é, senão, efeito de superfície.<sup>12</sup>

Trata-se, assim, de registrar estas microdinâmicas na maneira pela qual as pesquisas que se apresentam em “interação com o lugar”, em “simbiose”, ocorrem. Trata-se de registrar a experiência pragmática de “estar na mata”. Eis, com isso, as condições empíricas, e algumas ferramentas analíticas - defendo, de outro modo de “fazer sociologia” - que passam a orientar o terreno no qual este trabalho de tese se desenrola. Porém, outra aparente contradição decorre desta condição e minha inserção concreta a campo.

Deparei-me com uma segunda ironia. Neste cenário de disputas e alianças, a posição a qual eu fui convidado a assumir, me parecia muito próxima daquela na qual outrora eu fora posto - remeto o leitor ao momento em que recusei operar uma sociologia “entre quatro paredes”. No presente caso, eu me sentia hesitante em atuar como “diplomata” entre o PPBio/CENBAM e as comunidades locais. Se encontrei um modo de assumir os riscos (trair e ser traído) inerentes a esta posição (STENGERS, 2003), de ocupá-la sem ser por ela ocupado, foi no sentido mais literal do termo *mediador*<sup>13</sup>, qual seja, o de habitar ativamente estas e outras tensões.

---

<sup>12</sup> O *quantum* de desejo e crença aparenta não se manifestar em função de um atravessamento ontológico que reuniria os agentes entre si. Na segunda parte do Curso, conduzida na RDS do Tupé, encontramos um Pajé Dessana que saiu, com parte de sua comunidade, do Alto Rio Negro e se instalou nas proximidades de Manaus. Ele indicava inegociável a diferença entre biologia (entendimento da catalogação descritiva e do efeito das plantas medicinais) e seu “conhecimento de causa” (a origem espiritual do poder curativo das plantas). Do mesmo modo, meses depois, nos arredores da ilha de Maracá, Cosmo, Macuxi e tuxaua da comunidade do Boqueirão, marcava, incessantemente, os vínculos de parentesco de seu povo com a terra. Todavia, nada impede aproximar o perspectivismo ameríndio (VIVEIROS DE CASTRO, 1996) da sociologia que esboça. Esta pode vir a ser uma tarefa promissora.

<sup>13</sup> Não posso me furtar aqui em mencionar a abundante literatura - dos quais cito somente os principais trabalhos, muitos, aliás, também pertencentes ao guarda-chuva dos ESCT, - que cuida da figura do diplomata (DESPRET, 2001; THOUREAU; DESPRET, 2014; LATOUR, 1991; LATOUR, 1999b; HOLBRAAD; PEDERSON, 2017; STENGERS, 1998; 2003). A figura do diplomata assume muitas variações nestes autores. O que é certo, contudo, é que ela emerge da tensão entre guerra e paz. No caso do contexto norte-amazônico de inserção das pesquisas em conservação da biodiversidade, julgo ser demasiadamente apressado inserir a relação pesquisa-lugar dentro deste regime do diplomata. Não que não hajam elementos suficientes que indiquem uma relação de guerra da pesquisa para com as comunidades indígenas. Basta vermos o exemplo da disputa política e judicial internacional que culminou na repatriação das amostras de sangue Yanomami (ISA, 2013); ou a perda judicial dos Ashaninka quanto ao reconhecimento dos usos tradicionais do murumuru (JUSTIÇA, 2013). Entretanto, temo ser, antes, a dimensão/regime da colonialidade aquela que irriga esta relação. Se tal dimensão possui uma articulação com a tensão guerra-e-paz, tal tensão, penso, não é senão somente uma dentre as muitas facetas que a colonialidade assume. Nada impede, entretanto, que a figura do diplomata seja assumida como postura ética e metodológica. Neste sentido, não posso, igualmente, me furtar em explicitar ao leitor minha inclinação ao modo por meio do qual a figura do diplomata é apreendida por Isabelle Stengers. Mais de uma vez, ao longo de minha estadia no *Groupe d'Études Constructivistes*, em Bruxelas, esta escrutinava a relevância deste dado em meu trabalho. Segundo suas palavras, “eles te convidaram assumir um papel importante, tu podes ser um mediador [médiateur]”. Ao redor das possíveis dissonâncias entre “mediador” e “diplomata” - que não me cabe ensaiar -, a importância que ela conferia a este tema passava pelo seu encorajamento, a todo cientista, em (trago ainda suas palavras) “tomar os riscos [la prise de risque] deste papel”. Sou eternamente grato por sua atenção. De todas as formas, acredito ser outra a figura que informa minha sociologia. Tentarei, mais adiante, dar conta desta figura sem excluir “la prise de risque” que Isabelle Stengers me incentivou a abraçar.

Em se tratando de um cenário no qual certas “competências” são articuladas por múltiplos atravessamentos não cabe à sociologia, certamente, a tarefa - impossível, diga-se de passagem - de criação de uma grade comum de entendimento das relações entre cientistas, ribeirinhos e indígenas, a difundida resolução das diferenças - ou conflitos - via “mediação social”. Cabe, quem sabe, o esforço de uma “tradução” - como a define a antropologia de Viveiros de Castro (2004) em seu “método da equivocação controlada”. Compartilho de alguns pressupostos metodológicos deste. No entanto, não assumo, aqui, que as “operações de comparação” remetem à uma “continuidade ontológica”. Remetem, antes, sugiro, às disjunções do terreno da produção de desejo e crença.

O sentido assumido pelo convite que me foi feito - “se você pudesse ajudar nesse processo de interação, comunicação e capacitação” - não é outro senão o do desejo, ou seja, se eu *quisesse* ajudar neste processo, esta parceria seria, sem mais ressalvas, ratificada. E, como disse, assim o foi. Bem, mais ou menos. É que o convite me oportunizava estar “na mata”, fazer meu campo na “Amazônia”, firmar-me no INPA. Em outras palavras, ele correspondia aos meus anseios iniciais, que, agora, se re-acomodavam. Mais: ele me oportunizava conhecer o modo de vida das vilas ribeirinhas e das comunidades indígenas. Por outro lado, entretanto, ele me deixava hesitante, visto que assombrado pelo “meio” entre diplomacia e colonialidade. Com isso, tenho, de um lado, a conversão do Centro no agente por meio do qual minha entrada a campo se deu. De outro, no entanto, ele não deixava de existir, ali, como “objeto parcial” não isento de críticas e distanciamentos de minha parte.

As “competências” ou “capacidades” presumidas, neste cenário, de uma sociologia “entre quatro paredes”, quais sejam, “ajudar na comunicação” etc. desde o prisma que não separa crença cultural e biodiversidade, respondem a circunstâncias concretas e construções abstratas outras que não são as mesmas do “estar na mata”. O contato com as comunidades locais, sendo eu alguém que passaria a me apresentar desde um vínculo primeiro com o Programa, marcaria por si só a herança colonial historicamente presente na região. Parte da “equivocação controlada” se deve a esta incontornável restrição.

Trago, por fim, a terceira e última ironia antes aventada. A posição dos biólogos da conservação que o PPBio/CENBAM assumia, para com os antropólogos da cultura, era informada, portanto, por esta tensão entre os eixos que podemos chamar de moderno e não moderno (LATOURET, 1991). Afinal, paradoxalmente à crítica culturalista, eu fora colocado na função de mediar as relações dos humanos-entre-si, no caso, os biólogos e os ribeirinhos ou indígenas.

Como venho mencionando até aqui, minha preferência corria na direção do “estar na mata” e não do ficar “entre quatro paredes”. Reforço, com outros termos, que não pretendo induzir o leitor a pensar que haveria aí qualquer correspondência direta ou analogia com uma ontologia não-moderna e outra moderna. Um paralelismo assim seria demasiadamente ingênuo. No que segue, o foco é outro: tentarei converter a aparente contradição “na mata” *versus* “entre quatro paredes” num contraste. Se este contraste é capaz de criar uma *diferença que importe ao fazer sociológico (sensitivo) e aos modos de engajamento entre pesquisadores e comunidades, inscritos, todos, na produção de desejo e crença*, é requisito urgente, então, ir a campo, estar “na mata”, se fazer presente no lugar do encontro, físico e material, econômico e epistemológico entre todos aqueles agentes.

#### 1.4. “ESTAR NA MATA”: IMENSIDÕES

##### **1.4.1 Sítios de pesquisa RAPELD: circunscrevendo a biodiversidade como medida e o ambiente como abstração**

Ao longo de minhas conversas com o Coordenador do Centro, os sítios de pesquisa nos quais propus realizar a parte mais densa de meu campo empírico foram sendo escolhidos dentre cinco opções. Dois deles em Roraima, o Parque Nacional do Viruá (PNV) e a Estação Ecológica de Maracá (ESEC Maracá); dois deles no Amazonas, São Gabriel da Cachoeira (SGC) e a BR 319; e o último no Pará, na Terra Indígena (TI) Kayapó. Todos, a exceção deste último e da ESEC, sugeridos pelo Coordenador do Programa, já haviam sido aventados por mim com base em meu material documental (e-mails, sítio eletrônico e artigos).

Em cada um destes sítios me foi indicado, pelo Prof. Magnusson, um parceiro do Programa o qual eu poderia contatar para negociar minhas idas e vindas. Após os primeiros contatos, dois sítios foram imediatamente descartados, SGC e a TI Kayapó. Resumidamente, não havia, em nenhum deles a grade de pesquisa, e toda a infraestrutura que ela requer, devidamente instalada. Os encontros entre comunidades e biólogos eram ainda, portanto, bastante infrequentes.

O Coordenador do Núcleo SGC do PPBio/CENBAM era um líder indígena Baniwa, Moisés. Pelo telefone, ele me explicou a logística para ir e vir, os atuais conflitos com o governo e o clima da região. A logística era muito complicada. SGC tem acesso somente de barco - uma viagem que demora, desde Manaus, de 8 a 15 dias - ou de avião, com um vôo por semana, saindo de Manaus, e custando cerca de R\$ 836,00 o trecho. Os conflitos pela demarcação das TI's com o governo impedem o estabelecimento de sítios de levantamento

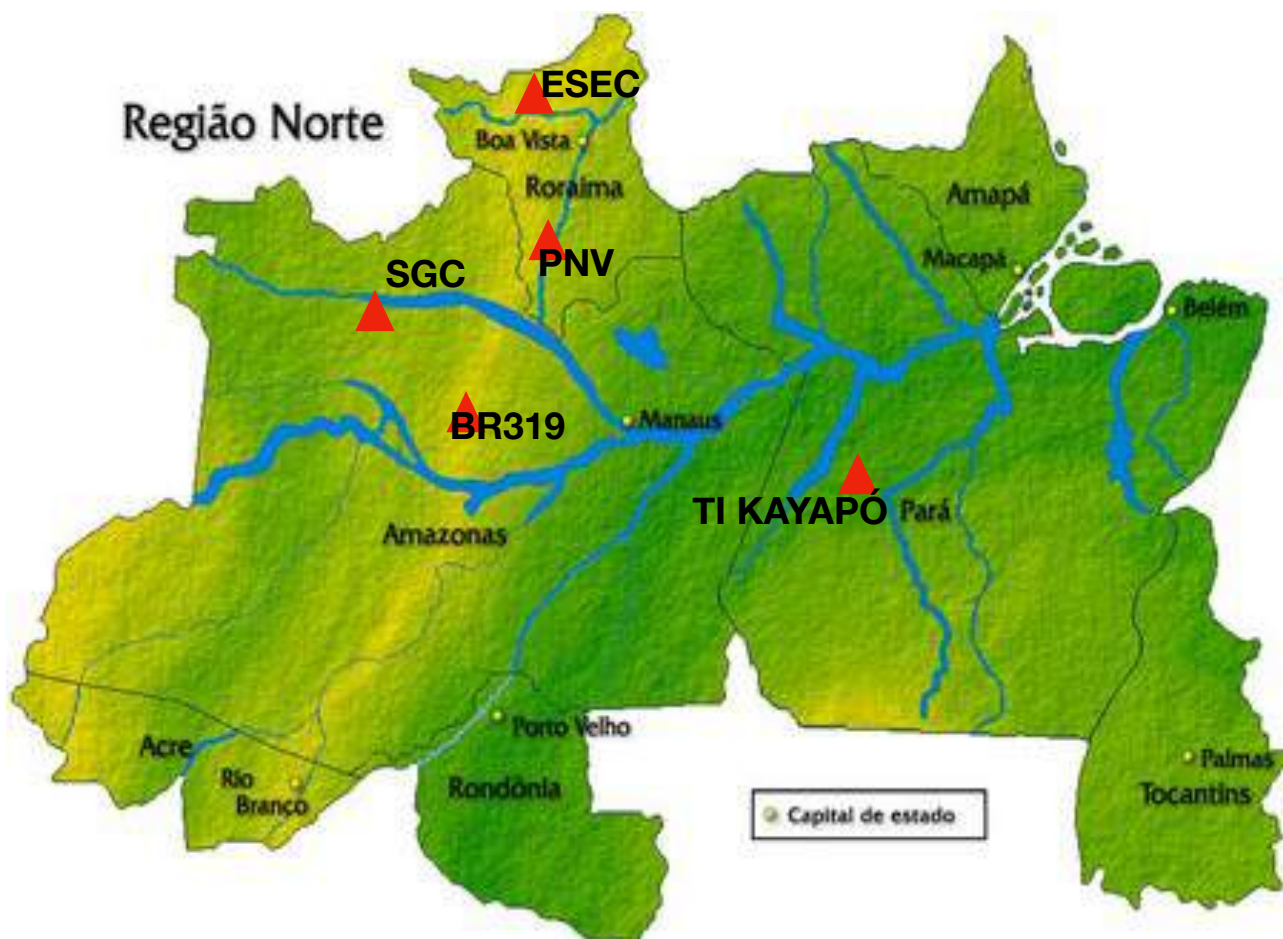


Figura 02: Sítios RAPELD para realização do campo empírico. Fonte: <<https://www.todamateria.com.br/regiao-norte/>>. Modificado pelo autor.

de dados. Por fim, no principal período que eu dispunha para “coletar” meus próprios dados (janeiro-julho de 2015), chovia em demasia na região da Cabeça do Cachorro, dificultando as investidas floresta adentro.

A seu turno, nas terras Kayapó, um cenário semelhante se apresentava. A Fundação Nacional do Índio (FUNAI) tomou a dianteira na negociação entre os indígenas e o Programa. Por tal motivo, o contato do PPBio/CENBAM, responsável pelo andamento do processo, era um funcionário daquele órgão. Trocamos e-mails. A iniciativa em estabelecer um sítio de levantamento de dados, lá, foi dos próprios Kayapó. Entretanto, uma série de entraves burocráticos, questionando a legitimidade da presença de um sítio de pesquisa dentro da TI, foi imposta pelo governo, arrefecendo a negociação.

Restam, então, três sítios. De fato, os dados empíricos que embasam este trabalho de tese (ver capítulos 3 e 4) provêm, na sua enorme maioria, do PNV e da ESEC Maracá. Todavia, mesmo tendo sido descartado, o sítio da BR 319, estrada que liga Manaus/AM a

Porto Velho/RO, me rendeu uma saída que terminou dando o tom de todo o trabalho.<sup>14</sup> Por esta razão, me utilizarei dos momentos decisivos que vivenciei nesta primeira experiência - “agora pra valer”, como me disse um membro administrativo do Programa -, “na mata”. Após ter recebido todo o treinamento para operar dentro do método do PPBio/CENBAM, quando do Curso, colocaria em ação, agora, as minhas “novas capacidades” floresta adentro.

Porém, acredito ser importante, antes, abrir uma segunda “janela” descritiva, agora no que toca ao RAPELD. Esta grade metodológica-institucional do Centro foi sua resposta para “o choque em descobrir que nenhum dos sistemas propostos para o monitoramento da biodiversidade satisfazia as exigências das pessoas responsáveis pela gestão territorial”, visto que “um dos principais problemas era a escala” (MAGNUSSON et. al., 2013, p. 16). O RAPELD é, portanto, e ao mesmo tempo, um método e um instrumento de gestão.

Acontece que, como mencionei antes (ver seção 1.2), mais do que uma ferramenta governamental ele igualmente pode ser direcionado à gestão local. Ou ele é acoplado às práticas e demandas das populações, ou o lugar, “ele próprio”, atesta a desnecessidade deste instrumento. Tendo em vista, então, este jogo, como o RAPELD funciona (estrutural e conceitualmente) e de que modo ele se encaixa neste trabalho de tese?

O RAPELD possui uma estrutura física fixa. São grades de 25km<sup>2</sup>, contendo seis trilhas Leste-Oeste (LO) e Norte-Sul (NS) de 5km de extensão cada. As trilhas têm 1m de largura e são equidistantes em 1km. A cada 50m um cano de pvc marca as distâncias percorridas. Sua função principal é permitir a mobilidade dentro da floresta, mas também, secundariamente, servir de sítio de pesquisa permanente que pode acolher qualquer estudo (desde tipificação bioquímica, inventário de fauna e flora, até transições de ecossistemas) à qualquer tempo e em qualquer tempo (levantamentos rápidos, os “RAP”, e de longa duração, os “PELD”). Isto tudo porque *a escala da grade foi ajustada em relação aos outros métodos, antes existentes, para inventariar a biodiversidade*. Cria-se, neste sentido, uma medida comum.

Seguindo este ajuste, nas trilhas LO, somente, e “por convenção” - explicou-me Reinaldo, pesquisador do INPA e ex-coordenador do Núcleo PPBio Roraima - há as

---

<sup>14</sup> A rodovia BR 319 foi construída entre os anos 1973 e 1988, como projeto do modelo desenvolvimentista da ditadura militar. Foi parcial e debilmente recuperada pelos programas Brasil em Ação (1996-1999) e Avança Brasil (1999-2003), no período do neodesenvolvimentismo nacional. Estes projetos de repavimentação e reestruturação mal saíram do papel, deixando a estrada em condições difíceis de tráfego. Do km 01, em Manaus, até o km 210, no município de Careiro, a faixa é pavimentada. Mas, os buracos e desabamentos, por vezes, implicam desvios bastante acentuados. Do km 210 até, aproximadamente, o km 350, a estrada é de chão batido, com pontes improvisadas manualmente e, em certos momentos, construídas na hora. Deste ponto em diante, até o município de Humaitá/RO, a rodovia se converte em uma trilha da largura de um carro 4x4, já com árvores de médio porte a centímetros de distância das margens.

parcelas permanentes, unidades amostrais do método. Começam no ponto 500m e seguem de um em um quilômetro. Exemplifico: na LO01 há as parcelas 500, 1.500, 2.500, 3.500, 4.500. Estas, a seu turno, não são acessadas por trilhas. Há uma fita paralela ao solo, presa por canos de pvc a cada 10 metros, que se estende por 250m, tendo por ponto de partida, uma direção perpendicular à trilha LO01. Digo “por ponto de partida”, pois, devido ao fato de serem instaladas de acordo com a *curva de nível do relevo*, sem obedecerem, portanto, desníveis de altura, elas podem voltar a cruzar à própria trilha que lhes dá acesso, fazendo cortes, parábolas etc. Sua função exclusiva é a coleta de dados. Cria-se, agora, uma nova medida.

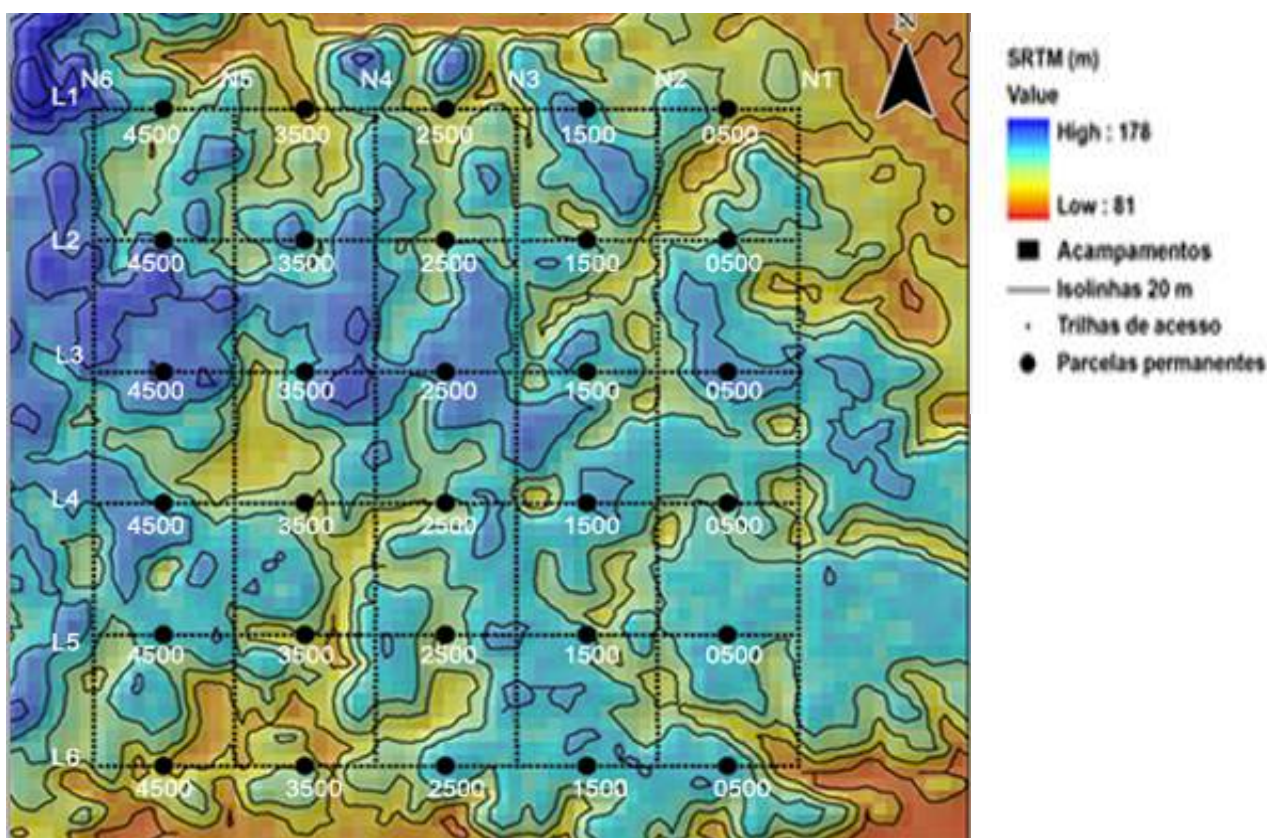


Figura 03: Imagem de satélite da Grade da ESEC Maracá. Fonte: PPBio.

Com isso, o método permite que sejam investigadas escalas com *pixels* que variam de “0,5 a 5km de extensão. Nenhum outro sistema de monitoramento da biodiversidade *in situ* efetivamente tem *pixels* maiores e estudos que necessitam de *pixels* menores muitas vezes podem ser alinhavados dentro do sistema RAPELD” (MAGNUSSON et al., 2013, p. 139).



Figura 04: Marcação física na trilha Leste-Oeste da grade da ESEC Maracá.  
Fonte: PPBio.

O RAPELD tem uma estrutura de baixo custo. São trilhas abertas por biólogos, ecólogos, topógrafos e habitantes do entorno. As marcações são simples e com materiais baratos. Sua manutenção é feita pela alta recorrência das pesquisas que o sistema permite ou, em certas ocasiões, pelos agentes locais.

Ele é, por outro lado, um sistema padronizado. Opera, como já mencionado, tanto como uma grade de leitura comum das demais medidas do *quantum* da biodiversidade, quanto como um dispositivo criador de uma medida singular. Com isso, este método permite comparações entre sítios e intra-sítios.

Ressalto, aqui, a categoria *permanente*. Esta não diz somente da existência fixa da grade, da criação de um “espaço amazônico estriado” sempre lá, percorrido por linhas retas, sem desvios, extensivas. O *permanente* diz das condições de existência do ambiente enquanto abstração. Difícil de ser explicado, porém, o entendimento deste ponto é a moeda que circula neste sistema. Senão vejamos.

Ele é abstração do quê? Do relevo e do conjunto de fatores abióticos. Quando é medido dentro da parcela, da unidade amostral individual, ele é abstração do relevo, variação mínima restringida pelas curvas de nível; quando ele é medido entre-as-parcelas, unidade amostral de comparação, ele é abstração do conjunto de fatores abióticos, variação máxima sem restrição. Eis a “balança” que permite “um dado pertinente” sobre as espécies biológicas e suas interações. O ambiente dá a constância da razão diferenciante da



biodiversidade. O *quantum* da biodiversidade sendo, assim, uma função complexa entre o vivo e o não vivo.

O sentido da biodiversidade é aquele, análogo ao ambiente, do *extensivo*, da variação discreta, do mensurável. É a medida total (nunca exata, porém, como afirmam os próprios pesquisadores) das diferentes espécies de um sítio (riqueza), singularizada a partir das diferentes espécies entre sítios e das diferenças do substrato material que as sustentam (complementaridade). Eis a maneira, bastante inteligente, o leitor há de convir, de responder ao problema da “crise de extinção”:

Devemos planejar a coleta de dados da biodiversidade para poder usufruir da nova tecnologia e tratar das demandas do máximo número de clientes simultaneamente. Senão, a biodiversidade permanecerá o que é hoje: um grito por apoio para a inteligência conservacionista e um terrível impedimento para o desenvolvimento social e econômico para os políticos. (MAGNUSSON, et. al, 2013, p. 27).

Um problema que articula, em seu cerne, o maravilhamento para com a biodiversidade e o medo, a ela indissociável, da sua própria perda. Ora pois, toda a história da disciplina chamada Biologia da Conservação não é precisamente uma vasta rede de instituições, sujeitos, objetos e práticas impulsionada por esta curiosa relação entre deslumbre e medo? Não foi justamente um “dar-se conta” da paradoxal “descoberta” de um objeto que está para se extinguir que vem mobilizando os esforços de empresários, políticos, cientistas, ambientalistas etc. mundo a fora? Não se deu valor intrínseco à biodiversidade quando se pode dizer que ela está por desaparecer? É porque estes dois elementos - maravilhamento e medo -, distribuídos no terreno do desejo e da crença vêm juntos, que se torna possível “salvar a biodiversidade” (MAGNUSSON et al., 2013, p. 27). Este sentimento contrastante e paradoxal foi ecologicamente traduzido pelo RAPELD, um método de acomodações espaço-temporal de escalas distintas entre si.

Acontece que o *permanente* do sistema RAPELD permite, também, outra coisa. Ele permite “estar na mata”. Um dos enunciados mais repetidos ao longo de todo meu período de campo foi “eles não sabem o que é estar na mata realizando coletas e levantamentos biológicos”. O “eles” deste enunciado comportava uma heterogeneidade de sujeitos: os burocratas de Brasília, os administradores dos recursos, os tomadores de decisão, os químicos que recebem as plantas para análises laboratoriais, os sociólogos que analisam os jogos de poder, os antropólogos que defendem o isolamento das crenças indígenas das políticas de conservação.

Por um lado, portanto, grade carrega, sendo sistema métrico, a centralidade do tempo espacializado (que diz da cronologia, da matematização, do escalonamento). A

categoria de “espaço” é descodificada pela tríade global-regional-local. Por outro, entretanto, ela é composta, não sem tensão, com o *lugar*, sendo este mais do que o contexto de produção do conhecimento, isto é, ele é “uma forma de espaço vivido e enraizado” (ESCOBAR, 2005b, p. 128 - tradução livre) que fornece os requisitos a partir dos quais as possibilidades do conhecimento se dão. Mais: ele fornece as circunstâncias para aprender e apreender as habilidades sem as quais “você não faz pesquisa (...)”.

O RAPELD deixa explícito seu limite: a produção de abstrações, tais quais “ambiente” e “biodiversidade”, que sobrecodificam a maneira pela qual os dados são “coletados” devolvendo à experiência moderna da natureza seu pleno direito de confundir concreto e abstrato, ontologia e gestualidade, existência e saber. No entanto, ao incluir, como critério de elegibilidade, as áreas excluídas por uma “conservação sem humanos”, o método não reifica estes territórios e as espécies a serem protegidas “em espaços” unicamente métricos. Ele se isenta de retirar do lugar sua própria história de “simbiose”, de “coevolução” com as comunidades, ressignificando o filtro da relação entre pesquisa e lugar:

A conjugação do conhecimento tradicional e da ciência moderna não é simples (...) pois a ciência moderna é altamente capitalista e dá pouco valor às pessoas ou à terra, algo que é incompreensível para uma rede de comunidades que depende de suas relações com a terra para sobreviver. Graeme Caughley (2004) comentou esse fato poeticamente perto do final de seu livro. “Às vezes a melhor gestão pode ser não gerir nada. As atividades de gestão podem, eventualmente, entrar em conflito com os valores intangíveis de que uma população provém, a tal ponto em que elas são contraprodutivas. Na comunidade que me criou, um cervo vermelho com 1 m de chifre era um prêmio maior do que uma tonelada de carne, e um cervo cujos chifres medidos tinham mais que isso fora um troféu sem valor. Um gestor da fauna suficientemente hábil e cego poderia descer sobre aquela comunidade... e moldar essa manada de cervos para produzir animais grandes com frequência notável. Ele não seria agradecido. Naquele *ethos*, um cervo grande nasce das montanhas e da chuva, não é uma coisa fabricada. Ele deve ser digno de sua própria morte”. Muitos biólogos urbanos “descobriram” que as pessoas locais são um vasto estoque de conhecimento biológico e dedicam suas vidas a tentar extraí-lo. Há mesmo disciplinas inteiras, como a Etnobiologia, dedicadas a isto. Entretanto, em um mundo onde os estudos visando a obtenção de patentes para novos medicamentos recebem um apoio de [sic] ordens de magnitude maiores do que estudos ecológicos dedicados à manutenção de serviços ambientais básicos que nos mantêm vivos, a informação pode ser transformada em dinheiro. (MAGNUSSON et al, 2013, p. 274-275).

Daí que o PPBio é um Programa e não um Projeto. Ou seja, devido ao RAPELD, são criadas condições de possibilidade para a pesquisa científica em biodiversidade, seja ela de caráter ecológico, fisiológico, genético, farmacêutico, bioquímico ou mesmo sociológico junto à singularidade de cada agenciamento, isto é, do modo de relação entre a terra, as pessoas, os animais, a chuva etc. Tais condições, sugiro, abrem novas possibilidades de análise sobre os modos de experimentar “a natureza” que ultrapassam sua bifurcação.

Tanto o encontro desta heterogeneidade de saberes quanto as sensações mata adentro, ou seja, aquilo que recobre e contém a realidade do lugar, terão, aí, um papel imprescindível.

Foi por toda essa caracterização que os sítios RAPELD foram elegidos como parte indispensável para a realização de meu trabalho de doutorado. É o que ele oportuniza que me interessa. Primeiro, o RAPELD é, empiricamente, um enclave privilegiado de apreensão do encontro de saberes entre os agentes que ele mobiliza, *quando não se torna dispensável*. Segundo e mais especificamente, ele me interessa pela sua novidade *intensiva* na relação com o lugar: porque permanente, ele permite “estar na mata”, “manter um substrato material mínimo”, acrescento eu, agora, em interação com as potencialidades das experiências de saber. Não só o examinando “de fora”, mas experimentando estas circunstâncias em meio às expedições RAPELD, colocarei em questão o monitoramento e a conservação baseados no domínio da visão, esta “faculdade do olhar do alto”, em contraposição às amostragens *in loco*, quando os corpos e os demais sentidos se fazem presentes na definição de uma biodiversidade material, mensurável (MAGNUSSON et al., 2013, cap. II).

É, também, assim, o que ele torna possível que me interessa. Ele ensaia talvez, ou, ao menos, não se fecha para uma ecologia do lugar “baseada no reconhecimento da continuidade da mente, do corpo e do mundo” (ESCOBAR, 2005b, p. 124 - tradução livre). Em outras palavras, darei atenção às novas maneiras de fabricar realidades e abstrações ativando contrastes e correlações ao invés de contradições e desqualificações. “Assim, o que aconteceria se as qualidades primárias e secundárias, longe de serem separadas, se articulassem diferentemente e se tornassem os aspectos internos de toda existência?” (DEBAISE, 2015, p. 69 - tradução livre). Como este terreno do desejo, da crença e das sensações, nos estimulam a repensar a “crise da biodiversidade” atada pelo medo e pelo maravilhamento?

#### **1.4.2 Sítios de pesquisa RAPELD: para além da medida e da abstração**

Durante uma semana, de 25 a 31 de outubro de 2014, acompanhei três estudantes de Pós-Graduação em Ecologia do INPA (vinculados ao PPBio), André, Diego e Anthony, na coleta de diferentes espécies de anuros. Éramos acompanhados, a sua vez, por um ribeirinho nascido e criado nos arredores do rio Careiro, Joãozinho. Jovem, com mais ou menos 29 anos, ele trabalha com “o Bill [Prof. Magnusson] e o pessoal desde que [ele] era curumim”. “Eu ajudei uma equipe a cruzar um trecho de rio quando nem tinha ponte;

travessia era só de voadeira<sup>15</sup>. Depois de um tempo ele [Prof. Magnusson] me chamou para a mesa redonda. Na BR, fui eu quem instalou todos os módulos”. Um módulo reproduz parte da grade em um retângulo de 5x1 quilômetros.

Em diversos pontos ao longo da estrada, existem módulos de pesquisa do Centro instalados em meio a propriedades privadas de pequenos agricultores e/ou ribeirinhos. Nossa viagem seguiria até o km 230, parando nos quilômetros 28, 70, 105 e 218 para realizar as coletas. Passaríamos pelos municípios de Careiro e Careiro da Várzea, os únicos ao longo dos primeiros 200km de rodovia (afora uma que outra vila pequena). Após, somente um acampamento do exército (onde passaríamos os últimos dois dias) e casas bastante esparsas de moradores da região. Todos os meus custos com esta saída ficaram por conta do Programa. Ali, eu era mais um aluno de Pós-Graduação realizando pesquisa de campo.

Esta saída, encurto em apertada síntese, me foi crucial por duas evidências: a irredutibilidade da Amazônia aos cálculos, projeções, imaginários e representações, e a irredutibilidade dos saberes e corpos em relação recíproca (sensitiva) aos atravessamentos econômico, epistemológico e ontológico. De modo a assentar a maneira por meio da qual a análise será conduzida ao longo de todo este trabalho, ambos os pontos serão discutidos juntos, após o relato, na subseção 1.5. Neste, ao fim, recoloco minha aposta no contraste, antes mencionado, entre uma sociologia “entre quatro paredes” e outra “na mata”. Faço deste, ainda, a diferença na qual os modos de engajamento e o campo da produção de desejo e crença se penetram mutuamente e irrigam abrindo o terreno entre a pragmática especulativa do conhecimento científico e a “crise da biodiversidade”.

...

5:53h. Desperto-me (ou melhor, desperta-me o despertador do celular) minutos antes do sol despontar no horizonte. Estamos no município de Careiro, Vila (ou Comunidade) do Castanho. Quarto dia de campo. Chegamos na noite anterior e tomamos pouso na casa da família de Joãozinho, onde fomos muito bem recebidos. A casa se situa em uma elevada, às margens do rio Castanho. Havíamos atado as redes em um imenso *deck* de madeira, nos fundos.

Espreguiço-me tomando uma longa respiração. Estico o olho para fora da rede. Permaneço alguns minutos contemplando ao meu redor. A vista é de tirar o fôlego: o céu

---

<sup>15</sup> Nome dado a uma pequena embarcação, neste caso de metal, movida a motor à combustão.

está azul claro, sem nuvens no horizonte; o rio Castanho está quase imóvel, cintilante; e o olhar não alcança o fim das copas das árvores, conurbadas entre si num imenso tapete verde. Com efeito, “a vista é de tirar o fôlego”, porque é neste breve instante que perdemos completamente o senso da respiração.

“Vâmo acordá...”, corta o ar a voz de Joãozinho. Escurece cedo nessa época do ano, logo teríamos que ganhar o máximo de tempo possível. Esse é o período onde “os rios estão ainda cheios, mas baixando”, onde “todo o dia chove”. Mais uma desmistificação para os viajantes do sul do Brasil, como eu, ao chegar pela primeira vez na região amazônica, na outra ponta do país, diz respeito ao seu regime climático geral: não há exatamente uma estação chuvosa e cheia, e uma estação não chuvosa e baixa; ou vice-versa. Explica-me Joãozinho, o ditado popular tão repercutido pela região, qual seja, “no inverno, chove todo o dia; no verão, todo o dia chove”. Segundo ele, antes de qualquer outra coisa, o que acontece é um balanço entre o movimento da chuva e o movimento dos rios, posto que “o rio vai estar mais baixo enquanto mais chove; e mais cheio enquanto menos chove”.

Levanto e me arrumo. Comemos alguma coisa enquanto também já nos preparamos para sair. Passa das 7:05h. Xícara de café na mão e busco novamente a vista, agora, através da janela da cozinha. Os troncos retorcidos de uma árvore passam meio ao lado, esticando-se metros acima do telhado. Reparo em um galho espinhento e curto, imediatamente justaposto à outro galho, este, liso e super extenso. Faço algum esforço e noto que o primeiro é ainda azul-esverdeado, enquanto o outro é marrom-bege. Cerro as pálpebras como que para dar mais foco à vista. Percebo que aquele lá parece ainda ser um tanto borrachudo... “que galho estranho”, penso... “deve ser algum efeito do contraste entre as verdes folhas e o azul do céu no horizonte”. O vento passa sacudindo a árvore, trazendo o barulho das folhas, e o tal galho, colorido, “espinhento” e borrachudo, desliza para baixo, escorregando de sua posição justaposta ao outro galho. “Um lagarto!”, exclamo. Foi só aí que pude enxergar o corpo de um imenso lagarto (diria eu de uns 80cm a 100cm - tentando respeitar o que hoje sei serem os parâmetros de medida biológicos: da ponta superior do nariz à ponta da cauda), que repousava tranquilamente em uma pequena bifurcação da árvore. “Que legal!”, digo logo a seguir, em tom de excitação. Ninguém pareceu se importar. “O evento”, reflito, “parece demasiado cotidiano”. “Como ele consegue se manter ali?”, pergunto-me já em silêncio. Obviamente, não se tratava de um enorme animal, mas o réptil tampouco possuía o mesmo peso, o mesmo jogo de distribuição do corpo e, menos ainda, a mesma relação de preensão com o galho como possuem as aves, por exemplo.

Abandono a cozinha e termino de me aprumar. Foco-me em pegar o básico: comida (cereais e frutas), protetor solar, toalhas, cantil, lanterna, facão, chapéu, repelente. Caderno de campo? Não, não há necessidade. É o quarto dia e, até aqui, as expedições mata adentro vêm me deixando claro a impossibilidade de parar para escrever. Visto botas de borracha e camisetas de mangas compridas. Aguardamos Joãozinho finalizar a papelada: em todos os lugares onde nos instalamos ele paga o anfitrião pelo pouso e outros serviços, tais quais cozinhar, lavar roupas, ou o quê quer que seja. Ao “prestador”, a seu turno, cabe preencher e assinar um recibo.

Todos prontos, carregamos o carro e seguimos de volta à BR 319, para achar o terceiro módulo. À medida que o barulho do motor se torna habitual, a vista ganha mais uma vez ao fôlego: os raios do sol tocando a amplidão da mata; as árvores, que agora parecem nos engolir, fazem um corredor verde interminável; o olhar furtivo, ao cruzar a ponte sobre o rio, capta o fulgurante reflexo do céu e das árvores no seu dorso, dando a impressão de que a floresta se estende na direção do infinito. Respiro fundo mais uma vez. Este foi o meu primeiro contato com a Amazônia: imensidão inimaginável.



Figuras 05 (esquerda) e 06 (direita): Trilha nos módulos 03 e 04 (respectivamente) da BR 319, com sinalização permanente. Fonte: Foto de André (mestrando INPA), 2014.

Chegamos no km 105. Descemos do carro. Mochilas nas costas e entramos na floresta. “Dá 1.2km, 1.5km até as trilhas”, Joãozinho comenta. Ele, à frente, vai guiando o percurso até as trilhas permanentes. Ali, são duas trilhas LO paralelas, com 5km de extensão cada, interligadas por dois travessões NS de 1km, um no km 2.5 e outro no 4.5. Em todas estas, a cada 50m, há (ao menos quando da instalação dos módulos) um cano de pvc indicando se a trilha é a “norte ou a sul” (em um módulo se diz a LO virada para o norte e a LO virada para o sul) e qual a metragem. Joãozinho não precisa dos canos; conhece tudo “como a palma da mão”.

Chegamos à primeira trilha e nela entramos. Não há muitos dos canos. Porém, Joãozinho recria tais marcações, a cada tanto, lascando certas árvores com o facão: “no caso de mudarmos de estratégia ou alguém se perder por aí, é só seguir as marcas”. Ele, na verdade, mais do que recriar a linha reta da trilha, corta caminhos, desvia, pois “na mata tem atalho para todos os lados”, sussurra.

Cada estudante tinha uma espécie particular para coletar e cada método era diferente, nos obrigando a pensar numa estratégia que satisfizesse a todos, tanto no ajuste do espaço a percorrer como dos tempos a computar. Tentarei expor a estratégia que planejamos, desde o primeiro dia, para dar conta de cada método.

No geral, assim fizemos todos os dias: seguíamos, todos, por uma trilha. Em pontos específicos, nos dividíamos, no 500, 1.500, 2.500, 3.500 e 4.500. É que em cada um há uma parcela. Anthony, Diego e Joãozinho paravam em todas elas para tentar coletar a espécie de rã que Anthony procurava; André e eu, a outra equipe, seguíamos reto até o próximo ponto, esperávamos eles entrarem no 1.500 e seguíamos de novo. Por uma razão simples é que Joãozinho ia com eles: ele, melhor que qualquer um dentre nós, adquiriu habilidades em capturar animais e se localizar dentro das parcelas. Afinal, “são 15 anos de trabalho com PPBio. Já trabalhei com tudo”. Cruzávamos um travessão e repetíamos o procedimento na segunda trilha. Na parte da noite, quando eram as rãs de Diego o alvo da busca, íamos todos juntos, pelas trilhas e suas parcelas. Por Diego trabalhar com fisiologia e não ocorrência, aliás, é que não era necessário repetir todo este procedimento em cada módulo (quilômetros 28, 70, 105 e 218 da BR319) que parávamos. Bastava ele atingir um *n* suficiente e pronto. Já para Anthony, “quanto mais melhor”, desde que obedecido o rigor metodológico: nas parcelas que mencionei acima, ele e os demais passavam uma vez, lentamente, ida e volta, tocando uma gravação que imitava a vocalização da espécie de rã que ele estudava. As rãs que respondessem eram procuradas e coletadas, sendo mortas com injeções de formol e guardadas em potes de vidro com álcool 90 (como Diego também fazia).

Na maioria das investidas mata adentro, por conseguinte, eu dei mais atenção a André. Isto porque, eu, sendo somente um, não podia me dividir. Ademais, achei mais importante me focar em um caso só, do que tentar apreender um pouco de cada.

O estudo de André se detinha em uma espécie de sapo que desenvolveu a habilidade de habitar saueiros sem ser percebido - como ameaça - pelas formigas. Nesta fase da pesquisa, ele estava somente identificando os saueiros nas duas trilhas principais, as LO's de 5km, em diversos pontos/módulos ao longo da rodovia.<sup>16</sup> O método era um pouco menos exigente, digamos. Mas, por mais estranho que pareça, todavia, identificar saueiros não é tão óbvio assim. Não só porque há formigueiros muito semelhantes construídos por espécies diferentes, como também outros animais, insetos na maioria, cuja “morada” mimetiza saueiros. Qual o melhor critério para diferenciar uns dos outros? Primeiro olhar o tamanho e o formato. Depois cavar um buraco, sentindo a densidade da compactação do solo e procurando pelas tais saúvas. Por fim, afirmando se tratar de um saueiro, se sabe que o próximo ficaria muito longe, algo como 2km de distância. “Eles não ficam perto um do outro por causa da competição”, disse-me André. Há, em resumo, todo um agenciamento de coisas-entre-si que deve ser apreendido.

André havia trazido um trado, instrumento propício para cavar e extrair uma amostra do solo. Contudo, este havia se avariado na viagem de ida, já no primeiro dia. Sendo assim, foi preciso aprender com Joãozinho uma nova artimanha: utilizar o facão para cavoucar e perfurar a terra. “Eu até prefiro assim, com a treliça a gente sente mais a terra”, ele comenta.

Agora, estamos todos juntos, no ponto 3.500. Encontramos o que parece ser um saueiro. Todos olham as pistas ao redor. Trilhas de formigas; tamanho e formato. Ele indica estar ali há bastante tempo, pelo modo como a terra e a areia se misturam e se sobrepõem. Decorrência da ação, também, de ventos, chuvas e pisões de insetos, mamíferos, anfíbios etc. Atentar para esta gama de elementos é fundamental, pois é com este conjunto que certas perguntas são levantadas, aspirações são reunidas e afirmações são construídas. Em outros termos: alguma história se torna possível.

Então, se trata de um saueiro? Todos acham que sim. Joãozinho se põe a cavoucar. “Rapaz, eu acho que é. Essas formiga ajeitam a terra óh... de um jeito óh... mais solto”. “Acho que sim”, ensaia André, que só observa, como eu. “Mas parece desabitado”, ele

---

<sup>16</sup> Dois anos depois, enquanto escrevo este trabalho de tese me chega a notícia de que seu estudo foi aclamado pela comunidade científica. Seu artigo obteve alto fator de impacto e vem abrindo novos horizontes de estudo no cruzamento com ecologia, bioquímica e comportamento social entre-espécies (BARROS; LÓPEZ-LOZANO; LIMA, 2016).



ainda comenta. Terminando de cavar, Joãozinho diz “É, mas é sim óh; sente aí”. André o imitou, com o facão, não podendo discordar. E assim foi decidido.

Aquele “sentir mais a terra” ganhava o sentido de uma minúcia intrigante: parecia que a textura de compactação do solo de um sauveiro, resultado, a sua vez, de um conjunto de materiais em ação ao longo do tempo, emprestava sua firmeza ao saber, que ali, se tornava possível. André e eu tiramos três medidas horizontais e três verticais (criando uma imagem de bordas e centro), por sobre o formigueiro, com a fita métrica; Diego anota os dados numa tabela. O tamanho indica a idade do formigueiro e, quanto mais velho, maior a chance de existirem os tais sapos. Em seguida, André percorre, se afastando do sauveiro, nas quatro direções cardeais, 100m, com o auxílio da fita métrica, a fim de verificar a presença ou não de igarapés. A distância de igarapés sugeriria certas habilidades das formigas, como o cuidado em não habitar terrenos alagáveis. Porém, quanto mais longe daqueles, menor a chance da presença dos anuros, pois estes precisam de água o mais próximo possível para se reproduzirem.

Este último dado foi, aliás, por vezes substituído. Estamos agora na segunda trilha, ponto 4.500. Achamos outro sauveiro. Repetimos o método. No último instante, André opta, ao invés de medir a presença ou não de igarapés, por recorrer a um detalhe, sugiro, mais sensitivo:

*André:* João, será que tem algum Igarapé por aqui, num raio de 100m desse sauveiro?

[A resposta, pausada, vem pontualmente]

*Joãozinho:* Ah... não. Deve ter um pra lá, mas ele não tá dentro de 100m não. Deve estar uns 115m ou 120m.

*André:* Beleza.

[Surpreso perguntei]

*Eu:* Ei João, como é que tu sabe?

*Joãozinho:* Porque eu sei ora. [risos]

[Voltei-me para André]

*Eu:* Tu não vais medir com a fita?

*André:* Eu não, o João já disse que não tem.

[Aproveitei do momento de risos e descontração, e insisti com João]

*Eu:* E como tu sabes que não tá dentro dos 100m? A diferença para 115m é curta!

*Joãozinho:* É olhómetro. [mais risos].

Acontece que caminhar no meio da floresta amazônica é extenuante. Fazíamos cerca de 14-18km diários abaixo de sol, mormaço, nuvens de carapanãs, mutucas, carrapatos, cabas, tempestades e muita, muita dor no corpo. Sem contar os perigos e as dificuldades das empreitadas noturnas, onde onças caçam, e nós não enxergamos um palmo à frente do nariz! Foi assim que, no último dia, aliás, o rugido de uma onça parda, segundo Joãozinho, audível claramente por nós, já enquanto saíamos da floresta, nos fez alargar e tremer os passos. Era noite e, depois de 40 minutos apressados para sair da mata, só nos restava se

atirar ao chão de alívio; eu principalmente. O incidente dispara em Joãozinho uma história:

Já me topei duas vezes com onça na mata. Olha, é normal. Assim... tu pode te dizer o quê tu quiser: que ela só ataca quando tem filhote etc., que tu não pode correr, que tu tem que marcar que tu tá ali, que tu não pode passar medo, que tu não pode te mexer... mas não tem como não sentir como se teu corpo flutuasse no ar; desde a base da coluna vem subindo uma coisa que te toma, sabe... paralisa de um jeito estranho. Uns dizem que é efeito do medo do corpo; é sim... outros dizem que ela tem um espírito forte e que ele entra em choque com o teu; é sim... e não tem nada a fazer senão esperar e deixar ela seguir o rumo dela.

Nada pude perguntar. Não conseguia. Parte pelo cansaço, parte pela incapacidade de converter em palavras ou questões esta experiência “normal” que ele nos narrava.

Só sei que, dia após dia, um a um de nós foi sentindo os pés, os joelhos, as panturrilhas ou as costas cederem para o sobe-e-desce do solo, os tropeços nas pedras, os espinhaços nas palmeiras. Mais: o próprio corpo ficava endurecido, compacto como o solo; ficava rijo como as pedras; coberto de folhas, galhos, cheiros e medos como os demais “bichos” que ali passavam. Alguns, pois, tomavam analgésicos; outros preferiam “nem pensar” nos perigos; outros se viam forçados a diminuir o ritmo - escolha, aliás, que retardou em um dia a viagem, inicialmente prevista para seis dias. Digo um a um de nós, salvo Joãozinho. Talvez o corpo dele já fosse “meio mata”; talvez a mata já o tivesse invadido. Ele não se incomodava com o zunido de mutucas e cabas; com as coceiras; com os barulhos; com os corpos e espíritos. Para ele tudo isso era “normal”. Em tais circunstâncias, Diego, por exemplo, se satisfez com menos sapos, não se aventurando no último módulo; André desistia da métrica; eu, ainda, como já havia dito ao leitor, abandonei meu caderno de campo. E não só porque as mãos serviam para medir saueiros, desgalhar certas árvores, e se apoiar em troncos para descansar ao longo do caminho, mas também porque dei-me conta de que a sociologia é algo que se sente e se faz com os pés. E este foi, para mim, mais uma vez, só que de outro modo, meu primeiro contato com a Amazônia: imensidão incontornável.

### 1.5 O REGISTRO SOCIOLÓGICO DO SENSITIVO: SENTIPENSAR

É Serres quem chama a atenção a este tipo de contato enquanto possibilidade de pensar. Ele alerta sobre a transferência progressiva das habilidades corpóreo-sensitivas entre pessoas, instrumentos técnicos e coisas. Ele nomeia “lugar misturado” (SERRES, 2014 [1985], p. 405-412) as dobras entre a vista e a visita. Para este autor, o transcendental não é o generalizável kantiano fundado no sujeito, é o conjunto das singularidades sensoriais tomado como elemento à parte. Mais: o transcendental engendrado pelo visto

de um olhar *que já esteve ali* se funde ao imanente criado pela visita de um corpo *que está ali*: uma metamorfose: “Com efeito, o passo constrói um ciclo cujo bom funcionamento une a visão ao toque das plantas dos pés para, em seguida, reenviá-lo rapidamente àquela que, depois de algum controle e antecipação, o projeta novamente no circuito” (SERRES, 1999, p.28 - tradução minha). Foi naquele instante em que me dei conta de que não se tratava somente de ter uma ideia-representação da Amazônia, mas também de estar ali, “na mata”. Como disse, a imensidão da Amazônia é inimaginável diante da visão e incontornável diante do corpo.<sup>17</sup>

Se um “olhômetro” carrega consigo os indícios de um *lugar misturado* que permite a coconstrução de um instrumento e um dado científico válido para a pesquisa biológica, por que não coproduzir (suponhamos) um “podômetro” e um dado válido para a sociologia? Quais outros seriam, também, possíveis? O lugar misturado se confunde com o *corpo misturado*. Se o primeiro diz do pensamento, o segundo diz dos *atravessamentos sensitivos* na prática dos contatos. Todavia, não há separação entre eles. Trata-se de um “entre” do ato de pensar e da experiência sensitiva. Não “no meio de”, cujo efeito é a separação das coisas entre-si e das ideias entre-si, mas, ao contrário, a situação onde “um acordo pode advir (...) um possível passa ao atual, o sensível faz sentido” (SERRES, 2014 [1985], p. 151 - tradução livre).

Retomo, com isso, a provocação que me fora feita, inicialmente, pelo Coordenador do PPBio/CENBAM: “por que nós deveríamos levar a campo um sociólogo ao invés de um biólogo?”. Entendo nela dois caminhos, duas possibilidades para dar seguimento a este trabalho de tese. Tal provocação porta consigo uma confusão entre duas perguntas, seguramente entrelaçadas, porém muito distintas: (i) *o que haveria de sociológico na*

---

<sup>17</sup> Em minha estadia no *Groupe d'Études Constructivistes*, durante o período de doutorado sanduíche, uma conversa que tive com um doutorando em filosofia foi muito curiosa. Explicava-lhe eu sobre meu objeto de estudo e meu campo. E ele me dizia, com bastante pesar [traduzo]: “estão desmatando muito a Amazônia não é? [grifo meu]. Tu sabes mais ou menos quanto se desmata por ano?” “O ritmo oscila muito, já foi mais e já foi menos, mas o último dado que li fala de uns 2.000km<sup>2</sup>/ano, em 2013. 20 campos de futebol mais ou menos”, disse-lhe. “Nossa! Vai desaparecer no que, 5 anos?!”, retrucou. “Olha, não sei; porque tu não imaginas o quão grande é aquilo. Tu já estiveste na Amazônia?”. “Não. Mas que seja, basta calcular: 15-20 anos não tem mais nada lá”. “Entendo teu cálculo, mas ainda hesito em me dar por convencido. Tu não tens noção da imensidão daquilo lá”. Esta conversa revelou para mim, meses mais tarde, a irredutibilidade da qual falo. Certamente a relação sensorial-afetiva do “estar” na Amazônia não exclui a enorme preocupação com as taxas de desmatamento e, menos ainda, o receio que me assola da perda da riqueza da região. Todavia, o que mais me interessa é explicitar que, para mim, eu estava diante de dois modos distintos de pensar e se relacionar com a Amazônia. Estes dois modos, ademais, me colocaram diante de uma multiplicidade de noções e ideias que vêm de arrasto com eles: a mensurabilidade matemática e a representação do lugar são inseparáveis do medo da perda, ao mesmo tempo em que marcam o traço colonial do pensamento de uma relação de exterioridade e da grandiosidade destrutiva, e universal, humana; a imensidão e todo o aporte sensitivo do lugar são inseparáveis da maravilha da vida - para ficar com uma expressão de Stephen Jay Gould (GOULD, 1989) - ao mesmo tempo em que marcam o traço apaixonante de todo ato de pensar, do reconhecimento, inspirando-me ainda com Gould, da frágil contingência da existência humana.

*pesquisa sobre biodiversidade que poderia vir a interessar à biologia da conservação? e (ii) o que se faria capaz havendo um sociólogo em campo, na “mata”?*

Digo que se trata de duas questões radicalmente distintas, porque a primeira pressupõe outorgar, de antemão, uma espécie de diferença de natureza entre o social e o biológico, a sociologia e a biologia, e fazer com que tal diferença conte pelas *n* dimensões de um mesmo objeto, a biodiversidade. Pois bem, há, na verdade, algo como um antídoto a estes *a priori*. Foi o que tentei minimamente pontuar diante dos atravessamentos econômico, epistemológico e ontológico, à medida em que fui igualmente demonstrando a maior ou menor obviedade destes no contexto das “big sciences” na região amazônica.<sup>18</sup>

Agora, com maior precisão, eu diria que eles me conduziram a um estudo menos desafiador e, talvez, menos original sobre a construção em rede do conhecimento científico em torno ao acontecimento discursivo da conservação da biodiversidade *em comparação* à uma análise da produção de desejo e crença em meio ao encontro de saberes e a experiência da pesquisa como produção sensitiva da biodiversidade. Não porque as forças desejo e crença não sejam compostas por aqueles atravessamentos. Mas, simplesmente, porque eles se apresentaram menos convincentes, sociologicamente, para a tarefa de analisar os modos de engajamento entre os agentes com os quais me deparei a campo.

A segunda questão, a seu turno, poderia asseverar ao leitor, não estaria isenta de alguns pressupostos ou outros *a priori*. Ora, eu tentei, também, minimamente pontuar a indispensabilidade de desnaturalização e problematização destes pressupostos a partir de minha experiência empírica. Obedeci o mesmo rito. Porém, conduzi o pensamento de outro modo, salientando a necessidade de outros aportes, autores e conceitos. É a este desdobramento que escolho direcionar meus esforços no decorrer desta investigação. Ele me posiciona, me engaja nos movimentos que o cenário de minha própria pesquisa põe em evidência, em função, agora, da re-apropriação das experiências via um *atravessamento sensitivo*.<sup>19</sup>

Tarde (2010 [1893]; 1895) reconheceu que a grande dificuldade em determinar a natureza quantitativa das forças desejo e crença advinha do fato de que elas sempre se apresentam combinadas com as forças qualitativas da sensação. Daí que, “definir um

---

<sup>18</sup> Mesmo pouco explorada, a abordagem dos ESCT, na junção entre o problema do conhecimento e o ambiente, para a sociologia, se encontra disseminada em temáticas variadas (ALMEIDA, 2014; FLEURY, 2013; LIMA; NEVES; RODRIGUES, 2016; RODRIGUES; BARBIERI, 2008; KLEINMAN; CLOUD-HANSEN; HANDELSMAN, 2014).

<sup>19</sup> Escolhi este termo pois ele remete, simultaneamente, ao sensorial ou físico - que sozinho transmite uma ideia demasiadamente mecânica - e ao sensível - que sozinho corre o risco de ser tomado por exclusivamente intuitivo.

sauveiro” se confunde com “sentir melhor a terra”. O que isso implica em termos do fazer sociológico que tento, aqui, conduzir? O que isso implica em termos de experimentação da realidade da pesquisa sobre biodiversidade no norte-amazônico? Adversário de Durkheim, ele sabia o preço de se isolar a sociologia da metafísica: a, hoje cada vez mais acelerada, redução do real.

Em meio à floresta amazônica, é dizer, “mirando-se desde o sul”, Tarde, Serres e Whitehead se encontram. Se o diagnóstico deste último se apresenta pertinente, são os dois outros autores que propõem as ferramentas mais apropriadas para dar seguimento a análise que pretendo realizar, qual seja, das experiências vividas, dia a dia, da biodiversidade em meio ao encontro de saberes mata adentro.

Romper com a operação pragmática de bifurcação da natureza demanda dois requisitos: (i) tratar a experiência como acontecimento comum; e (ii) reunir as qualidades primárias e secundárias em modos de experiência do real. É acontecimento, posto que cada experiência é toda a “natureza”, é dizer, não se subtrai à realidade concreta nenhum detalhe da atividade de sua apreensão (máximo de potência) expandindo o campo da produção de sentidos. É comum, porquanto dobra paradoxal entre o cotidiano e o excepcional. É real, visto que possibilidade dos nossos sentidos - corporificados - em combinação à crença e ao desejo. Aprofundo, antes, este segundo requisito:

Reconhecer que ignoramos *o ser em si de uma pedra*, de um vegetal, e, ao mesmo tempo, nos obstinarmos a dizer que ele é, é logicamente insustentável; a ideia que temos, fácil é de o mostrar, tem por conteúdo nossos estados de espírito, e como, abstração feita dos nossos estados de espírito, não resta nada, ou não os afirmamos [os seres] senão em afirmando esse X substancial e incognoscível, ou somos forçados a confessar que, ao afirmar outra coisa nada afirmamos. Mas se o ser em si é parecido, no fundo, ao nosso ser, não sendo mais incognoscível, ele devém afirmável. (...) Mas, se eles [psico-físicos, filósofos e naturalistas] se empreenderam em nos fazer tocar com a ponta do dedo a identidade que eles alegam, essa presunção perde todo seu valor diante da discordância evidente dos termos justapostos que se trata de identificar, digo o *movimento* e a *sensação*. É que, com efeito, um destes termos, ao menos, está mal escolhido. Entre as variações puramente quantitativas do movimento, cujos desvios são eles mesmos mensuráveis, e as variações puramente qualitativas da sensação, que se trate de cores, de odores, de sabores ou de sons, o contraste é demasiadamente chocante para nosso espírito. Mas, se, dentre nossos estados internos, outros, por hipótese, que a sensação, encontrássemos aqueles quantitativamente variáveis, como tentei mostrar alhures, esse caráter singular permitiria, talvez, tentar, por aí, a *espiritualização* do universo. Em minha opinião, os dois estados da alma, ou, antes, as duas forças da alma, chamadas crença e desejo, de onde derivam a *afirmação* e a *vontade*, apresentam este caráter eminente e distintivo. Pela universalidade da sua presença em todo fenômeno psicológico do homem ou do animal, pela homogeneidade de sua natureza de uma ponta à outra de sua imensa escala, desde a menor inclinação a crer e a desejar, até a certeza e a paixão, enfim, por sua mútua penetração e outros traços de similitude não menos chocantes, a crença e o desejo jogam no eu, no que toca às sensações, precisamente o papel exterior do espaço e do tempo no que toca aos elementos materiais. Haveria ser preciso analisar se essa analogia não recobriria uma identidade; se, no lugar de ser simplesmente formas de nossa sensibilidade, como seus mais profundos analistas pretenderam, o espaço e o tempo não seriam, por acaso,

noções primitivas ou quase-sensações contínuas e originais pelas quais se traduziriam para nós, graças às nossas duas faculdades de crer e de desejar, fonte comum de todo julgamento e, por conseguinte, toda noção, os degraus e os modos da crença, os degraus e os modos do desejo, dos agentes psicológicos outros que nós. Nesta hipótese, os movimentos dos corpos não seriam senão espécies de julgamentos ou desígnios formados pelas mônadas. (TARDE, 2010 [1893], p. 16-17 - tradução livre).

As qualidades (primárias ou secundárias) da matéria não são nem faculdades antropológicas dos sujeitos nem qualidades intrínsecas dos objetos. São forças de expressão do atravessamento sensitivo entre desejo e crença. São experiências singulares de “fazer sociedade”, possessão de uns pelos outros:

O que é a sociedade? Poderíamos a definir desde nosso ponto de vista: a possessão recíproca, sob formas extremamente variadas, de todos por cada um. (...) a verdadeira propriedade de um proprietário qualquer é um conjunto de outros proprietários (...) É verdade que a asa de um pássaro se adapta ao ar, a nadadeira dos peixes à água, os olhos à luz? Não. Não mais que a locomotiva não se adapta ao carvão ou a máquina a costurar ao fio da costureira (...) Adaptar-se à, singular maneira de lutar contra! A locomotiva está adaptada, se assim quisermos, à locomoção terrestre, a asa à locomoção aérea, e isso nos faz dizer que a asa utiliza o ar para se mover, como a locomotiva o carvão, a nadadeira a água. Este emprego não é uma tomada de possessão? Todo ser quer, não se apropriar aos seres exteriores, mas os apropriar” (TARDE, [1983] 2010, p. 52, 55-56 - tradução livre).

O relato etnográfico que apresentei mais acima foi o momento em que me dei conta desta *atividade mínima* em operação. O que se condensa como “um sauveiro” não é senão esta força estática, porém ativa, de ligação, *uma crença*, que põe em cena ações notáveis entre formigas, terra, sapos, corpos d’água, facões, fitas métricas, tamanhos que se apreendem por meio das texturas e distâncias: a singularidade da compactação do solo e um afastamento regulamentar de igarapés é condição de habitabilidade para as formigas e sapos tanto quanto é condição dos dados para a ciência. O que se executa como “sentir a terra” não é senão esta força dinâmica de intensão ou de captura, *um desejo*, que expressa uma partilha comum.

Contingencia quer dizer tangência comum: mundo e corpo se interceptam, se acariciam. Não gosto de chamar de meio o lugar no qual meu corpo habita, prefiro dizer que as coisas se misturam entre elas e que eu não faço exceção a isso, eu me misturo ao mundo que se mistura a mim. (...) eu chegaria ao corpo misturado (SERRES, 2014 [1985], p. 97-98 - tradução livre).

Com isso, o *corpo misturado* é, para mim, não só um conceito, mas também e, talvez, antes ainda, *uma prática de fazer sociedade*. Um prática que se exerce por meio deste atravessamento sensitivo como um outro pacto que se faz, *no micro*, pelas “infinitas capacidades dos sentidos” (SERRES, 2014 [1985], p. 151 - tradução livre).

Quando Tarde traça a analogia entre desejo, crença, espaço e tempo, ele denuncia, em simultâneo, diferenças e semelhanças dos modos de possessão. Porém, ele também indica um caminho: prestar atenção ao movimento dos corpos. São, portanto, aos gestos que este trabalho de tese se atém. O sensitivo é partilhado entre corpos em contato.

Falta-lhe, todavia, assim como a Whitehead, uma categoria que lhe permita fugir da localização da matéria, é dizer, conceder ao corpo agência suficiente para que ele não seja uma simples “máquina” que, quando atravessada pelo terreno das forças em questão, não é “essencialmente alterada” (TARDE, 2010 [1893], p. 20 - tradução livre). É que precisamos admitir que formigas, plantas, pedras etc. também cheiram, veem, sentem. Só que de outro modo. Precisamos admitir que o corpo não é um contorno limítrofe ou um organismo organizado, mas composição. Se assim quiser o leitor, o corpo misturado é um conceito que devém funcional: ao mesmo tempo em que ele evita a confusão do corpo com a pessoa ou o sujeito (o ver e o tocar como faculdades exclusiva dos olhos e da mão), que reduziria as ações impulsionadas por aquelas forças ao “ser”, ele igualmente diz de um modo de estar no mundo; um modo de estar “na mata”.

Não se trata do desejo e da crença de um mateiro, como se o sujeito fosse primeiro ao campo de forças. O problema se situa na produção do desejo e da crença na conservação da biodiversidade impulsionado pelo enunciado científico do medo da perda de algo maravilhoso que cria, assim, funções de escalonamento, mensuração e controle entre vivo e não vivo. Com efeito, a devastação acelerada do bioma amazônico, incluindo os povos que ali viviam e vivem é incontestável. Em que medida, contudo, esta história não é o correlato do modo como produzimos nossas abstrações, isto é, fundamos nossa experiência da realidade? Nós devemos ser vigilantes com nossas abstrações, afim de que elas não se tornem devastadoras, pois elas “estimulam a vivacidade e a profundidade do todo da experiência” (WHITEHEAD, 1968, p. 123 - tradução livre). *Como situar o desejo e a crença na conservação da biodiversidade em função de outra experiência de saber?*

Abre-se, com isso, um novo registro sociológico.

### **1.5.1 Sentipensar e o real encantado**

Após minhas primeiras visitas a campo na BR 319 - cuja pertinência das observações feitas se verá, também, nos outros locais - o que ficou latente é que pensar a biodiversidade é sentir a biodiversidade. Ao dizer “pensar é sentir” sei que corro o risco de desagradar aqueles para os quais a guarda de tal diferença é intelectual e academicamente imprescindível. No entanto, como claro ficará no que segue, não posso me furtar à

radicalidade da experiência que meu campo junto aos biólogos e ecólogos, florestas e lavrados, ribeirinhos e indígenas, bem como facões e botas, me trouxe.

Afirmar “isso é aquilo” não é passar ao “pensar não é senão sentir”, ou “pensar é só sentir”. Ou seja, não reduzirei o primeiro ao segundo, retirando-lhe sua carga imaginária ou mesmo abstrata, como se não houvesse um alcance próprio do pensamento. Por outro lado, manter uma diferença tal, onde o pensar transcenderia o sentir, seria abandonar a este último no campo das imprecisões subjetivas, dos tumultos arbitrários dos corpos individuais enquanto àquele corresponderia à faculdade suprema e esclarecedora do *logos* racional. Não reduzir, mas tampouco garantir uma diferença que se diga essencial; executar sim, uma operação de “restrição” (STENGERS, 2002; 2003)<sup>20</sup>.

Fals Borda (2009) não se sentiu autorizado a conferir uma definição deste *sentipensante*, expressão original da linguagem de ribeirinhos e pescadores do Caribe colombiano, em San Martín de Loba, com os quais ele estudou. Borda coloca em suas palavras o que escutou de um destes pescadores que caminhava com ele, em San Benito Abad, por algum braço do rio San Jorge: “Cremos que atuamos com o coração, mas também empregamos a cabeça. E quando combinamos as duas coisas somos sentipensantes” (BORDA, 2008).

Uma leitura possível desta definição é aquela que mobiliza a faculdade de pensar associando-a ao uso ou emprego da cabeça, ao efeito dos impulsos elétricos do cérebro, à cognição da mente etc.; enquanto que a condição de sentir está associada ao coração, à circulação sanguínea e hormonal, à palpitação orgânica e emocional. Este tipo de interpretação é fruto do modo de abstração da modernidade, constitutiva de sua própria experiência de mundo: à idealização do pensar e do sentir vão se instituindo naturezas distintas que funcionam, a seu turno, como núcleos atratores aglutinando ao redor de si ideias, coisas, fenômenos, atitudes e, neste caso, as partes e reações do corpo responsáveis pela sua apreensão. É que o gesto que funda o “pensar” e o “sentir” (derivação direta da tese da bifurcação) é justamente aquele que lhes atribui uma diferença essencial a partir da qual - instantaneamente - uma reconexão pode ser restabelecida. Daí que “pensar” é

---

<sup>20</sup> É Deleuze em *Qu'est-ce que l'acte de création* (1987) que alerta para o fato de que “não se pode ter uma ideia em geral. Uma idéia é já destinada, assim como aquele que tem a ideia é já destinado à tal ou tal domínio (...) É preciso tratar as ideias como potenciais já engajados em tal ou tal modo de expressão” (tradução livre). Com efeito, o pensamento, não é desgarrado; ele já começa restrito, situado (i) no campo e (ii) pelo modo de expressão circunscritos à biologia, à sociologia etc. Tal restrição está longe de ser um impedimento à criação. Muito pelo contrário. Ela é requisito necessário para tanto. Eis a tensão que singulariza o surgimento de uma novidade. Trata-se de uma postura muito próxima àquilo que Stengers entende por *mise en aventure* (STENGERS, 2002); trata-se de estar atento ao *processual*. É como se o *dégradé* de probabilidades fosse decrescente à medida em que se busca prolongar um exercício do pensamento e, simultaneamente, como se houvesse o movimento inverso, por meio do qual um “novo alcance” abre o campo de possíveis na direção de lugares, espaços e laços antes inusitados.



igualmente distinto de e superior à “sentir”. Daí que, movidos pela sensação devastadora da queda da Amazônia e da “extinção em massa” da biodiversidade, os biólogos da conservação se colocam a necessidade de controlá-la por meio da racionalidade matemática.

Mesmo que movido por esta mesma sensação, ensaio, aqui, outro entendimento. Não reduzir, não reconduzir um ao outro, nem tampouco garantir essa diferença é o que me motiva. Habitar a tensão entre os limites do encontro com o outro em minha própria ética. Sendo assim, sentipensar não é uma ação ou conceito que fundi o sentimento ao pensamento. É uma *operação anti-abstrata*, localizada na experiência de um corpo que se move ao encontro de outros corpos e, nesse sentido, radicalmente oposta ao gesto que funda a modernidade. Esta oposição, contudo, não deve ser entendida como uma substituição drástica do modo como a biologia da conservação vem lidando com a “crise da biodiversidade”, nem como as ciências sociais vem se colocando no cenário da “questão ambiental”. Entendo-o como uma adição à experiência da biodiversidade produzida em termos de uma abstração finita, verificável, calculável, ameaçada, cujo efeito passe a ser, portanto, reorientar a sociologia sob a tensão do conceitual e do anti-conceitual.<sup>21</sup>

Como já salientei, o *corpo misturado* (SERRES, 2014 [1985]) é um conceito que me permite falar sobre as expedições mata adentro. Mas, também, e fundamentalmente, um modo de experienciar o registro sentipensante, o ato mesmo de “estar na mata” diante da restrição que fazemos pesar sobre a floresta no simples ato de estar ali.

Abre-se, com isso, a possibilidade de criação de uma diferença absoluta entre “estar na mata” e ficar “entre quatro paredes” que não reduz uma a outra, mas que importa (tanto ao fazer sociológico quanto à biologia da conservação) na busca de um outro modo de engajamento entre pesquisa e lugar, capaz de recolocar nossa relação com a “crise da biodiversidade” para além do acontecimento discursivo que a funda, qual seja, aquele do “medo da perda”, da “extinção em massa”. Não é dizer que “na mata” é um transcendental. Tampouco que ali há uma lógica sensitiva que não existe “entre quatro paredes”. Menos ainda que a condição de estar/*ter estado* “na Amazônia” desautoriza ou deslegitima toda a produção científica, filosófica e intelectual daqueles que pensam “a Amazônia” à distância. É dizer, antes, que as composições dos elementos entre si produz diferença, produz contraste. Contraste composto, portanto, por um outro cotidiano: pelos perigos, pela troca das mãos pelos pés, pelas imensidões afetivas, pela zona de entre-saberes, pelos contatos, pelos cruzamentos do ambiente abstrato e do “senso de lugar”, pela desejo de “salvar a

---

<sup>21</sup> Escobar (2014) sugere, com o termo, uma perspectiva próxima à dimensão das novas ontologia do lugar.

biodiversidade”, pela crença de que “a biodiversidade, ali, importa”. Enfim, pela construção de um novo acordo, um novo pacto, quiçá, em outra escala.

Portanto, almejo no texto uma narrativa desta prática como algo que me conduziu, metodológica e eticamente, ao longo do campo, seguindo os cruzamentos entre o que Serres nomeia método (as linhas retas, a ordem, a lei) e caminhada (os saltos, os desvios, o imprevisto). O autor fornece o passo a passo:

Eis, de início, vias retas. Aquela que desembaraça, sem tardar, o viajante temeroso da floresta onde ele se engaja, aquela que segue uma luz sem massa e brusca; ambas dizem da via cartesiana. (...) Via reta significa, por tudo maximizada, as regras do Método fazendo reinar superlativos. Primeiramente, não incluir nada para além... daquilo que se apresentaria tão claramente e tão distintamente a meu intelecto que eu não tenha porquê o colocar em dúvida. Dividir, secundamente, cada uma das dificuldades, em tantas parcelas quantas puder, e que seriam requisitadas para melhor as resolver. Seguir, terceiramente, a ordem do mais simples ao mais composto. Fazer por tudo, enfim, revisões e desmembramentos tão gerais e tão inteiros de modo que eu fosse assegurado a nada omitir. Diríamos bem: uma função critério que maximizamos por restrições. Leibniz não estava errado de zombar de uma tal acumulação de aspirações litânicas, mas falhou, entretanto, em não ler, aqui, um desenho no qual ele tentou formular a lei. Pois concatenar, assim, superlativos sobre comparativos consiste em propor uma estratégia extrema; em minimizar as restrições da dúvida, da dificuldade, da composição, da omissão, para traçar a via ótima, via leibniziana por excelência, de máximos a mínimos. Descartes, que não amava o infinitesimal, conduz o mínimo ao nada: nenhuma ocasião, nada omitido, se ele não pode, e por razão de uma causa, conduzir o máximo a alguma coisa (...) A caminhada odisséica não pode se dizer método, mas êxodo. Êxodo no sentido onde o caminho se afasta do caminho, onde a via toma o exterior da via (...) Atratores estranhos. Como se existisse tipos de ordem imprevistos em relação à lei normal do equilíbrio, à lei ordinária da ordem (...) O método minimiza as restrições, as anula; o êxodo mergulha nas suas desordens (...) Ademais, toda grande transformação de saber ou de intuição, de relação com o mundo, corresponde a uma crise a respeito da necessidade, ou da realidade da necessidade, velha comparsa memorável das nossas lutas milenares (...) Nós transformamos as coisas, nós devemos as compreender, ou, antes, nós compreendemos as coisas para as possuir ou as transformar à nossa guisa; nós temos de as compreender para as proteger. Passar pela floresta sem considerar as árvores, sem ver o que nós fazemos das árvores por meio da operação de passar, nos parece, hoje, inculto e grosseiro. Nós reencontramos o local pela necessidade que nós fazemos pesar sobre ele”. (SERRES, 2004 [1985], p. 344-345; 356-357 - tradução livre).

Retomo, com isso, o primeiro requisito, fazer da experiência acontecimento comum. Quem mais me permitiu aprender um outro modo de fazer sociologia foi este “*passar pela floresta*”. Mais, foi *a mata*. Qualquer leitor em ciências sociais se surpreenderia com esta frase. Porém, confesso que não encontrei, por hora, melhor maneira de me expressar. Ainda que, a sua vez, este não seja somente um enunciado de efeito. Evocar *a mata*, desta maneira, me alinha, sociologicamente, no que posso chamar, mesmo que a contragosto, de realismo. Por mais que tente não congelar domínios no afã epistemológico, é certo que temos maior ou menor inclinação a alguns *estilos de pensamento* (FLECK, 1978).

Não se trata de pensar a relação com a mata por meio de uma empiria contemplativa; tampouco o realismo positivista; nem o realismo popperiano, ou o segundo realismo latouriano. Talvez um real que atravesse as arenas disciplinares, que esteja partilhado aqui e acolá (CUSICANQUI, 2010b; CUSICANQUI; EL COLECTIVO, 2014; BORDA, 2009; DE LA CADENA, 2015; CASTAÑEDA, 1968; 1971; KOPENAWA; ALBERT, 2010; GLISSANT, 1981; GOULD, 1989). Mas, não qualquer real: o real encantado (ou maravilhoso) que é o acontecimento comum, cotidiano, porém, excepcional:

os dicionários nos dizem que o maravilhoso é o que provoca admiração por ser extraordinário, excelente, admirável. O extraordinário não é obrigatoriamente belo ou formoso. Não é belo nem feio: é sobretudo assombroso, tudo o que sai das regras estabelecidas é maravilhoso. (...) Todo o insólito é maravilhoso. Contudo, eu falo do real maravilhoso ao me referir a certos fatos ocorridos na América, a certas características da paisagem, a certos elementos que nutrem minha obra. (...) O que ele (Franz Roth) chamava realismo mágico era simplesmente uma pintura onde se combinam formas reais em desacordo com a realidade cotidiana. (...) O realismo mágico é uma imagem inverossímil, impossível (...) (por exemplo) a pintura de Chagall, onde se vêem vacas voando, burros sobre telhados das casas, elementos da realidade, mas levados a uma atmosfera de sonho, a uma atmosfera onírica. Na pintura surrealista tudo está premeditado e calculado para produzir uma sensação de singularidade, como os relógios moles de Dali. O real maravilhoso que defendo é o que encontramos em estado bruto, presente e onipresente em todo latino-americano. Aqui o insólito é cotidiano, sempre foi. (CARPENTIER *apud* CHAO, 1998, p. 78-79 - tradução livre).

Em meio ao universo das histórias sobre a floresta e seus seres (as que já relatei e as que estão por vir), a conversão do material científico em dado e os blocos de sensação que me afetaram (as imensidões), não me vejo autorizado a evocar outra abordagem que não esta. Não faço menção, com isso, somente àquela mata que corresponde ao campo empírico de um biólogo da conservação, também à mercê de ser violentada pela presença de um sociólogo. Trata-se de singularizar *um* cotidiano simples: o agenciamento-mata, em extensão e intensão, composto com árvores, formigueiros, sapos, ruídos, onças, águas, lagartos, trilhas, parcelas, facões, olhos, pés, rochas, cores e carrapatos que, para além de agentes que nós fazem agir, também estão “vivos” ou “encantados”, que também podem ver, cheirar, sentir. Ou seja, *uma mata* que existe e se faz ali, além do dado científico, junto à diferença sensitiva dos saberes apreendidos *in loco*, junto à fabricação do corpo misturado, de *um olhar*, de *um percorrer*, de *um tatear*, de *um medir* que eu não diria simplesmente óbvios, mas, ao contrário “assombrosos” na sua “obviedade”.

Analogamente, portanto, à dinâmica que se estabeleceu enquanto eu seguia biólogos, cores, sapos, ribeirinhos etc. se faz a escrita deste trabalho de tese. Em outras palavras, conduzo o leitor, sim, por um método, qual seja, o etnográfico: trago eventos em sua simplicidade, mas indico, em destaque, o insólito; obedeço a ordem cronológica, mas

enxerto eventos fora da linha do tempo; tracejo os deslocamentos no espaço, mas me deixo a análise se seduzir pelos entraves e sinuosidades, fazendo, desvio por desvio, um modo de andar em paralelo. Nada que desnature o requisito etnográfico, qual seja, o de criar um *relato*. Mas cujos efeitos tentem se fazer disruptivos, é dizer, que permitam flagrar o ato da escrita com objetivos outros, por vezes “alucinantes”, daqueles que eu havia inicialmente projetado a campo.

No capítulo que segue, trago o modo como minha entrada no dois lugares onde se produziu a maior parte de meus dados, o Parque Nacional do Viruá e a Estação Ecológica de Maracá se deu. Isto porque, mantenho, primeiramente, esta ordem cronológica de meu percurso a campo, mas também e secundamente, porque é preciso, após informar o leitor de parte do aparato sociológico que informa esta pesquisa, delinear as posições que fui ocupando ao por em prática meu exercício etnográfico. Ademais, por fim, em se tratando de uma pesquisa que se concentra no enclave da grade RAPELD do PPBio nos lugares, o encontro de saberes, impõe, obviamente, o contato com agentes outros que não propriamente os cientistas com os quais me deparei inicialmente a campo.

## **CAPÍTULO 2. LUGARES, POLÍTICAS, PESQUISAS E O NORTE-AMAZÔNICO: POSICIONAMENTOS NA PESQUISA SOCIOLÓGICA**

Era um nome, ver o quê. Que é que é um nome? Nome não dá: nome recebe.

João Guimarães Rosa

No capítulo precedente relatei minha entrada a campo e a definição das etapas a se seguirem. No decurso das caminhadas entre um local e outro, entre a cidade e a floresta, estão imbricados meu objeto, sendo o engajamento entre biólogos do PPBio/CENBAM e populações locais, minha problemática, qual seja, situar a questão da conservação da biodiversidade em função do encontro de saberes mata adentro, e os principais conceitos e categorias que informam a análise. O recorte dado ao acontecimento que constitui a biodiversidade amazônica, qual seja, o encontro entre os distintos agentes mata adentro é aquele que atravessa minha própria experiência no interior da floresta. Por meio deste, busco jogar luzes sobre as forças que atuam e singularizam o lugar (ESCOBAR, 2005b). Encerrei, então, aquele capítulo dando uma *prova* ao leitor (seções 1.4.2 e 1.5) daquilo que será discutido em maior profundidade no decorrer deste trabalho.

Em seguimento ao percurso do campo, fui conduzido do interior da floresta para fora. Em apertada síntese, este movimento se deu devido às próprias exigências da realidade empírica: uma vez em contato com os cientistas e tendo uma experiência prévia do modo como as pesquisas ocorrem mata adentro, era preciso dar atenção aos novos sítios e seus contextos nos quais eu intensificaria as investidas na grade RAPELD, isto é, o Parque Nacional do Viruá (PNV) e a Estação Ecológica de Maracá (ESEC).

Já engajado oficialmente e, também, pelas próprias microdinâmicas da produção de desejo e crença, no Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Centro de Estudos Integrados da Biodiversidade Amazônica (INCT CENBAM) e, conseqüentemente, no Programa, o acesso a meu campo empírico foi facilitado pela rede institucional que este construiu ao longo de décadas de pesquisa na região. Durante os meses de dezembro de 2014 e janeiro de 2015 negocieei, à distância, meu ingresso naqueles dois sítios.

Todavia, de volta à região do norte-amazônico, a partir de fevereiro de 2015, percebi que, se, por um lado, ser um pesquisador vinculado ao PPBio/CENBAM me oportunizava todo o apoio no que toca à infraestrutura e acolhida dentro das Unidades de Conservação (UC), por outro, esta “identidade” emprestava a mim uma posição já dada de antemão aos

olhos das vilas ribeirinhas e comunidades indígenas que construíram, ao longo dos anos, uma relação direta com aqueles cientistas e gestores.

Destarte, a figura de mediador que o Centro projetava como o regime que marcaria a posição que eu ocuparia na relação direta com as populações locais, não necessariamente correspondeu àquilo que, na prática, se deu. Se por um lado, este regime não deixava de exercer seus efeitos e orientar *parte* da minha produção sociológica, restou claro que ela articulava, antes, a relação que o Programa e eu estabelecemos, e não exatamente aquela que terminou sendo construída a partir de minha entrada e permanência nos lugares.

Como deixei claro no capítulo anterior, minha preferência sempre foi dirigida à mata, à Amazônia. Não só: estava sempre presente, também, a vontade de conhecer o modo de vida das populações locais e como estas interagem com o mundo da pesquisa em conservação da biodiversidade. Portanto, junto aos efeitos das estratégias metodológicas que assumi, foi efeito das correntes de desejo e crença chegar aos lugares por onde passei. A descrição da rede de conservação da biodiversidade no norte-amazônico - os agentes, as instituições, as questões, as alianças e dissidências - é efeito colateral.

Se a pesquisa se apresenta como um elemento de fundamental importância na tessitura das relações sociais entre “cientistas” e “nativos”, há, nos lugares, muito mais para além deste vértice. Toda a constituição e conformação dos institutos de pesquisa, de gestão, dos instrumentos técnicos, do aparato burocrático etc. é recolocado à luz das intensidades que percorrem a especificidade dos lugares onde ele se instaura.

Sendo assim, dou continuidade ao relato de meu percurso a campo apresentando, agora, as circunstâncias e configurações particulares que envolveram minha inserção nas vilas ribeirinhas e comunidades indígenas que possuem uma participação direta na pesquisa sobre biodiversidade conduzida pelo PPBio/CENBAM. O foco da análise segue sendo, em primeiro plano, os modos de engajamento entre estes agentes, ou seja, a produção de desejo e crença em meio ao atravessamento sensitivo que recobre este encontro. No entanto, *a ordem de grandeza e a natureza dos dados* é outra daquela sob a qual é preciso se ater dentro da mata. Por conseguinte, *a ordem de grandeza e a natureza das abstrações*, ou seja, os conceitos e categorias, também o será, afinal, a utilização de nossas ferramentas é um “processo temporal” e, não menos, contextual, isto é, “você abre as coisas e elas se fecham novamente, você as abre de novo e elas se fecham, e assim por diante.” (STRATHERN, 1999a, p.165). O modo no qual estão a funcionar aqui alguns dos conceitos em operação não necessariamente são os mesmos que no capítulo anterior e, em alguns casos, sua pertinência é alvo de crítica reflexiva.

Querer conservar a biodiversidade e acreditar na sua relevância não possuem uma sintaxe e uma semântica únicas, isto é, não podem ser entendidos a partir de uma única perspectiva situada, como se realizar uma análise fosse reconduzir cada singularidade vivida na experiência do campo ao mesmo arcabouço teórico<sup>22</sup>. Há que se levar em conta uma série de cruzamentos e prestar atenção ao mínimos detalhes, não somente dos discursos e das posições, mas do próprio movimento de deslocamento corpóreo-mental que se executa a campo. A etnografia acontece *enquanto se caminha*.

Nesse sentido, a circulação do corpo acompanha os fluxos das forças do desejo, da crença e das sensações nos lugares e impõe deslocamentos no próprio *relato*. Ela expõem as permissões, os interditos, as questões e os novos regimes do encontro de saberes que a pesquisa científica - biológica e, em particular, sociológica - assume ao longo do tempo de investigação. Refiro-me, não só a longa relação dos biólogos e ecólogos com as populações locais, mas, do mesmo modo, aos meses de campo que me restaram, fevereiro a julho de 2015. O registro do sensitivo se instaura na admissão das conexões e lacunas que a realidade empírica apresenta. Em outros termos, tanto aqui, quanto nos capítulos 3 e 4 - quando retorno a mata - ele será modulado por outros (dois) regimes.

Para tanto, especial atenção é conferida às maneiras pelas quais a prática e a mentalidade da pesquisa científica e do “lugar” (ESCOBAR, 2005b) se interpenetram e se atualizam reciprocamente. Dentre estas, se sobressaem as operações de *nominação*. Porém, busco, ao mesmo tempo, deixar em aberto algumas das lacunas que se apresentaram a mim ao longo deste exercício sociológico. Isto porque certos eventos que acontecem a campo não necessariamente portam consigo, ou mesmo autorizam ao investigador, construções analíticas ou conceituais correspondentes.

“Você precisa ir a campo”, isto é, “sentir o cotidiano das expedições mata adentro”. Estes eram os enunciados que eu muito ouvia dos biólogos e ecólogos ao se referirem ao seu trabalho diário. É preciso, também, ficar nos lugares, agora, pode ser o enunciado que eu diria a eles.

## 2.1 O LUGAR DO PESQUISADOR NO LUGAR

---

<sup>22</sup> Agradeço ao prof. Jalcione pelos largos anos de orientação em minha formação acadêmica ao reiterar, uma e outra vez, que todo esforço analítico consiste em “aproximar” ou, se me permito outro modo de o dizer, *fazer conversar* empírico e teoria de maneira que o produto deste encontro seja um terceiro termo que não se reduz aos seus coadjuvantes, o que ele divertidamente nomeia de “foco estrábico”. No caso desta pesquisa doutoral, não é tanto a dificuldade deste foco que se coloca, mas sim de o ajustar às mudanças que se apresentam a cada passo. Não há um único foco. Mudando o contexto empírico, muda-se a teoria.

Dois foram os sítios de pesquisa escolhidos: o Parque Nacional do Viruá e a Estação Ecológica de Maracá. Respectivamente inseridos nos municípios de Caracaraí e Alto Alegre, o primeiro sendo mais ao sul, o segundo mais ao norte do Estado de Roraima. A capital, Boa Vista, se encontra quase no meio destes. Ali fiz uma espécie de *ponto de passagem obrigatório* onde parava e descansava entre sobes e descas. Frequentava lugares institucionais na possibilidade de etnografar, digamos, outra parte da rede: a sede do INPA, onde ficavam os pesquisadores do PPBio/CENBAM, o Conselho Indígena de Roraima (CIR), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), a Universidade Federal de Roraima (UFRR), o Instituto Insikiran (II) de formação superior indígena e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), subsede Roraima.

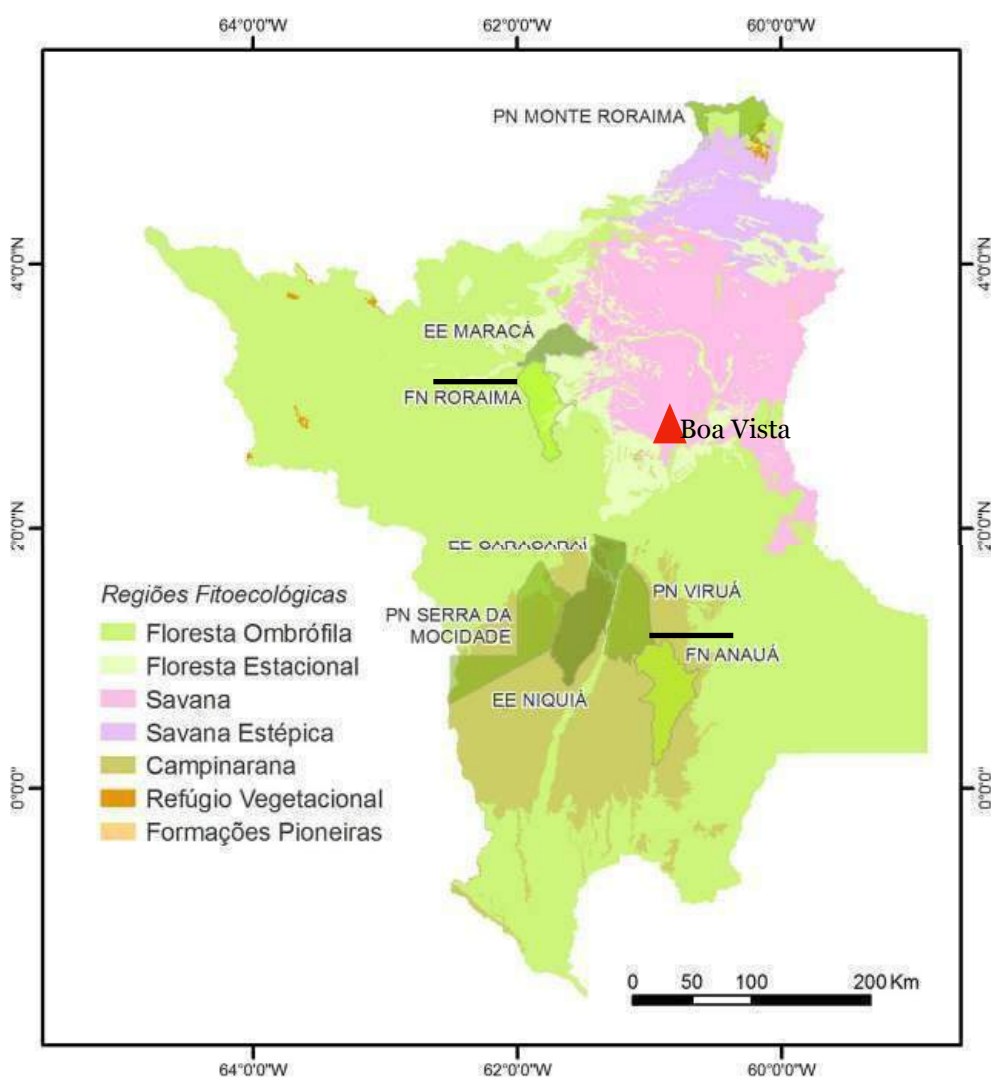


Figura 07: Mapa do Estado de Roraima com a localização da capital, Boa Vista, e das Unidades de Conservação, em destaque, o PNV e a ESEC. Modificado pelo autor. Fonte: ICMBio (2014, p.4-3)



Os parceiros que me foram indicados para contatar pelo Coordenador do Programa, em ambos os sítios, foram os gestores de cada UC, funcionários, portanto, do ICMBio: Beatriz Lisboa e Benjamim da Luz. Entre os meses de dezembro de 2014 e janeiro de 2015 negociei, via e-mail e telefonemas, minha entrada nas Unidades e a logística da pesquisa. Apresentei-me, sucintamente, como sociólogo, doutorando indicado do PPBio/CENBAM, interessado em acompanhar o dia a dia do encontro entre locais e pesquisadores no interior mesmo da grade RAPELD. Indiquei que os critérios balizadores da minha escolha, dentre outros<sup>23</sup>, eram o contato entre aqueles agentes e uma “boa frequência” de pesquisas para meu período de campo.

Nas negociações, o modo por meio do qual fui acolhido pela equipe gestora do PNV foi, de imediato, positiva: “teremos grande prazer em apoiar o seu trabalho. As condições que temos no Viruá são bastante favoráveis para a sua pesquisa”. Segundo os gestores, não só a “relação próxima entre pesquisadores e comunitários é bem marcante no Parque”, como é destacada “a relevância das comunidades e do RAPELD para o sucesso do Viruá”. Enviaram-me o Plano de Manejo do Parque e uma lista de estudos futuros, já agendados, a ocorrer ali. Em resumo eu podia “contar com [eles] no que precisar”. Pela equipe da ESEC Maracá, a receptividade foi igualmente positiva: “podemos iniciar uma conversa sim. Acho que para as suas pretensões científicas a ESEC Maracá se encaixa bem”. Do mesmo modo, ali, “via de regra, existe uma forte relação das comunidades indígenas com o desenvolvimento das pesquisas”. Alguns documentos sobre o histórico da UC me foram, do mesmo modo, encaminhados. Fui, contudo, contestado sobre o que eu entendia por “uma boa frequência de pesquisas”. A equipe, ali, “não podia afirmar quantos grupos de pesquisa [estariam] em campo no primeiro semestre de 2015”. Ademais, me perguntaram “quanto tempo [eu] pretendia passar em Maracá? Seria apenas uma única visita ou haveriam mais entradas?”. Esta última especificação era relevante, pois, se o campo fosse extenso “seria necessário solicitar autorização junto ao SISBIO, de trâmite rápido e descomplicado, mas obrigatório”.

A Licença do Sistema de Autorização e Informação sobre Biodiversidade (SISBIO), na verdade, é uma só para todas as UC's nas quais se farão coleta de dados. Todo o procedimento é via plataforma virtual e, no meu caso, ambas equipes, do PNV e da ESEC,

---

<sup>23</sup> Os outros critérios foram mencionados no capítulo anterior (seção 1.4.1).

davam seus pareceres na mesma Licença, cada qual sobre sua Unidade. Com efeito, não tardou a concessão da autorização.<sup>24</sup>

Algo, contudo, ressoou à conversa que eu já tivera com o Prof. Magnusson quando do momento do *Curso de Técnicas de Campo para Monitorar a Biodiversidade e Socioeconomia para Projetos de Conservação*. “Nós temos dificuldades de nos relacionarmos com algumas comunidades, por exemplo, em Maracá”, disse-me ele na ocasião. Durante os meses que seguiram, dezembro de 2014 e janeiro 2015, até minha chegada em Roraima, em fevereiro de 2015, a lista de estudos, em curso ou confirmados, que eu recebia da parte do PNV era, de fato, muito maior do que na ESEC. As possíveis ressonâncias com a fala do Prof. e esta diferença incontestável, me conduziram à necessidade de contextualizar os locais que seriam meus principais alvos empíricos, pois, talvez, ali, eu encontrasse novas pistas sobre o “querer trabalhar com a pesquisa” e o “crer que a biodiversidade importa”.

### **2.1.1 O Parque Nacional do Viruá<sup>25</sup> e arredores: capturas entre loucos**

O Parque Nacional do Viruá foi criado em 1998. Está localizado a 200 km ao sul de Boa Vista/RR, no Município de Caracaraí. O território onde a UC se encontra, de 227.000 hectares, está delimitado pelo Rio Branco à oeste e pelo Rio Anauá ao sul. Um trecho abandonado da BR 174, iniciada no ápice do desenvolvimentismo militar, hoje Estrada da Perdida, é o que limita e dá acesso terrestre ao Parque pelo leste. Foram as características muito “movediças” e “quebradiças”, aliás, do solo da campinarama que impediram o prosseguimento das obras<sup>26</sup>. Esta UC está inserida no Programa de Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA).

A paisagem é composta por um mosaico de floresta e campinarama. O PNV possui o maior número de espécies de peixes já catalogados do bioma amazônico, assim como

---

<sup>24</sup> Licença n. 47873 concedida em 21.03.2015. Agradeço, mais uma vez, aliás, pelo caloroso acolhimento que recebi dos funcionários do ICMBio e, faço questão de aqui registrar, sou extremamente grato por, em nenhum momento, ter ficado desassistido pelas equipes. Todos foram, sempre, atenciosos, generosos e incentivadores do meu trabalho.

<sup>25</sup> Utilizo vários termos para me referir a esta UC: PNV, Parque e Viruá.

<sup>26</sup> Como já mencionado alhures, engana-se o leitor que pensa em “Amazônia” e imediatamente a associa ao termo “floresta”. O bioma, em especial em RR, é composto não só por uma série de tipos distintos de floresta (de igapós, várzea ou terra firme, cada qual estando relacionada, dentre outros fatores, com a dinâmica das águas, sendo, respectivamente, a floresta sempre alagada, a floresta alagada na cheia, e a floresta que nunca alaga), como também pela campinarama, composta de grandes dunas de areia semeada por manchas de floresta, pela campina (que para alguns tem características à parte, sendo uma mistura de solo e areia com árvores esparsas) e pelo lavrado, de terra avermelhada, compactada, com montanhas rochosas (ali fica, inclusive, o Monte Roraima, o pico mais elevado do país) e entrecortada por manchas florestais mais densas que a campinarama. Sem mencionar as pastagens e as plantações de soja como elementos que igualmente compõem o bioma.

elevada riqueza de aves e plantas comestíveis (ICMBio, 2014). É, a seu turno, cercado por vilas ribeirinhas. As vilas, não à toa, possuem como atividades de subsistência principais a pesca e a agropecuária.

O PNV foi o segundo local escolhido pelo PPBio para a instalação de uma grade de pesquisa RAPELD, dentre os anos de 2005 e 2006. Este evento deu o tom da entrada do Centro na região. A grade foi instalada conjuntamente com 25 ribeirinhos dos arredores do Parque (do Município de Caracarái, da Vila Petrolina e da Vila de Vista Alegre) em lugar de fácil acesso a esses mesmos grupos (ICMBio, 2014). O método RAPELD é executado a campo mediante a participação direta dos ribeirinhos. Hoje, “a demanda de levantamentos, cursos e outras atividades é bastante alta”, me confessou uma das principais pesquisadoras do Programa com atuação no local.

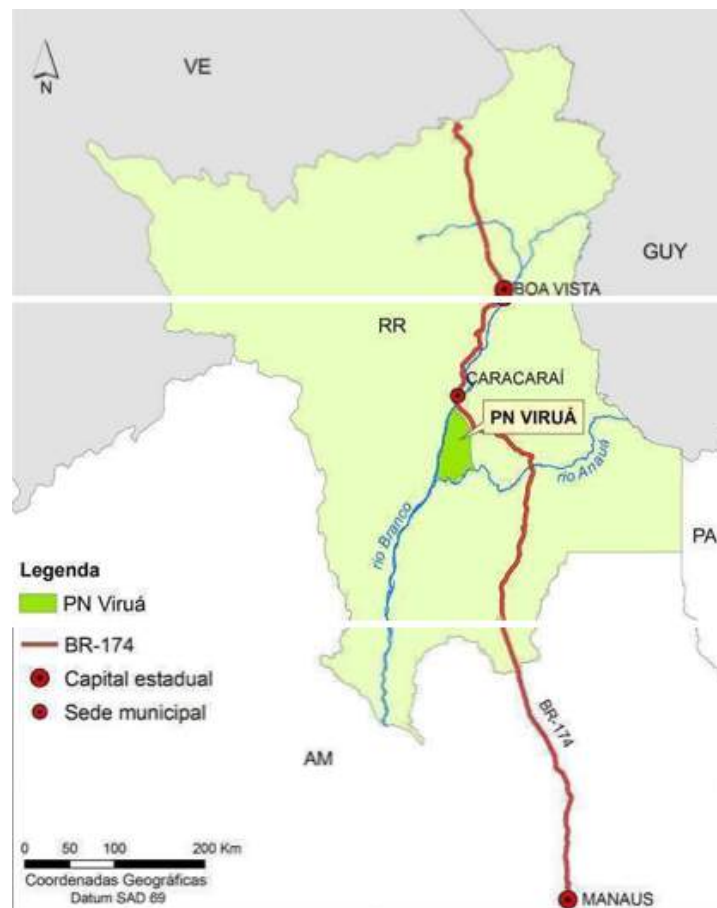


Figura o8: Localização e delimitação do PNV. Fonte: ICMBio (2014, p. 2-1).

Faz-se fundamental, também, precisar o que estou chamando de “arredores”. Esta pesquisa trata dos modos de engajamento entre ribeirinhos e/ou indígenas e biólogos da conservação. Torna-se indispensável entender a configuração inicial deste encontro. Certas

características pontuais das pesquisas científicas em Unidades de Conservação e a região onde estas se situam propiciam tais particularidades.

A maioria das pesquisas em biodiversidade são efetuadas em UC's. Toda UC possui, em seu Plano de Manejo, a chamada Zona de Amortecimento (ZA). O cálculo da abrangência desta zona obedece critérios biológicos e depende de uma série de fatores particulares de cada UC. A base padrão mínima é de 10 quilômetros de raio. Tal fator gera, por si só, a necessidade de vínculos entre a UC, o ICMBio e as pesquisas, e os arredores.

Obedecendo aos critérios logo acima descritos, caracterizo os arredores do Viruá. Inserido em sua Zona de Amortecimento estão as Vilas Petrolina, Vista Alegre e outra situadas ao longo do Alto Rio Branco. Todas, distantes menos de 10km dos limites do PNV. À 50km do Parque está o município de Caracará, cuja ponte sobre o Rio Branco dá o limite que o exclui da ZA. Contudo, em termos sócioterritoriais o município se coloca em estreita relação com o Parque e aquelas Vilas. Não só a circulação de pessoas é constante entre essas quatro localidades por razões de comércio e serviços estatais, como pelo uso local da região para caça, pesca e agricultura.<sup>27</sup> Estas localidades são, portanto, as mais afetadas pela instalação e existência da UC, tendo sido obrigadas a estabelecer com ela algum tipo de relação direta, seja de trabalho, seja de conflito, seja de resistência, seja de ressignificação do território.

Porém, o critério sociológico determinante para este estudo é a participação dos ribeirinhos na pesquisas científicas sobre biodiversidade. Neste caso, Caracará e Petrolina são as localidades de onde saem os auxiliares de pesquisa. Assim sendo, todos aqueles com os quais aprofundei minha relação, ao longo dos meses, vivem em uma ou outra. A noção de “arredores” engloba, de modo geral, a inclusão das localidades dentro da ZA, mas, em particular, as localidades com fortes vínculos com as atividades de pesquisa. Este mesmo refinamento dos critérios servirá, por conseguinte, à determinação dos “arredores” da Estação Ecológica de Maracá.

---

<sup>27</sup> O nome do município, de origem indígena, faz referência ao carcará, ou caracará, uma ave de rapina que habita a região. Aproximadamente 19 mil habitantes e uma extensa área de 47mil km<sup>2</sup> fazem de Caracará o maior município do Estado depois da capital. Urbanizado, porém à beira do Rio Branco, abriga, majoritariamente famílias ribeirinhas. Destas, muitas vivem da pesca, criação de animais, pequenas plantações (muitas vezes no jardim de casa) e de trabalhos informais na cidade (mecânica, construção civil, comércio em geral). No geral, ambas as vilas não diferem muito das características acima levantadas referentes a Caracará. Contudo, não se pode dizer que elas se configuram como núcleos urbanizados. Apesar de o IBGE as denominar “aglomerados urbanos”, para os cerca de 500 habitantes de Vista Alegre e 1.000 habitantes de Petrolina, ambas são vilas. Vista Alegre se estende às margens do Rio Branco; Petrolina às margens da BR 174.

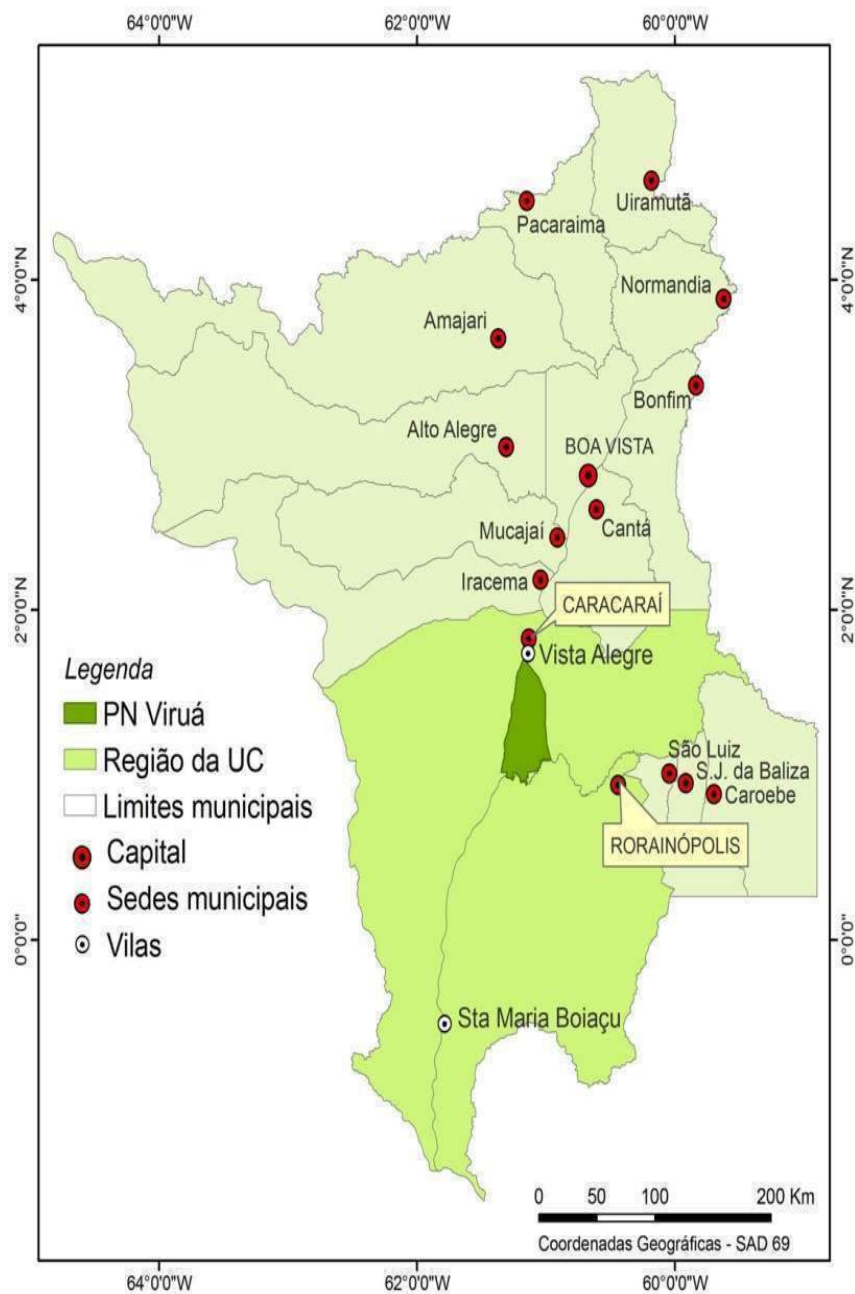


Figura 09: Entorno maior do PNV. Fonte: ICMBio (2014, p. 5-5).

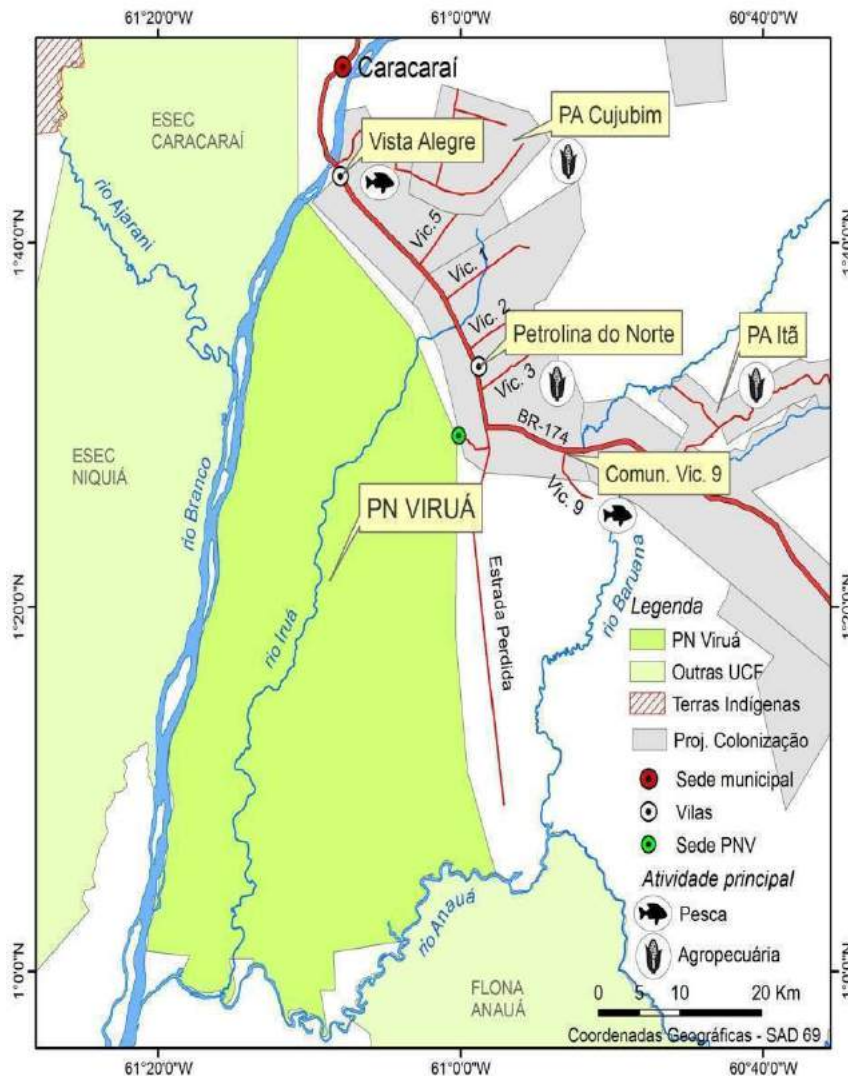


Figura 10: Entorno menor do PNV. Fonte: ICMBio (2014, p. 5-17).

A mediação entre os pesquisadores que vão ao Viruá coletar seus dados e os ribeirinhos se dá, por vezes, por incentivo do próprio PNV, via funcionários do ICMBio. Estes últimos vão às Vilas, conversando com um e outro, colhendo indicações (quem trabalha bem na mata, quem conhece a região, quem sabe se localizar, quem é mais sério com os compromissos) e, chegando neles, buscam o principal: quem tem vontade de trabalhar para o Parque com ou para os pesquisadores. As funções são basicamente auxiliar de campo, cozinheiro e lavador.

Os pesquisadores também trocam estas informações a partir de suas experiências, recomendando, uns aos outros, os auxiliares com quem já trabalharam a campo. Trago alguns comentários: “eu escolhi o Max porque me recomendaram ele; ele está sempre no horário, ele conhece a região como a palma da mão e tem ritmo”; “eu já tenho uma relação de longa data com os meninos. Eles vieram fazer um curso há 10 anos aqui, e eu vi que eles

perguntavam coisas, tinham foco. Eu sempre repasso os contatos deles”; “olha, esses três aqui, o Max, o Caçula e o Maranhense são meus parceiros, eles reúnem habilidades importantes, gostam de estar na mata: o Maranhense é meu escalador profissional; o Max sabe andar aqui, bate o olho e sabe onde está; e o Caçula está sempre pensando o método comigo. Eles vão para outros lugares comigo, porque confio neles, e aí eles já expandem seus contatos também”; “às vezes chamo o Neto, mas quando ele está pescando tem outros pilotos também”. Parece, inclusive, me comentou um dos pesquisadores cujas saídas acompanhei, que há, afixado em um mural no INPA de Manaus e de Boa Vista uma lista com os nomes dos auxiliares e seus contatos telefônicos.

Esta arena de mediações vai criando os critérios de seleção e de exclusão de seus próprios agentes, vai ganhando maleabilidade. E não só por parte dos cientistas. Os próprios locais o fazem, só que com outros critérios: “uma vez, o Capa Preta... olha esse bicho era arretado óh... ele não me abandona o campo porque a menina lá, não tem, a pesquisadora, é... calculou errado a quantidade de carne?! O trabalho era de uma semana e no segundo dia já tinha acabado a carne. Ele veio s’embora [risos]. Todo mundo sabe, agora, que não dá pra trabalhar no mato só com biscoito e macarrão [risos]... e o gosto ainda por cima? É bom uma carne óh...”. “Ah, essa história aí do Capa Preta... eu vou te dizer óh, eu teria ficado, mas também nunca mais ia trabalhar pr’aquela pesquisadora lá óh... tem que sustância pra caminhar o dia inteirinho no mato.”

Eu, obviamente, não estava ciente deste contexto que envolve a atividade da pesquisa no lugar, seus fluxos e suas tensões, antes de ali chegar. Elas foram aparecendo para mim ao longo do campo. Saber escalar, ter ritmo, “bater o olho” e conhecer, atender aos compromissos, calcular bem a quantidade de carne nas expedições, comer bem. Tudo aparecia como requisitos outros que diziam, também, desta infinita capacidade dos sentidos em produzir novos sentidos para além do acontecimento discursivo da biodiversidade.

A construção da hidrelétrica de Bem Querer<sup>28</sup>, a atividade madeireira e a caça de tartarugas, todas ameaças à biodiversidade que circundam o Parque Nacional do Viruá

---

<sup>28</sup> Projeto ressuscitado do período da ditadura militar no Brasil pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), na cabeceira do rio Branco. É uma das principais ameaças ao PNV e às Vilas. Até o presente momento, não se tem datas precisas definidas para a obra e, durante meu campo, o tema não foi mencionado frequentemente. Porém, algumas consultas e audiências públicas já foram realizadas. Esta mesma UHE foi barrada, à época, devido à mobilização liderada pelo Conselho Indígena de Roraima (CIR). Hoje, a discussão interessa igualmente boa parte da rede de pesquisa do PPBio/CENBAM: “Segundo nos disseram, essa UHE inunda uma área cinco vezes maior que Belo Monte para gerar dez vezes menos energia. Isso praticamente alaga o Parque e impossibilita as pesquisas! E na época, quem barrou a construção da usina foi o CIR!” (conversa com pesquisador do INPA parceiro do PPBio/CENBAM, na sede do INPA/Manaus, outubro de 2014).

(ICMBio, 2014) surgiram, furtivamente, em um ou outro momento do campo. Os agentes do órgão fiscalizam estas atividades na tentativa de “convencerem que a conservação importa”. O histórico da chegada e da instalação da UC também foi mencionado certa vez. Parece que houveram reuniões e consultas públicas às Vilas do entorno. Max, Caçula e eu conversávamos sobre biodiversidade e outros tópicos academicamente relacionados, isto é, por mim relacionados. Eu falava da globalidade do problema da conservação, essa ideia de “salvar” algo que se teme perder. Caçula, escolheu falar das etapas da conservação: “escolher e cercar uma área, é... as pesquisa, os produto etc. tudo isso aí nunca vai resolver nosso problema”. Claro ficou, para mim, que a grade RAPELD era o espaço privilegiado para “coletar” meus dados. Mas, claro estava, também, que se ela se abre para um certo “senso de lugar”, este escapa para todos os lados. A primeira questão sendo, portanto, qual o regime que orientava os desejos e as crenças do lugar para com a pesquisa?

O Parque do Viruá foi o primeiro lugar que desembarquei para minha terceira e mais duradoura estadia a campo. Fiquei as três primeiras semanas de fevereiro ali. Porém, o modo por meio do qual minha chegada se deu permitiu a construção de uma relação entre eu e os ribeirinhos de um modo inesperado para mim, longe da figura de um *mediador*. Situar-me neste cenário mobilizou outro sentido.

Desço, de ônibus, vindo de Manaus, no meio da BR 174, bem na curva onde a rodovia tomou o desvio da Estrada da Perdida. Eu carregava duas mochilas de mais ou menos 20kg e outra menor. Não só roupas cotidianas, eu trazia tudo quanto é apetrecho de campo: as botas, repelente, facão, lima, capa de chuva, cantil, barraca, rede, cordas, mosquiteiro, coberta etc. Atravesso as mochilas, uma a uma, ao outro lado da rodovia. Olho a frente. Um carro do ICMBio, da brigada de incêndio, deveria me buscar. Passaram-se 30 minutos e nada do veículo. Impossível seguir o que eu acho serem os 2km de piçarra que me separam do Núcleo-sede do Parque. Jogo, então, as mochilas na mata e me vou.

Caminho 300m e vejo, ao longe, um carro fazer a curva. “Tomara que seja o ICMBio”, penso. Conforme se aproxima o carro, confirmo: “é, parece uma Toyota velha, caindo aos pedaços... deve ser do ICMBio”. Apesar da brincadeira, que faço, sem qualquer tom pejorativo, reconheço as precárias condições às quais são submetidos os funcionários de um órgão do governo, responsável pelo cuidado de milhões de hectares de áreas de conservação.

Mas a cena devém mais pitoresca: tocando um sertanejo em altíssimo volume, um bando de cinco brigadistas, todos homens, exprimidos na Toyota, mais dois na caçamba, para ao meu lado, e o motorista pronuncia: “ei, perdido?” “Opa”, sigo eu, “tô procurando a Bia, tá ligado?” Mesmo acanhado, o sorriso de divertimento em sua face é impossível de



ser camuflado: “tôôô... tôôô ligaaado”. Os demais riem timidamente. Eles abrem espaço e, de algum modo, eu caibo no banco de trás. Pegamos as mochilas, jogamos na caçamba e seguimos os 6km que levam, pela Perdida, até o Núcleo-sede do Parque.

No caminho eles começam a rir, se entreolhando. Não podendo me conter, entro no clima e, sorriso no rosto, pergunto “Quê que vocês tão rindo?”. Lobisomem (a quem depois fui apresentado) diz: “olha rapá, é que tu parece o Renato Russo óh”. “Jura!? Renato Russo?!”, contesto. “É não... olha Lobisomem... nem pra lembrar o nome dos cantor tu serve einh... é Raul Seixas!” “Ah, aí até tudo bem...”, digo. “É, mas ainda não...”, diz outro. Eu apreendi, pela sua expressão, que ele hesitava em falar e resolvi dar vazão a conversa: “Olha, mais pra baixo me chamavam de outro nome... disseram, nas bandas do Rio Negro, que eu era igualzinho a Jesus”. Pronto. Gargalhada geral. “Óh que é bem o que eu tava pensando óh”; “eu também”; “óh que não é memo óh”, Edson, Mará, Silas e o cozinheiro retrucaram. Fui assim, definitivamente rebatizado.

Chegamos. Desço e descarrego as coisas. Eles me indicam onde ficam os quartos dos pesquisadores. Eu me direciono para lá, para ajeitar minhas coisas, enquanto eles voltam para a BR 174, retomando sua patrulha regular da manhã. Antes de saírem, o chefe dos brigadistas, Edson, me apresenta ao caseiro do Parque, Seu Iran. Adivinhe o leitor como ele o faz? “Seu Iran, esse é o Jesus... pesquisador óh”. Cumprimento-o. Informo-lhe, também, que a gestora responsável pelo PNV já havia me alertado que, naquele mesmo dia, chegaria um grupo de geólogos e botânicos para iniciar uma investida de uma semana no Parque. “Por isso estou aqui”, disse. Porém, eu cheguei antes deles.

Passa toda a manhã. Passa toda a tarde. Passo todo dia lendo. Nenhuma equipe chega. Algo me fez não me instalar nos quartos. São 19h. Não fiz minha janta por um simples motivo: mal havia me dado conta que a comida era por minha conta. Não tinha mais que cereais e frutos secos na mochila. O barulho de lata velha denuncia: a Toyota estava vindo. Todos descem e começam a circular pela área, conduzindo seus afazeres (tomando banho, lavando roupa, cozinhando). Um tempo depois, me junto para a janta, a convite deles. Precisando economizar, não sem ficarem “sem jeito”, eles não colocaram carne no feijão. Melhor para mim, vegetariano.<sup>29</sup> Estávamos entre oito, todos homens. Dentre alguns assuntos, *o que eu faço* vira tema. Reproduzo, mais ou menos, na confusão do momento, parte da conversa, identificando somente a mim nas falas:

---

<sup>29</sup> O ICMBio fornece todo o aparato de infraestrutura para o serviço da brigada de incêndio. No entanto, a alimentação é, quase toda, por conta dos brigadistas. Expliquei-lhes que eu não comia carne (a exceção de peixe, ocasionalmente) e que eles, portanto, não precisavam se preocupar.

- De onde tu é Jesus?  
*Eu:* Porto Alegre, Rio Grande do Sul.  
 - Gaúcho é?  
 - Rapaz, não sei quê que é que esses gaúchos vão chegando e já vão virando o banco ao contrário quando vão se sentar na casa da gente óh... [risadas]  
 [... silêncio]  
 - E o quê que tu estuda? Planta, bicho, onça, ave...?  
*Eu:* Não, não. Eu estudo os biólogos. Melhor, eu vim estudar como os biólogos interagem com vocês, as plantas, os bichos etc.  
 - É, não é? [espantos]  
 [... silêncio]  
 - Ôh Jesus... então tu estuda gente é?  
 - Olha rapá, tu vai estuda a gente é?  
 - Olha, esses pesquisador que vem aí são tudo é loco óh... mas Jesus, meu amigo, tu é mais loco ainda [risos].  
*Eu:* [Rindo] Por quê?  
 - Meu amigo, o homem é o bicho mais desgraçado que existe óh; e peão então... nossa... óh... gente cheia de frescura e mania. Cada um quer as coisas tudo do jeito dele, não aceita brincadeira, não aceita o jeito do outro.  
 - Tu vem estudar nós e os pesquisador, não tem? Então olha aqui, vou te contar uma história óh: eu já trabalhei com esses pesquisador aí dentro da mata, não tem. Eu não entendia muito do quê que eles tavam fazendo...  
*Eu* [interrompi]: Trabalhou fazendo o quê?  
 - Pera aí homem... sei lá... abrindo a mata memo, não tem... e olha que esses pesquisador são tudo loco. Não sei quê que eles têm mania de dar nome diferente pras coisas. Eles chegam aqui e já vão botando outro nome que a gente não usa e nem sabe falar direito.

Muitos dos ribeirinhos ali presentes já trabalharam ou trabalham como auxiliares. Porém, nunca imaginei encontrar uma definição do pesquisador como esta, tão perspicaz. Ocupei, de maneira involuntária, esse lugar do “pesquisador mais louco ainda”. Fui, desde então, capturado, enredado pelo fluxo de informações, repertórios e sentidos que compunham a vida do lugar; fui afetado (FAVRET-SAADA, 2005). Não é à toa, aliás, que todas as conversas eram irrigadas, de modo intrigante, por piadas, palavrões e mentiras. Eu próprio me flagrei, entre idas e vindas ao Parque, a cidade de Caracará e as vilas ribeirinhas de Vista Alegre e Petrolina, envolto, imitando este comportamento. Mais ou menos, ou, melhor, quase envolto.

O curioso é que eu era louco não por dar novos nomes às coisas, mas porque o meu objeto era aquele o mais “selvagem” possível, o humano; “pior”, o humano-peão, categoria, essa, de difícil apreensão. Paradoxalmente, no entanto, eles foram os que me deram um novo nome, nome que denuncia precisamente a marca da colonialidade naqueles arredores.<sup>30</sup>

---

<sup>30</sup> Após este evento, como já havia acontecido no Amazonas, nem mesmo os pesquisadores do PPBio/CENBAM (a maioria) me chamavam de Felipe. Para além do teor anedótico desta história, meu apelido sugere uma questão política maior: ela parece indicar um histórico colonial de branqueamento do lugar encarnado sob minha pessoa, uma repetição do acontecimento colonial quando do momento dos contatos. Infelizmente, as repercussões deste “detalhe” não couberam neste trabalho.

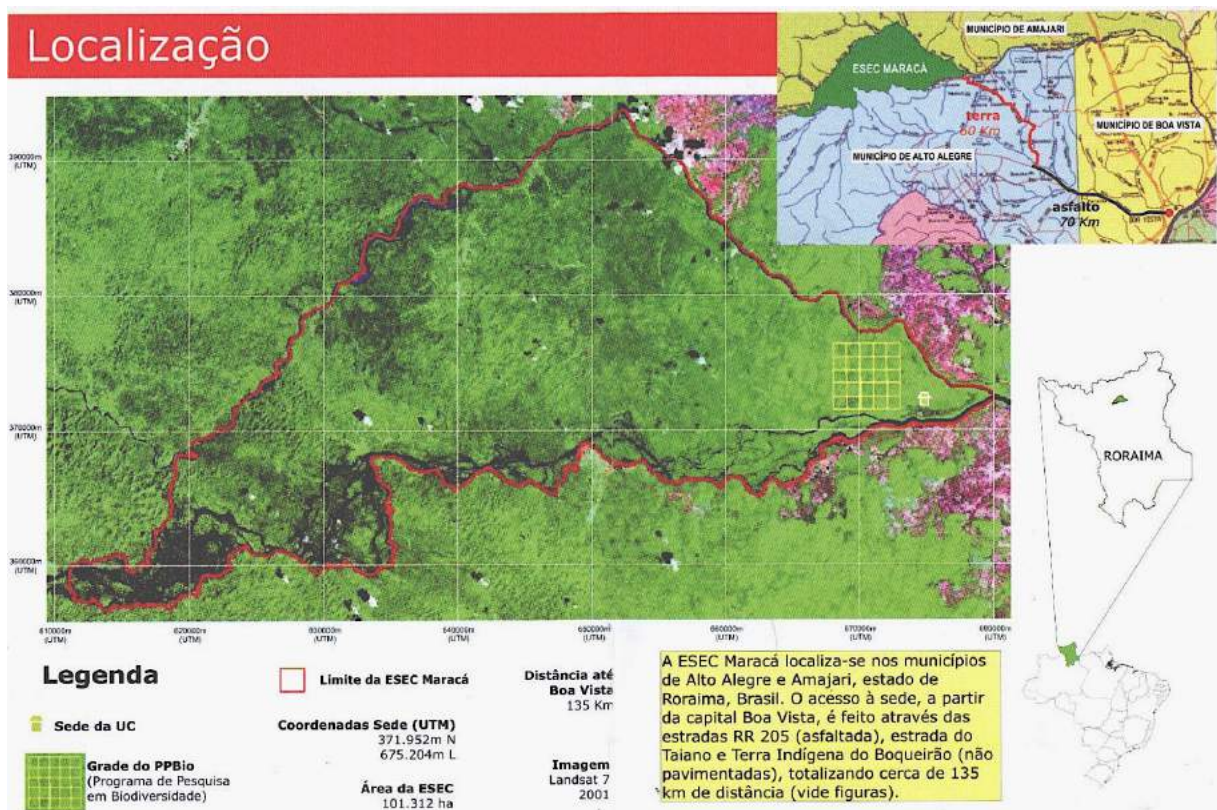


Figura 11: Localização e delimitação da ESEC Maracá. Fonte: Blog oficial da ESEC Maracá <<http://www.esecmaraca.blogspot.com.br>>.

Algo, portanto, como capturas entre modos de ser louco, muito diferente de um pacto, foi o que deu o gatilho da relação que construí a campo, no Viruá e arredores. Relação que demanda outra sensibilidade metodológica. Não tardou para eu ser, por decorrência disso, *aquele em condições de escutar histórias*. Não me instalei nos quartos para os pesquisadores, uma casa de alvenaria toda fechada, janelas com telas, computador central, guarda-roupas e camas. Fiquei no espaço da Brigada e dos auxiliares, um piso cimentado com um teto de telhas sustentadas por pilastras de madeira, todo aberto, com uma pequena divisória para a cozinha e uma dispensa, e as redes atravessadas umas às outras, presas por cordas no teto. Dormi ao relento, corpo misturado rodeado pelas sensações que a mata do Parque Nacional do Viruá me trazia, ouvindo roncões e risadas, chuvas, sentindo os ventos, à mercê dos uivos dos possíveis “pesadelos”<sup>31</sup>. Nos arredores, ficava sempre na casa de um deles, em Caracarái, o Edson. Em nenhum momento deixei de ser, aos olhos deles, pesquisador, porquanto louco; mas já de partida eu me afastava dos

<sup>31</sup> Contam que o vento, quando vem numa certa direção, carrega consigo espíritos que tomam conta do corpo da pessoa e a paralisam deitada na rede, sufocando-a quase até a morte. De fato, ninguém nunca viu ou soube de alguém que tenha morrido assim, mas muitos contam já terem salvado uns e outros na calada da noite.

biólogos e ecólogos, em grau de tratamento, bem como não habitava o espaço físico no Parque a eles destinado - afinal, os mais loucos ficam no setor dos mais loucos - e, afora tudo isto, ainda frequentava as casas dos “nativos”.<sup>32</sup>

Cercado neste contexto, segui ribeirinhos e cientistas da conservação em três estudos distintos no interior da grade RAPELD: (i) sistemática vegetal e bioquímica; (ii) produção de biomassa de árvores (troncos); (iii) inventário de borboletas.

### **2.1.2 A Estação Ecológica da Maracá<sup>33</sup> e arredores: a colonialidade da captura**

A Estação Ecológica de Maracá está localizada, também, a 200 km de Boa Vista, só que na região norte do Estado de Roraima, entre os municípios de Alto Alegre e Amajari. Foi uma das primeiras áreas de proteção ambiental criadas no Brasil, em 1981, pela então Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) daquele Estado. Compreende, hoje, 103.518 hectares inseridos em uma paisagem florestal fragmentada por rios e ilhas. Esta UC consta, igualmente, desde 2005, no ARPA.

Seu lugar de destaque para a biodiversidade amazônica está ligado ao primeiro e maior levantamento de dados sobre o tema (realizado em uma só e gigantesca campanha mata adentro), feito pela *Royal Geographical Society* (RGS) e o INPA, em parceria com a SEMA, entre os anos de 1986 e 1988. Este estudo ficou conhecido como Projeto Maracá.

Justamente devido a um vasto conjunto de dados sobre aquela área, oriundos deste Projeto, ali se instalou a terceira grade RAPELD completa, no ano de 2006. As pesquisas que ali ocorrem contam com o apoio institucional do ICMBio e do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

Quatro etnias indígenas habitam no entorno da ESEC: os Yanomami, Wapixana, Macuxi e Saporá. A relação entre estas e os pesquisadores é, portanto, de longa data. Porém, nos últimos anos, este sítio, segundo narra o responsável pelo Núcleo Regional do PPBio/CENBAM, tem sido subutilizado para fins de pesquisa biológica. Desde seu ponto de vista, isso se deve ao fato de que as comunidades indígenas que ali habitam possuem certas demandas que não são compatíveis com o tipo de exigência que as atividades científicas colocam:

---

<sup>32</sup> Não tenho palavras para expressar o sentimento de gratidão e amizade que nutro pelos habitantes de Caracarái, das Vilas Petrolina e Vista Alegre. Acolheram-me, desde este momento, com tamanha humildade, dedicação, afetividade e bom humor que me flagrei “em casa”, mesmo a mais de 6.000km de minha casa propriamente dita.

<sup>33</sup> Utilizo, também, outros termos para me referir a esta UC: ESEC, Maracá, Ilha, ESEC Maracá.

a demanda da comunidade ainda é por questões básicas como transporte, educação, saúde, etc., sendo que a biodiversidade entra neste contexto como algo ainda aproveitável no longo prazo (palha para cobertura de casas, caça, pesca etc.), embora já hajam discussões internas para o aproveitamento sustentável e dignamente remunerado desta riqueza regional. (Coordenador do Núcleo Regional do PPBio em Roraima, conversa por e-mail, outubro de 2014).

Nesse sentido, o maior esforço conjunto destas três instituições - PPBio/CENBAM, ICMBio e IBAMA (por vezes com participação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA/RR) -, neste sítio, é o de “integrar os indígenas com o entorno” (leia-se, a biodiversidade) (ICMBio, 2015). A entrada do PPBio/CENBAM, em comparação ao PNV, nesta relação, é mais tardia e se desenhou por meio do Programa de Educação Ambiental e Integração com o Entorno da Estação Ecológica de Maracá (2009-2010). Os Macuxi, os Wapixana e os Sapará (etnias mais envolvidas com as atividades da Ilha) ora são “ensinados” sobre o *valor* da biodiversidade ali fabricada, ora são “ensinados” a “participar da criação da medida científica”, tendo seu conhecimento acoplado, na prática da pesquisa, ao método RAPELD. Todavia, a existência do Curso de Gestão Territorial da Universidade Federal de Roraima (UFRR), há quase quatro anos, em parceria com o CIR, pode estar ressignificando a relação. Uma leitura indissociável da história da colonização, vem possibilitando outra postura: as pesquisas em terras indígenas, e na própria Ilha, sem excluir daí a grade RAPELD, devem ser pensadas e realizadas, ou no mínimo conduzidas, pelos próprios indígenas. É que a ESEC está rodeada pela Terra Indígena (TI) Yanomami e pelas Terras Indígenas Macuxi do Boqueirão, da Mangueira, e do Aningal. Sem mencionar, em maior escala, o mosaico de TI's, Assentamentos e UC's que recortam o território do norte de Roraima.

Os “arredores”, agora, podem ser melhor delimitados. Início com os contornos definidos pela Zona de Amortecimento, os 10km de raio. Encontram-se inseridas aí, as TI's Mangueira, Aningal e Boqueirão. Partindo do centro desta última, a distância a ser percorrida até a sede da ESEC Maracá é de mais ou menos 23km, sendo 8km a distância entre seus limites mais próximos. Elas se encontram separadas pelo Rio Uriracoera. A TI, como se pode imaginar, é entrecortada por propriedades privadas, sendo que estas últimas, aliás, impedem-na acesso direto ao rio. Somam-se o Projeto de Assentamento (PA) Paredão, a Floresta Nacional de Roraima (FLONA Roraima) e algumas propriedades privadas. Todo essa região partilha, portanto, de algumas características de um *continuum* espacial biológico, se assim quisermos, envolvendo as pesquisas e os habitantes do lugar.

Obedecendo, a seu turno, o critério socioterritorial, outras localidades são também afetadas pela instalação e existência da UC, tendo sido a população obrigada a estabelecer com aquela algum tipo de relação direta, seja de trabalho, seja de conflito, seja de resistência, seja de ressignificação do espaço.<sup>34</sup> Com isso, se expande os “arredores” para as TI’s Barata, Yanomami, Yek’uana. A ESEC, aliás, criou para si um conceito que extrapola a de Zona de Amortecimento, chamada Zona de Influência (ZI) (ICMBio, 2015).

No entanto, em termos da participação dos locais no estudos, o critério sociológico ao qual me referi quando da seção 2.1.1, todos os auxiliares pertencem à Comunidade do Boqueirão (sinalizada no mapa abaixo) e são de origem Macuxi.

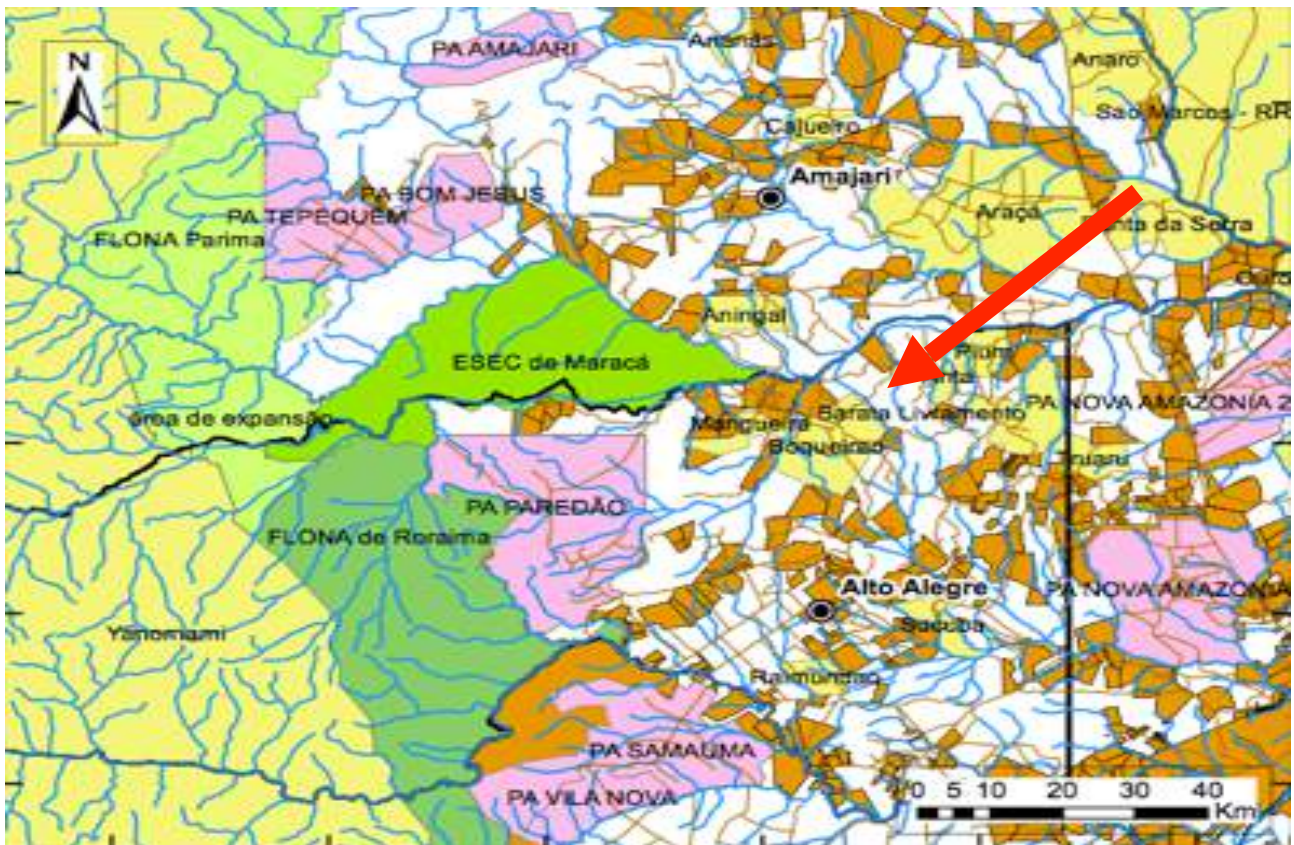


Figura 12: Entorno completo da ESEC. Modificado pelo autor. Fonte: ICMBio (2015, p.193).

<sup>34</sup> Este é o tema abordado em GERHARDT, 2008; 2017.

Este cenário de dissidências, conflitos e alianças não significa, obrigatoriamente, que o Programa seja impedido pelas comunidades, ou que estas não desejem se envolver nas pesquisas. Somente aponta que, neste contexto, a problemática da conservação da biodiversidade, o par maravilhamento e perda, vai se deslocar das questões daí derivadas (qual o método mais pertinente para as investigações?; como equacionar escalas?) para outras perguntas (como se engajar ao lugar? qual saber pode falar sobre o lugar?).

Foi preciso negociar tanto a data da saída do PNV, pois não havia como chegar à rodoviária de Caracará, ao sul, distante 50km daquele Parque, sem carona da Brigada - o que fiz *tête-à-tête* -, como minha ida à Maracá, pois não havia como atravessar as Terras Indígenas e o Rio Uriracoera sem o apoio do ICMBio, o que negocieei por e-mail.

Do PNV à ESEC paro em Boa Vista. Instalo-me à noite em uma pensão e escrevo à equipe de Benjamin, dando-lhes meu endereço. Na manhã seguinte, Luciana me busca para seguirmos rumo ao norte. A paisagem é realmente muito distinta dos trajetos que levam de Manaus ou de Boa Vista ao PNV, mais ao sul do Estado. São campos; o lavrado, na linguagem local.

Durante a viagem conversamos sobre meu doutorado, primeiras impressões sobre Roraima, sobre o Viruá e perspectivas para os próximos meses. Vou tateando a conversa, que passa sobre as dificuldades logísticas da pesquisa na Amazônia, a falta de recursos pessoal e financeiro, as diferenças do senso comum entre biologia e sociologia, e a inserção do ICMBio no contexto:

*Luciana:* Você vai ver que têm duas posições diferentes bem marcadas no ICMBio. Uma galera pró-indígena que acha que a Instituição tem que atender as demandas da comunidade, tomando decisões sempre convocando a zona do entorno; e uma galera pró-conservação que acha que sua função é gerir, fiscalizar, apreender. Na equipe nós temos gente dos dois lados. Eu acho que tem exageros de ambas as partes. Acho que o órgão não deve existir em função das comunidades, mas não acho que temos que autuar qualquer um que esteja ali pegando o peixe dele, caçando a janta dele etc.

*Eu:* Sim, claro... entendo. Vou te dizer o que eu acho. Veja bem que é pura especulação, pois não conheço bem o jogo interno do ICMBio. Mas eu acho que pensar por meio desta própria divisão é um equívoco. Podem haver pessoas que se digam pró isso e pró aquilo. Eu imagino, ainda assim, que se tu olhares para ambos mais detidamente, tu vais ver as fronteiras de um trabalho mais “sociocultural” e outro mais “administrativo” sendo cruzadas todo o tempo e sendo mutuamente reforçadas. E eu acho que a atividade do ICMBio, à semelhança do que penso na pesquisa em conservação da biodiversidade, pode se inserir em meio à história que existe antes da ideia de conservar, gerir, fiscalizar. Quero dizer, tu conseguirias te dispor a entender, a sentir, que a caça de tartarugas, por exemplo, possui um sentido outro que não o perigo da extinção? Eu, mais ou menos por aí, tento entender o encontro destas perspectivas.

Importa pouco o conteúdo final desta conversa. Não tentamos convencer um ao outro, ou entrar em um “meio termo”. Trago-a agora porque ela abriu, mais tarde, a contextualização do regime de mediação pesquisa-lugar que circunda a Ilha. Ela é feita,

preponderantemente, pela equipe gestora do ICMBio. São os gestores que conhecem as comunidades do entorno, seja porque as convocam, seja porque as fiscalizam. A mesma dinâmica que se dá no Viruá ocorre aqui, em Maracá: os funcionários sondam indicações, interesses e desejos. E, a seu turno, como não poderia ser diferente, o engajamento na pesquisa também ocorre em estreita relação com outras atividades: o garimpo, a expansão das TIs, da fronteira agrícola e das próprias áreas de conservação. No entanto, os agentes da fiscalização, me comentou certa ocasião Ricardinho, um dos auxiliares, Macuxi, que há mais de 15 anos “trabalha na Ilha”, “disseram que quem trabalhar no garimpo não vai poder trabalhar na Ilha”. Já os técnicos “pró-indígena” estão sempre estimulando a participação das comunidades nas atividades científicas na ESEC em contraposição àquelas outras atividades.

Como objeto de mediação, sou apresentado, sucintamente, ao Tuxaua<sup>35</sup> da TI Boqueirão, Seu Francisco, e depois ao Tuxaua do Taiano (região de abrangência de 19 comunidades, incluído o Boqueirão), Seu Cosmo. “Esse é o Felipe, um pesquisador que vai acompanhar algumas atividades em Maracá. Ele vai querer conversar com algumas pessoas da comunidade”, diz Luciana. Ambos me recebem prontamente: “Prazer seu Felipe. No que o Sr. precisar estamos aqui para lhe ajudar”.

Como todo pesquisador vinculado à rede do ICMBio ou do PPBio/CENBAM, atravesso o lugar em um carro institucional. É que é ponto de passagem obrigatório, via terrestre, cruzar a TI Boqueirão para chegar às margens do Rio Uriracoera e, aí sim, atravessar para a Ilha. A Comunidade do Boqueirão conta com 400 famílias, mais ou menos, dentre as quais algumas “viveram sempre aqui, mesmo quando estavam tomando nossas terras; outras foram embora e agora estão voltando; e outras se formaram novas, com gente que chegou, que não é indígena, mas foi ficando”. Ali convivem, em maior número, as etnias Macuxi e Wapichana, com alguns descendentes dos Saporá.

Fiquei na Ilha mais ou menos duas semanas, até o início do mês de março.

Ali, ocupo um dos quartos dos pesquisadores. A infraestrutura é muito maior do que no Viruá. São duas casas de dormitórios, a casa dos laboratórios, a do caseiro, a da equipe gestora, a das máquinas, a dos brigadistas e auxiliares. Tudo construído com o aporte, em 1986, do Projeto Maracá. Tento me infiltrar entre os 14 brigadistas, 12 de

---

<sup>35</sup> Tuxaua é o líder político dos Macuxi. Mais adiante explicarei com mais detalhes a organização social das funções nas comunidades desta etnia.



origem indígena. Cumprimento, ofereço para compartilhar refeições<sup>36</sup>, puxo assuntos (quem é quem, há quanto tempo trabalham na Ilha, se gostam do trabalho, o que eu faço, se pareço “Jesus”). Dois dias passam, sem sucesso. Somente algumas risadas esparsas e olhares franzidos quando lhes conto que eu “estudo gente”. Nada comentam, todavia. “São mais tímidos, não têm interesse, ou o quê?”, me perguntava.

Terceiro dia, uma quinta-feira. Acordo cedo, um pouco antes do sol raiar. Luciana já havia retornado à sede do ICMBio, na capital. Não havia caseiro. Quem assumia a coordenação do dia a dia na ESEC eram os dois chefes da Brigada. Preparo-me para entrar na mata. Eu sabia que eles estavam abrindo mais uma trilha, “que ligava o final da grade RAPELD ao centro da Ilha”. Guerreiro, Macuxi, e um dos chefes, alerta na hora da partida: “o Seu Felipe disse que vai com vocês. Ajeitem aí um lugar para ele num dos quadriciclos”. Ele se vira para mim: “vai ali com o Hilário”.

Saimos 7h. São 17km de trajeto. Uma hora e pouco de viagem. Descemos e, em poucos minutos, todos tomam o terçado na mão e vão desbastando a mata, enquanto um outro vai na frente com uma motosserra cortando as árvores maiores. Nada pergunto; começo, imediatamente, a fazer como eles.

À medida que avançamos, as mela-mela - ou arapuás -, pequenas abelhinhas, se enfiam nos olhos, ouvidos, nariz e boca como que nos impedindo de trabalhar. São centenas, senão milhares. Em duas a três horas, a dor nas costas começa a se manifestar, afinal, o movimento é de inclinação para baixo e para a frente, muitas vezes por minuto. O suor só aumenta a quantidade de abelhas que atormentam um a um, uns mais, outros menos. “Conheço essas sensações”, penso comigo mesmo. “Essas abelhinhas são chatas, einh!”, resmungo. Eles sorriem com o canto da boca, como que concordando, mas também sinalando estarem acostumados com este dia a dia. Não há muita conversa. Tomo litros e litros de água, devido ao calor insuportável do meio-dia, o que só faz o corpo transpirar ainda mais, atraindo mais abelhinhas. Saciar a sede é algo impossível.

Vai chegando perto das 14h e começamos a parar a atividade. “Vocês estão fazendo isso todo o dia? Há quanto tempo?”, pergunto. “Iii, meses já. Eles que inventaram aí de abrir essa trilha. Mas vai rápido”. “E não se cansam?”, eu, mais uma vez, o sociólogo incansável... ao menos nas perguntas. Eles riem: “se não cansamos? Ôxe! E tu não viu?” “Então?”, retruco. “Normal. É bom estar na mata, melhor do que ficar na sede fazendo trabalho com motor, papel, bomba d'água”.

---

<sup>36</sup> No caso, aqui, eu já sabia como funcionava o “esquema” nas UC's de difícil acesso. Cada um levava suas caixas de comida. É preciso pensar em tantas coisas: quantidade, se perecível ou não, se atrai aranhas, insetos, se é rápido de cozinhar... tudo interfere, metodologicamente, na dinâmica do tempo, na logística e na disposição do corpo a campo.

Subimos nos quadriciclos e voltamos para a sede. O almoço está pronto. Nara, cozinheira antiga da Ilha, havia feito feijão com arroz, farofa, ovo e carne. Detalhe: como, ali, eu já havia trazido meu “rancho” e foram os chefes da Brigada que me ajudaram a me organizar, todos já sabiam que eu não comia carne, pois nada guardei no freezer à gás. “Pode comer Seu Felipe, o feijão é sem carne”, disse Nara. “Ahm? Sério? Mas vocês não fizeram sem carne por causa de mim, né?” Jandeco retruca, “come aí rapaz...”. Hilário brinca: “o seu Felipe hoje trabalhou, trabalhou e trabalhou que ele nunca mais vai querer sair com a gente óh”. Risada geral. Arrefecendo o barulho, comenta outro: “é assim que é seu Felipe; tem que mesmo é trabalhar na terra”. E eu fui, compareci à “terra”, dia após dia, até sábado, quando regresssei com eles para a TI, como hóspede de Guerreiro e Nara.

Eu agora chegava com os indígenas, de moto, carregando só uma mochila nas costas. Não só passava; eu circulava. Por este simples comportamento eu já estava “à mostra”. Alvo de olhares, cochichos e perguntas.

As histórias de que eu participara abrindo a mata, lá na Ilha, também circulavam. Todos queriam saber “mas estuda é o quê?”, “o Sr. é casado?”, “vai ficar aqui na comunidade, é?”, “vai ficar quanto tempo em Roraima?”, “e como funciona esse estudo do Sr.?”, “O Sr. não tem carro, é?”, “sabe dirigir moto? E voadeira?”, “o Sr. não come carne, é? E peixe?”.

Ao contrário do que aconteceu no Viruá e no entorno, aqui eu era a figura que *contava histórias*, ou melhor, *a quem uma história era demandada*. Eu passei a ocupar o lugar daquele que responde às interpelações. Mais: eu passei a ser o pesquisador que acompanha os indígenas naquilo que eles fazem. “Seu Felipe foi lá com a brigada abrir o mato, vê como é que é trabalhar com a terra... agora veio aqui, conversar com a gente”, explanava Nara na roda da janta. “Sabe Seu Felipe, eu trabalho como auxiliar de cozinha há mais de 15 anos lá na Ilha... nunca vi nenhum pesquisador que veio pra cá, assim, ficar com a gente”.

*Permanecer ali*, estar disposto a um vínculo com a terra, com o lugar, com a mata, foi o que deu o gatilho da relação que construí a campo, em Maracá e arredores. Todavia, isto era somente parte do modo como a relação sociólogo-indígenas começava a se estabelecer. Outras perguntas me afetaram para além do campo, atravessando minha própria prática sociológica de vida: “o Sr. tem autorização da FUNAI? Já foi no CIR? (...) Então depois que o Sr. for lá, o Sr. volta aqui?”; “é parente do Quartiero, é?”; “E, Felipe, me diz uma coisa, porque vocês vêm para cá, assim..? É por que vocês querem ou por que o estudo obriga?”. Aquelas indagações, alertaram-me da outra parte da posição que eu ali representava. Fizeram emergir a condição indepassável do lugar do pesquisador - em

conservação da biodiversidade ou não - na relação com o lugar: “É que a gente tem muito medo de vocês. Os pesquisadores eles vêm aqui, pegam o quê eles querem e saem”, acentuou Cosmo.

*Chegar, pegar e sair.* As três ações, as quais, executadas de um modo ou de outro, se encontram no cerne da prática e da mentalidade colonial. Foi aí que me dei conta que eu representava, na particularidade da minha condição, os três, quiçá quatro, *horizontes históricos do colonialismo* (CUSICANQUI, 2010a): homem e branco, gaúcho, pesquisador. Os primeiros - homem e branco - fazem referência à essa “força que vem de fora”, do período missionário; o segundo - gaúcho - diz da “interiorização”, quando, na sua maioria, “meus parentes” saíam do sul, Amazônia adentro, expandindo a fronteira agropecuária; enquanto que o terceiro - pesquisador - coleta informações, plantas e costumes “de dentro” para patentear “lá fora”.

O leitor poderia obstar dizendo que os “homens brancos da missão civilizatória”, os “gaúchos do agronegócio” e os “pesquisadores do conhecimento” não simplesmente saíram, todos ficaram, em certo sentido. Acontece que este “estar ali”, o “estar na mata” por meio da prática de *fazer corpo*, de tornar-se parte por meio de afecções sensitivas, carrega tanto uma diferença absoluta quanto seu complemento assustador, denunciando, assim, seu próprio alcance. Aproximo-me do que Glissant (2009, p. 97 - tradução livre) chama de “os incertos da Relação”: aquilo que se manifesta dos confins do abismo, que se coloca entre o vivido e o pensamento, que nos toma de assalto. Refiro-me ao legado colonial (BORDA, 1987), nunca ultrapassado, que habita nossos corpos no ato mesmo de *passar ali*.

Chegar, pegar, sair, permanecer, passar. Atos por meio dos quais fui afetado pelo fluxo de informações, repertórios e sentidos que compunham a vida do lugar: a acolhida e a denúncia de uma captura colonizadora. A dinâmica, ou melhor, o regime que orientava meu fazer sociológico era o da colonialidade. E este foi o lugar que, inegociável, ou “impactuável”, mais cedo ou mais tarde, também ocupei. Aquele cuja própria natureza não exige outra coisa senão tentar suportá-lo. Contrariamente à minha estadia no Parque do Viruá, na ESEC eu dormia em casas e quartos de alvenaria. Contrariamente à minha estadia nos arredores do PNV, aqui, nas TI’s, eu dormia ao relento, com a rede dependurada na parte externa da “maloca” de seu Cosmo, onde um teto de palhas de buriti me protegia das chuvas.

Envolto neste contexto, segui indígenas e cientistas da conservação em quatro estudos distintos no interior da grade RAPELD: (i) monitoramento de Roxinho; (ii)

*barcoding*<sup>37</sup> de populações de árvores madeiráveis; (iv) produção de biomassa (carbono) de raízes (de árvores).

## 2.2 ALINHAMENTOS E COLUNAS DE AR: UMA COSMOPOLÍTICA DOS ENCONTROS

Sigo a cronologia do campo. Início de março. Passo 15 dias em Boa Vista, meu QG, outro lugar: ponto de passagem obrigatório entre o PNV, as Vilas, a ESEC e as Comunidades. Ali, não só paro para lavar o grosso da roupa que ficou da última saída, tarefa a qual não consigo me dedicar muito “a campo”, é dizer, durante as expedições no Parque do Viruá e na ESEC Maracá, como também me abasteco de comida para a próxima saída, tarefa a qual “o campo” impõe limites inquebrantáveis: carregar para lá e para cá grandes quantidades de arroz, feijão, lentilha etc. é impossível devido à logística; carregar grandes quantidades de legumes, frutas, pão etc. é impossível devido à sua veloz perecibilidade.

A seu turno, se engana o leitor ao pensar que ali existe “tempo” para colocar as ideias, as anotações e as garatujas em ordem. Quando não estou tentando dar conta de tal tarefa, estou negociando minha agenda no ICMBio, no núcleo do PPBio, no CIR e na FUNAI. Quando não estou tomado pela burocracia, permito-me deixar “decantar” as sensibilidades que me atravessam mata adentro, nas vilas e comunidades por onde passei. Não exatamente porque daí “se separa o joio do trigo” (acredito que mais do que *traços que subsistem* na minha escrita “pós campo”, o leitor já tenha percebido o enclave que elas criam *na constituição* da própria escrita), mas porque aí é possível *desacelerar* o corpo e o pensamento, momento em que o processo das “partículas em trânsito” se apresenta a nós mais discernível. Melhor do que “decantar”, fazer, talvez, um exercício “meditativo”.

É justamente aqui que se corre o risco de ver o projeto desabar: ou se criam filtros às tais sensibilidades (“tenho que ser objetivo”; “devo me distanciar do campo para melhor analisá-lo”; “não posso confundir emoções e categorias”), ou se instala o abandono à pesquisa (“minha tese vai virar um pedaço de papel engavetado”; “no que escrever ajuda?”; “a academia não serve para encarar a realidade”).

Porém, analogamente ao modo como *transformar em texto os dados sensoriais que constituem corpos e saberes* não é uma tarefa evidente, converter este impasse e seus perigos em questões, reflexões e categorias é crucial para quem tenta “fazer sociologia”, ao menos esta cuja restrição, o sentipensar, foi acima pontuada. Acredito que Goldman (2008), em sua enquete antropológica, se faz, aqui, muito pertinente:

---

<sup>37</sup> *Barcoding* é um método da genética que escaneia uma região do DNA com o objetivo de identificar e diferenciar espécies de animais ou vegetais.

Parte da nossa tarefa consiste em descobrir por que aquilo que as pessoas que estudamos fazem e dizem parece-lhes, eu não diria evidente, mas coerente, conveniente, razoável. Mas a outra parte consiste em estar sempre se interrogando sobre até onde somos capazes de seguir o que elas dizem e fazem, até onde somos capazes de suportar a palavra nativa, as práticas e os saberes daqueles com quem escolhemos viver por um tempo. E, por via de consequência, até onde somos capazes de promover nossa própria transformação a partir dessas experiências. Em outros termos, o problema é até onde somos capazes de realmente escutar o que um “nativo” tem a dizer, de levá-lo a sério — o que não significa, evidentemente, nem concordar com ele, nem constatar que ele concorda conosco, nem, muito menos, forçá-lo a concordar conosco (GOLDMAN, 2008, p. 07).

Certamente, à esta antropologia, a ênfase maior daquilo que ela partilha, quase que integralmente com a sociologia - uma espécie de zona interdisciplinar indiscernível de problematização a partir de ancoragens comuns - está colocado no ponto “até onde somos capazes de realmente escutar o que um ‘nativo’ tem a dizer”. Sem nenhuma pretensão de isolar esse componente do que estou a fazer, nem discordar, menos ainda desconsiderá-lo, minha ênfase sociológica recai *no quanto somos capazes de realmente mudar nossa própria ética de vida a partir daquilo que escolhemos fazer como atividade-primeira de nossa própria vida*.<sup>38</sup> Tentar, em outros termos,

reproduzir-se a si mesmo desde a profundidade do passado e se relacionar com as outras [culturas] de forma contenciosa” pois, a possibilidade de uma reforma cultural profunda de nossa sociedade depende de nossos gestos, nossos atos e da língua com a qual nomeamos o mundo” (CUSICANQUI, 2010b, p. 70-71 - tradução livre).

O que meu campo me colocou foi que isto não aparece como “via de consequência”, mas como condição de partida. Ademais, “o estudo do outro” aparece na própria constituição da antropologia. Já a sociologia, desde seus clássicos, se voltou à própria sociedade da qual ela emergiu.<sup>39</sup>

---

<sup>38</sup> Sou, neste ponto, eternamente grato às conversas iluminadoras que tive, ao longo de meu doutorado, com a socióloga aymara Silvia Rivera Cusicanqui, a qual tive o prazer de conhecer no decorrer do Colóquio *Os mil nomes de Gaia*, realizado na cidade do Rio de Janeiro, em setembro de 2014 <<https://osmilnomesdegaia.eco.br>>, e em sua vinda ao nosso grupo de pesquisa na UFRGS, o TEMAS, em novembro de 2014 <<http://www.ufrgs.br/temas/noticias.php>>. Em crítica aberta ao perspectivismo, Silvia Cusicanqui sempre me colocou diante dos fantasmas que habitam minha sociologia: “mais do que criticar o Estado por empobrecer os indígenas, dar voz ou visibilidade a povos e práticas, devemos reconhecer em nós nossa parte indígena, dar ênfase àquilo que conflita em nós mesmos, pois não somos menos herdeiros da história indígena do que somos da modernidade colonial”. Nem precisaria dizer que os riscos de minha modesta e tímida menção deste ponto são de minha inteira responsabilidade.

<sup>39</sup> Não é à toa que a questão ambiental seja um espaço profícuo de encontro destas disciplinas: à sociologia a obrigação de encarar aquilo contra o qual ela deu de ombros, “a natureza”; à antropologia a obrigação de encarar aquilo que ela tomava como dado, as condições coloniais de sua própria produção. Não é à toa que os limiares destas disciplinas estejam cada vez mais franqueáveis (TADDEI, 2015). Este trabalho de tese ensaia operar com alguns efeitos deste encontro. Neste sentido, por vezes me refiro a ele como pesquisa sociológica, por vezes socioantropológica.

Permito-me me fazer mais claro. Busco, neste trabalho de tese, explicitamente atravessado pelas proposições de um método etnográfico, uma ligeira e sutil diferença de investimento, ou de efeito, desta escolha metodológica.

“Teorias etnográficas”, como as batizou, de modo algo paradoxal, Malinowski (1935), eis o que fazemos. Em termos mais contemporâneos, talvez fosse possível dizer que tudo a que o etnógrafo pode aspirar — mas isso não é pouca coisa — é estabelecer com os nativos uma dessas “conexões parciais” de que nos fala Strathern (2005) (...) Seremos capazes de dizer algo diferente dos nativos sem nos metermos a dizer algo a mais que eles? Não se trata, então, nem de apenas repetir os conceitos nativos, nem de suprimi-los em benefício dos nossos, nem de projetar os nossos sobre os deles. O único problema verdadeiro é o alinhamento conceitual entre diferentes modos de pensar, o que permite, por um lado, clarear as questões (sem pretender “esclarecer” nada nem, sobretudo, ninguém) e, por outro, as transformações de nosso próprio pensamento. Trata-se de usar os conceitos de forma propriamente conceitual, ou seja, não tipológica. Não como categorias dentro das quais algumas coisas entrariam e outras não, mas como modos de organização e formas de criação. A única particularidade do antropólogo diante do filósofo é que ele escolheu começar com os conceitos dos outros e, só depois, articulá-los ou alinhá-los de algum modo com os seus — mas isso, claro, faz toda a diferença do mundo. (GOLDMAN, 2008, p. 9).

É que a atenção é dada, por mim, tanto ao aspirado “alinhamento conceitual”, como - talvez até em maior grau - às lacunas ou brechas (STRATHERN, 1999b). Não se trata de um trabalho de tese que se pretende “redondo”, ou seja, sem arestas inacabadas. Isto porque os componentes em relação - no caso eu, pesquisador, e o outro, biólogo, ribeirinho ou indígena - nunca dizem um do outro. O que instaura é um outro estatuto epistemológico à lacuna. Não mais figura vazia, mas sim prene de sentido.

Neste sentido, cuidar da abstração que produzimos é tarefa primeira. Não porque a sociologia, como a antropologia, começa com “os conceitos dos outros”. Não me parece possível, nem que seja por poucos instantes, fazermos tábula rasa de nossas ideias e categorias, criando uma sequência tão discernível do que pensamos. Tampouco porque, como a filosofia, começaria “com os seus”. Não se trata, também, de conectar conceitos-entre-si num plano de imanência (DELEUZE; GUATTARI, 1990). Os conceitos, para a sociologia que experimento, são as pontes que colocamos nas lacunas ou brechas (por vezes interditas; por vezes capengas; por vezes sólidas; por vezes adequadas somente à certas velocidades, à certos fluxos; por vezes, “enjambradas”) dos eventos-entre-si da

realidade empírica, estes sim, a matéria que se quer conectar.<sup>40</sup> O “entre-saberes” aspira a tais conexões por meio do poder da abstração científica. Porém, nem sempre com êxito.

Uma boa parte da agenda de minha enquete sociológica se apresenta para mim durante o início do mês de março. Entre 11 a 14 de março será realizada a 44ª Assembleia-Geral dos Povos Indígenas de Roraima, no Lago Caracaranã. Descubro, também, que em 30 de abril haverá um debate no Instituto Insikiran, na UFRR, sobre *Pesquisa em Terra Indígena*, envolvendo instituições como a FUNAI, o CIR e o INPA. Bia, gestora do PARNA Viruá, me alerta (via e-mail) que duas pesquisas, uma seguida da outra, estavam com data marcada para ocorrer. Uma entre os dias cinco e sete de abril, e outra, mais extensa, entre os dias nove e 24 deste mesmo mês. Luciana, responsável pela agenda da ESEC Maracá, me alerta (em reunião no ICMBio) que dois de abril e dois de maio haverá a coleta mensal de um Projeto já de longa data, e que de seis a oito de maio acontecerá a Assembleia-Geral da UC, feita junto com representantes das comunidades do entorno. Este último evento não coube neste trabalho. As incursões mata adentro são analisadas nos capítulos 3 e 4.

O que segue, agora, é o relato de minha ida a Assembléia-Geral do CIR. Este evento, junto com a agenda das pesquisas, disparou a necessidade de meu retorno à TI Boqueirão e à Caracarái. Eles dão continuidade ao meu percurso a campo. Alertam, ademais, para o fato de que os modos de relação da pesquisa com os lugares (os regimes) se interpenetram, não sendo um ou outro exclusivos ou do Viruá ou de Maracá e seus respectivos arredores. Para além das modulações que a experiência de “estar na mata” irá sofrer ao se encontrar com as capturas-entre-loucos e a colonialidade, o contato permanente dos lugares com as atividades de pesquisa atualiza as práticas de tomada de posições exercidas naqueles espaços, colocando o encontro dos saberes sob microdinâmicas bastante complexas.

### **2.2.1 Quando não podemos escutar o que um “nativo” tem a dizer, ou, quando o que temos que escutar é um “não”.**

---

<sup>40</sup> Nas supervisões que tive com Didier Debaise, ao longo de minha estadia em Bruxelas, esse reposicionamento entre conceitos e empiria foi debatido. Para um filósofo, é de crucial importância produzir conceitos que falam de outros conceitos, sem descuidar sua pertinência diante da realidade concreta. Para um sociólogo, se dá “um inverso”: (re)produzimos eventos que falam de outros eventos sem descuidar da pertinência da realidade conceitual.

Dia 10 de março de 2014. Saio de Boa Vista, carro alugado, na direção da TI Boqueirão<sup>41</sup> a fim de buscar algumas lideranças indígenas da região do Taiano para os levar ao Lago Caracaranã, onde a 44ª Assembleia-Geral dos Povos Indígenas de Roraima terá lugar. É que, dias antes, fui ao CIR me apresentar, consequência direta das restrições que me haviam sido impostas nos arredores de Maracá quando de minha aparição na Ilha.

O Vice-Diretor do CIR me recebe. Conversamos por alguns minutos. Segundo ele, muitos vão e vêm, mas nada deixam, nada contribuem para a luta indígena. Se eu estiver disposto “a ajudar com a luta indígena”, eles “[estarão] sempre abertos”. De início, eis no que eu posso ajudar: “teremos a Assembleia-Geral agora e estamos com dificuldade de trazer ao Lago, onde vai ser a reunião, algumas lideranças lá da Região do Taiano. Se o Sr. pudesse ajudar poderia ficar por lá”. Detalhe importante: uma lista de não-indígenas autorizados a participar da Assembleia-Geral já havia sido publicada, com bastante antecedência e meu nome, obviamente, não constava no documento, pois eu, de fato, não existia até então.

O sentido da proposta que me fora feita, “se você pudesse ajudar” no transporte das lideranças comunitárias para a Assembleia, não é outro senão o do desejo, ou seja, se eu *quisesse* ajudar neste processo, nós poderíamos, como conclui o próprio Vice-Diretor, “começar a conversar”. E assim o foi; mais ou menos.

Algo como um *pacto* fora estabelecido. Com Hale (2004), posso chamar este pacto como a busca de outro tipo de alinhamento, um *alinhamento minoritário*, isto é, tentar estabelecer os passos - políticos e epistemológicos - que me colocam ao lado daqueles cuja relação colonial assimétrica considera como subalternos, optando por “produzir conhecimento em diálogo com elas e eles”, sendo que “falar de alinhamento e diálogo presume que o investigador mantém espaço próprio (...). (HALE, 2004, p. 3 - tradução livre). O que se coloca, novamente, é “um situar-se criticamente” diante da realidade empírica. Todavia, esta é radicalmente outra.

Conforme o combinado, então, no dia 10 de março, levo Seu Cosmo e outros líderes ao Lago Caracaranã. Faço duas viagens de ida e volta.

Chegamos e nos estabelecemos em uma das *malocas*. O momento é divertido, pois são centenas de pessoas instalando suas redes dentro de um espaço de 40m<sup>2</sup> ao mesmo

---

<sup>41</sup> O nome da TI não era originalmente este, me contou, meses depois, seu Cosmo. “O nome da Comunidade era Igarapé Grande, por causa do Igarapé que corta nossa terra. Mas acontece que, conforme o tempo foi passando e os brancos foram chegando, o nome mudou para Boqueirão. Isso porque os carros atolavam muito lá na entrada da estrada, mais na época da chuva. Aí todo mundo começou a falar, ‘vai para onde’, lá para o Boqueirão’, e aí ficou. O mesmo com a Mangueira. O nome era Maracá, por causa de um planta pequena que tinha lá”.



tempo. Cordas, braços, redes se emaranham sem muita preocupação. A Assembleia seria oficialmente aberta no dia seguinte. Pela noite, fogueiras, rodas de conversa e caxiri.

Dia seguinte, 11 de março, antes do sol nascer. “Vou banhar”, diz Cosmo, Tuxaua do Taiano, a quem levei de carona. Ele, assim como muitos outros, recorrem ao Lago. Eu enfrento as filas das cabines com duchas espalhadas pelo local. Opto por não relatar os inúmeros olhares, cochichos, esbarros sem querer e conversas abertas que se dirigem a mim. Ainda assim, são gestos que denunciam a circulação de outras sensibilidades muito distintas daquelas que operaram quando de meus primeiros contatos com o PPBio/CENBAM e seus pesquisadores.

No *malocão*, onde a Assembleia se dá, sento-me junto à comitiva da TI Boqueirão. Reunidos ali, estão cerca de 2 mil indígenas de todos os cantos do Estado e de todas as etnias: Wapichana, Sapará, Macuxi, Wai-Wai, Yanomami, Ye’kuana, Patamona e muitas outras.

A cerimônia segue seu rito. No final, se apresentam os convidados não-indígenas, as Instituições e Autarquias do Estado, e os demais (auto-representados). Faço minha apresentação: estudante de doutorado em sociologia da UFRGS, vindo “do outro lado do país (...) a convite do CIR e (...) disposto a ouvir e aprender”.

Após os agradecimentos de parte da mesa coordenadora, uma questão de ordem:

a fulana, o ciclano e o Felipe Vargas não foram convidados pelo CIR. Uma lista dos não-indígenas convidados já havia sido divulgada há muito tempo e, mesmo depois, nós não recebemos nenhum pedido formal dessas pessoas para estar aqui. Então, como esse é um espaço de autonomia indígena, eu vou pedir que eles se retirem e procurem o carro que nós temos à disposição para levá-los de volta a Boa Vista.

Temo não conseguir passar, na escrita, a enxurrada de sensações que me atravessaram neste momento. Mais do que um “exótico” ao qual se dirigem olhares, eu sou o “intruso” ao qual se dirigem palavras. Sei que um certo reboiço toma conta do *malocão*. Sei que discursos de simpatia, enfrentamento e afrontamento, por parte da mesa coordenadora e alguns líderes, reverberam. Tento, por diversas vezes, pedir a palavra. Terminando sendo expulso. Sou o pesquisador que, como todos os outros, “vai expropriar os conhecimentos indígenas”, vai “sair dali e falar mal [deles] e da Assembleia”.

Um paradoxo me toma de assalto. Impossível não se sentir frustrado, irritado ou tolhido. Porém, não é este um “espaço próprio” da própria história dos indígenas ali presentes?

Dei-me conta, em conversas esparsas com outros antropólogos da UFRR e outras lideranças indígenas, dias depois do incidente, de que estava imerso em uma complexa rede de relações políticas que envolviam, naquele momento, a reeleição da Coordenação do

CIR, o agravamento do embate político-institucional entre as Comunidades Indígenas e o agronegócio gaúcho em Roraima, bem como as disputas locais pela legitimidade das pesquisas em Terra Indígena. Todos estes componentes dizem, também, de uma outra história que atravessa e constitui o “senso de lugar”.

Tarde (1895) chama de contra-desejo aquilo que opera como aversão ou repulsão. Em nada diferente do funcionamento do desejo, trata-se, simplesmente da diminuição de intensidade de uma sensação ou sua ausência, sendo que, neste caso, ela é substituída pela memória da sensação. O que me interessa aqui é o modo como este entendimento do funcionamento destas forças devolve ao pesquisador interpelado pelos eventos concretos seu “situar-se criticamente”:

O preconceito por meio do qual nós atribuímos a certas sensações, como uma propriedade que lhes seria inerente, a característica de serem agradáveis ou peníveis não tem, nem mais nem menos, o mesmo fundamento do preconceito, igualmente enraizado, por meio do qual nós atribuímos aos objetos exteriores nossas sensações, cor, peso, calor, odor, como se eles não fossem essencialmente nossos. Nós objetivamos, assim, para fora de nós, aquilo que é nosso. (TARDE, 1895, p. 188 - tradução livre).

Minha intromissão e insistência eram marcas da herança colonial internalizada no ato de pesquisar. Assumindo a etnografia, agora, como pacto político (HALE, 2004; WAGNER, 1981), o distanciamento físico, afetivo ou mesmo político nada mais é do que a inescapável condição colonial de todo pesquisador não indígena que se aventura Amazônia adentro. O modo como o desejo se orienta, “o querer trabalhar com a pesquisa”, ou seja, a força que reúne elementos heterogêneos entre si, vai afirmar uma não crença de que “a biodiversidade importa”, mas aquela da a figura colonial do pesquisador.

Se um pacto havia sido estabelecido, ele não era formal. Ele era, ainda, insuficiente para promover um *alinhamento minoritário*. Fui estudar os modos de engajamento entre ciência e lugar, ou seja, o conjunto de fatores que colocam o desejo e a crença na biodiversidade em circulação no norte-amazônico. Não fiz exceção a isso. Estava em jogo, não tanto estabelecer um “diálogo”, nem mesmo “manter espaço próprio”, mas, antes e fundamentalmente, suportar a condição do “não”.

Sai da Assembleia com as seguintes palavras de Cosmo ressoando em mim: “Não se pode ganhar todas seu Felipe. Depois a gente conversa melhor lá na Comunidade”. Algumas semanas depois do evento que marcou a Assembleia, retornei à Comunidade do Boqueirão para formalizar um novo pacto e tentar “fazer sociologia” de outro modo.

Entre os dias três e cinco de abril me dirigi aos arredores da ESEC Maracá. Fui acolhido na maloca de Seu Cosmo. Faríamos, em minha rápida passagem por ali, uma

reunião com toda a Comunidade. O objeto da visita era o de expor minha pesquisa e minhas intenções para com aquela, mas também, me colocar à disposição naquilo que eles julgassem pertinente e desejoso. Com isto, não só se formalizaria o consentimento e a autorização da Comunidade para com minha pesquisa como as bases de outra ética começariam a ser exercidas.

Como pesquisador, ali, meu lugar era o daquele que conta histórias. Trago novamente das perguntas que me foram dirigidas quando de minha primeira aparição na Comunidade: “o senhor é casado?”; “sabe dirigir moto?”; “o senhor não come carne é?”; “mas estuda é o quê?”; “e como funciona esse estudo do senhor?”. Todas estas questões e muitas outras vieram à tona ao longo de minha apresentação durante a reunião. Antes do conteúdo das respostas que dera, chamo a atenção para algo bastante curioso: à medida que minha história foi sendo contada minha imagem era sendo construída com uma certa estranheza.

Quem seria aquele que aos 30 anos de idade não está casado e não tem filhos?; não come carne e não sabe andar de moto?; mais relevante ainda, aquele que pesquisa pessoas, que acompanha as pessoas, mata adentro, para entender porquê elas pensam o que pensam, porquê fazem o que fazem na sua relação direta com a biodiversidade? Os olhares, cochichos e perguntas eram encerrados com o seguinte desfecho: “mas tu é bem invocado óh”.

Ser “invocado” diz, de modo geral, daquele (pessoa, animal ou planta) que não somente cisma, teima ou persiste em suas ações, mas cujo repertório de ação é dirigido ao ínfimo detalhe. Um macuxi ali presente anuncia:

Então, seu Felipe, deixa eu ver se eu entendi: o Senhor na verdade não vai estudar é... as plantas medicinais que nós temos aqui, descobrir os animais que vivem aqui, é... insetos e essas coisas. O senhor, na verdade, vai acompanhar o cotidiano da Comunidade, conversar com as pessoas e, digamos assim, estudar a percepção que a gente têm dos pesquisadores, desse meio ambiente, certo? O senhor vai estudar a gente, certo? [Vira-se para os demais, em tom de entendimento e ironia ao mesmo tempo]. Mas olha: esses pesquisador são tudo invocado óh [risos coletivos]. [Volta-se para mim, no centro da roda] Sabe, esses pesquisador, eles querem saber umas coisa que a gente nem nunca ouviu falar... e as vezes demoram para chegar a mesma conclusão que nós. Assim, eles acham uma tartaruga morta no meio da mata. Aí eles precisam fazer toda uma coisa não tem... pegam, olham, medem, cheiram, lambem, viram ela de um lado, de outro, perguntam isso e perguntam aquilo, anotam umas coisa... pra só depois de uns 30 minutos descobrirem que ela morreu de jacamim [risos coletivos]. O seu Felipe vai observar a gente aqui, quase que nem a tartaruga [mais risos].

Sigo a conversa tomado pelo bom humor que preenchia o espaço do malocão:

É mais ou menos isso sim. O que eu penso é que os pesquisadores não necessariamente sabem mais do que vocês sobre o lugar que vocês vivem, a biodiversidade que está aqui, digamos, as palhas de buriti, os tipos de anta, porque morreu uma tartaruga etc. Eles têm só um outro modo de pensar essas coisas. Só que esse outro modo depende, no fundo, do saber que vocês têm dessas coisas, dos usos que vocês fazem delas. Mas nunca, pelo que eu escutei por aqui, os pesquisadores vieram fazer uma reunião com vocês e contar o quê eles estão a fazer ali na Ilha, aqui e nos arredores, certo? E esse é também um problema de comunicação, de disposição. Então eu sei que, do mesmo modo como vou estar observando vocês, vocês também vão observar a mim. Mas, mais do que isso eu não venho tomar partido dos pesquisadores e dizer para vocês o que é tal ou tal coisa. Eu busco aprender com o máximo de cuidado para não impor nada.

Cosmo, a seguir, toma a palavra:

Pois é pessoal, o Seu Felipe foi com a gente lá na Assembleia e teve que sair porque ele não tinha autorização do CIR para ficar lá. Daí a gente conversou e ele veio aqui fazer essa reunião; trouxe um papel pra gente assinar, quem quiser. E se comprometeu em deixar aqui o estudo dele, em ajudar no que for preciso, né; veio aqui escutar a gente. Se a Comunidade quiser ele fica; senão ele vai ter sair. Depois, ele tem que levar esse documento lá no CIR e na FUNAI pra eles verem que a gente, como Comunidade, autoriza a pesquisa dele. [Vira-se para os demais] É bem invocado mesmo óh [mais risos].

Sai com um pacto formalizado. O documento *Autorização para a Pesquisa* foi assinado por mais de uma centena dos habitantes da Comunidade no dia 05 de abril de 2015. Este mesmo documento foi levado ao CIR e à FUNAI, em Boa Vista, semanas depois. Daquele, obtive, ainda, uma resposta em tom desconfiado, “se a Comunidade autorizou... eles têm autonomia para isso”. Da FUNAI Regional obtive uma *Declaração de Anuência* para com meu levantamento de dados.

Sai com um pacto político recíproco. Não se trata de simetria. Em nenhum momento a potência do *não* desaparece, sendo, de certo modo, realocada em outros termos. Trata-se de construir uma relação a partir das diferenças, da lacuna que se instaura entre um e outro. Posso sugerir que dois *sim* ali se produziram, sendo a disposição da Comunidade em acolher minha pesquisa e meu compromisso em escutar, viver seu cotidiano, manter uma conversa. Também me comprometi em depositar uma versão da tese, concluída, junto à Escola da Comunidade e fazer uma saída de campo, de um dia inteiro, com os alunos do último ano, no interior da grade RAPELD. Metade da turma iria com o Ricardinho; metade comigo. O primeiro grupo daria atenção ao

monitoramento de roxinhos que ele fazia todo o mês; o segundo, ao modo como o monitoramento de roxinhos era conduzido.<sup>42</sup>

Sai partilhando essa espécie de qualidade, melhor, de nome ou de intensidade do “invocado”, persistir no detalhe e lutar por algum *sim*. Porém, suportar, também, algum *não*. A todo pesquisador que se aventura para além do que ele próprio considera superficial, que se envolve com as questões e intensidades do lugar, está aberta a qualidade de “invocado”.

Sugiro, ademais, que esta qualidade está intimamente relacionada aos gestos particulares os quais a denunciam. Ver, cheirar, lambar, observar dentre outros, indicam, como mencionei na seção 2.1.2 modos de estabelecer um vínculo com a terra, de “trabalhar na terra”. A dimensão do sensitivo no modo de engajamento entre pesquisadores e indígenas reaparece. Ela reaparece, aliada às microdinâmicas do saber - as quais explorarei mais detidamente no capítulos que seguem - no posicionamento entre os agentes a campo, é dizer, na mata e no “lugar” (ESCOBAR, 2005b) como forma de imitação que determina, “pouco a pouco” a via sob a qual se produz uma sociedade (TARDE, 2005 [1890], p. 67 - tradução livre): “A sociedade é, antes, uma mútua determinação de engajamentos ou de consentimentos, de direitos e de deveres, do que uma assistência mútua”. (TARDE, 2005 [1890], p. 67-68 - tradução livre).

A partir daí eu não só contava, mas escutava histórias daquele encontro.

“Um dia, uns pesquisadores vieram aqui para estudar antas. Nós sabíamos que tinham duas diferentes, a rosilha e a outra. Para eles só existia uma. (...) Como se diferencia? Ahh, é pelo tamanho da cabeça e da orelha. Mas um tem uma risca na parte de cima do corpo também. É difícil de ver, mas tem. E nós caçamos uma... é... e, antes de dividir a caça, levamos eles lá para ver; é difícil ver essa rosilha por aí”. “A Ilha, seu Felipe, ela tem a sua importância. Ela é como um reservatório de caça para nós. O pessoal têm que entender isso. Os pesquisadores também, eles têm que ter essa sensibilidade”. “Sempre usamos palha de buriti e barro para construir nossas casas. Mas, hoje, não está fácil. O pessoal queima fora da época, as fazendas não nos dão acesso, na Ilha não dá para pegar. E

---

<sup>42</sup> Conversei com todos os envolvidos: ICMBio, Comunidade, os diretores da escola, Ricardinho e o CIR. O ICMBio necessitava de um ofício formalizando a atividade. Eles contribuiriam com o transporte e fariam uma breve apresentação da ESEC, seu trabalho etc. De parte da escola eles requereram a autorização dos pais e acompanhamento de professores. Contribuiriam com feijão e arroz para o almoço. De minha parte se requeria organizar e mobilizar toda essa rede, contribuir com a carne do almoço e explicar-lhes minha pesquisa. De Ricardinho disposição. Do CIR consentimento. Tudo foi preparado, mas, infelizmente, os calendários não fecharam. Quando eu estava disponível os alunos estariam em férias; quando eles estavam liberados, os professores de biologia e sociologia não podiam acompanhar. Tentei regressar, antes do término da escrita da tese para realizar a atividade, sem sucesso. Porém, sigo em contato com toda essa rede e já planejo meu compromisso com a saída de campo e a entrega do manuscrito para o futuro próximo.

não é toda a palha que serve não, tem que saber conhecer”. “Ambiente, biodiversidade, essas coisas não existia aqui antes... agora é muito lixo, falta de água, de peixe... se o senhor observar aí vai ver (...) As palhas de buriti? A gente vê de acordo com a idade da palmeira e a sua fibra”. Quanto a esta última informação, acrescentaria eu, agora, critérios de diferenciação superficiais para a sistemática vegetal. Já no caso das espécies de anta, o fato de os macuxi sempre conhecerem duas e - “na verdade são 3 ainda”, disseram-me - ecoa com a mesma descoberta em outro ponto do bioma amazônico<sup>43</sup>.

Em um dos momentos em que participei de um mutirão para cavoucar as bordas de um dos açudes onde a Comunidade do Boqueirão criava seus Tambaquis, fato que ocorreu já na metade do mês de maio, estavam lá biólogos, agentes da FUNAI e do ICMBio, e uma antropóloga. Enquanto que para os agentes administrativos toda e qualquer questão relacionada ao ambiente, biodiversidade e território era atravessada pela burocracia, os Macuxis ali presentes denunciavam - como Caçula já me faria (ver seção 3.1.2) - que são as práticas de conservação e as UC's que se apropriam do território e do conhecimento indígena e que, agora, “vem se consolidando o pesquisador-indígena” que se apropria de volta das técnicas e políticas institucionais de pesquisa. “Aqui é o lavrado; ele invade a mata. Mas a mata também invade o lavrado, sempre foi assim. Os biólogos vêm estudar quem está invadindo mais quem... sempre foi igual”.

A descoberta da biodiversidade, monitorada e estudada pela biologia da conservação, ou o relato “da percepção que [eles] têm dos pesquisadores, do meio ambiente etc.”, ou seja, os dispositivos científicos que interrogam os habitantes do lugar, são por eles interpretados desde seu próprio ponto de vista. O “lugar” (ESCOBAR, 2005b), assim, se coloca a existir desde um modo que integra ativamente as questões que lhe são postas. Contudo, a história que permite a produção de conhecimento aí, seja o *quantum* de biodiversidade, sejam os modos de engajamento, não é, inevitavelmente, sua única condição de existência. Tensões, capturas e diferenças emergem. Daí que, como Tarde ([1983] 2010, p. 41 - tradução livre) já salientava, se “existir é diferir”, o esforço deste trabalho de tese é tentar precisar em que consiste esta diferença.

Boa parte dos auxiliares de pesquisa macuxi que trabalharam ou ainda trabalham na Ilha assumem posições bastante distintas daquelas que, lá, estão obrigatoriamente vinculadas às atividades de conservação, quais sejam, o monitoramento dos focos de incêndio, a vigilância para com caçadores, extrativistas ou garimpeiros, ou mesmo o

---

<sup>43</sup> A notícia foi veiculado pela agência FAPESP <<http://revistapesquisa.fapesp.br/2014/11/18/onde-esta-anta-pretinha/>>. As descrições dos indígenas foram determinantes para que a ciência aventasse a hipótese e, mais relevante ainda, obtivessem o material amostral que engendrou os estudos.

levantamento de dados para as pesquisas. Boa parte dos fatos que presenciei não cabem neste trabalho. Outros simplesmente não tive acesso.

...

Retorno ao Parque Nacional do Viruá e arredores. Saio de Boa Vista um pouco antes, de ônibus, para ficar alguns dias nos arredores do Parque. Tomo alguns dias, entre as pesquisas que, nesta UC, mais tarde acompanhei (seções 3.1.1 e 3.1.2) e me instalo na casa de um dos Brigadistas, Edson, em Caracaraí.

Sáimos para perambular pela cidade. Assim se resume meu cotidiano: conhecido por boa parte da cidade como o “pesquisador mais louco ainda”, caminho, um tanto ao léu um tanto decidido, conversando com antigos e atuais auxiliares de pesquisa. Muitos me são apresentados uns pelos outros. Outros conheço por ordem dos acasos da caminhada. Resumidamente, escuto histórias: sobre caça, sobre madeireiros, sobre pesquisadores, sobre macacos, sobre onças, sobre tartarugueiros. Circulo pela cidade e, assim, “estando à mostra”, vou reunindo as histórias.

“Desde a chegada do Parque eu não caço lá; vou no Cojubim, uma vicinal aqui pertinho que o pessoal usa bastante. Mas todo mundo sabe que ainda tem caça dentro do Parque”, disse-me um antigo auxiliar, durante um café da tarde em sua casa. Outra vez, fui interpelado pelo garçom do bar onde parei pela noite: “tu é ambientalista? Do ICMBio? Do IBAMA? ... Trabalhei três anos com madeira. Agora parei. A fiscalização ficou muito apertada. Tu qué conversar com madeireiro é? Fala com esse aí...”, o garçom aponta para a mesa ao lado da minha. Em outra ocasião, ainda, sentado na calçada, em frente à casa onde tomei pouso, uma visita para meus anfitriões me comenta em leve sussuro: “é... Jesus, a questão da madeira é tudo enganação. Eu te pergunto: por que que têm gente autorizada a tirar madeira? Não é pra conservar a biodiversidade, ora? Meu amigo... óh, o pobre é quem deve conservar; quem tem dinheiro não precisa; esse paga e tira”. E nas margens da BR 174, em Petrolina, depois do futebol: “olha aquele lá óh... bota fogo nos limites do Parque só de birra”. Na voadeira, enquanto nos dirigíamos a outras margens do PNV, costeando Vista Alegre, avistamos um bando de botos que caçavam. Paramos: “isso aí óh, einh Jéssica, já já os boto vão dá cabeçada no barco pra virá o barco óh... eles levam as mulher embora” [risos]; “aii Caçula”; “É verdade óh... isso é história de ribeirinho, mas é verdade”. Na mesma ocasião, ao desembarcar, damos de cara com uma tartaruga: “nunca comeu tartaruga não? Vixi... isso aí no leite da castanha...”.

Todas estas histórias falam do território constituído junto à experiência vivida de seus habitantes. É assim que, nos arredores, se apresentam outras possibilidades de existir junto à biodiversidade. A bem da verdade, muitos assumem posições bastante distintas daquelas que, no Parque, estão obrigatoriamente vinculadas às atividades de conservação, quais sejam, o monitoramento dos focos de incêndio, a vigilância para com caçadores e madeireiros, ou o levantamento de dados para as pesquisas. Boa parte destas histórias que escutei não as posso detalhar. Com efeito, elas aparentam, sob certa perspectiva, ir na contramão das práticas de conservação.

Eles trazem à superfície tensões com as práticas institucionais de conservação. Por exemplo, com certos madeireiros (um funcionário e outro que já detinha seu próprio maquinário) nos arredores do PNV os quais, mais tarde, consegui alcançar:

(...) trabalho com madeira já faz sete anos, antes ilegalmente, mas agora com empresa certificada, com manejo de corte (...) os biólogos e os ambientalistas não entendem nada da exploração da madeira, não sabem de manejo de madeira. Nós abrimos só uma entrada na mata e usamos só uma área 'X' por seis meses, e deixamos a mata voltar... não se compara com pasto, por exemplo, que, uma vez que tu tirou a mata tu não pode deixar ela voltar. (Funcionário de uma empresa de corte de madeira).

Sigo essa atividade há mais de 15 anos; nem sei como comecei... necessidade né. Ali [o interlocutor se refere aonde hoje é o Viruá] a gente entrava bastante para extrair a madeira. Só que depois veio o Parque e ficou muito mais difícil. É quase nulo o número de pessoas que vai lá. Tiram em outros lugares. (...) tem vezes que a gente identifica onde tem as árvores e... [interrompo]. Como? Olhando o tamanho da mata, assim, de longe... é... mas tem vezes que os próprios donos das terras pedem que remova uma que outra árvore. Dizem que ajuda até a mata. Eu... nós... é... enquanto os pequenos tiram 'X', uma empresa como a Vale Verde tira 10X, aí realmente não tem como a mata suportar. (...) Eu acho triste o meu trabalho; é triste entrar numa mata e ver as árvores de anos caídas em 15 minutos... a vida foi me levando, né. Agora, eu acho que tinha que proibir tudo... só que, se o cara paga pode tirar. E aí não é todo mundo que pode; tem que comprar terra, licença, técnicos, transporte. (Pequeno madeireiro local).

Em primeiro lugar, não é o foco deste trabalho de tese analisar os conflitos ou disputas que se instalaram - e se instalam ainda hoje - desde a chegada da UC na região. Em segundo lugar, minha escrita também não me serve como denúncia. Em terceiro lugar, abunda a literatura que ressignifica conservação da biodiversidade, caça, pesca, agricultura e outras atividades de “subsistência” das populações locais (BODMER; ROBINSON, 2004; LAURIOLA, 2010; STRONG et al., 2010; READ et al., 2010; BARROS, 2012.). Por fim, temo que aqueles dados me foram acessíveis por meio daquele regime de afetação bastante singular - a loucura - que, entretanto, não é sem limites:

*Ribeirinho auxiliar:* Agora, meu amigo Jesus... com os tartarugueiros ou os grandão da madeira tu não fala não.  
*Jesus:* Por quê não ora?



*Ribeirinho auxiliar:* Rhum [em resmungos de deboche]. Tu é muito ingênuo rapá. Não é assim chegar nesses cara. Ainda mais você, que todo mundo sabe que é pesquisador ali no Parque. Tem todo um jeito...

*Jesus:* Sim, entendo. Tu podes pensar isso, mas tu também não sabes como eu posso lidar com isso a partir da minha própria pesquisa. Tu sabes que eu tenho outro jeito de falar...

*Ribeirinho auxiliar:* Sei... mas não é disso que eu falo. Tu não conhece o jeito.

*Jesus:* Como assim?

[Silêncio]

*Jesus:* Eu chego contigo ora.

*Ribeirinho auxiliar:* Aí que tá. E eu?

*Jesus:* Que que tem?

*Ribeirinho auxiliar:* Ora, tu vai chegar comigo; só que eu também já trabalhei no Parque; tu sai e nunca mais volta, mas eu fico aqui.

Ser afetado, ser enredado em meio às capturas-entre-loucos, dispensável dizer, não garante toda a etnografia - se é que posso me utilizar desta ideia de “toda a etnografia”. Com efeito, não consegui escutar histórias destas figuras. Fui interpelado por outro *não*, justo aquele presente no silêncio, na lacuna, na brecha que não autoriza uma conexão. Estar diante do *não* exige a mim, o pesquisador, me redirecionar nos fluxos.

Fato é que, se uma etnografia de afetação é possível, ela só o é desde o lugar ao qual o pesquisador é destinado no lugar. Dito de outro modo, há “todo um jeito” de chegar nas localidades e se aproximar destes agentes que denuncia “outro jeito de falar”, mas que também o excede. Está em jogo, aqui, por tudo aquilo que minhas passagens por Caracará, Vista Alegre e Petrolina me permitiram registrar, uma maneira de se mexer, uma estética de se portar, de se vestir que não podem ser reduzidos a um léxico, um sotaque e um rol de expressões de empatia tais quais aquelas que levamos, sociólogos e antropólogos, a campo com o objetivo de extrairmos nossos dados. A dimensão dos corpos denuncia.

Faço menção, desde minha chegada, ao modo bem humorado com o qual fui recebido pelos habitantes locais. O modo como minha primeira fala, “tô procurando a Bia, tá ligado?” foi imitada marcou, de pronto, na perspectiva deles, uma diferença: “tôôô... tôôô ligaaado”. A imitação não sendo outra coisa senão o processo que marca a diferença e, repito, a via, “de pouco a pouco”, sob a qual se produz uma sociedade (TARDE, 2005 [1890], p. 67 - tradução livre).

Nesta mesma direção, é curioso notar a maneira pela qual a mentira igualmente tece os laços no norte-amazônico. Por diversas vezes, dentro da mata, percorrendo as trilhas da grade RAPELD, ou fora, nas vilas, as conversas começavam com uma frase intrigante: “senta aí Jesus, vamo conta umas mentira”. Não é este o momento de prolongar este ponto. Todavia, em diversas ocasiões, as histórias que escutei eram repletas de detalhes, todos amarrados de modo muito perspicaz. Porém nada garantia que o conteúdo

da fala fosse verdade. Ao contrário, a relação entre verdade e mentira se aloca na forma, ou seja, há um jeito de narrar os eventos, modos de gesticular conforme o andamento da história, expressões faciais, enunciados específicos. Apenas para aguçar a curiosidade do leitor, foram somente meses depois, na companhia dos ribeirinhos dos arredores do Viruá, que pude captar o sentido de frases cujo conteúdo era verdadeiro: uns levantavam as sobrancelhas no começo da narrativa, outros juntavam as mãos em prece, outros terminavam um caso dizendo: “é verdade óh, sem putaria”.

Em resumo, não me foi permitido “escutar sobre” senão sob certos modos e a partir da inserção em certos fluxos de informação e sentido que abrigavam não só o conteúdo, mas também a forma. Não só as falas, mas também os gestos.<sup>44</sup>

### 2.3. O RAPELD, AS LOCALIDADES: QUAL CONSERVAÇÃO? QUAL BIODIVERSIDADE?

O sistema RAPELD, como já explicitado, é, simultaneamente, um método científico e um instrumento de gestão territorial. Irrigado, no momento de sua invenção, em 2005, pela mentalidade da “conservação sem gente”, as Unidades de Conservação (UC’s) serviram como pontos-chave para a instalação da grade, visto que os dados biológicos seriam mais consistentes, controláveis e, por conseguinte, úteis às políticas de gestão e integração nacionais e locais. O Parque Nacional do Viruá (PNV) e a Estação Ecológica de Maracá (ESEC) representam este primeiro perfil.

Equacionar escalas espaciais, temporais e taxonômicas era o principal problema do Programa de Pesquisa em Biodiversidade da Amazônia (PPBio) (MAGNUSSON et al., 2005); a integração dos dados outro (DRUCKER, 2012). A preocupação, científica e política, quanto à participação das populações locais e seus usos da biodiversidade eram residuais: “investigações biológicas só serão relevantes se a população local participar e as investigações servirem tanto para ensinar as comunidades locais sobre o valor dos seus recursos naturais, como para ensinar a comunidade internacional sobre biodiversidade” (MAGNUSSON et al., 2005, p. 5 - tradução livre).

Contudo, anos mais tarde, elementos disruptivos à mentalidade da “conservação sem gente” passaram a emergir no contato com as localidades onde o PPBio se fazia presente. Uma série de trabalhos passam a discutir o papel do método em sua relação com o ambiente-espaco (LANDEIRO; MAGNUSSON, 2011), como repensá-lo em sistemas

---

<sup>44</sup> O limiar entre pactos e afectos é tênue e eles se entrelaçam de um modo intrigante (KOPENAWA, ALBERT, 2010). Aquilo que as ciências sociais parecem separar como características intrínsecas de um ou outro modo de fazer etnografia - a comunicação não intencional *versus* as alianças explícitas, as forças intensivas *versus* os acordos políticos, a empatia *versus* o jogo de interesses - a realidade empírica mistura, intercala.

sociais outros (MAGNUSSON et al., 2013; READ et al., 2010), bem como as maneiras pelas quais as práticas e políticas de conservação podem ser atualizadas desde o encontro com o lugar (PERES et al., 2010; ELBROCH et al., 2011). Em todos, aliás, a categoria de lugar aparece com grande destaque. Não só se reconhece que “sociedades indígenas frequentemente têm laços com mundos espirituais que modulam como eles interagem com o meio ambiente”, mas concretamente incorporam tais mundos nas análises, descrevendo “padrões de caça indígenas através da paisagem desde as perspectivas do espaço e do lugar, tomando em conta ambos fatores, biofísico e espiritual” (READ et. al., 2011, p. 216-217 - tradução livre). Eis a mudança de mentalidade que informa o RAPELD. O ambiente, com isso, ocupa um limiar entre a ideia de espaço e a ideia de lugar, este outro espaço doravante permeado por usos e significados. O conhecimento e as práticas locais, de fato, são muito mais ecológicas do que os modelos atuais de conservação da biodiversidade (LAURIOLA, 2010).

Muitos destes usos e significados surgiram, como deixei explícito ao longo deste capítulo, nas idas e vindas de meu campo, entre abril e maio de 2015, mais especificamente. Estes, em certa medida, compuseram minhas relações a campo.

A formalização de um pacto com o PPBio/CENBAM, respeitadas aí, certamente, todas as suas dimensões - econômica, epistemológica e ontológica -, foi suficiente para me abrir as portas do campo. O regime de atuação esperado era aquele da mediação cujos termos, aliás, são desconhecidos para os habitantes das localidades onde me estabeleci. A mediação nada garante, visto que ali outros regimes me afetam e ressignificam a disposição dos agentes entre si, o desejo e a crença na conservação.

Tal assertiva se aplica aos arredores do Viruá e de Maracá. Tanto neste, como naquele fui afetado por modos particulares que excede as dimensões daquele pacto formal com o Centro. Nos arredores de Maracá, por exemplo, um outro pacto foi estabelecido. Já no que toca aos arredores entre si, por exemplo, em que medida “ser bem invocado” não é outro modo de “ser mais louco ainda”? Em que medida “ser branco, gaúcho e pesquisador” é outro modo de “ser muito ingênuo”?

Não há como determinar uma resposta a estas questões. Há lacunas que operam aí. Se há muitas possibilidades de interpretação, é de suma importância

evitar conexões discursivas, fazendo uma história, de maneira a evitar ambos, a falsa aparência negativa de conjuntos de semelhanças superficiais enlaçados, e a falsa aparência positiva de ter recoberto um novo fenômeno. *Pois, o que as localidades aqui apresentadas têm em comum, ainda não necessariamente aconteceu* (STRATHERN, 1999b, p. 163 - tradução livre).

Escobar (1998) vinculou o tema da emergência da biodiversidade com os movimentos sociais que denunciam uma hibridez das relações sociedade-natureza na defesa do lugar. Dentre as questões vinculadas à economia local, aos direitos humanos, aos processos de decisão política e mesmo ao uso dos “recursos naturais”, este autor sempre buscou seguir a biodiversidade como um *acontecimento discursivo*, elemento, portanto, que não existe na realidade senão como uma dimensão da modernidade que aglutina toda uma rede de invenção de práticas, subjetividades, resistências e novos modos de existência.

Um elemento muito importante para os estudos sobre a biodiversidade e que soube ser muito bem aproveitado pela literatura da discursividade é o fato de que ela pode ser datada. Como se sabe, diversidade biológica aparece escrita pela primeira vez em 1968 (DASMANN, 1968), enquanto que biodiversidade foi uma contração que se tornou difundida no meio científico a partir do ano de 1986 no *Forum on Biodiversity*. Cita-se como marco o livro de Edward Wilson, *Biodiversity*. (WILSON, 1988). Foi neste momento, ademais, que a biodiversidade deu vazão a uma série de eventos até que, atualmente, seja quase indubitável que ela se trata de uma questão.

Aquilo que se tem feito no campo do acontecimento discursivo da biodiversidade (ESCOBAR, 1998; ESCOBAR; PARDO, 2005; GUDYÑAS, 1998; 1999) é produzir dados etnográficos que auxiliem no entendimento de como os discursos e enunciados circulam. Há, primeiramente, a ideia de que a biodiversidade não é este objeto real, mas um constructo, sendo preciso recorrer aos dados etnográficos para poder devolver ao problema da “extinção em massa”, problema que está no cerne da invenção discursiva da conservação da biodiversidade, as nuances de como este problema é (re)articulado a cada contexto. Existe, obviamente, e secundamente, uma base dita material-concreta não discursiva que também irriga os dados, mas que é reinterpretada em termos de significados-usos afim de combater uma unilateralidade da produção de conhecimento sobre o tema.

Não se trata de desqualificar esta abordagem. Trata-se de parar e voltar atrás. Existem gestos, corpos, sensações, movimentos que se situam no fundo da superfície dos discursos. Quais as operações de saber, quais atividades infinitamente mínimas, que constituem a possibilidade dos variados enunciados até aqui trazidos à tona, este território do encontro de práticas? Qual biodiversidade se engendra desde aí?

Proceder por conexões discursivas pode recobrir um falso problema, aquele do “lugar” como *locus* de incrustação do conflito, da “crise do ambiente”. Pode antecipar conclusões apressadas, visto que “demandar a todos aceitar que a significação daquilo que

os engaja seja suscetível de ter sua significação redefinida por meio das relações tecidas com os outros não é renovar a “missão civilizatória” que nós nos atribuímos?” (STENGERS, 2013, p. 136-137 - tradução livre). O que posso afirmar é que estes regimes vão modelar o próprio conteúdo dos dados sobre conservação da biodiversidade. Mais: são, desde já, os próprios modos de engajamento.

Ali, portanto, nos arredores, os modos de engajamento entre ciência e lugar criam uma estreita relação entre produção de conhecimento, diferença e existência. Sugiro que esta relação ocorre, também, mata adentro e que elas pode ser lida via uma cosmopolítica dos encontros:

Ao termo “cosmopolítica” corresponde aquilo que não é nem uma atividade, nem uma negociação, nem uma prática, mas o modo pelo qual se atualiza a copresença problemática de práticas: a experiência, sempre ao presente, daquele em que atravessa o sonho do outro. Entrecaptura não simétrica que não garante nada, não autoriza a nada e não pode ser estabilizada por nenhuma restrição, mas por onde aquele que atravessa e aquele que é atravessado se submetem um ao outro ao exame que constitui a efração desse terceiro termo “assustador”, não apropriável por nenhuma medida (...) (STENGERS, 2003, p. 355 - tradução livre).

É, neste sentido, que me aproximo mais de Gabriel Tarde. Não são os significados-usos que é preciso ver como circulam na rede de invenção discursiva da biodiversidade. São os fluxos de materiais, as habilidades, os processos de possessão que se fazem sentir nesta “copresença problemática de práticas”. Ao defender o ponto de vista sociológico universal, ele estava, justamente, atento a tais minúcias. Ao mencionar o modo como se entrelaçam as três repetições universais (solidariedade, geração e imitação) Tarde ensaia um exemplo curioso, que demonstra, ao mesmo tempo, suas diferenças e conjugações:

Depois de 2000 anos, o manuscrito da República de Cícero é reencontrado. Imprime-se-lo. Inspira-se nele: imitação póstuma que não teria acontecido se as moléculas do pergaminho não tivessem durado e, certamente, vibrado, nem que tivesse sido pelo efeito da temperatura ambiente, e se, ademais, a geração humana não tivesse funcionado sem interrupção desde Cícero até nós. [...] Dir-se-ia que estes três termos da Repetição são três retomadas de um mesmo esforço para *expandir o campo onde ela se exerce* [...] (TARDE, 2005 [1890], p. 37-38 - tradução e grifos acrescidos).

Fui a campo estudar a relação da pesquisa científica com os locais onde ela se exerce. Não fiz exceção a isto. Fui tomado pela atualização da “copresença problemática de práticas” que envolve o monitoramento e a conservação da biodiversidade, a grade RAPELD, a tradição da caça, da palha do buriti, da tartaruga no leite da castanha, da extração de madeiras, do graimpo. O que resulta é ouvir histórias e não, ser inserido e interditado (não impossibilitado) em certos fluxos de informação e sentido. Trata-se de outra possibilidade de *contar e escutar histórias*.

Conduzi minha etnografia caminhando, indo da mata aos arredores, dos arredores de volta à mata. Participei de algo como uma zona de entre-saberes me situando entre-regimes. Com isso, veremos nos capítulos 3 e 4, a produção dos dados que permitem a ciência falar sobre a biodiversidade no norte-amazônico, incluindo aí a biologia da conservação e a sócioantropologia, vai obedecer outras possibilidades analíticas que não posso definir como interpretativas, mas sim *sensitivas*.

## 2.4 COSMOPOLÍTICA E OS MODOS DE ENGAJAMENTO

Este trabalho de tese, como já expus, é sobre os modos de engajamento entre pesquisadores, ribeirinhos, indígenas e, em todo seu alcance, a mata. Os dados empíricos que informam esta relação se produzem ao longo ds expedições científicas sobre conservação da biodiversidade na região do norte-amazônico, em meio ao encontro de saberes fabricados no interior da grade RAPELD.

Até o presente momento, no entanto, a categoria *modos de engajamento* vem sendo trabalhada sem muita precisão, podendo o leitor pressupor que ela diz das diferentes maneiras por meio das quais um laço ou um vínculo social se estabelece entre os agentes. Não fiz obstáculo a esta interpretação. Os atravessamentos econômico, epistemológico e ontológico implicam, *en passant*, um entendimento neste sentido. As idas e vindas de dinheiro, a circulação de conhecimentos e técnicas, e a demarcação dos limiares entre pessoas, animais, coisas, espíritos marcam aquela categoria como sendo, de forma mais abrangente, as maneiras pelas quais aqueles mesmos agentes são convidados a prestar serviços (remunerados) à atividade científico-institucional, ou são reconhecidos em seu saber como aqueles contribuem ao conhecimento científico, ou, então, não sem profundas dissidência, como pertencentes a uma rede política que se importa com a conservação da biodiversidade. Porém, não pretendo atrelar os modos de engajamento a esta espécie de ecologia política que seria entendida como “a boa solução” sobre a qual todos deveriam se colocar de acordo. A diferença da ecologia política para com a cosmopolítica é precisamente esta, isto é, evitar a “missão civilizadora” (STENGERS, 2013, p. 136 - tradução livre).

Partindo deste contraste, sugiro somar-lhe o contraste exposto no capítulo anterior entre o “estar na mata” e o “ficar entre quatro paredes”. Inscrevo-os no terreno da produção de desejo e crença em meio ao atravessamento sensitivo que orienta, a sua vez, tanto a produção de conhecimento na escala das microdinâmicas do ver, do cheirar, do tocar etc. bem como na escala dos enunciados e dos posicionamentos macropolíticos. Neste gesto, não só a categoria modos de engajamento sofre uma torção, bem como os

conceitos de desejo e crença são rearranjados. A cosmopolítica ganha uma dimensão sensorial, sensitiva e semântica de suma importância.

Disso resulta uma série de consequências teóricas, as quais não me cabe enumerar. Indico somente aquelas que ensaiam, de modo bastante sucinto, certas aproximações de cunho teórico que nutrem o pano de fundo da discussão que venho conduzindo neste estudo.

O primeiro efeito é, portanto, a torção na ideia dos modos de engajamento. Sigo a pista deixada por Tarde, qual seja, a de que desejo e crença se apresentam à e engendram a realidade social sempre articulados entre si e com as sensações (TARDE, 1895; 2010 [1893]). Tal imbricação oferece, para mim, um outro estatuto à categoria: *modos de engajamento* seriam, assim, *as combinações entre os degraus e modos do desejo e da crença com as variações das sensações*. Utilizarei, expressamente, esta categoria como versão comprimida a estas três forças que a informam.

O segundo efeito é que as sensações ou qualidades - diríamos o cansaço, as dores, o medo, o calor, os sons, os cheiros, as cores, as texturas - se confundem com as coisas. É porque uma prática dos corpos misturados é ativada que tal confusão se instaura. Aquelas não são dadas de antemão. Pelo contrário, são fabricadas na relação estreita entre os materiais, mãos, olhos, folhas, troncos, peles, ruídos, facões, trados e muitos outros. A “possessão recíproca” (TARDE, 2010 [1893]) não é nada mais nada menos do que as intensidades percorridas por corpos que se apreendem em diversas escalas distintas, evitando algumas confusões causadas pela transparência de termos tais quais sujeito, objeto, ação, fenômeno etc:

Toda filosofia se fundou, até aqui, sobre o verbo *Ser*, cuja definição parecia a pedra filosofal a se descobrir. Podemos afirmar que, se ela tivesse sido fundada sobre o verbo *Haver*, muitos debates estéreis, muitas pisoteias entravadas do pensamento teriam sido evitadas. Deste princípio, *eu sou*, impossível deduzir, malgrado toda sutileza do mundo, nenhuma outra existência senão a minha; daí a negação da realidade exterior. Mas, coloque, de início, este postulado: “*eu hei*” como fato fundamental, o *havido* e o *havendo* são dados, de uma só vez, como inseparáveis. Se o *haver*[/ter] parece indicar o ser, o ser seguramente implica o *haver*[/ter]. Esta abstração profunda, o ser, não é jamais concebido senão como a *propriedade* de qualquer coisa, de um outro ser, ele mesmo composto de *propriedades*, e, assim por diante, indefinidamente. No fundo, todo o conteúdo da noção de ser é a noção de *haver*[/ter]. Mas a recíproca não é verdadeira: o ser não é todo o conteúdo da ideia de propriedade. A noção concreta, substancial, que descobrimos em si mesma, é então esta aqui. No lugar do famoso *cogito ergo sum*, eu diria, de bom grado: “*eu desejo, eu creio, então eu hei*”. (TARDE, 2010 [1893], p. 53-54 - tradução livre).

Possessão recíproca devém um conceito central para este trabalho de tese. Permite seguir, ao mesmo tempo, as linhas comuns que caracterizam formas de existência bastante

diversas tais quais aquelas que chamamos de físicas, biológicas ou sociais. Permite, também se colocar de modo sensível à cada uma delas em suas lutas para se apropriarem umas às outras. Mais ainda. Como espero demonstrar ao longo da escrita, permite se colocar sensível à espiritualização do “cosmos”, o “terceiro termo assustador” (STENGERS, 2003) que

não se confunde com nenhum cosmos em particular ou com nenhum mundo tal uma tradição particular pode o conceber. Ele não os inclui e não os transcende. Ninguém o representa e ninguém fala em seu nome. Seu modo de existência é relativo a questão política que se trata de civilizar (STENGERS, 2013, p. 137 - tradução livre).

Este conceito diz, assim, de um novo pacto, ou seja, de um “ter parte de”, um “dispor de parte de” sem que esta parte seja unidade fragmentada, porquanto não se trata do “ser”, reconduzido à uma diferença absoluta:

O infinitamente pequeno difere *qualitativamente* do finito sobre o qual se forjava a ontologia, pois os seres que o compõe vão ao infinito, de modo cada vez mais imperceptível, formando um feixe contínuo no qual nós não podemos distinguir nem partes, nem limites, nem distancia, nem posição. Assim, nenhuma razão nos obriga mais a falar de ser, mas de *atividades infinitesimais*, de *ações notáveis* no interior de um movimento infinito. (DEBAISE, 2008, p. 450 - tradução livre).

A possessão recíproca é essa atividade mínima. A operacionalização da análise do campo de forças entre desejo, crença e sensações se dá, portanto via análise dos modos de engajamento entre a heterogeneidade das ações e dos agentes a campo. A definição de um sauveiro no agenciamento terra-braço-facão, a definição de uma métrica no agenciamento olho-distância-igarapé, de uma sociologia no agenciamento pés-ambiente-trilhas, por meio dos sentidos, indica a partilha de tais forças.

Todo o investimento do capítulo foi recolocar as forças do desejo, da crença e da sensação em outra ordem de grandeza, afim de circunscrever a concretude dos regimes que vão orientar a produção de conhecimento nos arredores dos sítios por onde passei, acerca da conservação da biodiversidade, mata adentro, no norte-amazônico. Neste sentido foi que a questão cosmopolítica ganhou relevância e foi direcionada ao atravessamento sensitivo. Ela prepara o seguinte argumento: a “atualização da copresença problemática de práticas” vai corresponder aos modos de engajamento específicos de cada sítio e cada estudo que segui. Não sigo, todavia, como demarcação que marca a análise uma separação forte entre o Parque Nacional do Viruá e a Estação Ecológica de Maracá. Os estudos que acompanhei, e participei, na grade RAPELD de cada sítio, aparecem conforme o percurso do campo. Imbricados, eles oferecem à análise um jogo entre continuidade e descontinuidade dos eventos concretos e das abstrações que eles ensejam.



No terceiro capítulo, assim, passo ao relato de três estudos, sendo: (i) sistemática vegetal e bioquímica, (ii) produção de biomassa de árvores (troncos), ambos no PNV, e, na ESEC, (iii) monitoramento de Roxinho. Eles acontecem no interior da grade RAPELD, utilizando-a como sistema de trilhas (a exceção da segunda, que respeita, também, o método comparativo). Sendo assim, a grade é entendida, por mim, aqui, como o enclave privilegiado para o encontro dos saberes na produção sensitiva de dados sobre biodiversidade.

No capítulo quatro, mais adiante, outros três estudos são discutidos: (i) *barcoding* de populações de árvores madeiráveis na Ilha de Marcá, (ii) inventário de borboletas no Viruá, e (iii) produção de biomassa (carbono) de raízes (de árvores) de volta à Ilha. Para além do sistema de trilhas, estas expedições executam os preceitos analíticos do RAPELD. A grade, em si própria, ali, será entendida por mim como a novidade propriamente científica entrecortada pela produção sensitiva de dados sobre biodiversidade.

Desta feita, agora, volto e permaneço no interior da mata. Dou sequencia à narrativa de meu percurso metodológico, reajustado o foco da análise às microdinâmicas que tornam possível o conhecimento da biologia da conservação no entre-saberes e nos contatos diretos entre os corpos. Este ajuste é modulado pelo entre-regimes, loucura, colonialidade e mediação.

### **CAPÍTULO 3. “ESTAR NA MATA” E A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE COMO PRÁTICA SENSITIVA: SOCIEDADE E SUB-EXISTÊNCIA**

A biologia, também, para mim é a procura dessa linguagem de eu perceber como falar com uma árvore, como falar com o mundo, com uma pedra... é uma procura de uma relação de parentesco que fomos perdendo exatamente por causa de uma ideia de ciência. (...) Como falar com uma árvore? A árvore diz coisas. A árvore diz que foi feita de uma certa maneira, que tem uma certa cor, uma certa aparência para resolver certas coisas, para lidar de uma certa maneira com o vento, com os insetos, para chamar os pássaros. Há toda uma relação que nós não sabemos ver (...) eu percebo qualquer coisa que está a ser dita, por exemplo, a sugestão de como a forma de uma árvore, ela foi sendo esboçada ao longo de milhões de anos para resolver problemas, por exemplo, de como ela se expõe ao sol, de que uma parte da árvore não faz sombra para outra árvore. Ali, há uma complexidade enorme que não sabemos ver.

Mia Couto.

Nos dois capítulos precedentes, apresentei, mediante relatos etnográficos, meu percurso metodológico de chegada e instalação a campo. Em série, os eventos empíricos dispararam as agências e as questões que envolvem a pesquisa científica nos sítios do Programa de Pesquisa em Biodiversidade da Amazonia/Centro de Estudos Integrados da Biodiversidade Amazônica (PPBio/CENBAM) no Estado de Roraima/RR. Em série, junto a tais eventos, emergiram, também, os conceitos e categorias que informam meu exercício e registro sociológicos, ou socioantropológicos se o leitor preferir. Passei da cidade à mata, da mata aos arredores. Agora, retorno ao interior daquela.

Trato de analisar os modos de engajamento entre ciência e “lugar” (ESCOBAR, 2005b) que subjazem ao encontro de “pesquisadores”, “nativos” e a “mata”, de modo geral. Se a grade RAPELD é o enclave empírico privilegiado para registrar a produção dos dados sobre biodiversidade, o entre-saberes ganha prerrogativa como instância de inscrição da análise sociológica. De modo mais preciso, analiso o modo no qual a biodiversidade se faz existir ao longo da *experiência sentipensante* em meio às expedições científicas que acompanhei nas grades RAPELD do Parque Nacional do Viruá e da Estação Ecológica de Maracá. Analiso, agora, as três primeiras incursões que segui nestas localidades.

O que se toma como biodiversidade amazônica seguramente depende dos dados “brutos” que são “coletados” nas florestas, campinas, lavrados e outros ambientes daquela região. Depende, também, da lapidação das análises em laboratórios e/ou *softwares* de bioinformática. Mas, depende, antes, do modo como estes dados são apreendidos e produzidos *in loco*. O intrigante é que este processo parece o resultado de uma prática mais refinada do que poder-se-ia crer. Das ações e atividades concretas postas em operação por meio dos sentidos, se conjugam a afirmação e a vontade entendidas, aqui, como Gabriel Tarde (2010 [1895]) as conceitualizou, ou seja, como as forças fundamentais que permeiam todo tipo de ação e colocam a experiência da realidade em partilha com pessoas, bichos, pedras etc.

Neste sentido, em um primeiro momento, o conceito de *zona de entre-saberes* ganha, aqui, junto ao *corpo misturado* e a *possessão recíproca*, uma nova força analítica. O funcionamento da zona de entre-saberes confere à sociologia indícios concretos de apreensão do modo como aquele refinamento dos “dados brutos” acontece e, ao mesmo tempo, engendra possibilidades na direção de novos abstratos que falem da intimidade entre o conhecimento e o próprio “social”. Texturas, olfatos, gostos, cores, ruídos, lupas, trados, terçados, planilhas, mentiras, histórias, mitos etc. se inventam e se conjugam naquele encontro, e fabricam, tanto os *data* sobre a biodiversidade do bioma amazônico quanto os modos de “fazer sociedade”.

Para seguir tais deslocamentos é preciso lidar com os perigos do fazer sociológico, de modo a levá-lo mais adiante. Em epígrafe deste capítulo, o escritor e biólogo moçambicano expressa aquilo que posso eu sintetizar como o modo por meio do qual os cruzamentos entre literatura e ciência se dão: *contar a história para além dos números*.

Ouvi algo semelhante em meu campo: “ciência é carocha... é contar uma história convincente”, disse-me certa vez Patrãozinho. Talvez, Mia Couto o faça, diriam alguns acadêmicos “de manga longa”, sejam cientistas da vida ou sociais, de um modo um tanto poético, quiçá excêntrico, nada matemático. Porém, como pretendo sugerir neste capítulo, tal modo de se expressar não é unicamente figura de retórica. E se tal expressividade indicasse o modo por meio do qual outra ciência se tornasse possível?

O que existe de mais perigoso nas ciências não são as conjecturas mais íntimas, estreitas e logicamente perseguidas até as últimas profundezas ou os últimos precipícios; são os fantasmas das ideias em estado flutuante na mente. O ponto de vista sociológico universal me parece ser um destes espectros que assombram o cérebro de nossos contemporâneos especulativos. Vejamos, desde o início, onde ele deve nos levar. Sejamos exagerados sob o risco de passar por extravagantes. Nesta matéria, especialmente, o pavor do ridículo seria o mais antifilosófico dos sentimentos. (TARDE, 2010 [1893], p. 34-35 - tradução livre).

### 3.1 DE VOLTA À MATA: A BIODIVERSIDADE E OS SENTIDOS

#### **3.1.1 Taxonomia e fitoquímica dos paladares: a zona de entre-saberes**

Esta é minha primeira saída de campo, “pra valer”, como outrora já me havia dito um membro administrativo do Programa, após ter definido os sítios de pesquisa nos quais eu faria minha maior investida nos meses que se seguiriam. Trata-se do primeiro estudo, no Viruá, que Bia me havia previamente informado via e-mail.

De Boa Vista ao Parque me desloco de ônibus. Está combinado que a equipe da brigada de incêndio me buscará na Vila Petrolina. Chego e, não tarda muito, o ronco da velha Toyota se aproximando e os gritos que me chamam - “Jesus!” - cortam o ar. Vamos a sede para que eu me instale. Rede atada, obviamente, no espaço da brigada. Os dois responsáveis pela expedição, Patrãozinho e Luiz, chegam umas duas horas depois de mim, de carro. Vieram num 4x4 da Universidade Federal de Roraima (UFRR), uma das instituições apoiadoras do estudo.

Eu, ainda que já conhecido no Parque, e já tendo ouvido falar deles, ainda não os tinha encontrado. Apresento-me. Para ambos os pesquisadores, faço meu doutorado em sociologia, tendo como objeto a produção de conhecimento sobre biodiversidade a partir do encontro entre locais e cientistas. Patrãozinho é doutorando em botânica pelo INPA de Manaus. Estuda taxonomia de angiospermas e manejo de dados biológicos: “até podemos dizer dados sobre biodiversidade, mas... assim... o RAPELD responde a uma pergunta ecológica e não exatamente à questão da biodiversidade”, esclarece-me. Ele é integrante do PPBio/CENBAM. Descubro, meses depois, que este codinome é um modo afetivo por meio do qual os ribeirinhos e este pesquisador se chamam entre si. Há anos, ele utiliza a grade RAPELD e a padronização do método para a coleta de seus dados, tendo me sido indicado, por outros membros do PPBio/CENBAM, como um dos principais “representantes” do Programa no Estado. Luiz é químico, professor-pesquisador da UFRR. Trabalha com indicadores fitoquímicos. Nunca esteve na mata. Esta é sua primeira expedição do gênero. Por tal razão é que, aliás, esta saída “vai ser só de brincadeira; saída de reconhecimento mesmo”, fala o botânico, em tom bem humorado.

Max nos acompanha nesta expedição. Ele, na verdade, tinha sido o primeiro a chegar, ainda antes de mim. Não nos tínhamos cruzado, pois ele estava, até a chegada dos demais, na casa do caseiro do Parque, descansando e olhando televisão. Há mais de 10 anos frequentando o lugar, ele circula com familiaridade por ali. Trabalha, desde então, junto a uma série de pesquisadores das mais diversas áreas de estudo que vão ao Viruá realizar suas coletas. Luiz e Patrãozinho, tendo já descarregado o carro, arrumam alguns poucos materiais e, quando percebo, já estão vestidos e prontos para entrar na grade. Peço

alguns minutos a mais. “Não te preocupa muito viu Jesus, é bem leve hoje”, este me grita. Até entre figuras mais propriamente acadêmicas, eu assim já era conhecido.

Max também está terminando de se ajeitar. Conversamos, enquanto isso, ele e eu. “Já fiz de tudo na minha vida. Na mata e na vila. Pedreiro, pintor, caçador, pescador... já trabalhei com pássaro, tartaruga, lagarto, árvore... mas fui criado dentro da mata. Ribeirinho mesmo. Conheço tudo isso aqui na palma da mão. [...] E tu estuda o que mesmo?”. “Eu”, digo-lhe, “estudo a relação que vocês e os biólogos têm com o ambiente. De certa forma, quando vocês estão olhando, cheirando, coletando as plantas, eu estou olhando, pensando etc. sobre como vocês olham, cheiram e coletam as plantas”. Ele me olha franzindo a testa e entrecerrando as pálpebras. Nada diz.

Todos prontos, partimos.

O objetivo da expedição é apresentar Luiz ao dia a dia da pesquisa no interior da floresta, aproximá-lo da prática de coleta de dados neste lugar, mostrar-lhe de onde vem e como se obtém o material com o qual ele trabalha dentro do laboratório. Lembro-me do curso que fiz, meses atrás, na Reserva Ducke, periferia de Manaus/AM, a fim de “sentir na pele [via o sistema RAPELD] os desafios da pesquisa na Amazônia”. Recordo-me, também, que, por várias ocasiões, diversos membros administrativos da equipe, e também o Prof. Magnusson, me comentaram que boa parte de seu trabalho é insistir, com financiadores e apoiadores, para que estes saiam a campo e se envolvam com a realidade da pesquisa.

Com efeito, tal investimento parecer ser um procedimento padrão para *outsiders*. No presente caso, entretanto, há uma justificativa extra, biológica, ou, melhor, *transepistêmica*, para esta saída, para ficar com o conceito de Knorr-Cetina (1982). Recentes descobertas entre os domínios da bioquímica e da botânica indicam uma correspondência entre a sistemática vegetal e certas substâncias-chave ou grupos químicos (fenóis, alcaloides etc.) das plantas. Aparentemente, cada família botânica possui, também, uma impressão digital química que a identifica. Com isso, diversos dados que só podem ser obtidos a campo podem vir a ser de grande utilidade na complementação de um estudo químico “de bancada” e vice-versa. Ademais, seguindo a constituição desta *arena*, na sequência do pensamento daquela mesma autora, há um aporte sociológico à expedição que lhe confere mais um objetivo: conferir estatuto epistemológico a este procedimento padrão, no qual, não só os *outsiders*, mas também biólogos e ribeirinhos vivenciam o cotidiano da mata.

De fato, observa-se - como o leitor verá a seguir - que a inteligência científica é atravessada por saberes outros junto com os quais, indubitavelmente, grande parte do trabalho se dá ao “reconceitualizar partes substanciais do *conteúdo* da pesquisa planejada”

(KNORR-Cetina, 1982, p. 117 - tradução livre). Contudo, se faz necessário, de partida, um deslocamento da categoria de *arena transepistêmica* àquela de *zona de entre-saberes*. Não se trata (i) da abertura do laboratório às lógicas de operação de atores outros, “não cientistas”, ou seja, de um *como* o cientista é conduzido a negociar com pares, financiadores, gestores e amadores. Não se trata, também, (ii) da análise das agências dos sujeitos (humanos ou não) em rede (ainda que em termos de escrita, a estrutura linguística acadêmica esteja obrigada à gramática onde os verbos de ação são executados por sujeitos). Mantendo, de início, a linguagem analítica de Knorr-Cetina, digo que se trata da (i) primazia do lugar sobre as lógicas de atuação, de conduzir *outsiders* (ou não) à *singularidade da mata* (e não do laboratório), isto é, do sítio onde a pesquisa ocorre. Disso decorre que (ii) a análise sociológica se afasta de toda aproximação com a linguagem do “ser” e esta vai, paulatinamente, desaparecendo. Assim é que a categoria de “cientista” ou “pesquisador” perde sua força seletiva, já que pode ser definidora tanto da pessoa de um biólogo, como de um indígena ou de um ribeirinho, visto que todos, ali, produzem dados, negociam, reconceitualizam. No Parque do Viruá, por exemplo, às “coisas”, os biólogos, químicos e sociólogos atribuem nomes diferentes, enquanto que às “pessoas” destes, os ribeirinhos as nomeiam de outro modo. Efeito por meio do qual o regime das capturas entre-loucos se denuncia.

Assim é que, apesar das diferenças que o conceito de “ecologia de práticas” assume em autores como Santos (2005; 2012) e Stengers (2003; 2015), a zona de entre-saberes está entretecida pela intuição compartilhada por ambos àquele conceito: uma multiplicidade de elementos-intensidades emaranhados precede qualquer tipologia das formas de conhecimento. A zona de entre-saberes que pleiteio não devolve às categorias do “ser” a maneira como as operações da experiência sentipensante constitui saberes. Antes dos sujeitos, trata-se de corpos que se apreendem; antes do “científico” e do “tradicional”, trata-se de práticas de “conhecer”.

Primeiro dia. Saímos da sede do Parque às 7:45h aproximadamente. A trilha principal nos conduz até a LO2. Max à frente; depois Patrãozinho, Luiz e eu. Caminhamos, caminhamos e caminhamos. Umas três horas. Uns cinco a seis quilômetros de subidas e descidas, pedras e buracos exigem diversas dinâmicas do passo. Algumas vezes, certas árvores nos fazem parar: ou porque troncos imensos estão caídos à frente ou porque Patrãozinho tenta as identificar. Por se tratar de uma “saída de reconhecimento”, ninguém havia preparado almoço; no máximo levávamos bolachas e barras de cereal. O ritmo imposto pelo relevo, pelo calor e pelo peso da umidade do ar convertem, nas primeiras três horas, toda a água da minha garrafa em suor. Para meu espanto, em nenhum momento se

cogita a possibilidade de dar meia volta e regressar. Pelo contrário, seguimos adiante. O que não passava de uma “brincadeira” para o botânico e Max, faz Luiz e eu ofegantes e ensopados. Sem mencionar que o mês de março é época de “seca” no norte-amazônico. Mas é justamente a seca que facilita a locomoção nesta região, onde boa parte inunda com as fortes chuvas, pois para além das voadeiras, os pés e os carros conseguem se ajustar ao terreno. Não é à toa que grande parte das expedições ocorre no período de dezembro a maio.

Mais alguns quilômetros e paramos. A vista denuncia que ali está uma espécie de interesse fitoquímico. O tamanho do tronco, seu formato, e a projeção dos galhos, formando um desenho do que um dia foi uma copa robusta, indicam que se trata de um indivíduo da família *Fabaceae*. Pelo que ouço ali, algumas poucas espécies são ainda fáceis de identificar, pois restam frutos pendurados em suas copas. Já outras, como esta leguminosa, demandam métodos um pouco mais precisos: Patrãozinho olha a árvore e pergunta a Max se se trata de uma tal árvore; não escuto bem o nome e tampouco me animo a perguntar. Max olha; passa as mãos no tronco; duvida. Procuram folhas e frutos caídos no chão, arrastando os pés de um lado ao outro. Recolhem aquelas que mais se encaixam, à olho nu, à forma, cor e textura às quais corresponde a imagem mental daquela folha na copa da árvore. “Acho que é essa que procuramos”, diz o botânico, nos convidando a procurar também. Explico: a seca, neste caso, caducou a árvore, ou seja, ela perde suas folhas e frutos nessa época; o mais fácil é, então, olhar para o chão; é o ideal, achar um fruto e averiguar. Acontece que, mais pesado, o fruto se esconde embaixo do tapete marrom-amarelo-alaranjado de milhões de folhas de centenas de árvores distintas. Alguns poucos minutos se passam e, no lugar de determinar a espécie, contesta-se o método: “todo esse esforço é em vão. Já está muito seco e as poucas frutas ou já foram comidas pelos animais ou tragadas pela terra”, concluem Max e Patrãozinho.

Eis que, de repente, aquele último retira, com o terçado, algumas lascas da casca, cortando-as em finas tiras e levando-as à boca. “Acho que é a outra”, diz. Passa uma das lascas a Max. Ele a degusta de um modo curioso: serrando as bordas da lasca com os dentes e cuspidando fora o que ficou na boca. “É, não me parece aquela... não tem um gosto comestível”. “Não tem um gosto comestível!?” penso em silêncio... “mas o quê seria, ali, ter um *gosto comestível?!*” Não sei. Só sei que esta foi a afirmação que encerrou a busca e nos colocou de volta a caminhar.

A expedição se destinava às espécies de famílias botânicas, dentre as quais, *Fabaceae*, *Lauraceae*, *Zingiberaceae* e alguns cipós. Muitas substâncias químicas com



Figura 13: Max (direita) e Patrãozinho (centro) olham uma árvore, enquanto Luiz (esquerda) se prepara para degustar uma pequena lasca da casca. Fonte: foto do autor.

potencial farmacológico se encontram em exemplares destes conjuntos. Todavia, ali, na mata, outras circunstâncias se apresentam, e a identificação destas plantas requer outro modo de engajamento que não o esquadrinhamento fitoquímico.

Com efeito, a zona de entre-saberes abre aqui, uma série de interrogantes. A planta é quem tem o gosto ou somos nós aqueles que temos a capacidade de o sentir? As papilas foram feitas para sentir do amargo ao doce, do mesmo modo como os olhos foram feitos para ver? Sentimos, todos, a evidente distinção do azedo ao adstringente, daquilo que parece comestível ou não? Teríamos, todos, portanto, uma mesma “objetividade” diante dos objetos que se apresentam a nós? Ou seria a prática científica, exercida no “lugar” (ESCOBAR, 2005b), o “espaço vivido e enraizado”, meras conjecturas “subjetivas”? Perguntas com efeito relevantes, mas que, de um lado, soam demasiadamente metafísicas e, de outro, trazem o risco do determinismo evolucionista. Entretanto, algo parece mudar se o “problema do conhecimento” é colocado de outra forma: o que envolve a atividade de degustar? O que a atividade de degustar diz acerca da biodiversidade amazônica em meio aos procedimentos metodológicos e aos, posteriormente nomeados, “dados científicos”?

Inicialmente, o que estas perguntas colocam em evidência é o agenciamento que constitui o ato de degustar uma árvore, no meio da região norte-amazônica, afim de determinar sua identidade singular. Se para cada família botânica correspondem fenóis, cada planta tem seu gosto. Sistemática, fitoquímica e paladar se entrecruzam e se misturam na produção daquilo que pode ser afirmado sobre a biodiversidade.



O desejo, força de expansão e aglomeração, reúne, progressivamente, os corpos entre si, por meio do *sensorium*, o conjunto dos sentidos, e opera a passagem entre os graus de intensidade da crença. Tal passagem, portanto, não é feita sem a conjuração dos sentidos: a visão para, suspeita estar diante de uma árvore de interesse para a botânica e a química; reúnem-se informações - na árvore não há frutos ou folhas, é estação de seca, mas tudo indica ser um indivíduo da família botânica *Fabaceae*. Passa-se, com isso, a outro grau de precisão, qual seja, a definição da espécie. O tacto opera, mas não resolve. Volta-se para o chão, buscando a correspondência, agora, entre uma imagem interna ao pensamento e os elementos fragmentados que a compõem. Nada se decide. O paladar, emerge, ao final, como meio de captura dos elementos entre si, de prolongamento do desejo até um máximo de “fé”: “não me parece aquela... não tem um gosto comestível”. Não se trata de dizer o que é “um gosto comestível”, mas de o circunscrever na prática, no ato de conhecer. Apontar aquilo que o constitui enquanto tal, ou seja, uma vontade cujo resultado é, simultaneamente, uma afirmação singular e um dado científico. É Tarde (2010 [1893]), portanto, quem antecipa a esquizoanálise (DELEUZE; GUATTARI, 1972). Em um primeiro nível, “a sociedade” nada mais é do que a coextensão do terreno da produção de desejo e crença. É que, de uma ponta a outra, são estas duas forças que criam alguma “socialidade”<sup>45</sup> (TARDE, 2005 [1890]).

Dos processos particulares da formação de substâncias na própria planta, que certamente obedecem uma escala distinta daquela que nós, humanos, expressamos por meio do que se apresenta comestível ou não, desenhamos toda uma disciplina científica, a bioquímica. É esta conjunção inicial, ou, em outros termos, esta “experiência da natureza”, localizada no agenciamento boca-gosto-casca, que vai impulsionar, já em outra escala, toda uma rede de práticas e agentes reunidos ao redor da conservação da biodiversidade por meio de seu potencial a descobrir de fármacos etc. desde a gestão do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), passando pela delimitação de áreas prioritárias, o registro de patentes, até os projetos na UFRR.

O desejo e a crença afixados no enunciado da salvação da biodiversidade amazônica são uma outra escala da atividade de degustar. O potencial fitoquímico da floresta não é

---

<sup>45</sup> Importante notar aqui, a intimidade com a qual as noções de socialidade em Tarde (2005 [1890]) e Strathern (1999a) podem ser trabalhadas. Ambos autores rechaçam - embora somente Strathern o diga explicitamente - a positividade moral que o conceito de sociabilidade carrega. Não se trata de uma “experiência de empatia” (p. 13), como diz a antropóloga. Seria, como afirma o sociólogo, “uma imitatividade” (p. 77 e s.), ou, nos termos, ainda, daquela autora, “uma replicação”, ou seja, - sintetizando-os - o aparecimento repetitivo, não coincidente, de processos ou relações formais, em degraus diversos, em domínios distintos. Daí, aliás, em ambos, a função das analogias.

senão um desdobramento do paladar das cascas e troncos. Não estariam aí, aliás, pistas para propor um outro modo, um segundo nível, de se pensar a sociedade?

Terceiro dia. Seguimos, algumas centenas de metros à frente, até uma curva onde havia uma série de pedras afloradas para sentar e descansar um pouco. Batiam 15h e estamos, novamente, na LO2, agora no ponto, 3.500. “Eu queria levar o professor para ver aquele cipó lá na LO4, sabe?”, pergunta Patrãozinho. [...] Aquele lá no 2.500 acho... não lembro bem. Lembra? Um que é endêmico daqui, que tem poucos por aí”. “Ah, aquele lá naquela curva, depois daquela subida?”, responde Max. Eles se entreolham e hesitam um pouco para achar algum ponto em comum. “Aquele raro, que *tem um gosto que nem sei?* Eu acho que sei qual tu tá falando. É, lá tá longe agora”. Com essa frase dão-se por findas as atividades do dia. Retornamos à sede a fim de recarregar a bateria do corpo. Claro, a volta, mesmo mais rápida, não diminui os mais de sete quilômetros à frente. Na manhã seguinte, seguiríamos para o último dia de “brincadeiras” na floresta.

O “gosto que nem sei” sintetiza a série de elementos e operações pragmáticas da zona de entre-saberes. Depois de três dias “brincando” na floresta, percorrendo trilhas, quilômetros atrás de quilômetros, Luiz e eu, *outsiders*, certamente não conseguiríamos chegar a LO4 2.500 para, ali, procurar o tal cipó. Mais uma vez as sensações se conjugam com as forças quantitativas do desejo e da crença, produzindo, respectivamente, uma avaliação e uma sentença: o cipó parece estar *lá*, parecer ser aquele *lá*, mas *lá* já ultrapassa as possibilidades da expedição. É que a relação espaço-temporal da grade RAPELD é resignificada: a distância é medida em termos de um “agora”, ou seja, ela é, ao mesmo tempo, um espaço extensivo, uma metragem a ser percorrida, e um espaço intensivo, o esforço despendido até ali, aquele presente. A sociologia se aproxima de uma “metafísica do sentir”: “a antecipação de uma conformidade do futuro em relação ao presente, o ajuste do presente sobre o passado imediato e, mais geralmente, o sentido da continuidade dos acontecimentos”. (DEBAISE, 2015, p. 77 - tradução livre).

### **3.1.2 A biomassa da floresta na palma da mão: corpos em posseção recíproca**

Segundo estudo. Entre os dias 09 e 24 de abril acompanho a equipe da Dra. Carolina. Na chegada, tenho o dia para me reacomodar no Parque, pois visitei a Vila Petrolina nos dias anteriores.

Conheço o Caçula. Auxiliar de campo, junto com Max, ele trabalha na grade RAPELD do PNV, há mais de 10 anos, acompanhando diversos pesquisadores do PPBio/CENBAM - e outros ainda - em diversos tipos de estudos, “com aranhas, sapos, plantas,

orquídeas”, comenta ele. Ele foi “criado na beira do rio [Rio Branco]<sup>46</sup>”. Com efeito, impossível não notar certas diferenças entre estes dois auxiliares e os demais com quem já interagi no Parque e arredores, tais quais Gui, Miúdo e Mar. O tempo é fator fundamental para a *expertise*: eles manipulam instrumentos técnicos, conhecem não só os “objetos” com os quais trabalham, mas sabem porque fazem o que fazem, qual a relevância de seu trabalho e do próprio estudo ao qual se inserem. Isso sem contar questões políticas de ordem mais ampla, tais quais “o que o Parque pode fazer pela biodiversidade?” ou “por que o interesse científico em conservar a biodiversidade?”. Tais perguntas, aliás, não são minhas, são deles para mim.

Com efeito, são eles, Caçula e Max, que me explicam, um complementando a fala do outro, em primeira mão, a pesquisa que acompanho:

A gente vai fazer a remedição das árvores da Dra. Carolina. A gente faz o monitoramento de tanto em tanto... é a cada 3 meses não é não Caçula?... em algumas parcelas; e, uma vez por ano, a gente faz a remedição completa, em todas as parcelas. Aí meu amigo é mais de mês dentro da mata óh. A gente registra o estado da árvore para ver quanto ela cresceu, como ela está reagindo ao clima, essas coisas (...) Como foram selecionadas? Ahhh, isso faz muito tempo óh, foi a gente quem fez as marcações tudinho. A gente faz assim óh: das mais pequenas para as mais grandes. Caminha na parcela e vai marcando todas as árvores, com uma plaquinha com um número, depois a gente pinta elas com um risco azul na altura que foi tirado o primeiro DAP. Primeiro as árvores a 10 metros de distância; depois 20; depois 30.

Nos preparamos para o primeiro dia, 10 de abril de 2015. São 7h da manhã. “Hoje vamos numa parcela aqui pertinho”, diz Max. Eis o motivo que nos permitiu acordar mais tarde. Café da manhã? Quando muito um pão, bolachas e café preto. Enquanto como, tenho que preparar meu almoço: “Jesus, a gente leva o almoço pronto, viu? Comemos por lá mesmo”, ele alerta. Pegamos os materiais: fita métrica, facão, escada, binóculos, planilha, prancheta, lápis, paquímetro digital. Acrescento eu: repelente, talco<sup>47</sup> e máquina fotográfica. São necessários três auxiliares para esta “remedição”. Hoje, Max e Caçula vão ensinar ao Ângelo, iniciante como eu, como realizar a tarefa. A Dra. Carolina, responsável pelo estudo, se juntará a nós dentro de alguns dias. “Espero que não seja mais um dia de brincadeiras”, penso para mim.

No que a pesquisa consiste, de modo geral?

---

<sup>46</sup> O Rio Branco está para Roraima assim como o Solimões está para o Amazonas. Não só suas características biológicas são semelhantes, bem como ambos se encontram com o Rio Negro em um dado ponto do território. O Rio Branco, que desce do nordeste ao sudeste do Estado de Roraima, é percorrido por inúmeras vilas ribeirinhas. Em certos pontos, mais remotos, ou seja, ao sul de RR, o acesso se faz unicamente em períodos de cheia, quando a navegação é mais fácil.

<sup>47</sup> Alguns talcos anti-sépticos contêm certa quantidade de enxofre que repele carrapatos.

Trata-se de um projeto de longa data. Parceria entre o PPBio/CENBAM e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). O tema se insere dentro do guarda-chuva das mudanças climáticas e da conservação da biodiversidade. O objetivo é “gerar uma estimativa”, Dra. Carolina me explicará dias a frente, “da biomassa produzida e consumida pela floresta amazônica (...) por isso, tiramos essas medidas do crescimento das árvores”. A grande questão de interesse é a potencialidade da floresta na fabricação de, e conversão entre, energia e matéria orgânica. As árvores amostradas são selecionadas por meio de um cálculo matemático. O cálculo obedece, obviamente, a padronização espacial criada pela grade RAPELD: em cada parcela, como Max já me havia explicado, se selecionam todas as árvores com um mínimo de 5cm de DAP (Diâmetro à Altura do Peito), em três anéis de 10, 20 e 30 metros de raio, partindo da parcela. Algumas medidas de cada árvore, ou, como se chama na botânica de campo, de cada “indivíduo”, são tomadas: o DAP, o crescimento, o índice de luz e algo como o “bom estado geral” da árvore. Em média, são, aproximadamente, 170 árvores por parcela. É que, em algumas, há 135; em outras, 270.

Como tudo isto é conduzido, exatamente? Trabalha-se, como narro a seguir, uma parcela por dia.

Hoje é 12 de abril de 2015. Mochilas nas costas, saímos. Seguimos pelas trilhas L01 e N02. Em um dado momento tomamos um corta-caminho, o que significa dizer que nos embrenhamos por fora das trilhas, para chegar a L02.

Max vai na frente, seguido por Ângelo, eu e o Caçula. Esta distribuição não é nada ao acaso: é que Max e Caçula conhecem a área e, portanto, se dividem, por primeiro e último, para guiar o caminho e cuidar possíveis perigos. Nunca se sabe com quem ou o quê podemos nos deparar mata adentro. Existem cheiros que denunciam a presença de onças e/ou bandos de porcão; ruídos e movimentos que indicam grupos de macaco-aranha nas copas das árvores ou cobras pelo chão; enfim, pegadas que apontam a passagem de bichos; plantas espinhentas, buracos e troncos caídos. “A mata muda sempre”, completa Max. Com efeito, a mata é uma presença viva e, justamente por isso, perigosa. Aos poucos, vai ficando claro para mim que o saber do lugar (TADDEI, 2015) é inscrição, tanto da *produção dos dados* sobre biodiversidade, como da *própria vida dos corpos* ali presentes. O enunciado “não se faz pesquisa na Amazônia sem os locais” adquire, assim, este duplo viés, de calibragem metodológica e garantia de sobrevivência.

Foi assim que, valendo-me de um largo desvio no relato das tarefas de medição, narro o momento no qual topamos com um bando de macacos-aranha (*Ateles paniscus*). A pesquisa que acompanhava, agora, era um inventário de borboletas (ver seção 4.1.2). Um

som gera o alerta: na dianteira, Max se deu conta da presença do bando ao escutar ruídos de folhas e galhos cujo barulho não é o simples balançar das copas com o vento. Adentramos, Max, Maicon e eu, em parte do território de um bando destes mamíferos ao atalharmos no interior da grade RAPELD, por fora das trilhas. “Para aí”, ele olha para cima e para a frente, “acho que tem um grupo de macacos-aranha nos cuidando. Se escondam aí”. Com efeito, alguns segundos depois, uma parte do bando é vista se afastando, enquanto que alguns indivíduos se colocam na linha reta de nossos corpos, acima de nossas cabeças. Este primata é bastante territorialista. Um macho adulto atinge até 1,5m. Pelagem negra e cara vermelha, seu nome provém do modo como ele se locomove, lembrando uma aranha esticando seus cinco membros (patas e rabo) em direções opostas, como uma estrela. Ao se sentir ameaçado, grita de modo estridente, se pendura com as mãos e, com um forte pisão, quebra os galhos imediatamente abaixo de seu corpo na tentativa de acertar os invasores terra abaixo. Parados estamos por alguns minutos. Eles nos espreitando, nós espreitando eles. Max diz para não nos mexermos muito, “eles são rápidos”. De repente, passo acelerado, ele sai imitando o grito estridente do aranha, pululando sutilmente e, indo na direção do animal, falseia uma ida-e-volta, um sobressalto à frente e para trás, quando, em resposta, um grande pedaço de galho cai menos de 10 metros a sua frente. Ele nos faz um sinal e seguimos adiante, nós três, imitando os gritos do animal até que eles se dispersam: só se reage a quem primeiro age. A distância entre eles e Max era segura, o galho nunca podendo atingi-lo. Mas, unicamente porque ele percebera os ruídos de antemão e, certamente, aprendeu a lidar com aqueles primatas.

De volta à medição das árvores, após percorrermos trilhas e atalhos, chegamos na parcela do dia, a L02-500. Max me explica a tarefa: “nós nos dividimos por função. Jesus, tu anota; o Caçula tira o DAP e o Ângelo o crescimento (...) Ah, eu olho a luz e as observações gerais, assim, o estado da árvore... se tá saudável, se morreu, se tem cupim, se tá inclinada etc. E isso tudinho tu anota aí, no final”. Max e Caçula ensinam ao Ângelo como operar com o paquímetro (imagem abaixo). Max me ensina como fazer as anotações. A planilha possui uma série de colunas. Da esquerda para a direita, se lê: número da árvore, duas medidas anteriores de DAP, coordenada Y - referente a posição georreferenciada de cada árvore -, coordenada X - referente a localização de cada uma ao longo dos 250 metros da parcela -, espaço para o novo DAP, espaço para a medida do paquímetro, outro para a luz e outro ainda para as observações gerais.

Existe um sistema. Partimos do ponto zero ao 250 da parcela, retornando daí ao ponto zero. “Fazemos primeiro essas árvores daqui”, explica Max, “e depois voltamos fazendo o outro lado”, complementa. Eles começam indo pela esquerda e regressando pela direita da linha que marca a direção - a curva de nível - da parcela. “Vamos na frente te cantando os números e tu anota aí”, Caçula diz. À medida que cada um opera suas tarefas, todo um jogo de correspondências entre números, palavras e a floresta vai surgindo e, com ele, uma outra história da biodiversidade amazônica se produz. No entanto, antes de atentar mais propriamente para esse processo de “tradução” (LATOURET, 2005), chamo a atenção às habilidades que emergem desta zona emaranhada do entre-saberes.



Figura 14: Max (direita) e Caçula (centro) tirando medidas da árvore. Ângelo (esquerda) observando. Fonte: Foto do autor.



Figura 15: Caçula (ao fundo) ensinando Ângelo (à frente) a manipular o paquímetro. Fonte: Foto do autor.



Figura 16: Medida do DAP. Fonte: Foto do autor.

Já é 14 de abril. Estamos na quarta parcela a ser levantada durante esta expedição, a LO1 2.500. Cada um se divide com uma tarefa. “Nós vamos pegar, o Caçula e eu, para fazer mais rápido, e tu anota”, disse Max. Ângelo, dessa vez, está encarregado de carregar a escada, as mochilas e as marmitas. É que nos dias anteriores, o quê deveria ter sido “saídas mais rápidas”, posto que em parcelas mais próximas da sede do Parque, demorou demais. Manusear o paquímetro não é tão evidente assim; anotar números em uma planilha, tampouco!

Os materiais são organizados e distribuídos. Fita métrica e giz azul para o Caçula; paquímetro e facão para o Max, prancheta, planilha, lápis e borracha para mim. Ângelo fica sentado. A escada não é necessária a todo instante, “somente naquelas que o DAP é lá em cima”, Caçula assevera. Enquanto esta distribuição ocorre, corto, meio que gratuitamente, um galho seco de um arbusto. “Ôh Jesus, deixa eu te falar uma coisa... na parcela não pode cortar nada não; a gente não pode mexer em nada que tá aqui”, me alerta Max. “Desculpa”, peço.

Damos início às atividades, percorrendo o lado direito da parcela. Caçula olha o número que identifica a árvore: “Jesus... 78”, grita... na verdade, ele me “canta”, só os dois últimos números da marcação. “Jesus, 78... é... 12”. Este 12 corresponde ao DAP, ou seja, são 12cm de DAP. Nisso, a voz de Max já vem de imediato, como que três segundos depois, cortando o ar: “Jesus... a mesma, 2.78”. Explico: “a mesma” se refere a mesma árvore que o Caçula acaba de tirar o DAP; 2.78 é a medida do paquímetro. “Luz... 2”; “bom”, Max complementa.

O sistema vai ganhando ritmo acelerado. “Jesus, 79... 20.5. Confere?”, Caçula pergunta. “Confere?”, penso... “mas não é ele quem está com a fita métrica tirando as medidas?”. “Aqui tava 20.5cm na medida anterior”, respondo. “Tá”, ele diz. Imediatamente depois, Caçula já está na árvore seguinte: “80... 22”; Max: “79... zero” e, logo seguida, “a mesma... zero”. Alguns minutos nesse “movimento retilíneo uniformemente acelerado”, andando, ouvindo e anotando, e penso comigo, “eles têm razão, pesquisador é tudo louco... criam-se linguagens muito intrigantes... e eu sou mesmo mais louco ainda fazendo essa pesquisa... não só tentando entender porque ribeirinhos se meteriam no meio da floresta para medir árvores, como executando as tarefas com eles: anotando esses números neste ritmo; tentando pensar como eles criaram este hábito; de onde tiram essas medidas da luz; que habilidades lhes são acionadas; de onde vem a ideia de que eu, na planilha, tenho que conferir a medida que eles tiram ali, direto na árvore!”. Prefiro nem tentar converter em texto, o momento em que cada um deles está em uma árvore diferente, “cantando” medidas diferentes, sem nem obedecer, ao menos, sua sequência numérica!



Passam-se algumas horas. O ritmo já está mais lento e meu olhar distante, cristalizado, denuncia: “o Jesus tá quieto... deve tá pensando onde ele foi amarrar o bode dele aqui nessa mata com nós”, Max comenta. “Não, não... ao menos agora não... estou pensando como ligar vocês ao PPBio, o que vocês fazem e pensam em relação à ciência que o PPBio faz. Porque, olha só (...)”. Em meio às medidas sendo produzidas, lhes exponho minha inquietação acerca do fato de que eles estão lá, gerando dados científicos para uma pesquisa e que esta obedece a certos critérios, ou melhor, que

[eu] as coisas que vocês têm que fazer devem ser feitas porque há um modelo de pesquisa - o método - e que há coisas que vocês não podem fazer porque elas enfraqueceriam o mesmo dado que vocês estão produzindo, como caminhar na zona sensível da parcela, jogar sementes, cortar galhos etc. Tão acompanhando? (...) E isso tudo por que? Tem um porquê aí, que é um problema ou uma questão que os pesquisadores querem saber - no caso o desenvolvimento das árvores - e esta pergunta pressupõe uma sequência de tarefas, uma escala, habilidades particulares e uma ideia de quais ações são permitidas e quais não; quais produzem informações sobre esse crescimento e quais são interdidas, que interferem negativamente na escala dos dados. Eu, como sociólogo, desejo algo um tanto diferente. Não estou preocupado em o que é permitido ou não, “bom” ou “ruim” para meus dados, mas sim, em entender como estas ideias e práticas têm um sentido aqui no meio da mata, quais conhecimentos elas requerem. O ser humano está o tempo todo presente na mata, sempre esteve, então qual é o dado que não carrega essa presença? Ou tu achas, por exemplo, que essa escada aí que a gente tem que carregar não quebrou alguns galhos no caminho? Vocês têm que aprender a levar a escada assim como manipular um paquímetro e anotar dados, não?

Max - Tá, mas eu quero te dizer assim. Eu trago muita gente pra cá, pra as parcelas da grade e que pesquisam coisas bastante diferentes. Muita gente me diz isso “tu não deixa cortar nada. “Por que não pode cortar as árvores?”, eles me perguntam. A questão é que eu vim aqui e tive um trabalho pra marcar tudo isso, tenho um envolvimento com as árvores desde esse momento, e aí vem alguém aqui e corta? Eu cuido dessa área. Depois vem a Carol e vê uma árvore marcada cortada, e me pergunta o que houve. Em quem tu achas que vai cair a coisa? Eu sou o responsável, entende?

Eu - Agora tu me deu um ponto importante. Então, para a Carol a árvore cortada atrapalha porque acaba “impedindo” ela de afirmar o que ela se propôs. Já para ti não. O que te importa é que teu compromisso com o lugar, diante da pesquisa, é desconsiderado. Isso? Porque a partir disso eu diria que as tarefas que vocês executam dão à mata valores muito diferentes.

Caçula - Jesus, minha família é de ribeirinho e nós temos mesmo uma outra relação com a mata. Vai na cidade e vê o que faz um ribeirinho com o quintal de casa e o que faz quem foi criado na cidade. Esta pessoa tem um jardim com umas plantinhas lá; nós temos bananeira, manga, caju, algumas plantas medicinais... porque isso está incorporado na tradição do ribeirinho. Ele sai da mata, mas a mata não sai dele não.

Eu - Pois é, são hábitos, pensamentos, práticas muito diferentes.

Caçula - Claro, criar uma reserva não vai resolver isso; conservar a biodiversidade não vai resolver nossos problemas. Para os ribeirinhos, foi Deus quem deu a mata pra eles. Como assim não pode mais caçar, tirar etc.? Claro, tem que ter certos cuidados... muitos terminam com tudo mesmo, branco, ribeirinho, indígena... mas é outro jeito de pensar a coisa toda; eles estão todos aí. (Trechos do caderno de campo entre 14 e 15 de abril de 2015).

“Eles estão todos aí” explicita a “copresença problemática de práticas” (STENGERS, 2003, p. 355 - tradução livre). Fazer a mata no jardim é, também, fazer da mata um jardim; levantar dados na floresta é, também, fazer da floresta biodiversidade; não cortar

árvores na parcela é, a sua vez, fazer das árvores dados e entidades em si próprias. Todos, a seu próprio modo, indicam encontros, existências que se misturam e se atualizam. Possibilidades do devir. Do ribeirinho com as cidades, do biólogo com a floresta, do auxiliar com a conservação, vice-versa etc. Todos indicam, a seu próprio modo, uma ética do cuidado.

No entanto, há algo a mais aí. Esse “jeito de pensar a coisa toda” não é simples força de expressão, senão também, de captura, apropriação. É que cada perspectiva busca tomar para si “a coisa toda”, é dizer, aprender a compor, com os elementos heterogêneos à sua disposição, um outro modo de estar no mundo, de estar na mata. Não é este emprego uma tomada de possessão? Quais habilidades são, com isso, requeridas? Sigo o relato e retomo estas questões, logo adiante, com mais pistas.

Dia 17 de abril, mais um dia na rotina da pesquisa. Desta vez, porém, estamos no limite norte do Parque, nas margens do Rio Branco. Ali foram instaladas duas parcelas controle, fora da grade RAPELD. Muito próximas ao rio, completamente inundáveis no período das chuvas, como, inclusive ficam certas parcelas da grade, elas fornecem dados comparativos às medidas produzidas no interior da grade.

Hoje é o terceiro e último dia em que a Dra. Carolina nos acompanha. Mesmo sistema. Entretanto, eu, sem mais uma função exclusiva, me revezo entre as tarefas. Por vezes, com Caçula, tiro as medidas com a fita métrica; ao lado de Max, tento manusear o paquímetro; com a Dra. Carolina, aprendo a visualizar a planilha.

Percebo que, em cada um destes momentos se fazem operar maneiras distintas de se orientar e se localizar na parcela. Tirar as medidas, seja do DAP ou do crescimento, impõe seguir a marcação e a numeração das árvores; preencher a tabela exige acompanhar a distância percorrida por meio da coordenada (geográfica) X na coluna da direita, que marca o ponto específico, em metros, onde cada árvore se encontra no percorrer da parcela; etnografar as relações entre os corpos em interação me dispara alternar atuações e aprender com instrumentos, troncos e sensações em movimento.

Chegamos numa pequena clareira, no final da primeira parte da parcela, aberta pela queda de uma Itaúba (família *Lauraceae*). Estou auxiliando Caçula. “É... doutora... a 56 deu 30.9”. “30.9? Mede de novo, por favor, Caçula”. “Sim... quanto é que tem aí?”, ele contesta. “30...”, ela confirma. “Max, quanto tinha dado aí?”, ela pergunta. “Aquela ali? [ele se desloca e mede de novo] Deu zero”, ele responde. Caçula olha para a árvore de cima a baixo, a rodeia passando as mãos no tronco, seleciona a altura um pouco acima de onde ele havia produzido a primeira medida e envolve a árvore com a fita: “A doutora tem razão. 30”.



Figura 17: Caçula (ao fundo), Dra. Carolina (esquerda) e Max (embaixo à direita) executando o método RAPELD. Fonte: Foto do autor.

A primeira medida não “confere” com a planilha, onde constam as duas medidas anteriores. “A planilha não serve só para anotar os dados atuais”, explica-me a Dra. Carolina. “É que assim óh: tu não tem como saber se a pessoa não anotou errado, se o Caçula não leu a fita errado ou se ele não tirou o DAP no ponto errado”, complementa Max. “Vocês estão bem entendidos einh? (...) Por isso a gente usa o paquímetro. Ele é mais preciso. Ajuda no controle dos dados da fita métrica”, acrescenta, agora, a Doutora.

“Conferir os dados”, agora, ganha novas proporções. A presença dos instrumentos técnicos em meio à floresta demanda uma *expertise* específica: balizar, entre sucessivos atos de medição, as possibilidades de crescimento das plantas. A planilha opera como um dispositivo de controle da precisão, e de verificação dos possíveis “erros subjetivos” que poderiam expressar “um crescimento irreal da árvore”. Quanto aos outros aparelhos: “se o paquímetro não acompanha a evolução do DAP é preciso refletir um pouco. É que o paquímetro, ele tenta alertar ou diminuir os erros da fita métrica. Ele é mais preciso. Por isso, nessas ocasiões, o Caçula repete a medição”, conclui a Dra. Carolina.

Eu, aproveitando o momento, arrisco uma provação. Era uma árvore relativamente grande para ter conseguido se manter ali, após a queda de sua vizinha maior (a Itaúba), mas relativamente pequena para sustentar as novas condições que se apresentam com a clareira. Refaço o procedimento de medida do DAP: “deu 31.2 para mim”. “Acontece, Jesus, que tu tens que saber olhar pra árvore”, Caçula comenta. Ele prossegue, chamando a

atenção à torção operada por aquilo que, desde o primeiro capítulo, venho chamando de *atravessamento sensitivo*:

Por isso é que a gente cuida esses encontros da medição... da fita, do paquímetro e da planilha. Tem que olhar bem o tronco, tocar... os detalhes; se, de repente, ele não tem um nó bem onde tu colocou a fita, entendeu?; se o tronco é rugoso, liso, se a casca sai fácil; pressionar para ver se ela afunda com a pressão da fita. Tem que ver se ele não afina muito em um ponto, se não é... tá torto assim, sabe... Tem que cuidar tudo isso. Aí, às vezes, a gente limpa a casca, muda o lugar do DAP. Se o cara sabe qual árvore é, melhor ainda.

A possibilidade, desde a perspectiva de uma “métrica do controle” dos “erros subjetivos”, os quais implicariam um “crescimento irreal da árvore”, são, portanto, corrigidas por um agenciamento entre técnicas racionais e instrumentos métricos, digitais e analógicos, mas fortemente entrelaçados junto às habilidades tácteis e visuais, compondo a zona de entre-saberes com práticas que se apresentam mais sutis do que a então força matemática da discursividade científica.

Não se trata simplesmente do método, cuja descodificação do que eu, aqui, chamo de entre-saberes, já havia sido alertada por Serres (2014 [1985]). Trata-se da construção de habilidades no seio do emprego da possessão em meio à uma condição singular: a mistura dos corpos diante da abertura de uma “clareira” na mata por um indivíduo de Itaúba.

O alerta disparado pela comparação das medidas cumpre uma função para além da vigilância com os *data*. Ele traz à superfície a pertinência da relação sensorial que se fabrica naquela mata, naquela árvore em situação de pouca água e muito sol. Caçula, a Dra. Carolina e os demais, como a narrativa faz parecer, não são, *a priori*, sujeitos que conhecem. São parte de uma gestualidade, de um movimento, agora, tateante.

Estar ali em corpo. A mão, deslizando ao redor do tronco, identifica detalhes - ranhuras, saliências, nós e “imperfeições” - que não são tão-somente projetados como qualidades daquela árvore em específico, mas sim sensações que se comunicam com os detalhes - ranhuras, saliências etc. - da própria pele. A experiência táctil permite, mas também se confunde com a precisão métrica. Olhar com mais atenção para esses mesmos detalhes não coloca em análise a objetivação da coisa, seu controle técnico, mas sim sua apreensão, ou melhor, a apreensão mútua entre clareira, árvore, textura e mãos. Habilidades adquiridas ao longo da relação “ribeirinha” com a mata, atualizada junto à prática de pesquisa. A fita métrica é, então, realocada e gera, com isso, “a medida certa”. “O puro tocar abre à informação, correlato doce daquilo que chamávamos, antigamente, de intelecto” (SERRES, 2014 [1985], p. 102 - tradução livre). A sensação é o corpo-que-sente, a matéria é energia; e vice-versa.

Daí que aquele “outro jeito de pensar a coisa toda”, entendida sob a lente da prática dos corpos misturados em possessão (recíproca), não é senão uma expressão destas habilidades adquiridas ao “estar na mata” ao longo do tempo. Tal proposição, de um lado, não diz da totalidade “árvore”. Menos ainda da totalidade quantificada que a biologia da conservação reúne, depois, sobre o nome “biodiversidade”. Tal experiência diz da parcialidade da conexão táctil-métrica, da possessão entendida como uma habilidade de *dispor de parte de*. Mas, de quais parcialidades se dispõe?

Aquilo do que se dispõe é, na verdade, uma multiplicidade envelopada no ato de tatear. Eis o acontecimento: abriu-se uma clareira. Estamos em período de seca; sem água, troncos e galhos murcham; sem água e com muito calor troncos e cascas se enfraquecem; algumas árvores não resistem, caem; o excesso do sol pode mudar a cor e a consistência da madeira. Itaúbas ocorrem mais em zonas de transição campina-floresta densa, porém, por outro lado, caem com certa frequência. Entretanto, esta multiplicidade, tomada na experiência sentipensante, diz, também, de uma totalidade. Mas, qual totalidade?

A mesma conexão táctil-métrica é o que define aquela árvore-como-ambiente: a singularidade de um “indivíduo” que, nestas circunstâncias de medição, não cresceu. É precisamente este refinamento, como mencionei no início deste capítulo, que surpreende: os dados que tornam dizível e objetiva a produção de biomassa da floresta amazônica são, antes, a singularidade compósita de um atravessamento sensitivo.

O terreno do desejo e da crença, quando imiscuído à sensação de modo explícito parece indicar um segundo nível da sua coextensão com a “sociedade”: aquele onde se descrevem os modos de sua produção. É certo que, com Tarde, a sociologia corre o risco de chamar este modo de possessão de unilateral. Segundo o autor, há modos de possessão: “temos que distinguir se ela é unilateral ou recíproca, em segundo lugar se ela se estabelece entre um elemento e outro, ou entre um e diversos elementos individualmente considerados, ou entre um elemento e um grupo indistinto de outros elementos” (TARDE, 2010 [1893], p. 57 - tradução livre).

O exemplo que Tarde oferece ao pensamento é bastante simples. Uma pessoa está em possessão recíproca junto a uma outra ou a um conjunto de seus semelhantes, estabelecendo com elas comunicação verbal (relação social por excelência). Uma pessoa está em possessão unilateral com outra sob a qual a primeira se apropria integralmente da segunda, como no caso do mestre e do escravo (dizemos, com certa redução analítica, uma relação de dominação). A sua vez, - e esse modo me interessa aqui discutir - se está em possessão unilateral “quando eu olho, quando eu escuto, quando eu estudo a natureza ambiente, os rochedos, as águas, as próprias plantas”, porquanto

cada um dos objetos de meu pensamento é um mundo hermeticamente fechado de elementos que, sem dúvida, se conhecem ou se apreendem entre si intimamente, como os membros de um grupo social, mas que não se deixam envolver por mim senão em bloco e de fora (TARDE, 2010 [1893], p. 57 - tradução livre)

Eis que - não posso me furtar ao breve comentário - a própria ontologia do social é alargada. É por esta razão que, para Tarde, é possível seguir as linhas comuns entre biologia, física, química e sociologia. Sua analogia maior - a de que os elementos sociais se mantêm coesos entre si tanto quanto e do mesmo modo como os organismos, os átomos etc., o fazem entre eles - é funcional, mas permite a ele um passo analítico fundamental, pois, “em assim sendo, a ação possessiva de mônada à mônada, de elemento à elemento, seria o único aporte verdadeiramente fecundo”<sup>48</sup> (TARDE, 2010 [1893], p. 58 - tradução livre).

Não pretendo, no entanto, à uma tipologia dos modos de possessão. Pretendo, justamente, seguir as pistas deixadas por Tarde ao conectar diferentes modos de existência entre si, cuja mútua atualização não seria possível, me parece, sem reciprocidade. Para escapar à esta tipologia, que me obrigaria a definir os sujeitos - o ribeirinho, a árvore, o pesquisador -, os instrumentos - a fita métrica, o olho, as mãos, a planilha -, excluir as circunstâncias - seca, clareira - e a qualificar as ações em racionais e sensoriais - olhar, passar a mão, vigiar, calcular - três gestos me são requisitados: (i) conferir às sensações uma posição distinta àquela que Tarde oferece em sua sociologia; (ii) não fazer do corpo um invólucro individual, traços de sua herança monadológica leibniziana; e, por fim, (iii) inserir a categoria de multiplicidade como ferramenta analítica.

As sensações não seriam forças secundárias que, ao se misturarem ao desejo e a crença, impediriam a determinação destes. É preciso inverter a proposição de Tarde. Defendo que as sensações são os planos, os estratos, as *escalas qualitativas* onde os potenciais de vontade e fé se depositam e se manifestam. Modos de engajamento, portanto, são, como já afirmei, as inúmeras operações de agenciamento entre tais forças as quais, uma vez reunidas, põe em funcionamento um novo modo de relação com o lugar, toda uma outra maneira de “estar na mata”, de expandir o conceito de “sociedade”, a partir de Tarde, a um segundo nível. É preciso, daí, conceder às sensações o poder de constituir corpos em possessão recíproca.

---

<sup>48</sup> Sem me alongar em demasia, Tarde abre as mônadas leibnizianas, seres-mundo hermeticamente fechados que se auto-constituíram pela diferença relacional de suas identidades. Tarde as coloca em interação ou relação direta, numa espécie de “disputa adaptativa” que abre a abstração para pensar coexistências, entre-capturas, coevoluções.

Levar sua sociologia mais adiante é se isentar de devolver, analiticamente, à Caçula o estatuto de sujeito, à árvore, à seca, à água, à clareira etc. o estatuto de objetos ou fenômenos individualmente considerados. É preciso, agora, conceder ao agenciamento dos corpos misturados o poder de criar sensações singulares. Os nomes não estão mais vinculados às pessoas e às coisas, eles designam “regiões de intensidades” (DELEUZE; GUATTARI, 1972). “Caçula”, “Max”, “comestível”, “seca”, “clareira”, “árvore”, “pele” são, todos à sua maneira, sistemas de captura, práticas de corpos misturados.

É assim que, das mônadas passo às multiplicidades. Multiplicidades são conjuntos de elementos heterogêneos - troncos, casca, pele, fita métrica, planilhas - que, em sua diferença, são mutuamente apreendidos sem obrigatoriamente formar uma unidade, qual seja, a biomassa da floresta amazônica. Ao contrário, elas impõem outro modo de engajamento que conduz as expedições mata adentro à uma nova relação entre experiência e abstração:

Cascas, membranas, muralhas porosas, pele, coroas, nuances, auréolas; no espaço, no tempo; os campos de força, as fases, causas, pretextos, condições... arredores, desvios, flutuações, vizinhanças da definição estrita: lugares onde passam as mensagens sensíveis, circunstâncias (...) Todo o esforço do pensamento do passado consistiu em negociar a multiplicidade do ponto de vista da unidade ou da lei (...) a biologia avança negociando as multiplicidades. A nuvem circunstancial, fora da vida, em Lamarck, entra nela de qualquer maneira, em Darwin e seus sucessores: a mistura assombra a genética e seu material (SERRES, 2014 [1985], p. 375, 392-393 - tradução livre).

Estes três gestos que ensaio aqui cumprem uma função simultaneamente analítica e política, visto que restituem às atividades do sentir um lugar fundamental no modo de produção das abstrações científicas. Considerar os detalhes, aquilo que Serres (2014 [1985]) nomeia *circunstâncias* - o tocar um tronco, o apreender sua textura, sua susceptibilidade à pressão dos dedos e da fita métrica, sua reação à seca e à umidade - reorienta as possibilidades de existência daquilo que chamamos de biodiversidade. Neste caso, o abrir de uma “Clareira” é o evento que dispara as condições mais singulares às quais “Árvore” e “Caçula” reagem, interagem, entram em possessão recíproca diante daquele evento, cada qual em sua escala, por meio das cascas e peles.

Todo este atravessamento sensitivo permite outro modo de relação para com a biodiversidade que não a reconduza ao seu correlato imperativo de “crise de extinção”. O modo como constituímos sociedade, segundo Tarde (2010 [1893]; 1895), estaria diretamente vinculado às pulsões de desejo na direção de crenças particulares. O desejo nunca é geral, ele é situado dentro da mudança de perspectiva pretendida, da passagem de uma afirmação à outra, porquanto, o objeto do desejo não é senão uma crença. Daí que as

possibilidades de afirmação da extinção da biodiversidade constituem uma sociedade atravessada pelo medo da perda e seu correlato desejo de salvação. Quais novas maneiras de “estar no mundo” se tornariam possível se, agora, “fazer sociedade” fosse, também, os modos por meio dos quais se “faz corpo”? Qual a coextensão entre “sociedade” e “corpo”?

Voltamos levantando os dados do lado esquerdo da parcela. Estou, agora, com a planilha na mão. Max “canta” o crescimento, a luz e o “bom estado” da árvore de final 94: “O... luz 2, sem observações”. “Sem observações”, aprendi, significa que o estado da árvore é bom. À medida que os dias passam, aliás, uma “boa avaliação” da condição geral de cada “indivíduo” é substituído pelo silêncio. Se ele nada fala, é necessário pressupor que nada há de “mal” na árvore, ou seja, ela não está morrendo ou já morta, com cupins, machucada, inclinada etc.

No que toca à luz, o dado apresentado foi duvidoso. “2, Max?”, questiona a Dra. “O que a senhora acha?”, ele devolve a pergunta olhando para a copa da árvore sob questão. Há um breve momento de hesitação. Nada anoto. Palavras de indecisão são trocadas, “não sei”, “será?”, “pensando bem”. Palavras que acompanham gestos particulares, tais quais o deslocamentos em toda a volta da árvore; o franzir nas expressões faciais; mãos estendidas como se buscassem pingos de chuva; olhares para o alto. Logo em seguida, a decisão se mantém sem alterações. “Anoto 2, então?”, falo perguntando. Esse confronto, aliás, se manifesta com uma frequência maior do que as suspeitas referentes aos outros “erros subjetivos” do DAP.

Ao índice de incidência da luz corresponde um espectro de 1 a 5. Não há zero, afinal, sem luminosidade não existiriam espécies vegetais no planeta. “Como vocês estabelecem esse número aí?”, pergunto. Ambos, Max e a Dra. Carolina, constróem a resposta: “É que assim óh: a gente olha e vê quanto de luz bate ali onde estão as folhas e quanto está aqui no chão”; “é, tudo depende do ambiente”.

Passam-se mais alguns dias. É 20 de abril. Outra parcela. Eu, novamente, sou responsável pela planilha. No meio do levantamento, isto é, quando nos preparamos para voltar do final da parcela, do 250m ao ponto zero, retomo o assunto do outro dia, dizendo a Max que não entendi muito bem essa medida da luz: “é meio que... quanto tu consegues ver de luz entrando de cima, floresta adentro?” Ele me explicita, agora, com mais precisão: “isso. Aí tu olha assim, quanto tá chegando nas folha lá em cima; e aí a luz, ou o calor, ou claridade que tá chegando bem aí”, indica, com um gesto facial típico do norte do país - fazendo um bico com a boca e arregalando o olhar em uma única direção - a minha posição ao lado da árvore.



Reencontro o “olhômetro”. Este instrumento tão ajustável às diferentes práticas de medição que se apresentam necessárias nas expedições científicas mata adentro. Seria, no entanto, o mesmo instrumento? Capta-se, agora, a intensidade da luz que recai sobre a floresta, não exatamente uma distância outrora percorrida, ou seja, aquele transcendental engendrado pelo visto de um olhar que já estivera ali e que se fundiria ao imanente criado pela visita de um corpo que está ali (ver seção 1.5). Talvez se trate do inverso. Talvez se esteja diante de um “olhômetro” apreendido em termos tácteis; ou o tato tomado desde a visão; uma mistura ou uma metamorfose, como diria Serres (1999, p.29 - tradução minha): “tudo isto ocorre como se as pupilas dos olhos pudessem tatear e as plantas dos pés fossem capazes de ver”.

Ao mencionar que a medição da luz corresponde à intensidade de calor que o seu próprio corpo sente “bem aí”, ao lado da árvore, no chão, nos arredores, ou “no ambiente”, o que é acionado é a imanência de um corpo que permanece ali, junto a um olhar que está ali. Trata-se de habilidades constantemente reafirmadas pela experiência que se repete e, ao fim e ao cabo, afirma uma crença: “X de luz”. O espectro de 1 a 5 nada mais é do que o resultado sensível de um “senso de lugar”. A ecologia “baseada no reconhecimento da continuidade da mente, do corpo e do mundo” (ESCOBAR, 2005b, p. 124 - tradução livre) adquire sua expressividade concreta no atravessamento mata-calor-pele.

A incidência de luz não é, simplesmente, aquilo que é projetado e calculado pelos espaços de céu aberto que permitem a entrada de raios solares direto sobre as copas das árvores. Não é, tão-somente, a soma disso com a luminosidade percebida pela visão. É, junto a estas impressões, a própria sensação calorífica, táctil, mais uma vez, no interior da floresta. O gesto que distribui a mão no ar, enquanto o corpo se desloca um pouco para lá, um pouco para cá, é aquele que mede. A luz, aqui, “faz corpo”, é dizer, opera como passagem à qual tanto “Árvore” quanto “Max” reagem e, de modo bastante singular, interagem: “Jesus, faxes, vou te contar óh: por isso que tem vez que a luz é maior, mesmo se a mata é um pouco fechada; por que ela acumula calor, que também é luz, saca?”, conclui Max. Há mais de 10 anos trabalhando com pesquisa, ribeirinho a sua vida toda, Max possui a mata que o possui de volta. Com efeito, como ele mesmo já me havia dito, quando da vez que nos conhecemos, ele “conhece isso aqui com a palma da mão”.

### **3.1.3 Roxinhos, ruídos e histórias: sub-existência**

Início de abril. Seguindo a programação inicial, acompanho, agora, o projeto conduzido pela EMBRAPA e Universidade Federal de Roraima (UFRR), ao lado de outras instituições parceiras, de monitoramento de espécies de Roxinho, ou pau-roxo, (*Peltogyne*

*gracilipes*; *Peltogyne paniculata*; *Peltogyne paniculata ssp pubescens*) na Estação Ecológica de Maracá. Esta brevíssima saída de campo (um dia), me havia sido previamente informada pela responsável técnica de análise das Licenças da equipe gestora do ICMBio. Luciana me preveniu: “o Ricardinho deve entrar na grade para a coleta dos dados do projeto do Paulo Emílio. Não sabemos exatamente o dia, mas ele vai todo o mês”. A Autorização para Atividades com Finalidade Científica é fornecida por um período determinado, sendo que as expedições propriamente ditas podem acontecer a qualquer data dentro deste período.

Normalmente, a equipe gestora é avisada com antecedência da data de chegada e saída dos pesquisadores. Neste caso específico, contudo, “é o Ricardinho quem conduz a pesquisa”. Macuxi da Comunidade do Boqueirão, vizinha à Ilha, “ele simplesmente aparece”. “Como assim?”, pergunto. “A Autorização tem um período longo; depende de cada método. Mas é normal os pesquisadores terem que preparar toda a viagem com antecedência e daí ter que nos avisar. Eu não sei bem direitinho como funciona esse aí, mas todo o mês o Ricardinho vai na grade e verifica a situação das árvores; ele mora do lado, né. Aí ele anota tudinho numa tabela, nos dá e nós enviamos ao Paulo Emílio por correio... é que ele não mora mais aqui, se mudou para o nordeste... mas são eles que cuidam das datas, quando fecha o mês etc.”, conclui a gestora.

Dito de outro modo, é Ricardinho o pesquisador responsável *in loco*. Ele não só executa o estudo, é dizer, monitora o desenvolvimento das espécies de Roxinho na Ilha, como cumpre o rigor metodológico que exige a coleta dos dados a cada 30 dias. Mais ou menos.

Aparentemente, pelo que descubro ali, mais tarde, o registro do mês de março não havia sido possível (a EMBRAPA, obviamente, estava ciente). O motivo? Ninguém soube me dizer, nem o próprio Ricardinho. Segundo ele, “não deu pra vir”. Empecilhos de ordem “natural” seguramente não eram. Não só o período era de seca, como, ali, em Maracá, diferentemente do Viruá, estamos em *terra-firme*: em apertada síntese, se trata de um tipo de formação geo-fito-paisagística que praticamente nunca inunda, composta por espécies vegetais bastante robustas (dossel de 40 metros de altura e emergentes de até 50 metros), dentre as quais algumas estão praticamente sempre verdes e outras são semi ou decíduais. 84% da área da ESEC está inserida neste tipo de floresta (ICMBio, 2015). E tal condição permite, ou melhor, facilita a continuidade das expedições ao longo de todo ano. No Viruá, ao contrário, a inundação de boa parte da grade RAPELD se não dificulta, impede as investidas mata adentro. Mais de uma vez escutei, no Viruá, a frase “é que lá é terra-firme,

né”, como marca da facilidade da continuidade das pesquisas, do deslocamento e até mesmo das diferenças entre uma mata e outra.

Durante minha primeira passagem pela ESEC e seus arredores - como acontecera também no PNV - terminei por não conhecer nenhum dos auxiliares que participavam mais assiduamente nas expedições científicas. Conheci a todos mais tarde, em minha segunda passagem. Em Maracá, a esmagadora maioria dos auxiliares, senão todos, é composta de moradores da Comunidade do Boqueirão, na Terra Indígena (TI) Boqueirão. Jerry, Itamar, Ricardinho e, mais recentemente, Iran são os que mais participam dos estudos.

A proximidade dos limites da Ilha com os da TI estreitou, ao longo das décadas, as relações entre os agentes do ICMBio, os pesquisadores e os membros da Comunidade, Macuxis, em maior número. A “integração” com as pesquisas na grade RAPELD e em outros cantos da Ilha, ali, se restringe, portanto, à esta TI.<sup>49</sup> Isto porque seu território é passagem obrigatória para todos aqueles que utilizam a via terrestre para chegar à Estação. Afora isso, esta é a maior TI das proximidades, oferecendo aos pesquisadores maior contingente populacional e infraestrutura (não só auxiliares são ali procurados, mas um que outro alimento que tenha terminado, sinal de internet e, em certos casos, o microônibus que faz a linha Boqueirão-Boa Vista).

Entretanto, parece que uma das únicas figuras ainda atuantes é Ricardinho. Os demais, ou simplesmente não participam mais das expedições, ou já não moram ali. Este fato, inclusive, está modificando o cenário de interações e mediações entre as atividades científicas e o lugar: as sondagens por novos interessados em trabalhar com pesquisa vêm sendo entrecortadas com escolhas diretas feitas por Ricardinho. Tal prática não é, de fato, nova. Esta relação sempre foi tecida entre a Comunidade, o ICMBio e as Instituições de Pesquisa, sendo dentre estes, o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) - destacando-se aí o PPBio/CENBAM -, a EMBRAPA ou a UFRR. Acontece que, agora, é ele quem, em boa parte das ocasiões, fica responsável por selecionar e convidar outros moradores da Comunidade a se engajar nas pesquisas.

---

<sup>49</sup> Reforço que trato, aqui, exclusivamente do quesito “pesquisa científica na UC”. A política de “integração” do ICMBio, na ESEC, ultrapassa este elemento e reúne uma vasta gama de outras atividades e questões. A própria UC, em seu Plano de Manejo, faz uma distinção entre a Zona de Amortecimento, prevista na lei, e a Zona de Influência, mais ampla, e que obedece a um critério de afinidade política, em contrapartida aos impactos diretos advindos de um critério territorial daquela primeira modalidade de zoneamento. Participei da Assembleia da ESEC de Maracá e registrei ali, não só o processo de pautas, discussões e deliberações, mas como o espaço da UC se converteu em uma zona de convívio a partir de onde conversas informais forjavam alianças para além das próprias atribuições legais de uma UC.

Mesmo não tendo me detido nas consequências desta particularidade, um dos efeitos mais imediatos se apresenta no câmbio dos critérios de elegibilidade dos auxiliares. Como mencionei acima, não que a Ricardinho não fossem solicitadas indicações. Porém, a tomada de decisão contava com fortes critérios geográficos de política institucional. Certa vez me disseram, “a comunidade está meio espalhada em pequenos núcleos familiares. É legal chamar gente de todos os cantos para abranger todo o território da TI e, com isso, integrar mais locais nas atividades de pesquisa”. Tais critérios são resultado evidente de uma maneira de pensar a interação ciência-lugar. Atravessa o discurso das instituições, seja na ESEC ou no PNV, seja no INPA ou no PPBio/CENBAM, a necessidade de contribuir com a “melhoria da qualidade de vida” ou “com novas opções de renda” para a população dos arredores das UC’s. A grade RAPELD, aliás, foi pensada tendo em vista um papel preponderante em relação a este objetivo, pois ela visa aumentar o número de estudos nos sítios onde está instalada, aportando mais recursos à população local. Em praticamente todos os artigos sobre o RAPELD (MAGNUSSON et al., 2005; COSTA; MAGNUSSON, 2010; DRUCKER, 2011, MAGNUSSON et al, 2013) e os documentos oficiais (ICMBio, 2014; 2015) estes enunciados e outros que vão no mesmo sentido aparecem.

Técnico do INPA envolvido com a Comunidade, o próprio Sabá reconheceu esse problema, em conversa que tivemos junto aos técnicos do ICMBio e alguns membros da comunidade, em maio, no Malocão. Sem aprofundar muito a questão, seu depoimento serve como ilustração do modo como a relação ciência-lugar é pensada desde as instituições:

Você está estudando o PPBio, não? Para mim o Programa é muito tecnicista e está ancorado em uma visão de ciência que se instaurou no INPA mais recentemente. A instrumentalidade do Programa e o modo como ele entende o conhecimento e o ambiente estão inseridos em um histórico do próprio INPA, que saiu, desde meados de 90 de uma linha europeia - mecanicista também, mas pelo menos mais aberta - a uma linha americanista herdeira de uma preocupação do século XVIII, que é como trazer justiça ao mundo por meio da racionalidade. E não se conseguiu isso. Depois veio o século XX com a mesma preocupação, junto agora, novidade, com a tecnologia de ponta. Então, esse modelo se instaurou no INPA e trouxe vários americanos com essa mentalidade para cá. É, inclusive, efeito disso, pagar os auxiliares... quer dizer, nada contra vocês envolver as comunidades e remunerar, mas você acreditar que a questão é educar e engajar como mais uma fonte de renda é manter essa mentalidade colonizadora. (Trecho do diário de campo).

Pesquisador com outra perspectiva, Ricardinho seleciona seus “pares” de acordo com suas afinidades históricas particulares, sejam elas da ordem do parentesco, da micropolítica local ou da *expertise*. Foi assim que, meses mais tarde, acompanhei outra expedição (o inventário de insetos que acabou não sendo incluída neste trabalho) guiada

por Iran, seu irmão. Foi assim que, ainda em outra ocasião (ver seção 4.1.3), os nomes dos auxiliares, mais tarde procurados pelo ICMBio, foram, todos, indicações de Ricardinho. Estes últimos, diga-se de passagem, seus primos e/ou seus parceiros de caça e pesca. Certamente, pode-se argumentar que, no círculo interno à ciência, a dinâmica de “pares” não escapa um jogo de alianças micropolíticas. Todavia, os objetivos são radicalmente distintos.

Não se trata de um deslocamento do centro de poder. Não se trata do poder como objeto de desejo. Está em jogo, antes, uma redistribuição dos pesos e a abertura a outras perspectivas. A mediação não se dá mais, exclusivamente, pelos técnicos do ICMBio, atravessada por sondagens de interesse dos participantes e uma política de “integração”. Imiscui-se aí outro vetor, cujo peso ganha maior destaque: dos locais aos locais, toda uma dinâmica de relações do *lugar* que opera *por fora*, porém *diante* do próprio encontro com as ciências.<sup>50</sup>

Por um lado, não posso afirmar que haja aí uma conexão explícita com o modo por meio do qual o regime de colonialidade atravessa a relação da prática científica no entre-saberes e as lutas institucionais do Conselho Indígena de Roraima (CIR) e do Instituto Insikiran. Por outro lado, uma série de fatores disjuntivos àquilo que caracterizei como a atividade colonial, *chegar, pegar e sair*, se fazem sentir, politicamente, no cotidiano do lugar e, energeticamente, digamos, parecem pairar ali, oferecendo acesso intuitivo a qualquer um que possa captar-lhe. Na Comunidade do Boqueirão vive seu Cosmo, Tuxaua mais antigo da TI (hoje Tuxaua das 12 Comunidades da região do Taiano) e que, há décadas, luta pelos direitos de seu povo e pela continuidade de sua história. Ali, também, existe um braço forte do CIR, por meio de seu Departamento de Gestão Territorial Ambiental, que atua promovendo cursos e incentivando Macuxis, Saporás e Wapichanas - as etnias de maior número na região - a devirem “pesquisadores indígenas”. Não raras vezes, ouvi discursos de incentivo neste sentido: “nosso povo tem que ir nas universidades dos brancos, aprender o que eles têm para ensinar, mas voltar aqui e trabalhar para a Comunidade, reclamar sua posição como pesquisador indígena”. Por fim, o Boqueirão é uma dentre as três TIs do lavrado, no noroeste de Roraima, que preenchia os requisitos para participar de um Projeto de Desenvolvimento Regional financiado pelo Programa

---

<sup>50</sup> Seria interessante aprofundar mais as relações que se estabelecem entre os locais diante de um tema que chega “de fora” tal qual as expedições científicas na Amazônia. Abunda a literatura, nas Américas, que se dedica às dinâmicas de subalternidade (SEGATO, 2007; AGUILAR, 2017) tanto no que toca à construção de novas práticas e identidades (CUSICANQUI, 2010b; ALBERT; RAMOS, 2002) quanto à novas formas de saber (LIMA, 2017; ALBERT; RAMOS, 2002). O conceito de contra-mestiçagem vem, sublinho, buscando retirar a primazia da modernidade como elemento constitutivo do mundo indígena (DOS ANJOS, 2006; GOLDMAN, 2015).

Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA), uma ampla rede de Instituições direcionadas à conservação da biodiversidade. Todas as decisões no âmbito do Projeto são atravessadas por essas tensões.<sup>51</sup>

Esta possível descontinuidade na relação entre a história do lugar e a atividade científica é entendida, ali, de diferentes formas. Perguntei, ao longo de minhas “andanças” no campo, por que outros Macuxis, como Itamar e Jerry, por exemplo, deixaram de atuar como auxiliares na grade. As respostas, se comunicáveis, eram bastante distintas: em termos de gestão, “eles ganham mais trabalhando nas fazendas, cuidando do gado, ou com garimpo”; no que toca à atividade científica, isso se deve ao desencontro de interesses:

a demanda da comunidade ainda é por questões básicas como transporte, educação, saúde, etc., sendo que a biodiversidade entra neste contexto como algo ainda aproveitável no longo prazo (palha para cobertura de casas, caça, pesca, etc.), embora já hajam discussões internas para o aproveitamento sustentável e dignamente remunerado desta riqueza regional. (Coordenador do Núcleo Regional do PPBio em Roraima, conversa por email, outubro de 2014).

Para alguns dos moradores do Boqueirão, Nara, Guerreiro, Zuleide, dentre outros - todos, aliás, indireta ou diretamente envolvidos na atividade científica da UC e da grade RAPELD - contratados para “serviços gerais”, os porquês da dispersão e baixa do número dos auxiliares vinham com frases que, a princípio, eu entendia como evasivas: “sei não”; “devem de tá fazendo outra coisa”; “pois é né, ele parou mesmo óh”; “não sei que fim levou”.

Tais enunciados me fazem retomar o relato do momento de nossa saída para a grade. Como já havia dito, tratava-se de cumprir com a coleta mensal dos dados sobre o monitoramento das espécies de Roxinho.

Já são 8h da manhã quando nos colocamos todos a postos. Logo antes da partida, alguém pergunta: “E o [fulano] Ricardinho... não vinha contigo?”; “Veio não”, ele diz. “Por quê?”. “Sei não, ele disse que tinha outras coisa lá pra fazer”. É interdito entrar sozinho na grade, mata adentro, por “questões de segurança”. “Bom, o Felipe e Guariba<sup>52</sup> vão contigo”, Luciana, da equipe gestora, comenta.

Já está tarde para sairmos. Vamos lá na LO4. A caminhada é longa. A trilha de acesso à grade tem 1,2km. Depois, são mais seis a sete quilômetros até a LO4-1.500 e, daí,

---

<sup>51</sup> Na TI Boqueirão há um projeto de criação de Tambaquis em dois grandes açudes que banham seu território. Os projetos foram elaborados em conjunto com a equipe gestora do ICMBio em Maracá, as lideranças comunitárias e o apoio técnico do INPA Roraima e Manaus. As outras duas Comunidades com projetos em andamento são a Comunidade da Mangueira, que produz café orgânico, e a do Aningal que produz artesanato de buriti.

<sup>52</sup> Infelizmente, efeito das dificuldades de manter o diário, não me recordo do nome deste brigadista. Ficou, na memória seu apelido, que tampouco lhe aprazia. Sem qualquer tom pejorativo, sinto-me forçado a utilizá-lo aqui para fins de sua identificação.

nos dispersamos às outras parcelas. Não tenho tempo para preparar um almoço, logo, encho a mochila com bolachas, banana-passa e água. Esta “dissimetria de tempo”, nos primeiros meses, não é rara. Não possuo, assimilado, o ritmo cotidiano das investigações. Muitas vezes, meu ritmo de pesquisa, como sociólogo, é diferente daquele que trabalham os biólogos da conservação, sejam cientistas “oficiais” ou locais: enquanto todos já estão prontos, agilizados com seus materiais para adentrar na mata, eu estou a conversar, refletir sob o que vou precisar e demorando para me ajeitar. Dependendo do objeto de pesquisa - sejam árvores, anfíbios, mariposas, e, notadamente, humanos - há todo um tempo organizacional que é demandado do pesquisador para separar materiais, cuidar de sua alimentação, lavar sua roupa e, obviamente, se relacionar com a mata.

Porém, um padrão é repetido. Ricardinho à frente, eu e Guariba. O ritmo, nas trilhas de acesso, de praxe, é lento, um tanto relutante. Suficientemente abertas, bem mais amplas do que as trilhas NS e LO da grade, com quase três metros de largura, elas oferecem ao caminhante mais espaço para se mover e se espalhar. Alguma conversa é possível.

*Ricardinho:* O senhor é pesquisador é?

*Eu:* Sim, sociólogo. Sabe? (...) Estou estudando a relação da comunidade com os pesquisadores

*Ricardinho:* É né...

*Eu:* E tu, faz tempo que trabalha na Ilha?

*Ricardinho:* Faz.

*Eu:* Eu estive aqui antes... na Ilha, acompanhei o pessoal da Brigada, fiz uma reunião com a Comunidade lá no malocão...

*Ricardinho:* É né...

[... Nada se diz por um tempo]

*Ricardinho:* Foi o senhor que fez a reunião com o pessoal, é?

*Eu:* É, fui eu. Falei com o Cosmo antes e achei que seria importante conversar com todos. Foi lá no malocão. Até achei que ia te encontrar lá.

*Ricardinho:* É né... eu devia tá fazendo outra coisa...

[... Outro longo vazio das vozes]

*Eu:* E sobre o quê que é essa pesquisa?

*Ricardinho:* É com Roxinho, né... é do Paulo Emílio. Conhece ele?

*Eu:* Não, não conheci, não.

*Ricardinho:* É né...

*Eu:* A Luciana me disse que ele vem menos agora, parece que se mudou.

*Ricardinho:* É né...

Terminada a trilha de acesso, entramos na grade pela NO2. Boa parte de todos os acessos à grade é feita por meio desta trilha. A transição entre elas é acompanhada por um barulho que irrompe o ar, quase que silenciando a floresta: acontece que o estreitamento do espaço de mobilidade - as trilhas da grade tem só um metro de largura, fora os galhos e troncos que a vão cortando ao atravessar a grade com o tempo - estreita, consigo, o ritmo,

e, por conseguinte, o barulho “ensurdecedor” dos passos contra os gravetos e folhas toma conta do ambiente, tchrrr... ék, chrik, tchrr...ék, xxx... clic, tchrr...ék...

Basta fazer aquela transição e nenhuma outra conversa é mais possível; ao menos falada. O que há, logo ali, é uma troca de ruídos: tík.. téki... tík... indica que outro animal, além de nós, se mexe. Um sinal de mão à frente e os tchrrr... ék ficam mais fracos, leves e esparsos. Tíks e tékis param. Uma certa excitação e adrenalina tomam conta de meu corpo. Encontros com onças são frequentes na Ilha. *Terra-firme*, a região serve de refúgio para felinos e outros animais de grande porte. O que sei terem sido 10 segundos, escrevendo, já sentado em uma cadeira, aos sons urbanos de ônibus e latidos, parecem, agora, uma eternidade. Silêncio para todos os lados. Espreitas. Plak, krrráá, tow-tow-tow-tow, plic, tchrru tow-tow... Silêncio. Desenrolam-se os dorsos curvados abaixo e, logo depois, a caminhada segue. “Mas... o quê era?!” , pergunto, energicamente, em voz alta. “Sei não”, respondem como quem dá de ombros. Confesso que, neste momento, já estava ficando cansado de não saber das coisas.

Como o leitor já deve ter percebido, o que venho relatando refere-se às distintas maneiras da *experiência da biodiversidade* que excede o dado sobre a biodiversidade. Estar na mata não produz somente um *quantum* de biomassa, um potencial farmacológico ou a taxa de desenvolvimento de Roxinhos. Produz uma conjunto de práticas singular. Um modo de estar no mundo, um modo de relação que difere, mas não se desvincula, da produção destes dados. Um modo de relação que passa pelo *não saber*. Mais tarde eles me contam que, se fosse uma onça, ela provavelmente teria se atravessado e se colocado diante de nós. É que a onça é, como muitas vezes repetiam os Macuxis, “um animal de espírito forte”, “ela faz questão de marcar presença”. Os ruídos diziam, antes, de um outro animal que não se sabe qual.

As condições de produção do conhecimento sobre “a floresta” ou a biodiversidade amazônica, isto é, o objeto de estudo da biologia da conservação, são inextrincáveis às condições de existência *da mata*. Todavia, as condições de existência *da mata* desde a perspectiva do “lugar” (ESCOBAR, 2005b), ou seja, sua atualização a partir do encontro de práticas e saberes, não só reconfiguram a entidade *mata*, como excedem as condições da produção do saber científico.

Aos poucos, fui me dando conta que este *não saber* operava ali como elemento importante desta outra condição de estar na mata: ser mais um corpo que deixa rastros, que tem cheiro, que produz barulhos, que interage desde sua *presença imanente* e não desde uma racionalidade, um conhecimento adquirido. “Ah é óh... faz acho que uns 15 anos que trabalho aqui. Já aprendi muita coisa, mas também já esqueci muita coisa também. Só



sei que tô aí, né”. Não foram poucas as vezes em que ouvi “enunciados evasivos” - quando não vinham atravessados pela denúncia das capturas colonizadoras - referentes à relação pesquisa-lugar. É o que Ricardinho, autor da fala acima, e o lugar me propõem. Melhor: é o modo como a imanência desta copresença me interpela.

“Sei não”; “devia estar fazendo outra coisa”; “é né”. Foram assim entrecortadas as minhas primeiras conversas com os auxiliares de pesquisa em Maracá e arredores. Interjeições que cumpriam duas funções: continuavam demandando, a mim, uma história, ao invés de, eles, simplesmente, darem-me-na de pronto; e, mais sutilmente, assombravam a produção de conhecimento científico no encontro com seu “outro”, o *não saber*. Não estou a dizer que Ricardinho tinha, explicitamente, a intenção de recolocar minhas afirmações e perguntas. No momento em que ele repete e muda minha assertiva em interrogante, “foi o senhor que fez a reunião com o pessoal, né?”, sou interpelado por essa espécie de contraponto ao regime da colonialidade: conte-me uma história.

Tais circunstâncias não se dão só em termos dos dados socioantropológicos deste trabalho de tese. Não foi um desconhecimento das “causas”, uma preocupação com os “porquês” das dificuldades de se relacionar com as comunidades, que o PPBio/CENBAM, na figura de seu Coordenador, me abriu o campo? Não foi para auxiliar no “processo de interação, capacitação e comunicação”? Não há, aí, um paralelo com a dupla articulação entre maravilhamento e medo diante da biodiversidade e todo seu potencial “a descobrir?<sup>53</sup>”. Mesmo sendo fruto desta junção, a questão da “salvação da biodiversidade” esteja, talvez, mal formulada. Ela reforça as discontinuidades entre ciência e lugar conduzindo a cosmopolítica dos encontros às capturas coloniais.

O leitor deve lembrar da célebre fórmula de Bartleby: *I rather not* ou *prefiro não* (DELEUZE, 1989). Não saber, nestas circunstâncias, não é sinal de fraqueza, ignorância ou desconhecimento; tampouco é ímpeto de salvar. É, muito pelo contrário, um sinal de abertura à singularidade do “lugar” (ESCOBAR, 2005b), ao estar na mata, às intensidades que atravessam a zona de entre-saberes. Sugiro, ainda, que a própria necessidade de entender as causas do “pouco interesse” com os estudos, o porquê das dificuldades de manter o auxiliar vinculado, “se sentindo parte de alguma coisa”, possa estar enraizada na naturalidade com a qual a inteligência científica anuncia que “a biodiversidade importa”. Logo, de que ela deveria ocupar um lugar de prioridade correspondente. E se, todavia, ao

---

<sup>53</sup> É corrente que boa parte da biologia da conservação, no afã de fazer valer seu objeto de estudo, a biodiversidade, se utiliza de uma retórica e de estimativas estatísticas que falam do potencial escondido, “que ainda nem sabemos” de espécies, processos, ecologias e substâncias da floresta amazônica.

se afetar, ao se permitir ser um pouco *idiota* (STENGERS, 2006), se torne possível abrir o entendimento de que há, aí, algo “mais importante”?

Como poderia a biologia da conservação, então, narrar sua história diante do “não saber Macuxi-mata”, ou seja, sem reforçar as discontinuidades entre ciência e lugar? E, mais especificamente, o que pode vir-a-ser a biodiversidade na zona de entre-saberes? Em função de quê é possível a situar? Não pretendo dar a estas questões respostas que terminem por cair em uma substância sociológica da biodiversidade ou uma tipologia dos modos de conservação. Tento conduzi-las mais longe, ou, em outros termos, prolongá-las no desenho de uma problemática: aquela da atualização das práticas em meio ao terreno da produção de desejo, crença e sensações.

A sociologia sentipensante que esboço, próximo ao conceito de Fals Borda (2009) - reforço, aquele que se enuncia desde a mistura indissociável entre razão e amor, corpo e coração - se exerce na aposta de que aquele “mais importante”, as intensidades sensitivas, ou, ao menos, algumas delas, podem ser parcialmente apreendidas e levadas à sério. Talvez, inclusive, do modo mais simples possível: pelos ruídos e silêncios. Uma aposta em outro modo de “fazer sociologia”, quiçá, de “fazer ciência”.

São, mais uma vez, os sentidos singulares que vão importar alguma “comunicação”, ou “capacitação”, entre os corpos, mata adentro, tecendo passagens, fabricando misturas. Daí a importância do silêncio em meio as conversas, faladas (bocas e ar) ou ruidosas (folhas e pés). Quando Deleuze introduz outro modo de conversar, ele não fala de outra coisa senão da relevância destas intensidades sensitivas na produção daquilo que posso chamar de (não)conhecimento:

É difícil “se explicar” - uma entrevista, um diálogo, uma conversa. A maior parte do tempo, quando me colocam uma questão, mesmo que ela me interesse, percebo que não tenho estritamente nada a dizer. As questões são fabricadas como outra coisa qualquer. Se não deixam que você fabrique suas questões com elementos vindos de toda parte, de qualquer lugar, se as colocam a você, não tem muito o que dizer [...] há devires que se operam em silêncio, que são quase imperceptíveis. (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 1).

Existem devires imperceptíveis que se cruzam com os corpos na sua relação com a mata, que os fazem se “comunicar”. Quando convoco, aqui, o devir, não estou falando do som, dos ruídos, ou do silêncio em si. *Devir* é tanto um processo como uma ferramenta conceitual. Ele não serve para designar o que quer que seja - coisas, fenômenos, pessoas. Ele cumpre uma função política e, ao mesmo tempo, analítica: alerta o deslocamento da questão. Não responde, não esclarece, não elucida. Um devir, como ficou claro mais acima, re-situa o problema.

Voltemos, novamente, à expedição. Estamos a monitorar Roxinhos.

Ricardinho parece não se orientar pelas trilhas. Vamos, de um ponto ao outro, cortando caminhos, entrando e saindo das NS's e LO's. Ele sabe, de cor, a localização exata de cada uma das árvores que ele tem que monitorar. Pergunto-me se a grade RAPELD simplesmente não faz a menor diferença para ele ou se, simplesmente, depois de anos de pesquisa, ele já possui gravado na memória - ou incrustado no corpo - os meandros, atalhos e caminhos. “É que eu sei já ir de lá pra cá, dali pra lá e, daqui, esse é o caminho mais curto; faz menos barulho também, né”, ele comenta. De um modo ou de outro, posso afirmar que uma memória visual e um certo senso dos sons o faz *recriar um percurso*.

O monitoramento consiste no seguinte: mais uma vez há uma tabela em uma planilha com uma série de colunas a serem preenchidas com dados, números. Temos, da esquerda para a direita, (i) o número que identifica o “indivíduo”; (ii) sua localização em termos de parcela; (iii) sua localização em coordenadas geográficas; (iv) se tem folhas; (v) frutos; (vi) quantidade de frutos; (vii) brotos; e (viii) informações complementares. Anotações à lápis. Passamos, árvore por árvore, observando e registrando estes dados, na maioria da vezes, a olho nu. Cada qual está marcada com a mesma plaquinha de metal identificada por um número, o padrão RAPELD.

Ricardinho é o pesquisador, “o biólogo-indígena”, neste momento. Guariba, contudo, nunca havia acompanhado, como eu, o que seu conterrâneo fazia, mês a mês, dentro da grade. Ricardinho, nos explica a atividade, não sei se porque mais acostumado a minha presença, ou se porque diante da curiosidade de outro Macuxi ele se sente mais convocado a falar: “assim, é... a gente olha se a árvore tem essas coisa aqui e anota aí, óh...”. “E pra quê que eles querem saber essas coisa?”, pergunta o outro *outsider*, que, agora, poderia eu dizer, cumpre, também, as vezes de auxiliar. “É que assim tu acompanha é... se ela tá com fruto, né, se tá morrendo, vivendo... assim, é... dependendo do estado, né, se tá na chuva ou na seca a árvore vai tá de um jeito ou de outro, né... porque aqui o rio não toma conta, né...”. “Rapá... esses pesquisador são tudo invocado óh”, termina por dizer o novo auxiliar.

Mais uma vez, é preciso desenhar as circunstâncias.

Em primeiro lugar, as espécies de Roxinho são árvores de grande porte. Compõem o dossel da floresta. Atingem até 50 metros de altura. Seu tronco repleto de sapopemas - liso-rugoso -, com fuste de 20 metros, faz com que sua copa se abra a uma altura considerável. São caducifólias, ou seja, perdem suas folhas e frutos entre dezembro e maio, período em que nos encontramos. As três espécies ali catalogadas, aliás, são chaves para uma gama de estudos na ESEC, pois ocupam o maior índice de dominância relativa

registrado para vegetação de terra-firme na Amazônia (ICMBio, 2015) e, portanto, servem para mensurar diversos índices de desenvolvimento da floresta. Daí a justificativa de um monitoramento dirigido ao Roxinho.

Em segundo lugar, como ocorre o monitoramento *in loco*? Convido o leitor a um rápido exercício: imagine-se rodeado pela floresta de terra-firme (que não alaga durante as chuvas e as cheias dos rios) em meio à seca, no norte-amazônico, buscando, à olho nu, frutos amarronzados do formato de - todavia, ligeiramente menores que - uma pêra, longe mais ou menos 18 a 25 metros do chão, em galhos e troncos retorcidos, cheios de involuções, nós etc., enredados a camadas e camadas de copas de outras árvores. “Impossível!” poder-se-ia exclamar; “ao menos com um binóculo...”, poder-se-ia complementar. E, de fato, Ricardinho o carregava. Quase nunca o utilizava, entretanto, preferindo a profundidade da amplidão de sua própria vista.

“Ricardinho”, pergunto, “como tu sabes qual espécie é qual?”. Ele me conta que elas já estão identificadas e que, agora, isso não faz muita diferença. Mas que ele as identifica pela cor interna do tronco e pelo som da sapopema ao lascar o tronco: “elas tem um roxo diferente, né... e fazem um barulho quando a gente bate com o terçado (...) é, cada uma tem um barulho”. “Todo o tempo? Quero dizer, na chuva e na seca?”, insisto em busca de mais detalhes. “Sei não...”, ele, agora, desiste.

Já no final da empreitada, peço para dar uma olhada na tabela, a fim de ver o que tinha sido anotado até então. Noto que algumas, poucas de fato, tinham “broto” marcado com um ‘V’ e um número. O conceito me é explicado: “é... quando tá brotando algum fruto novo, né”. Um tanto incrédulo Guariba pergunta: “como é que tu viu isso?”. Ricardinho lhe comenta que já aprendeu a olhar, já sabe qual é a folha do Roxinho, como é que é o tronco e, quando ele apresenta um fruto tardio ou novo que está para cair ou brotar. “Tem é... duas ou três espécies aqui, né (...) vamos ver as próximas e te mostro”.

Em um dado momento: “óh lá, óh”. Binóculos empunhados vão prolongando a vista de Guariba, à medida que Ricardinho cochicha o percurso que seu “olhar estendido” deve fazer: “sobe o tronco e procura um galho assim... aquele lá óh, bem aí... não tem um grande assim, aqui na frente...”. O auxiliar o enxerga; eu, depois, não tenho sucesso. Ricardinho, ao final, exclama: “deixa eu ver direitinho... é, rapaz, olha... tá ele lá óh... e tem mais um lá atrás óh”.



Figura 18: Ricardinho olhando (sem binóculos) a copa da árvore buscando frutos e brotos. Fonte: Foto do autor.



Figura 19: Ricardinho olhando (com binóculos) a copa da árvore buscando frutos e brotos. Fonte: Foto do autor.

Encontro, novamente, instrumento mais perspicaz no interior da mata, o “olhômetro”. Este, agora, distingue formatos e cores no ínfimo detalhe. Não se trata simplesmente da faculdade do “olhar”, sentido comum a quase todos os corpos com olhos. Trata-se da combinação de um agenciamento imanente vista-binóculos com a vista “crua” de um corpo, mais uma vez, que já esteve ali repetidas vezes. Toda uma *história do lugar* pode, então, vir-a-ser contada, na junção desta diferença: depois de anos de prática, das habilidades adquiridas *in loco*, e de sua atualização por meio de outro tipo de “lente”,

agencia-se uma máquina de olhar, simultaneamente, em profundidade, em alcance e em panorama.

Nós refazemos uma experiência cada vez que podemos dizer: ela está aqui, de novo. É a fórmula mais apanhada, a mais mínima de atestação da existência de um objeto. Alguma coisa está mais uma vez aí. O que exatamente reconhecemos? Variações de cor, formas geométricas variáveis, intensidades sonoras particulares, os *sensa* singulares. (DEBAISE, 2015, p. 58-59 - tradução livre).

Enquanto Ricardinho anota, agora, os dados na planilha, seu conterrâneo e auxiliar executa os gestos outra vez. A seguir, se volta franzindo a testa e, enrugando todo o rosto, demonstrando ter sido convencido, envolto na repetição da própria experiência, posso sugerir, de um “olhar estendido”, reafirma: “mas esses bicho são invocado mêmô”.



Figura 20: Ricardinho (direita) tomando notas e Guariba (esquerda). Fonte: Foto do autor.

Não posso precisar se “bicho invocado”, neste caso particular, fazia referência aos pesquisadores em geral, aos Roxinhos, ou a nós mesmos, Ricardinho, ele e eu. Linguajares locais têm destas minúcias de sentido. Entretanto, me interessa sugerir que tal expressão possa se referir a um *e* ao outro *e* outro, fazendo operar aí, quiçá, capturas entre-loucos. Todos ali tinham um repertório de operações pragmáticas que levava o ínfimo detalhe à produção repetida de um “sim”, de uma afirmação, de um dado, é dizer, todos ali possuíam desejos e crenças: a planilha, representativa dos desígnios de um “pesquisador genérico”; Ricardinho e seu olhar aguçado, para além do nosso alcance, que capturava esta série de detalhes; ou a Árvore que, no meio da seca, lograva produzir, certas vezes meio escondido, esta mesma série de minúcias. Cada qual, todavia, seria “invocado” à sua maneira: a ciência que correlacionava o monitoramento de frutos e folhas com outras informações referentes ao clima, às chuvas, à terra, ressignificando-as; Ricardinho que aprendera e apreendera um conjunto de tarefas peculiares, tais quais, preencher tabelas, inventar um

percurso e enxergar “brotos” ao alto, a 20 metros de distância; o Roxinho que, mesmo na seca, em escassez de recursos, resistia.

Antes, porém, o que chama a atenção é o acontecimento que permite esta confusão semântica, ou, em outros termos, que desenha o terreno do desejo, da crença e das sensações: a *terra-firme*. Isto porque, em diferentes escalas, é a partir daí que a posseção recíproca entre os corpos misturados produz - e qualifica - mais este atravessamento sensitivo. Todos encontram aí, um requisito comum de existência com repercussões singulares: da relativa estabilidade edafoclimática sob a qual “brotos” prevalecem, passa-se às incursões, atalhos, trilhas, ou seja, aos percursos criados e recriados, e se chega ao dado escrito em uma tabela sob uma folha de papel.

A terra-firme “faz corpo” por meio dos sons, cores, formatos. Monitorar espécies de Roxinho envolve uma série de operações pragmáticas que coproduzem aquilo que chamamos de conhecimento científico, conhecimento tradicional e, ainda, o *não saber*. Toda uma ecologia de práticas (STENGERS, 2003) que reúne restrições lógicas e sintáticas em suas diferenças. A seu turno, nomear esta série de operações, seja de biologia da conservação, etnoconservação ou “cosmosaber”<sup>54</sup>, são possibilidades *a posteriori* de narrar as histórias do encontro dos corpos mata adentro. Porém, elas são mais do que “somente” histórias marcadas por meio de suas descontinuidades e rupturas. São atualizações de uma política sensorial dos encontros.

Trago novamente à cena os momentos em que fui afetado, ao entrar na rede de repertórios e sentidos dos arredores de Maracá, para além do regime da colonialidade. A série dos atos que me fizeram pesquisador - logo, colonizador - mas, um pesquisador que, diferente daquele que “nunca veio pra cá, assim, ficar com a gente”, tentou *permanecer ali* e passou a compor o repertório do lugar e seus arredores de outro modo. A árdua investida, com a brigada de incêndio, para a abertura de trilhas mata adentro, as noites dormidas nas malocas, a reunião no malocão, as duras cavoucadas no chão para abrir canais de escoamento dos açudes e tantas outras que não cabem neste trabalho de tese. *Disposições* a um vínculo com o lugar, com a mata e, defendendo agora, com a terra. Não se trata de uma quantidade de tempo *ali* ou de ter, *ali*, relações de parentesco (filiação e alianças) - sem, por outro lado, desconsiderar o forte peso destes fatores na construção da identidade indígena. Minha única intenção é acrescentar a tais fatores as intensidades

---

<sup>54</sup> Utilizo este termo para designar algum sentido ao *não saber* que se vincule à dimensão sensitiva da proposição cosmopolítica de Stengers, quando esta propõe que o prefixo “cosmo” está ali não como totalidade transcendental, mas como algo de difícil antecipação, que não se deixa capturar por nenhuma restrição, que, por fim, freia, para ou desacelera um projeto de conhecimento.

sensitivas das práticas que vinculam os corpos à terra. Foi por efeito destas disposições que pude, mais tarde, conversar, é dizer, contar, ouvir e não ouvir histórias.

Busco, como sugere Serres (2014 [1985]) o desvio: salto no tempo, no espaço e nas conexões. Um tanto nômade, como sugiro ler Strathern (2004a).

Dia oito de maio. Cosmo e eu conversamos sobre a relação da Comunidade com o ambiente. Ele relata que a Comunidade sempre viveu da roça - milho, macaxeira, banana, cebola, feijão, manga - da coleta de frutas - cupuaçu, bacaba - da caça - cutia, veado, anta, paca, peixe-boi - e da pesca. Dona Ângela, sua esposa, ainda me fala do uso do buriti na confecção de doces como uma tradição entre as famílias, bem como do preparo do caxiri, bebida fermentada oriunda da macaxeira cuja boa parte da feitura, ali, cabe às mulheres.

*Subsistência.* Há toda uma literatura sociológica e antropológica que qualifica a relação dos “povos tradicionais” com seu ambiente por meio desta categoria. Ela é, sem dúvida, relevante, mas reduz o feixe das relações com a terra ao condicioná-lo à uma economia da vida local. Por vezes, fala-se de uma ecologia nativa - o “etnoconhecimento” - na tentativa de expandir o entendimento deste feixe de relações (o guarda-chuva cultura-natureza) com o ambiente. Todavia, ou se recai no comparativo esdrúxulo entre civilização “moderna” e “tradicional”, no qual a primeira ocupa a medida transcendental, ou se reifica o lugar mediante um “culto do encantado”, é dizer, onde se soube manter uma harmonia com a natureza, ou seja, as árvores, os peixes, as aves, os rios etc. que nós, ocidentais urbanos, perdemos.<sup>55</sup> *Dispor de parte de*, aqui, é consumir, usufruir, até “culturalizar” um recurso.

Dia dez de maio. Cosmo, Zuleide, Ricardinho, outros macuxis presentes e eu conversamos sobre os problemas da Comunidade. Parece que certas práticas vêm sendo modificadas. Resumo o conjunto das falas daqueles três:

A roça, por exemplo. Sempre queimamos a roça duas vezes ao ano, antes do verão e antes do inverno e nunca chegava perto dos buritis. Só que muita gente, agora, deu pra queimar fora de época e sem nenhum cuidado com os buritis. Eles são nossa riqueza (...) A seca vem piorando e o igarapé não tem mais peixe. Temos que ir no rio pescar. Só que a nossa terra não tem acesso direto ao rio (...) essa é uma das nossas lutas, a ampliação da TI para termos acesso ao rio (...) temos que pedir licença e cruzar as

---

<sup>55</sup> No Colóquio *Os mil nomes de Gaia*, realizado no Rio de Janeiro, em setembro de 2014 <<https://osmilnomesdegaia.eco.br>>, uma pergunta, que tento reproduzir aqui, foi dirigida a Silvia Cusicanqui após sua fala: “eu estive na Cúpula dos Povos em Cochabamba e me pareceu que saía dali uma outra forma de resistência, de política contra o capital e as questões ambientais, biodiversidade, clima [...] tu não achas?”. São as nuances que compuseram a resposta de Silvia que me inspiram aqui: “Olha, realmente, eu acho que foi um esforço importante (...) mas vocês pensarem que nós, na Bolívia, um país “chiquito” vamos trazer a resposta a estas questões? Lo siento compañero”.



fazendas. Temos, agora, o Projeto dos Tambaquis...<sup>56</sup> (...) Os buritizal vem diminuindo e a caça também, porque tem muito bicho que vem se alimentar do buriti. Tem muito lixo também. (Trecho do caderno de campo).

Dia seguinte, 11 de maio. Sentados, Cosmo e eu, sob o chão, em frente à sua maloca. Ele chama a atenção para a intimidade de tais questões com uma “identidade macuxi” sob tensão:

Então, é isso que eu estou contando ao senhor. Antes não tinham queimadas nos buritis. Havia muitos frutos e a caça era muita. Hoje ainda tem, mas antes tinha mais. Claro que há um aumento da população, mas há também, outra coisa... os Macuxis que saíram daqui a 30 anos e foram para a cidade. Aprenderam uma série de coisas lá e trouxeram para cá. E nós, que ficamos aqui, que lutamos pela terra, que pisamos na terra, hoje, temos os mesmos “direitos”? Eu pergunto ao senhor: temos os mesmos “direitos”? Eu sei, todo mundo é parente, tudo bem; é tudo parente, mas aquele que volta tem que cumprir no mínimo um ano de moradia permanente na Comunidade e ajudar nas questões da Comunidade, voltar a pisar e a trabalhar na terra. Na cidade são outros macuxis, nas serras outros. Aqui é o lavrado, terra-firme [ele pisa forte no chão]. (Trecho do caderno de campo).

*Sub-existência.* Confere ao conjunto das práticas no lugar um modo de existência singular, aquele atado ao *sub*, àquilo que vem de baixo, àquilo tudo que a terra-firme faz existir. Não se trata daquela formação geo-fito-paisagística; não é, também, a Terra (a esfera, o planeta), o objeto da geografia; tampouco a terra (os estratos, o solo) objeto de estudo da pedologia. Mas a *terra-firme acontecimento*, o chão, os açudes, o igarapé, os buritis, a caça, a pesca, a pesquisa, os vínculos. Devires. Misturar-se ao ambiente (como o Roxinho). É aquilo que envelopa, porém excede, o domínio das ciências, da economia e do “etno”. A sub-existência é o inegociável. Situa o lugar diante de um outro *dispor de parte de*, qual seja, a do ser como apreensão, como possessão, da sensação como corpos-sentidos.

Dia 21 de maio. Estou na UC, acompanhando um estudo de barcoding de árvores madeiráveis. Volto ao Boqueirão, a noite, para acessar a internet. Na Ilha, a rede não funciona. Estou aflito para mandar notícias para o sul. Contudo, ao chegar na casa de Cosmo, onde durmo hoje, descubro que não há luz. Resmungo meio que gratuitamente.

---

<sup>56</sup> Vamos visitar um dos açudes onde estão os tanques. São sete tanques contendo 1.400 Tambaquis. Trata-se do projeto financiado pelo ARPA, com apoio técnico do ICMBio, do INPA e do CIR, de incremento dos meios de subsistência da Comunidade, já que a TI perdeu acesso ao rio Uriracoera. A principal preocupação é com a seca... Dona Zuleide, Macuxi, habitante da TI, e uma das responsáveis *in loco* pelo andamento do projeto conta a situação: “os tanques estão batendo é... no chão, né... no fundo do açude e os técnicos, eles nos disseram que isso atrapalha o crescimento dos Tambaquis, que não são peixes de fundo, né... daí a gente é... pensou, assim, em soltar os peixes. Só que a a gente não sabe se os Pirarucus não vão comer os Tambaquis, né”. Cosmo complementa: “os carás e as traíras nós sabemos que os Pirarucus comem, pois eles desapareceram”. Zuleide encerra m comentando que, na verdade, essa não é a primeira experiência da Comunidade com peixes nos açudes. “O Paulo [seu esposo], o Cosmo aqui com outras pessoas cuidavam Tambaquis no mesmo açude sem qualquer auxílio técnico e com sete meses estavam fazendo a despesca; com Tambaquis de 3 a 5kg. E a gente pescou tudo; não era levanta um tanque. E não tinha nenhuma dessas coisas aí de técnico e pesa comida e essas coisa. Eles alimentavam os peixes com o que tinham a mão... é... macaxeira, manga, milho, batata. Só que, diferente de agora, eles ficavam soltos”. “Por que vocês deram seguimento?”, pergunto. “Ahh, não sei; porque era só pra fazer uma vez mesmo”. Com efeito, *criar* peixes é uma condição um tanto nova. Da pesca, a comunidade passa à piscicultura.

E descubro, logo depois, que não há água, pois não há como bombear o motor que abastece a caixa d'água. Efeitos no lugar desde os encontros com “os brancos”: sem acesso ao rio, é preciso captar a água. “E eu achando que meu problema era o problema”, penso em silêncio. Sento-me no chão, junto com outros dois Macuxis que visitam Cosmo, seu filho, Flávio, e Irinei, prof. de Macuxi na Escola da Comunidade. “Pois é seu Felipe, sem luz, né? Para mim isso não é novidade”. “Muitos anos sem luz né, Cosmo?”. “É... [suspiro] sabe o que nós fazíamos quando não tinha luz? O meu pai e o meu avô sentavam conosco no chão e ficavam contando histórias dos nossos antepassados e deles mesmos, desta terra [breve silêncio]... e nós ficávamos ouvindo, esticados sob a terra e olhando as estrelas”. Um longo silêncio se fez e algo como uma janela mágica se abre: os demais e eu passamos a escutar as histórias que ele, sem mais nem menos, começa a passar. “O que não surge de uma falta de luz”, penso. “O Boqueirão não tinha esse nome antes. Era Igarapé Grande. Esse nome veio por causa daquela baixada lá que tem no meio da estrada. Quando chovia, o pessoal - tudo pesquisador, FUNAI, governo e uns outros aí que já tinham moto, né, fazendeiro, os parente - só atolava os caminhões, as motos, tudo; nada passava. Aí começaram a dizer que o nome do lugar era Boqueirão. Ô besteira [risos]. Mas a nossa referência era o Igarapé, onde nós pescávamos. Ele dava nome à Comunidade. A mesma coisa na Mangueira. Ela se chamava Maracá, o nome de uma planta pequena assim [ele faz sinal elevando a palma da mão 1,5m do chão] que tinha lá e os curandeiros usavam para tratar inflamações. Tudo vem da terra [pausa]; o Igarapé e os caminhão atolando [risos]. Ô besteira. [pergunta coisas]. O curandeiro? É o orador. Ele mexe com as plantas medicinais... mas para curar dor de cabeça, gripe, inflamação, essas coisas assim da pessoa. Já o Pajé é diferente. Ele cuida das plantas e orações espiritualmente e olha para a Comunidade. Ele sente as coisas da nossa terra. Ele reforça a autoridade do Tuxaua. Nos tínhamos Pajé antes, mas ele faleceu e, infelizmente, ninguém quis assumir o lugar. Nós fizemos uma reunião. Eu era o Tuxaua e ele contou pra gente como a pessoa deveria se portar, o que teria que aprender etc. Só que o pessoal achou que era uma vida difícil demais. É isso que eu digo ao senhor, o Tuxaua perdeu força, o Pajé perdeu força, nossas orações, línguas e tradições, o Igarapé... a terra mesmo... é... perderam para as coisas do branco que entraram aqui nos últimos 30 anos de forma mais rápida. É aí que entra os pesquisador. Eles vêm, pegam as plantas porque ouviram histórias... a comunidade não está forte sem Pajé e sem o Orador... e depois eles patenteiam. Por isso lutamos pela terra. Eu acompanhei o caso da Serra da Lua. E aí, por causa de um todos os outros pagam. E nós também pagamos com a falta dessas figuras entre nós. O Kanaimé, por exemplo, é uma presença que o Pajé sente, alerta a comunidade [perguntas...] O que é isso? São os parente. Mais da Guiana, Wapichana e Macuxi. Eles usam uma planta e se transformam em qualquer animal. Aí você não vê eles, você pensa que são os animais e, de repente, eles te atacam. Eles te batem de um jeito que você fica vivo e só vai morrer um mês depois; depois, inclusive, de achar, assim, sentir mesmo, que vocês está recuperado e achando que você está bom já. Aí você, de repente, sente que todos os seus ossos começam a quebrar. As vezes eles nem te batem. Eles te amaldiçoam e você começa a se sentir mal e morre. Não tem médico que cura. Você vai, faz os exame na cidade e eles não sabem o que você tem. Só o Pajé sabe te curar. Mas não pensa que isso tem que existir ou que é algo da nossa tradição. Sempre houve, mas porque se escolhe fazer o mau para os outros. Tanto que essa coisa do Kanaimé passa pelas gerações como uma dívida. Se eu faço algo que você não gosta e você é Kanaimé e vai atrás de mim, você me persegue aonde eu for. Mas se ele não conseguir me pegar ele vai atrás do meu filho depois, ou vai o filho dele, se for o inverso, né. A Parixara, aqui no Taiano, não ocorre mais. Nós não tínhamos forró, como o senhor viu, por exemplo, no dia das mães. Nessa data inclusive, e outras, qualquer data festiva, nós fazíamos a Parixara. Ali nós cantávamos as nossas orações; rezávamos para Jesus Cristo, claro, mas não existia essa coisa de ir para a Igreja. Bom, mais na época do meu avô, que era Tuxaua. O que não tem são é esses cantos de Igreja, em português... ô besteira... é em Macuxi! [perguntas] Não era o forró e a cachaça; era a Parixara e o caxiri. Existe uma prática de fazer o caxiri, só que é mais fácil beber cachaça. (Trechos do caderno de campo entre 21 e 22 de maio de 2015).

Se “fazer corpo” é, também, “fazer sociedade”, sub-existir é, então, sua escala intensiva. Pajés, igarapés, oradores, Tuxauas, brancos, pesquisadores, luz, roxinhos, números, estrelas, folhas, sons, cores, formatos, chão; tudo se mistura na *terra-firme*. É preciso, agora, reencantar a “sociologia da questão ambiental” diante da face problemática da “crise de extinção”.

Para isso, o próximo capítulo se dedica mais atentamente ao modo como as experiências sensitivas da biodiversidade, mata adentro, no interior da grade RAPELD, expandem o entendimento daquilo que pode vir a ser o *ambiente*. Para além do sistema de trilhas, as três expedições que seguem - como foi o caso do estudo relatado na seção 3.1.2 - executam os preceitos analíticos do RAPELD. Sendo assim, a grade é entendida por mim, agora, como a novidade propriamente científica do campo da biologia da conservação, ainda que, como ficou claro neste capítulo, ela esteja indissociavelmente inserida na zona de entre-saberes. A partir desta inserção, exploro as relações diretas entre estes dois termos, biodiversidade e ambiente.

Os modos de engajamento são, a seguir, direcionado à análise das diversas maneiras pelas quais as escalas qualitativas da sensação participam da fabricação de outras medidas que, se não excluem, realocam de forma radical a função da biodiversidade, qual seja, da relação mensurável entre vivo e não vivo. Por conseguinte, o arranjo metodológico da comparação de uma parcela com outra, ou de um sítio com outro, tornado possível a partir do ambiente como abstração, efeito direto da experiência moderna da natureza - inspirando-me, ainda, em Whitehead (1967) - sofre deslocamentos conceituais, práticos e políticos.

## CAPÍTULO 4. A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE COMO PRÁTICA SENSITIVA: AMBIENTES EM PERSPECTIVA E A “CRISE DE EXTINÇÃO”.

Don Juan uma vez me disse que um homem de conhecimento tem predileções. Eu pedi a ele que explicasse sua afirmação. - “Minha predileção é *ver*”, ele disse. “O que você quer dizer com isso?”. “Eu gosto de *ver*”, ele disse, “pois somente *vendo* pode um homem de conhecimento saber”. “Que tipo de coisas vocês *vê*?”. “Tudo”. “Mas eu também vejo tudo e eu não sou um homem de conhecimento”. “Não, você não *vê*”. “Eu acho que sim.” “Estou lhe dizendo que não”. “O que o faz dizer isto, Don Juan?”. “Você somente olha para a superfície das coisas”. “Você quer dizer que um homem de conhecimento realmente *vê* através de tudo aquilo que ele olha?” “Não. Não foi o que eu quis dizer. Eu disse que um homem de conhecimento tem suas próprias predileções; a minha é só *ver* e *saber*; outros fazem outras coisas.” “Que outras coisas, por exemplo?” “Sacateca, ele é um homem de conhecimento, e sua predileção é *dançar*. Então ele *dança* e ele *sabe*”. “A predileção de um homem de conhecimento é algo que ele faz a fim de *saber*?” “Sim, está correto.” “Mas, como *dançar* ajuda Sacateca a *saber*?” “Podemos dizer que Sacateca *dança* com tudo aquilo que ele tem”.

Carlos Castañeda.

No capítulo precedente dediquei-me a analisar, seguindo, de modo geral, a ordem cronológica do campo, os distintos modos de engajamento entre ciência e arredores. Ecólogos e biólogos, eu, o sociólogo, ribeirinhos e indígenas, facões, trenas, trados, árvores, bichos, texturas, luzes, cores e sons se misturaram em função dos arranjos de desejo e crença postos em exercício em meio às três primeiras expedições que acompanhei, mata adentro, no Parque Nacional do Viruá (PNV) e na Estação Ecológica de Maracá (ESEC). Estes modos de engajamento diferem quanto à sua escala intensiva, ou seja, conjuntos de ações sensitivas postos em operação na produção dos *data* científico.

São precisamente os entrelaçamentos entre o desejo, a crença e a sensação, desde já postos em relação de paridade quanto ao seu peso analítico, que fazem da experiência da biodiversidade um processo de conhecimento minucioso e refinado; o mesmo gesto que fabrica os dados científicos os excede. Assumindo a perspectiva do encontro de saberes, a prática sensitiva é requisito da produção de conhecimento e condição da produção de existência do “lugar” (ESCOBAR, 2005b).

Cada expedição analisada no capítulo três serviu para por em exercício os conceitos e categorias analíticas do quadro socioantropológico esboçado desde o primeiro capítulo. Dentre aqueles, estão o desejo, a crença, as sensações; dentre estas, o “estar na mata”, o corpo misturado, a possessão recíproca, a zona de entre-saberes. Entretanto, cada expedição funcionou como uma camada, um estrato analítico no qual estes conceitos e categorias se depositavam, se misturavam a outros e serviam de substrato ao que se seguia. Daí a relevância, primeiro, da zona de entre-saberes; segundo, das multiplicidades; e, por fim, da sub-existência. Minha intenção foi dupla: (i) articular os conceitos entre si de modo “inovador” - posto que abandonados por uma sociologia do conhecimento e do ambiente - e (ii) sugerir que, uma vez mobilizada em uma dada expedição, a mesma ferramenta analítica se constitui como uma camada que autoriza novas camadas analíticas a serem somadas à expedição seguinte.

O sistema metodológico, ou a grade RAPELD (*Rapid Assessment Surveys in Long Term Ecological Research*), como a defini inicialmente, é o *locus* privilegiado para registrar o encontro de saberes. Em outros termo, é no seu interior que a série de *atividades* que constituem os distintos modos por meio do qual a biodiversidade passa a existir emergem à superfície.

Neste capítulo, o sistema RAPELD é analisado de modo mais detalhado. Para além da condição empírica que permite encontros e contatos, analiso sua novidade conceitual: as correlações entre biodiversidade e ambiente que as parcelas permanentes põem em evidência. Do mesmo, assim, como irriguei a biodiversidade por meio de uma prática sensitiva, ao ambiente é conferida toda sua plasticidade. Este comporta e entrelaça inúmeros gradientes, do físico, inumano, passando pelo simbólico, humano, na direção da experiência “sensacional” (SERRES, 2014 [1985]).

Três estudos são discutidos: (i) *barcoding* de populações de árvores madeiráveis na Ilha de Marcá, (ii) inventário de borboletas no Viruá, e (iii) produção de biomassa (carbono) de raízes (de árvores) de volta à Ilha.

Na primeira seção, evidencio a confluência entre o ambiente *in abstracto*, recurso de medição extensiva que responde ao problema da escala do *quantum* da biodiversidade e que, por conseguinte, a grade RAPELD se utiliza em seu método comparativo e o ambiente *in abstentio*, intensidade sensitiva, que parece a exceder por todos os lados. Ambos coexistem. Enquanto aquele se percebe pela variação numérica, espaço percorrido, tempo de estudo e quantidade de amostras, este, sugiro, se percebe via variação sensível pelos diferentes ritmos e maneiras de localização mata adentro. Nesta coexistência, ocorre a aquisição de novos conhecimentos.

Na segunda seção, após ter desenhado o quadro geral onde ambiente e biodiversidade se correlacionam, destaco as minúcias conceituais e analíticas do método comparativo RAPELD. Em outros termos, trago um exemplo empírico de como o *quantum* da biodiversidade é estabelecido por meio das operações pragmáticas entre concreto e abstrato. Entre as variações numéricas e sensíveis há uma sobrecodificação. Contudo há alguns imprevistos. Sugiro que ele cumprem a função de alertar para os efeitos da redução analítica desta sobrecodificação.

Na terceira e última seção se abre a possibilidade de repensar a dimensão política da “crise de extinção”, faceta particular da “crise do ambiente”. A dimensão de imprevisibilidade, ganha destaque. Eventos inesperados exigem redimensionar funções e estratégias metodológicas a campo, e, por conseguinte, o conteúdo dos dados. As sensações e os sentidos são a medida comum entre a sociedade e o ambiente. Estar atento a esta nova prática de medida, ou seja, à máxima potência do acontecimento sensível de “estar na mata”, pode romper o programa de significação da semântica científica.

#### 4.1 O MÉTODO RAPELD NO ENTRE-SABERES: O AMBIENTE E OS IMPREVISTOS

##### 4.1.1 **Barcoding de formas, tons e texturas: fabricar ambientes**

Como todos os outros dias, é preciso levantar cedo, entre 5h e 6h da manhã. É a rotina da minha pesquisa: devagar, é preciso ativar o corpo para as longas caminhadas quilômetros e quilômetros mata adentro. Preparar o corpo, organizar os materiais, ativar e canalizar os sentidos, ganhar um ritmo... se dispor ao lugar. Todo um longo e lento processo de *ambientação*.

Estou em Maracá. Final de maio. Mais pontualmente, a última semana, dias 21 em diante. Ao total são seis a sete dias de campo.

Tomo café na companhia de Bá e Lu - duas engenheiras florestais cuja pesquisa acompanho neste momento. Centenas de piuns aproveitam a oportunidade e se juntam à nós para o desjejum. Ricardinho chegará em poucos minutos. Ele vem de sua casa, no Boqueirão, uns 14km a 17km de distância.

São mais ou menos 6:45h. É quase hora de partir. Meu talco sulfurado terminou. Vou até as engenheiras pedir emprestado óleo de copaíba (ou será andiroba?): “dicas de locais para espantar carapanãs”, elas me asseveram. Eu, no entanto, não havia visto, até agora, nenhum macuxi se utilizando deste artifício. Sobre os piuns, melhor esquecer; não há o quê fazer. Passo o óleo nas canelas, cintura, costas, braços, mãos, nuca, rosto. Visto uma calça de tactel preta, que, apesar de pouco resistente, permite movimentos amplos. Meias brancas até os joelhos; botas de borracha cano longo; camiseta de mangas

compridas; facão atado na cintura. Na mochila, o almoço - preparado enquanto tomava café -, sacos plásticos, capa de chuva, repelente, máquina fotográfica, lima, 4 litros d'água e alguns materiais que Bá e Lu me pediram para guardar. Caderno de campo? Claro já está que durante as caminhadas não há utilidade.

Sáimos da sede da Ilha por volta das 7:15h. Tudo é mais ou menos calculado e medido, afinal “*é preciso terminar a coleta a tempo*”, relembram as duas pesquisadoras. Estamos todos prontos, ainda na sede, e eu pergunto: “sobre o quê é mesmo o estudo de vocês?”. Quem me havia posto em contato com elas fora Luciana, a responsável pelas autorizações para pesquisa da equipe técnica da ESEC, via e-mail. “Estamos percorrendo diversos pontos da Amazônia, no Brasil especialmente, e retirando amostras de algumas espécies de árvores para mapeamento genético, para rastrear populações”, explica Bá. Acontece que elas têm um cronograma bastante estrito a seguir para dar conta de todas as localidades, que são muitas: só no Amazonas elas foram em três ou mais Unidades de Conservação (UC), afora o Pará, Tocantins, Amapá, Acre... até na Colômbia. “Por isso dissemos ao pessoal que precisávamos do Ricardinho. Nós não conhecíamos ninguém aqui, só que quando nos falaram que havia tal e tal auxiliar local, e que o Ricardinho é o mais antigo, pronto... precisamos de alguém que conhece a área, para já nos levar direto nos pontos onde as espécies ocorrem”. Em resumo, o critério que, agora, determina um *quantum* de conhecimento é uma relação direta entre tempo, espaço e mata: ir, ponto a ponto na grade, o mais rápido possível. Habilidade que, como eu já atestara, Ricardinho definitivamente possuía.

Parte importante da metodologia: as pesquisadoras mostram ao Ricardinho, em encartes laminados com fotos coloridas, com nomes científicos e populares, e uma breve descrição botânica, as árvores de interesse: Ipê, Jatobá, Pará-pará, Marupá, Andiroba, Roxinho e Cumaru.<sup>57</sup> Na hora, ele já antecipa: “Andiroba e Cumaru têm aqui não; as outras sim. Roxinho tem duas espécies, nem sei se não são três... e uma é... é nativa, né? Não sei se é a que vocês precisam”. Eu, que havia acompanhado sua saída para o monitoramento de roxinhos, lembro que ele me havia dito que os pesquisadores já haviam lhe mencionado que havia uma terceira espécie. “Por que ele repassa as informações com hesitação?”, pergunto-me.

Seguimos pela trilha de acesso à grade, que vira trilha principal a 1,2km de distância da sede. Na frente, Ricardinho e eu; Bá e Lu seguem atrás. Ritmo acelerado para chegar

---

<sup>57</sup> Os nomes próprios das árvores e outros “objetos” são escritos, por vezes, com letra minúscula, denunciando se tratar do objeto sob o qual a série de ações é dirigida e, por vezes, com letra maiúscula, indicando que a árvore, ou a entidade a qual me refiro, participa explicitamente da ação. Ademais, quando o verbo utilizado for *ter* ou *haver*, os nomes sempre serão em maiúsculas.

logo na grade e começar a coleta do material. Andamos algum tempo. Não sei quanto, ao menos em termos cronométricos ou quilométricos, mas o suficiente para já estarmos na grade e estarmos cansados do intenso mormaço dentro da floresta. Caminho olhando para o chão, nenhum pouco atento às árvores, mas também porque algo na relação da caminhada mata adentro parece impor este gesto. Este ritmo, desvia a atenção de toda a matemática da grade (a distância, as horas, a densidade de ocorrência de espécies). Dou-me conta, na verdade, mediante olhares furtivos à frente que Ricardinho anda, também, mirando o chão. Angustiadadas por não termos avistado, ainda, nenhum indivíduo de nenhuma espécie, as engenheiras comentam: “Ricardinho, vamos diminuir o ritmo, senão a gente não consegue ver direito”. Ele nada diz. Responde com o corpo, andando um pouco mais lentamente.

O objetivo final, desde nossa partida, é chegar e percorrer toda a LO4. “Lá tem bastante Roxinho”, Ricardinho nos informa. “No caminho, aí pra cima, a gente vai achando as outras”, complementa. Caminhamos e caminhamos. Em diversos momentos Bá e Lu ficam mais para trás; elas param para olhar algumas árvores. Alguns gestos, perceptíveis mesmo a certa distância, denunciam sua inquietude: observam e coletam folhas e galhos à meia altura; rejeitam os materiais forte e abruptamente no chão; tiram conclusões em certo tom de desgosto, “não é não”, seguidas de suspiros e resmungos. Tudo indica que a relação tempo, espaço, mata e, talvez, Ricardinho, não corresponde à eficiência esperada. Estamos há mais de duas horas, espelho, percorrendo a grade, desde a entrada na trilha de acesso, e nada de marupás, pará-parás, roxinhos etc.

De repente... “um ipê...”, Ricardinho alerta logo a frente. Corro um pouquinho e chego. Elas vêm logo em seguida. “Tem certeza Ricardinho? Ele não parece nada com o que coletamos nas outras regiões.” “Tenho sim”. Bá o submete à prova, analisando a estrutura do tecido vegetal por meio da extração de uma pequena amostra do câmbio. “É. É ele sim. Você sabe se tem mais de uma espécie de ipê na ilha Ricardinho?”. “Olha, sei não”.

De modo resumido, a pesquisa é conduzida, *in loco*, da seguinte forma: o olhar busca, num primeiro procedimento, identificar as espécies. Em se suspeitando se tratar de uma árvore de interesse, o segundo procedimento é outro: entre a casca da árvore e uma pequena marreta de ferro se coloca um outro instrumento, também de ferro, onde a ponta que sofre as batidas da marreta é redonda e densa, sendo a ponta que perfura a árvore circular, aberta no centro e com um aro de metal cortante.





Figura 21: Bá extraindo amostras da árvore. Fonte: Foto do autor.



Figura 22: Extraindo amostras da árvore. Fonte: Foto do autor.

*Teinh, teinh, teinh...* é o barulho - bastante forte, diga-se de passagem - que ecoa na mata. Barulhos, agora, já sabe o leitor, indicam a presença de corpos em interação. Mais: cada barulho *singulariza* os corpos em interação. Porém, ali, ninguém parece dar muita atenção a isto. À diferença do que ocorreu na seção 3.1.3, quando do monitoramento de roxinhos, os sentidos dos corpos misturados, neste instante, não fazem sentido. Aos menos não a audição. Ela não permite afirmar nada.

A parte da árvore amostrada sai como um pequeno disco, mais grosso, porém do mesmo tamanho que uma moeda de 50 centavos de real, expondo o tecido vegetal interno ao exame de uma lupa de bolso que confirma a identidade da árvore. Eis as três séries dos atos que produziram a afirmação, “é. É ele sim”: olho-floresta-árvore, trado-casca e olho-lupa-tecido. “Deixa eu ver”, digo. Bá me mostra o que devo encontrar: realmente se notam os pontinhos esbranquiçados dos vasos condutores da planta formando linhas em paralelo, uma espécie de desenho de estrias em colunas ou, em termos mais técnicos, um “meristema lateral liso”. “Quer olhar Ricardinho?”, Bá pergunta. Ele toma a lupa, mira o câmbio e devolve o material a ela.



Figura 23: Marcas da extração deixada na árvore. Fonte: Foto do autor.

São extraídos três discos por árvore. Um pequeno saco plástico cheio de bolinhas azuis de sílica guarda este material junto a um pedacinho de papel onde se lê *Ipê 12*. Afora isto, vários dados (hora, data, localização GPS, altura e DAP da árvore, estes dois últimos, igualmente estimados a olho nu) são anotados em uma tabela sobre uma prancheta. “O primeiro! Ufa!”, exclama Bá.



Figura 24: Bá (à frente) guardando a amostra em sílica e Lu (ao fundo) anotando os dados. Fonte: foto do autor.

O desejo, força de movimento expansivo, já dizia Tarde (1985), nunca é geral, ele é situado dentro da mudança de perspectiva, da passagem de uma afirmação à outra. Para o sociólogo francês, o problema do desejo nunca é aquele de sua existência - sua ontologia -, mas o do fluxo de seu percurso, ou seja, o sentido (semântico e vetorial) e o significado de um desejo estão estreitamente ligados à orientação que este toma. Procuram-se espécies determinadas de árvores. As sensações serão, portanto, convergentes para este fim. Que não se confunda o fim “buscar e identificar árvores” com a atividade desejan-te em si mesma: “não nos perguntaremos, então, as razões desta propensão da mônada a se apropriar das outras”, pois isto suporia que existem fins projetáveis para além daquilo que Tarde coloca como último: “todo ser quer, não se apropriar aos outros seres, mas os apropriar”. (TARDE, 2010 [1893], p. 56 - tradução livre). Trata-se simplesmente da orientação relacional de uma vontade na direção de um máximo de fé.

Sem a presença de Ricardinho, há mais de 15 anos trabalhando mata adentro no contato com biólogos, insetos, aves, plantas etc., seria muito difícil encontrar ipês. Ele os conhece, os reconhece por meio da visão a olho nu. Sua presença é essencial. Porém, este seu critério de identificação não é suficiente diante da necessidade de validação científica. Hesita-se: “tem certeza Ricardinho?” é o enunciado que daí deriva. Sem os instrumentos e equipamentos, seria, também, muito difícil encontrar ipês. A série das operações pragmáticas não invalidam uma a outra, elas se conjugam. Nenhuma, tampouco, é mais precisa, refinada ou aprimorada do que a outra. O leitor diria: “mas poder olhar para as estrias do tecido vegetal interno ao tronco, no câmbio de uma árvore, requer técnicas e tecnologias muito primorosas, avançadas!”. Eu contestaria: e encontrar ipês em meio a milhões e milhões de árvores, selva adentro, não?

Já é dia 22. Segundo dia de investidas na grade. Voltamos ao ponto onde paramos ontem em ritmo acelerado. O relevo ajuda: é plano. Seguimos mais um pouco e o caminho abunda em ipês. Sinal para diminuirmos a velocidade da caminhada. Alguns marupás e pará-parás são avistados e são coletadas as amostras. Pouco a pouco, vai se atingindo uma “média de amostragens/dia”, visto que o bom andamento do campo vai sendo avaliado conforme o número de árvores registradas. Para cada espécie são 30 indivíduos que devem se amostrados. Das sete espécies, andiroba e cumaru estavam descartadas pois não ocorriam na Ilha. Sendo sete a oito dias de campo, “uns 20 indivíduos por dia está bom”.

São por volta das 13:30h. A boca seca. Calculamos mal a quantidade de água. A sensação de esgotamento é indescritível; a minha pelo menos. Ficar indo e vindo, ora rápido e olhando o chão, ora lento e olhando o alto, parando, exige bastante preparo do corpo; *ambientação*. “Talvez hoje a gente faça menos de 20...”, comentam secando o suor

da testa. Ao que tudo indica, eu não era o único sendo acometido pelo mormaço incontornável da floresta de terra-firme.

Sentamos para o almoço, momento mais oportuno para conversar. “Bá, me explica melhor o estudo”, pergunto. “Assim, faz parte de uma parceria entre a União Europeia e vários países da América Latina que exportam madeira para lá. A parceria principal é com o governo alemão. A gente faz a coleta de várias populações destas espécies todas aí, ipês, pará-parás, andiroba etc., e manda para eles fazerem *barcoding*”... meu franzir da face denuncia... “*barcoding* é rastreamento genético, digamos. Com isso, identificando as espécies e vinculando cada madeira à população de origem o governo de lá pode saber se tal madeira, por exemplo, é liberada no país de origem, para extração e comercialização. Têm algumas que são liberadas no Brasil, mas não na Colômbia, por exemplo, e vice-versa. Aí eles podem controlar... é... não é bem isso... fiscalizar... ahh... desestimular a extração e o comércio ilegal aqui, entende?” Faço que sim com a cabeça; “interessante”, sussurro meio que ao ar. “Quais instituições estão envolvidas? Não sei todas direito... Max Plank, INPA... é um projeto grande” ela responde; das *big sciences*, eu complementaria.

Um tempo depois, incansável somente nas perguntas: “ô Ricardinho, como é que tu identifica os ipês?”, pergunto. “Eu te mostro já. Já vi dois, três ali atrás”. “Atrás do quê?”, penso. “Qual o sistema de referência que ele está usando? Nosso percurso? A trilha da grade que ficou em algum canto que já não sei mais onde? O seu corpo? O meu corpo? (estamos um de frente para o outro enquanto comemos). Outra coisa qualquer?” Algum tempo depois vamos pegar as amostras dos ipês que ele havia visto. Nenhum dos meus palpites fez sentido: “ô Ricardinho, quando tu falou que os ipês estavam ali atrás, eu não entendi é nada. Estavam atrás do quê?”. “Ah... é que eu já tinha visto eles, né...”, ele diz. Em resumo: estavam atrás na própria ordem de seu próprio pensamento, na imagem que ele já havia apreendido ao longo da caminhada.

Em baixo do ipê, ele segue: “tá vendo que a folha tem um formato assim... é... pequena, assim, recortada... meio cheia de curvas? Vê como elas se espalham nos galhos?” “Ãh?!?”, exalo com um leve sorriso de desentendimento. “Tá vendo que o verde dela é um verde diferente, mais clarinho?” “Áh, tá, né, Ricardinho!”, retruco em tom irônico, debochado, surpreso. Ele ri: “ué, não sabe ver não?”. Aparentemente, o câmbio da casca, formado por micro pontinhos esbranquiçado-transparentes eu sei ver; o verde clarinho das folhas que pertencem aos, ou compõem os Ipês, não. Mais tarde, ao revisar as poucas páginas nas quais escrevi alguma coisa, me pergunto: e ele, pode ver as estrias do câmbio?

Ingold (2010) problematiza a transmissão de representações em termos de uma “educação da atenção”. O autor cria uma distinção básica entre informação e

conhecimento, que, em parte, me interessa aqui. É por meio desta distinção que ele chega à categoria das “habilidades”. Enquanto informação se refere a algo como uma expectativa dirigida ao passado, conhecimento é algo cuja execução é dirigida ao presente. Seus exemplos, cozinhar uma receita e laçar uma rena, constroem a analogia que expressa a diferença: no primeiro, se espera que a pessoa que lê uma receita seja capaz de reproduzi-la, tendo em vista que tal prática dialoga com experiências anteriores da mesma (derreter manteiga); no segundo, há todo um ajuste corporal feito no ato de laçar que responde diretamente ao mundo circundante sob contato. Porém, não está em questão reduzir cozinhar e laçar àquela diferença: seguir a receita escrita e seguir as instruções faladas de um perito em capturar renas (informação) “abrem caminho para o conhecimento”, à medida que “colocada no contexto das habilidades adquiridas”, ou seja, enquanto sendo executada, a ação é “conhecimento que eu mesmo construí seguindo os mesmos caminhos dos meus predecessores e orientado por eles”, uma espécie de “redescoberta orientada” (INGOLD, 2010, p. 19).

Não fora eu atento às instruções de Ricardinho? Ou simplesmente não posso redescobrir porque não recordo, não tenho memória corporal deste conhecimento? Não sei se, para além do quadro interpretativo inovador, Ingold conseguiu laçar uma rena. Eu não pude distinguir o verde clarinho que os Ipês têm dos outros tons de verde que me cercavam os quais, ademais, seguramente eram em menor quantidade dos que o “olhar nativo” enxergava. Diria eu que Ricardinho adquiriu este conhecimento com as gerações macuxis passadas? Talvez um “senso de lugar” como uma certa continuidade do corpo, da mente e do mundo (ESCOBAR, 2005b) jogue uma papel definitivo nestas habilidades e apropriações.

Ingold, ele próprio, o reconhece:

a contribuição de cada uma [geração] para a cognoscibilidade da seguinte não se dá pela entrega de um corpo de informação desincorporada e contexto-independente, mas pela criação, através de suas atividades, de contextos ambientais dentro dos quais as sucessoras desenvolvem suas próprias habilidades incorporadas de percepção e ação. (INGOLD, 2010, p. 21).

Aqui não interessa manter o aprendizado, estas “habilidades adquiridas” desde a perspectiva das gerações, mas sim desde aquela dos encontros, das ações notáveis entre os diferentes, que constituem, como espero ter deixado claro no capítulo anterior, um dos requisitos da zona de entre-saberes. Eis que este “senso de lugar” não é alto estanque, mas coetâneo à experiência que está a ser posta em exercício. Para tanto, coloco em evidência um segundo evento.

Quarto dia: 27 de maio. Enquanto Bá e Lu se ocupam de coletar as últimas amostras que encontramos, Ricardinho já havia reparado a existência de alguns marupás e pará-parás perto de onde estávamos. Ele foi verificar de perto. Cinco minutos depois, retorna: “não, é tudo aquele outro marupá”. Explico: ao longo dos dias, uma diferença inusitada foi tomando lugar. Parece que ali, em Maracá, existiam duas espécies de marupá (família *Simaroubaceae*). Somente uma era de interesse para a presente pesquisa, de árvores madeiráveis. Por quê? Simplesmente porque “não [se] sabia que havia outra espécie!”. Tal conclusão veio, novamente, com uma identificação em duas etapas: a olho nu, caminhando lentamente, e olho não nu, parado, ou seja, com o auxílio da lupa para ver as estrias do tecido vegetal interno. Foi um dado intrigante para todos. Bá e Lu não sabiam que havia mais de uma espécie de Marupá: “todas que coletamos até agora são da mesma”. “Ah é!?”, exclamo perguntando. “Sim... sabíamos que existem muitas, mas que ocorriam em outras localidades”. Ricardinho não suspeitava. Eu, obviamente, nem de uma espécie com este nome sabia. “Isso é comum. Têm árvores que para nós são espécies diferentes, mas para o pessoal local elas têm o mesmo nome”, comenta Bá.

Contudo, como elas os diferenciavam, afinal? Qual critério seria capaz de fazer emergir uma nova espécie? As diferenças no tecido. Neste caso, na Ilha, “uma delas tem o tecido interno levemente mais estruturado que a outra”, explicaram. Este foi o enunciado ao qual ambas engenheiras chegaram após examinar, repetidamente, diversos indivíduos de marupá desde que se iniciou a expedição na ESEC. Tecnicamente falando, eu não hesitaria em dizer que um botânico sistemata não faria este tipo de assertiva. Há uma série de outros testes e avaliações que necessitariam ser conduzidos para se chegar a tal descoberta. Não pretendo, entretanto, colocar em choque os campos da botânica e da engenharia florestal. Chamo a atenção ao leitor para duas coisas. Primeiro, tanto quanto “os locais” chamam duas espécies distintas com o mesmo nome, as diversas especialidades do conhecimento científico validam seus próprios critérios os quais são, por diversas vezes, concorrentes, gerando suas próprias confusões. Recordo-me de Patrãozinho, que trabalha com sistemática vegetal, falando do herbário do INPA: “o pessoal coleta, gente que não estuda sistemática - ecólogos, botânicos moleculares, engenheiros florestais - e coloca como se fosse a espécie tal e tu vai vê e não é a espécie”.

Segundo e, por conseguinte, o conceito de espécie mobilizado nesta cena está, assim, longe de adquirir uma dimensão ontológica capaz de criar uma nova identidade do marupá. Este conceito não é senão expressão de uma operação pragmática, ou seja, ele é funcional para a ciência que ali se faz: ele cria uma justificativa para o *dégradé* de

estriamento do câmbio, ele assenta a implementação da solução de um problema: estar diante de uma variação de estruturação vegetal ou de uma árvore que não interessa ali.

Voltemos. Ricardinho havia afirmado se tratar deste “outro marupá”. “Tem certeza Ricardinho?”, elas perguntam, agora. “Acho que sim”, responde com o olhar fixo, corpo um tanto tímido. Haviam dois indivíduos, um ao lado do outro. Elas se dirigem às árvores para extrair as amostras e verificá-las, examinando o câmbio com a lupa, afinal, ambas espécies eram chamadas, até um par de dias atrás, por Ricardinho, de marupá.

O critério científico havia instaurado uma diferença: “é. É aquele outro mesmo”. Todavia, mais surpreendente é o comentário de Ricardinho: “é né... esse Marupá aí tem uma casca mais dura... assim... é... mais farelenta, né (...) até o barulho da batida é meio assim... sei não”. De modo geral, a família das *Simaroubaceae* tem o tronco muito duro. Isto tornava muito difícil extrair o câmbio, via marteladas com o trado de mão. Bá, conforme o cansaço dos dias, foi pedindo para “limpar um pouco a casca mais externa”, para que se chegasse mais fácil à parte do câmbio e extrair as amostras. “Não muito... mas não muito pouco”, aconselhou já no primeiro dia. É que “muito” podia estragar o material; porém, “muito pouco” de nada adiantaria. A tarefa competia ao Ricardinho e ele a executava raspando - ou picotando - a casca com o facão. A repetição desta ação, ao longo dos dias, posso sugerir, é uma “redescoberta orientada” de um tipo bastante particular, posto que não se trata de “habilidades adquiridas” por meio da cópia ou da imitação, tampouco por meio da reapropriação de uma prática antiga, mas algo radicalmente distinto: a diferença instaurada em termos de “estriamento do tecido vegetal interno” é atualizada em termos da “consistência da casca externa da árvore” e os ruídos que “nem se sabe”, nem sabe descrever, converter em informação, só ouvir e conhecer. Não há, em termos de agenciamento dos materiais, nenhuma continuidade aparente. Bá e Lu, retêm a informação e, uma que outra vez, tentam raspar a casca elas mesmas. “É dura mesmo, heim Ricardinho”... o cansaço, porém, das longas caminhadas, o relevo pedregoso e sinuoso, em meio ao forte mormaço e as fortes pancadas de chuva que começam a cair, as marteladas em 20 árvores/dia, três discos/árvore, as impele a se poupar o trabalho. Eu também me arrisquei uma que outra vez, senti(!) - diferentemente de não saber ver -, mas não detinha um manuseio do terçado tão eficiente. Quanto aos sons, o tema não veio à tona.

A zona de entre-saberes, como mencionei no capítulo anterior, se aproxima da “ecologia de práticas” (STENGERS, 2003): uma multiplicidade de elementos-intensidades emaranhados precede qualquer tipologia das formas de conhecimento e situa o cenário da pesquisa em conservação da biodiversidade amazônica nesta dimensão da “copresença

problemática de práticas”. Cria-se um novo critério de diferenciação que, não sem tensão, vai se costurando com aquele anteriormente engendrado. Critério, agora, tátil-visual.



Figura 25: Ricardinho lascando a casca de um marupá. Fonte: Foto do autor.

A frase, tão repercutida ao longo de meu campo, “eles [os locais] conhecem tudo” ganha, agora, um sentido bastante forte e preciso. Eles conhecem porque “adquirem habilidades” em meio ao encontro de práticas. Porque eles estão ali o tempo todo, como aliás, está agora o sistema de trilhas RAPELD. O leitor há de se recordar que o RAPELD opera tanto como um sistema de trilhas que faz, neste trabalho de tese, um enclave privilegiado para registrar encontros e contatos, quanto como um método inovador de pesquisa e gestão. Por hora, fico somente com aquela primeira função. O sistema permitir a mobilidade dentro da floresta. Serve de sítio de pesquisa permanente que aumenta a frequência de estudos, pois, somente em meu período de campo, atravessei seca e chuva, e à qualquer tempo a grade está lá (mesmo que com maiores dificuldades de acesso em certos pontos). Possibilita uma heterogeneidade de sujeitos terem a experiência de “estar na mata”. Tudo isto se percebe pelas condições de acesso rápido a certos pontos em contrapartida à menor destreza quando temos que tomar atalhos, saindo das linhas das



trilhas: às vezes se encurta o caminho, e se cansa menos devido ao relevo ser menos acidentado, mas se estende o tempo do percurso.

Com isso, se presentifica um “senso de lugar”, “uma forma de espaço vivido e enraizado” (ESCOBAR, 2005b, p. 128 - tradução livre). Daí que ao incluir, como critério de elegibilidade, as áreas excluídas por uma “conservação sem humanos”, tais quais as UC's, o sistema parece não reificar estes territórios e as espécies a serem protegidas em espaços. Ele se isenta de retirar do lugar sua própria história de “simbiose”, de “coevolução” com as comunidades, ressignificando o filtro da relação entre pesquisa e localidade.

Já no que toca a segunda função daquele sistema, sua inovação metodológica e analítica, algo a mais se faz afirmável. As populações de árvores madeiráveis, convertidas em *clusters*, bancos de dados, genes e que vão, depois, fornecer as condições de possibilidade do comércio e da fiscalização internacional para com a “conservação da biodiversidade” são, também cores, texturas e sons. Neste sentido, o RAPELD opera como elemento de atualização dos saberes e reinvenção de habilidades:

Ao mesmo tempo que narrativas dos usos são convertidas pelas tecnologias em estruturas algorítmicas, estas estruturas são elas mesmas colocadas em uso no andamento das atividades dos habitantes, e por meio das histórias destes usos elas são reincorporadas sob a égide da ação efetiva na qual toda a vida é vivida. A essência da habilidade, então, repousa no talento da improvisação com a qual os praticantes são capazes de desmontar as construções da tecnologia e, criativamente, reincorporar as peças nas suas próprias caminhadas da vida (INGOLD, 2011, p. 62 - tradução livre).

Há, aqui, dois ajustes rápidos a serem feitos. É que a linguagem faz parecer que as pessoas são sujeitos que detêm conhecimento. Se o conhecer se faz mediante uma prática sensitiva, em meio as dinâmicas de posseção recíproca, então o *ambiente* ocupa um lugar central, ativo, para além do físico e simbólico. Outros elementos também. Ipês, que respondem, em sua própria escala de atuação, à uma série de circunstâncias particulares, criam um verde-clarinho específico; Marupás, que respondem à outra série de circunstâncias, endurecem seus troncos. Recordo o leitor que estamos na *terra-firme acontecimento*, na Ilha de Maracá. Ipês e Marupás são, por conseguinte, sujeitos. Mais uma vez e melhor: “Ricardinho”, “Bá”, “Lu”, “Ipês”, “Marupás” são nomes que designam “regiões de intensidade” (DELEUZE; GUATTARI, 1972). O que evito fazer, aqui, é “tomar as possibilidades de conhecimento pela existência ela mesma” (DEBAISE, 2015, p. 45 - tradução livre) ou seja, evitar fazer com que o ato de conhecer recobra identidades.

Em outras palavras, talvez, “junto com partes do corpo, aspectos do cenário ambiental são incorporados como partes integrais do ‘dispositivo’” (INGOLD, 2010, p. 19). Todavia, onde situar os sentidos e as sensações? Eles parecem desempenhar um papel

mais central do que se imagina neste cenário. Como o leitor deve supor, sim.<sup>58</sup> Difícil de ser explicado, porém, o entendimento deste ponto é crucial para a articulação entre biodiversidade e ambiente desde a perspectiva do encontro de saberes que será esmiuçada na seção seguinte. Agora desenho o quadro geral onde esta articulação se desenha.

O sistema RAPELD pode acolher qualquer estudo porque ele estabelece uma relação direta entre conhecimento e as escalas espaciais que vão de “0,5 a 5km de extensão”, (MAGNUSSON, 2013 et al., p. 139), temporais, ou seja, levantamentos rápidos, os “RAP”, e de longa duração, os “PELD”, e taxonômicas, como pude ressaltar nesta seção ao se suspeitar de uma nova espécie de marupá e, também, em vários outros momentos no decorrer do texto. Todo um sistema de referências. Trata-se de escalas extensivas. Colocadas umas em função das outras de forma bastante específica elas darão à biologia da conservação um *quantum* de biodiversidade (ver seção seguinte).

Não obstante, aquela relação direta entre conhecimento e estes três tipos de escalas também se percebem, para além de suas medidas extensivas e quantificáveis, nas suas intensidades sensitivas. Os *diferentes ritmos e maneiras de se localizar* foram aquilo que levaram as engenheiras, *a priori*, a selecionar Ricardinho como sendo o auxiliar mais capacitado para encontrar árvores. E isto se comprovou, na prática. Caminhar rápido, devagar, parar conforme as sensações que o relevo e as condições climáticas aportam, e, em meio a isso, olhar para o alto, distinguir tons de verde e propor novos *táxons* a partir da textura da casca das árvores. Frente e traz são criados, como Ricardinho o fez, sem obedecerem outra coisa senão seu próprio ato de improvisar o trajeto que seu corpo faz ao passar. Todo um outro sistema de referências. Trata-se, agora de uma mudança de escala que vai “na direção de um abstrato mais composto [que] dá resultados sensoriais ou sensuais” (SERRES, 2014 [1985], p. 220 - tradução livre). Mais: trata-se de maneiras de adquirir novas habilidades via o atravessamento sensitivo que reúne os corpos em suas continuidades, sem aniquilar suas diferenças:

se, no lugar de ser simplesmente formas de nossa sensibilidade, como seus mais profundos analistas pretenderam, o espaço e o tempo não seriam, por acaso, noções primitivas ou quase-sensações contínuas e originais pelas quais se traduziriam para nós, graças às nossas duas faculdades de crer e de desejar, fonte comum de todo julgamento e, por conseguinte, toda noção, os degraus e os modos da crença, os

---

<sup>58</sup> Sou simpático à intuição de Ingold. Todavia, ela me parece guardar um risco com o qual não sei se coaduno. Se levarmos a sério a diferença entre informação e conhecimento, temos que um livro, uma dissertação ou tese, em ciências sociais, por exemplo, nada mais é do que um conjunto de informações. Em parte, tal proposta vai ao encontro da diferença que estabeleci ao me referir sobre o conhecimento sobre a Amazônia, entre “estar na mata” e “ficar entre quatro paredes”. Isto porque ela ressalta que o conhecimento está no ato enquanto se faz, na experiência presente dos corpos em contato. Por outro lado, ainda não reduziria a conversão dos gestos e sensações em texto, tarefa difícil, em um singelo bloco de informações reunidas.

degraus e os modos do desejo, dos agentes psicológicos outros que nós. Nesta hipótese, os movimentos dos corpos não seriam senão espécies de julgamentos ou desígnios formados pelas mônadas. (TARDE, 2010 [1893], p. 16-17 - tradução livre).

As dimensões métricas, quantificáveis do espaço, do tempo, e do número de indivíduos a serem coletados se misturam à força qualitativa da sensação de um percorrer, de uma velocidade e de um sentir. Há uma *disposição sensitiva* que se cria no encontro do RAPELD e as localidades em meio a sua segunda função, a produção de dados sobre a biodiversidade. O ambiente se aproxima, assim, das variações ambientais experimentadas pelas infinitas capacidades, ou habilidades, dos sentidos.

A primazia da zona de entre-saberes é dada à análise das especificidades de cada localidade. Para além daquilo que Ingold chama de *taskscape*, trata-se de dar atenção às estas intensidades as quais atravessam e misturam os corpos com o ambiente. As definições sociológicas de uma “natureza” do critério e do tipo de saber, seja ele “científico” ou “indígena”, ganham destaque após o encontro, após a prática do corpo misturado, da possessão como atividade mínima disparada pelo atravessamento sensitivo que conjuga desejo e crença no meio da floresta amazônica.

Tentar “fazer sociologia” me levou a buscar ipês, raspar troncos de marupás, mas também a experimentar como é “estar na mata”, a estar atento às interações dos corpos que constituem saberes. O conjunto dos meus sentidos se orientava (ou se desorientava) em múltiplas direções e objetivos, tanto olhar tons de verde e formatos recortados das folhas, quanto olhar extrações de câmbio e tecidos estriados, quanto tatear durezas de troncos. Posso sugerir que a zona de entre-saberes não garante, em primeiro lugar, aprender. Ela pode ser tanto disjuntiva (não distinguindo cores) quanto conjugada (atestando estrias e texturas). Porém, ela estimula, de modo mais singelo, *apreender*, “o único aporte verdadeiramente fecundo” (TARDE, 1895, p. 91 - tradução livre). Se aprender e apreender se confundem, ao fim e ao cabo, pelas operações pragmáticas que constituem corpos e saberes, eles mobilizam dimensões suficientemente distintas no pensamento e, por conseguinte, categorias distintas.

Apreender indica uma continuidade das operações pragmáticas entre as forças desejo, crença e sensação. No caso dos ipês, o sentido da visão vai produzir um entre-saberes, empurrando o desejo e criando, entre os degraus de crença, força de contração, escalas qualitativas de formas e cores. São empregos diferentes da possessão que, dispostos em série, produzem a afirmação “é. É sim”. Olho-floresta-folhas-cor passa a olho-lupa-câmbio-estrias. No caso dos marupás, olho-lupa-câmbio-estrias passa a mãos-facção-casca-textura. Passar dos objetos, sujeitos e instrumentos, mais uma vez, aos corpos

que se misturam, que se constituem em regiões de intensidade, requer toda uma outra grade de inteligibilidade. Serres (2014 [1985]) marca bem esta diferença por meio do que ele nomeia as *variações discretas* e as *variações contínuas*:

A pradaria se esmalta de flores e ervas; os tufo do sol e os fios da toalha se justapõe. Nós diríamos, de início, a variação discreta ou distinta. Os frutos das laranjeiras estão bem separados dos frutos dos carvalhos e dos botões de rosa, como as cabras dos leões. A pele nua se tatua diversamente: a mulher se avermelha do odor das rosas, sem dúvida, mas ela foi emocionada, ao mesmo tempo, por tantos outros pudores e carícias. Os traços e marcas de todos os sentidos se misturam, nós diríamos a variedade contínua, nós diríamos a pele variável (SERRES, 2014 [1985], p. 70-71 - tradução livre).

São as variações discretas do ambiente que são computadas pelo método RAPELD, extensiva e matematicamente. A partir da diferença de suas “naturezas” - o tempo, o espaço e os organismos ou espécies - se estabelece o *quantum* de biodiversidade, como será analisado em pormenores logo adiante. Por um lado, portanto, grade carrega, sendo sistema métrico, a centralidade do tempo espacializado (que diz da cronologia, da matematização, do escalonamento). A categoria de “espaço” é descodificada pela tríade global-regional-local. Porém, por outro, entretanto, ela é composta, não sem tensão, com as circunstâncias para aprender e apreender as habilidades sem as quais “você não faz pesquisa (...)”. Com salientei desde o início, o requisito a partir dos quais as possibilidades do conhecimento se dão. Estes se tornam acessíveis pelo “estar na mata”. As diferenças das escalas métricas se mesclam à experiência das variações contínuas do ambiente.

*Fabricar ambientes*, eis aquilo que Ingold, de modo muito perspicaz, sugere como “herança” inteligente de uma geração à outra (eu acrescentaria, de encontros a encontros); e não livros, tabelas ou bancos de dados. Em um primeiro momento, conforme já me havia explicitado o Coordenador do Centro, trata-se de conservar os substratos materiais onde os corpos podem entrar em contato, desejo que impulsiona, hoje, o método do PPBio e seus objetivos.

Não obstante, Ingold deixa passar uma distinção que, como tentei mostrar, *faz toda a diferença*. É que não é o mesmo cozinhar e derreter manteiga, laçar uma rena ou escutar alguém assobiar e se flagrar repetindo a melodia depois (seu último exemplo). Os sentidos não são meros recursos de descrição minuciosa ou elementos universais (como se tatear fosse sempre tatear; escutar fosse sempre escutar e ver sempre ver). Eles são mobilizados e se conjugam à cada prática de modo especial. Ouvir não é ver que não é tatear e cada qual não é exatamente o mesmo. Ao contrário, trata-se do conjunto imanente dos sentidos dos corpos misturados: *este* ouvir, *este* ver e *este* tatear vão se mesclar em variações contínuas que vão importar consigo, em conjugação às variações discretas, outro modo de conhecer,

outro modo de fabricar ambientes. Em outros termos ainda, engendrar novas sensações e habilidades em continuidade aqueles substratos materiais que se quer conservar.

Como quase todos os demais dias que se seguiram - dias a mais do planejado, diga-se de passagem -, são 16:45h e estamos a uns 8 a 9 km da sede. É hora de voltar. A noite cai rapidamente perto do Equador. Mais rápido ainda dentro da mata. Caminhamos tão rapidamente quanto desce o sol. São quase 18h e a penumbra se converte em escuridão. Estamos a poucas centenas de metros da sede. Lanternas ajudam o olhar e o passo se desacelera, junto com o subir lento da lua. Toda uma outra gama de ruídos vai surgindo. Chegamos. Soltamos as mochilas e os petrechos no chão. Ricardinho se prepara para retornar ao Boqueirão: “amanhã vamos sair mais cedo... tenho outras coisas a fazer”. Esta frase é recorrente naqueles que *ficam no lugar*. As possibilidades de engajamento dos indígenas nas pesquisas parecem sempre passar pelo *outra coisa a se fazer*. Ele acrescenta em seguida: “Felipe, você vai voltar ao Boqueirão, né? Vai querer ficar lá em casa?”. “Foi o que eu tinha pensado. Tem problema?”, respondo perguntando. “Você come porco?” ele pergunta. “Qual? O de caça ou esses de criação mesmo?” “Não, esses que a gente cria em casa mesmo”. “Não sou muito fã, não, te confesso”. Minha resposta saiu com um certo tom de embaraço. “E ovo?” “Sim, sim...claro!”. Ainda que no fundo eu também não seja muito fã de ovo, como poderia repetir a mesma resposta?! Sem mais, ele parte.

Após mais um dia de empreitada, nada como se sentar em uma cadeira e sentir o alívio do vento contra a pele áspera e amassada dos pés. Meus pés... parecem realmente superfícies rochosas: duros, rugosos, fibrilados, branco-acinzentados e ainda recobertos com pequeninos galhos e pedaços de folhas que vão entrando nas botas ao longo do percurso; até um que outro carrapato consegue se grudar à pele através dos buracos da trama da meia. “A intensidade da floresta”, penso, “está um pouco por tudo”; a sociologia, sinto, é algo se faz com os pés. Nos pés se sente um pouco da biodiversidade; neles, especularia, o próprio ambiente está a se fazer.

Vimos como a conjunção dos sentidos com a grade RAPELD fabricam ambientes. Vejamos, agora, como, neste mesmo processo, o ambiente é convertido em abstração.

#### **4.1.2 Inventário de borboletas, inventário de ambientes: os sentidos em variação contínua**

Estou fechando meu sexto mês intermitente de campo. Maio para junho de 2015. Não há como não conduzir esta etnografia sem passar pela sensação de completa exaustão do corpo. A duração desta expedição que sigo agora é de um mês. Eu, contudo, acompanhei a primeira (26.05 a 01.06) e a última semana (16.06 a 24.06), visto que, no

meio tempo, fui à Ilha participar de um inventário de insetos (este, infelizmente, não coube neste trabalho) e de um estudo de biomassa de árvores (ver próxima seção).

“Vamos em todas as parcelas”, me foi dito. Na primeira semana caminhamos cerca de 26km/dia, pois estávamos indo e vindo ao longo das LO04 e LO05, as mais distantes da sede do PNV e, por conseguinte, da trilha de acesso à grade, onde fica a sede do Parque. Esta quilometragem diminui progressivamente ao longo das semanas e, na última, são em torno de 12km caminhados diariamente.

Meu diário de campo minguava à medida que os dias de caminhada pela grade vão exaurindo mais e mais nossa condição física. Não se trata de caminhar pelas ruas das cidades, como fiz em Manaus ou Boa Vista, por exemplo. Tampouco do Viruá à Maracá, de Caracará ao Boqueirão. Trata-se de estar em um lugar bastante específico: a mata. Daí que a etnografia que faço não se pretende multissituada. Não se trata somente de uma reflexão que se faz ao se deslocar de um ponto ao outro. É preciso fazer o movimento do pensamento acompanhar aquele do corpo. No caso do deslocamento, este movimento é cercado pela primazia dos pontos fixos, das localidades por onde se passa. Daí que, como já dizia Serres (2014 [1985]) é preciso estar atento à operação de passar; daí que, neste trabalho de tese, pensar é sentir, sentir é pensar.<sup>59</sup>

Digo, ademais, *nossa* condição física, porque Marlon e eu não suportamos mais o relevo acidentado, as pedras no caminho, o calor, os trechos cada vez mais alagados, os espinhos, os bandos de porcão (que lhe provocam pavor) e as nuvens de carapanã (que me dão ojeriza). “É, Jesus, os bicho ficam tudo louco quando começa a chuva, óh”, diz, rindo, Max. Os desvios, as surpresas, o cansaço abateu o joelho daquele biólogo e o fez, desde a metade da empreitada, recorrer aos analgésicos. “E tu segues, mesmo assim!? Neste ritmo!?” questiono quando volto para a última semana. “Eu tenho que fazer toda a grade agora; depois, não sei quando vou ter grana e nem tempo livre”, ele retruca. De minha parte, já desde a metade da primeira semana, a irritação me converteu num ranzinza: no final de cada dia, o que me resta é caminhar e resmungar; tomar uma ducha e reclamar; deitar e me queixar. Entendo, ao final, o que Marlon diz, afinal, eu também sigo, mesmo assim.

Como já mencionei antes, as funções metodológicas e analíticas da grade RAPELD são: facilitar o deslocamento dos pesquisadores, mas, também, tentar padronizar a amostragem. Aquilo que a grade acrescenta à floresta na região do norte-amazônico, ao

---

<sup>59</sup> Ensaiei, ao longo da construção deste trabalho de tese, chamar este método etnográfico de nômade. Isto porque cada contexto era situado em função das afecções e intensidades que o constituíam. No entanto, temo recair em uma tipologia das maneiras de fazer etnografia e, portanto, esta ideia fica unicamente como menção para futuros aprofundamentos.

corpo da mata, são, precisamente, as linhas retas. As trilhas da grade RAPELD cortam a mata em diferentes ambientes. Porém, a mata invade a grade e, por vezes, confunde ambientes. Por diversas vezes tivemos que abrir novamente as trilhas em meio a bordas de buritizais ou campinas, porque a mata havia se espalhado ferozmente. Não havia outro caminho a fazer. Em outros casos, os “nativos” encurtam caminhos e evitam os mais extenuantes. No que toca a esta pesquisa, devido ao longo tempo da expedição, aquelas funções são cruciais. Entretanto, os desvios às funções, estes do ambiente e dos “nativos” também o são.

Primeira semana. Em que consiste o estudo? Trata-se de um trabalho de doutorado, no quadro do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Programa de Pós-Graduação de Ecologia (PPGE), dirigido à realização de um inventário<sup>60</sup> de espécies de borboletas no Viruá. A pesquisa segue não só o sistema de trilhas, mas também de amostragem, isto é, a análise comparativa que o RAPELD oferece: “esse é, hoje, na minha opinião, o melhor método em ecologia. Ele é padronizado. É um método completo, inclusive porque abrange uma ampla variedade de ambientes”, assevera Marlon.

Lembro-me de uma conversa que tive, também aqui, meses atrás, com outro biólogo - um botânico -, sobre o sistema RAPELD. Naquela ocasião, discutíamos a propósito do efeito de redução que o método opera sobre o ambiente. Intrigado com o que havia me dito Marlon, comento-lhe em tom de pergunta: “eu tinha entendido que a parcela permanente reduz as variações ambientais; na verdade do relevo e, reduzindo as variações do relevo se diminuiriam as variações ambientais”. “Correto. É preciso minimizar o efeito do ambiente na parcela. Porém, isso faz maximizar sua ação entre-as-parcelas. É o que permite a comparação. Como você está podendo ver, entre cada uma há muita diferença”. Com efeito, à medida que circulamos pela grade, se percebe nitidamente, mediante a captura do olhar e o percorrer dos pés, as diferenças de um ambiente ao outro: por vezes são descampados da campinarama num deslizar mais lento e plano, com o sol a pino, onde o olhar se converte em visão de longo alcance; por vezes floresta ombrófila densa, a “mata fechada”, com sombra, com rápido sobe e desce (seco ou alagado), desvios, tropeços; a floresta ombrófila mista, igualmente cheia de desvios, mas de caminhar mais amansado;

---

<sup>60</sup> O inventário biológico, como já me havia esclarecido o Prof. Magnusson, não corresponde à ideia popularizada de inventário, que podemos retrair de volta ao domínio jurídico, onde se faz, aí, um arrolamento exaustivo de todos os bens. Aqui, as espécies do organismo em estudo são inventariadas de maneira amostral, levando em conta as falsas ausências.

florestas arbustivas, com um relevo plano, bastante luz e muitas tiriricas<sup>61</sup>; clareiras com o sol a pino que obrigam paradas para averiguar por onde seguir; matas de igapó e o mergulho em trechos longos, alagados, que diminuem o ritmo e impõem paradas para esvaziar a água das botas.

O ambiente como abstração é a categoria que cria a função entre vivo e não-vivo, determinando o *quantum* biológico de biodiversidade numa localidade, será discutido ao longo desta seção. Neste sentido, já desde a seção anterior e também na breve descrição acima, se percebe a ação ativa do ambiente, para além de uma unidade conceitual transcendental, nos fazendo agir. Em muitos momentos, aliás, não lhe é possível impor um ritmo “vindo de fora”, ou seja, do desejo tão expressado nos enunciados tais quais “é preciso terminar a coleta a tempo” ou “tenho que fazer toda a grade agora”. Já na BR 319, ao longo de meu campo exploratório, Diego se satisfaz com menos sapos, André desistia da métrica; no Viruá, Marlon tomava analgésicos; em Maracá, Bá e Lu acabaram ficando mais do que o planejado; por tudo, eu abandonei meu caderno de campo e, às vezes, o registro fotográfico de meus dados: me sentava sozinho no meio da floresta enquanto ribeirinhos e biólogos se embrenhavam nas parcelas. Efeitos diretos das circunstâncias do fazer pesquisa na Amazônia, ou seja, da incontornável intensidade que é percorrer os ambientes que ali estão. O curioso é: em todos estes momentos, Joãozinho, Max, Caçula e Ricardinho não recorriam a nenhum ardil ou desvio.

Seguindo a descrição da pesquisa, como esta é conduzida *in situ*?

Primeiro dia, 26 de maio de 2015. Max é quem auxilia Marlon. “Eu escolhi o Max porque me recomendaram ele. Ele está sempre no horário, ele conhece a região como a palma da mão e tem ritmo”. De fato, minha saída com ele, meses antes (seção 3.1.2), atestara a literalidade concreta deste enunciado.

É importante padronizar os horários de coleta, ou seja, chegar em cada uma das LO's, onde estão as parcelas permanentes, perto das 8:30h - 9h, todos os dias. Antes de explicar ao leitor o porquê, fico com a montagem estratégica do método: é Max quem dá a ordem das LO's e das parcelas a serem amostradas, pois ele vai, na conversa com Marlon, lhe explicando quanto tempo, mais ou menos, se demora para chegar em cada trilha; como a grade está orientada, ou seja, qual LO está mais perto da trilha de acesso etc. A riqueza

---

<sup>61</sup> Tiririca é o nome de uma planta semelhante a um capim, da família *Cyperaceae* que possui como um dos modos de dispersão grudar-se nas peles, no nosso caso, roupas, dos animais que passam. Porém, o contorno de suas longas ramas é altamente cortante. Desbastá-las com o terçado é possível, mas muito incômodo, pois em se tratando de um capim não é fácil cortá-la. Suas habilidades de se balançar com o vento, grudar em nossas mãos, rosto e braços são muito mais apuradas do que nossos movimentos com o facão. As inúmeras cicatrizes são testemunha.



dos detalhes é tamanha que não há modo de reproduzir a conversa: a LO01 está mais perto, mas está numa encosta; a LO02 é mais plana; na LO03, por exemplo, é melhor chegar direto na parcela 2.500, pois cortamos caminhos e vamos mais rápido; para chegar nas LO04 e LO05 há trechos que, com a chegada das fortes chuvas, começam a alagar, então, de repente, por mais longe que estejam, é melhor ir quando ainda é possível cruzar os igarapés. Todas estas minúcias vão ter efeitos na hora que temos que acordar, em qual ritmo vamos caminhar, quanto de água temos que levar, se fazemos um almoço reforçado ou só lanches (quanto a este último ponto, não se engane o leitor que pensa que se trata somente de “estar bem alimentado”. O peso de carregar marmitas de feijão, arroz e carne é outro em relação a bolachas e amendoim; sem falar do risco de tudo azedar devido ao calor e ao mormaço). Todas estas minúcias vão ter efeitos no próprio conteúdo dos dados científicos. Tudo é refletido. Porém, nada é garantido. É importante sempre “estar atento à imprevisibilidade das condições iniciais: fatores que podem ter um impacto momentâneo, até que o impacto seja conhecido, parecem pequenos ou obscuros”. (STRATHERN, 2013, p. 208 - tradução livre). Sendo assim, o inventário começa pelas LO's mais distantes, pois vamos estar com mais “pique”, e termina pelas mais próximas da sede do Parque.

Lembrando, a grade RAPELD possui 12 trilhas: as L's ou LO's, entrecruzadas pelas N's ou NS's. Todas se alongam por 5km, formando um quadrado estriado. Enquanto as Norte-Sul servem unicamente para deslocamento, as Leste-Oeste possuem, também, as parcelas de coleta: “por convenção”, me explicaram uma vez. Eis, em primeiro lugar, a grade de leitura comum, pois podem ser investigadas escalas com *pixels* que variam de “0,5 a 5km de extensão. Nenhum outro sistema de monitoramento da biodiversidade *in situ* efetivamente tem *pixels* maiores e estudos que necessitam de *pixels* menores muitas vezes podem ser alinhavados dentro do sistema RAPELD” (MAGNUSSON et al., 2013, p. 139). Começando nos 500 metros e equidistantes 1.000 metros, há, por trilha LO, cinco parcelas, medindo, estas, a sua vez, 250 metros de extensão. Estas obedecem a curva de nível. Eis, em segundo lugar, a medida singular do sistema.

Para este inventário, em cada parcela, são instaladas cinco *pitfalls*, a cada 50 metros, conferindo, assim, cinco pontos de coleta por parcela. São armadilhas de telas em formato cilíndrico (eu diria, a golpe de vista, uns 50cm de comprimento por 15cm de diâmetro), com uma entrada na ponta inferior, fechada na ponta superior e com um velcro fechado ao longo da lateral. Na extremidade de baixo, repousa uma isca: um delicioso e suculento fermentado de frutas sobre um prato plástico branco (desses de festas infantis), posto imediatamente sob uma abertura que dá para o interior da armadilha. “Como os insetos tendem a voar para cima, basta que eles pousem no prato imediatamente em baixo

da abertura e, depois de comer, ao sair, eles entram direto para a armadilha”, explica-me Marlon. As *pitfalls* eram instaladas em todas as parcelas de uma mesma trilha, *em um só dia* e lá permaneciam, suspensas no ar, por cinco dias. A instalação? Feita por Max e uma linha de nylon com uma pedra atada na sua ponta que é lançada por meio de um estilingue. Mira-se um galho robusto e alto (há uns 15 metros de altura). Lança-se a linha para cima, torcendo que o fio dê a volta no galho alvo e caia do outro lado. A armadilha é presa numa ponta e suspensa, sendo a outra ponta da linha prendida, ao nosso alcance, em alguma árvore qualquer. O sistema obedece o desenho de uma roldana.



Figura 26: Max (à frente) e Marlon (ao fundo) instalando uma *pitfall*. Fonte: Foto do autor.

Em cada um dos cinco dias, vamos, parcela por parcela de uma mesma LO, recolher os insetos. A coleta é simples. A armadilha tem aquela grande abertura vertical lacrada com um velcro. Basta abrir o suficiente para colocar o braço dentro da mesma. Sem deixar que as borboletas voem, basta pinça-las com um movimento de tesoura usando os dedos indicador e médio, fechando-lhes as asas; trazê-las para fora, quebrar-lhes as asas nas junções com o abdome e ensacá-las em saquinhos de pipoca. Uma por saquinho. Em cada um se anotava a trilha (LO01), a parcela (1.500) e o ponto (2). Há, aqui, desde já, um importante exercício tátil: (i) cuidar o grau de pressão a ponto de não deixá-las escapar, mas também não arrancar suas asas; e (ii) achar as junções e fazer o gesto preciso que

quebre as asas com eficiência, ou seja, sem deixar-lhes com as asas só “meio” rompidas, mas tampouco destroça-la. As mais intactas podem servir para coleções biológicas. Dentre os diversos insetos capturados é a visão de alguém já experiente que faz a seleção daqueles que importam.

Horários, distâncias, ritmos, funções, sentidos... tudo se conjuga com os ambientes, parte a parte do sistema de trilhas. Tudo se conjuga e fabrica um ambiente. Na seção anterior desenhei estes entrelaçamentos. Eis que, ambiente e biodiversidade, ganham um sentido mais estrito, biologicamente falando, quando articulados com termos tais quais *riqueza e complementaridade*. No primeiro capítulo, indiquei como este esquema funciona em termos mais gerais (ver seção 1.4.1). Retomo esta explicação, agora, com um exemplo empírico.

No que toca à esta expedição, uma vez que as borboletas são capturadas, as espécies são identificadas. Basta olhar e verificar suas características morfológicas com a literatura. Algo que Marlon faz na bancada do Parque, após nosso regresso da grade. Ele não consegue identificar todas, se o volume é grande, pelas mesmas dificuldades que eu não consigo escrever muito no diário, quando escrevo: o cansaço do corpo e do pensamento, e os recursos do PNV (só há luz até 20h; não há todos os instrumentos de laboratório etc.). Mas, uma vez identificadas, as borboletas são catalogadas em tabelas, expressadas em gráficos etc. As espécies, com isso, pode ser separadas e agrupadas por parcela (LO01, LO02 etc.). O número total indica a riqueza da parcela. Podem ser destacadas aquelas que só ocorrem em tais e tais parcelas, exclusivamente, conferindo a complementaridade entre as parcelas. A lista completa das espécies indica a riqueza do sítio, que pode ser comparada com outro sítio onde há outra grade, levando, aí, a complementaridade a outra escala.

Para além deste levantamento da quantidade de espécies diferentes - a chamada biodiversidade no senso comum - a biologia da conservação busca explicar estes dados. O ambiente é, agora, fundamental.

A parcela permanente segue a curva de nível do relevo. Logo, o ambiente é sempre o mesmo, variação mínima. Entretanto, a grade não segue esta curva de nível, portanto, as trilhas sobem, descem, param, recomeçam etc. e o ambiente (conjunto de fatores abióticos) é variação máxima entre uma parcela e outra. Eis a “balança” que permite “um dado pertinente” sobre as espécies biológicas e suas interações. O ambiente dá a constância da razão diferenciante da biodiversidade. O *quantum* da biodiversidade sendo, assim, uma função complexa entre o vivo e o não-vivo. O sentido da biodiversidade é aquele, análogo ao ambiente, do *extensivo*, da variação discreta, do mensurável. A quantidade da biodiversidade corresponde à quantidade de ambientes.

Esta relação era observada conforme iam passando os dias de coleta. “É, essa parcela tem pouco mesmo”; “aqui sempre cheio”; “já separei mais saquinhos porque nestas parcelas aqui da LOO4 vem bem mais do que na LOO5”. Era fácil perceber estas variações: em ambientes muito abertos a quantidade de borboletas era menor do que no meio da floresta; em ambientes de borda, contudo, o número era também bastante alto e as espécies já indicavam ser mais específicas. Eu próprio exclamava: “nossa, aqui é sempre cheio de bicho, olha...”. Uma série de fatores ambientais interferem na ecologia das borboletas: a temperatura do ar, se há galhos para a reprodução, a exposição a predadores, disponibilidade de alimentos e sujeição a sol e chuva. Eis os fatores abióticos.

Todos estes elementos ou fatores são igualmente registrados, separados, agrupados e postos em relação. Eles dizem das variações (discretas, diríamos com Serres) ambientais. No que toca, portanto ao tratamento destas variáveis por meio da categoria de ambiente, isto é, desta como operação de abstração científica - lembrando que toda abstração diz de um modo por meio qual podemos apreender a realidade ao nosso redor, o pensamento de Strathern sobre o modo como alguns povos da Melanésia sugerem tratar o ambiente é muito pertinente:

Eu caracterizei as duas trajetórias como sensível e insensível à escala. E isto porque eu quero dizer duas coisas de uma só vez. Ambas são bastante óbvias, mas vale a pena reiterá-las. De um lado, a escala importa: perceber os efeitos da atividade humana em um mundo imaginado como um fora ou o ambiente circundante é tomar responsabilidade por tais atividades. É igualmente o caso, de outro lado, quando a escala não importa: imaginar as dimensões desta responsabilidade desenha, com efeito, um ambiente dentro de nós mesmos. (STRATHERN, 2013, p. 232 - tradução livre).

A grade RAPELD, enquanto *locus* privilegiado do encontro de saberes, oferece ao pensamento se aventurar neste duplo tratamento do ambiente. No entanto, a grade RAPELD como método científico remete este processo àquilo que é quantitativamente apreendido conforme a mudança da escala extensiva (variação discreta), ainda que abrangente o suficiente a ponto de autorizar a constância nas comparações que daí derivam. As variações contínuas, mais sensíveis, não recebem o mesmo tratamento, e, ademais, fazem toda a diferença. Por quê? Pois elas são singulares a cada estudo, a cada estratégia, a cada evento, a cada passo. O atravessamento sensível é imanente à situação concreta que se experimenta.

Aqui, o desejo, força de apreensão, de captura, confunde a linguagem com o próprio anseio da pesquisa, capturar borboletas. A armadilha e a isca sugerem, de modo mais simples agora, a coextensão do desejo ao campo social. Diversos outros insetos se prendiam dentro das telas. “Temos que separar as borboletas das mariposas”. O olhómetro



Figura 27: Quebrando as asas da borboleta. Fonte: Foto de Max.

é novamente o mecanismo mais singelo e preciso. Dois são os fatores que têm que ser observados: (i) em regra, borboletas são as mais coloridas, porém, “há mariposas que mimetizam as escamas”, e, daí, algumas confusões são possíveis, requerendo um guia de identificação (que Marlon recorria já na sede do PNV, à noitinha); e (ii) em regra, borboletas pousam com as asas justapostas, na vertical, e já as mariposas pousam com as asas abertas, na horizontal. No entanto, “há mariposas que pousam com as asas fechadas”, requerendo, de novo, uma verificação junto às imagens dos livros especializados. Aqui, também, a crença, força de reunião e síntese, vai, ao longo do processo, definindo o campo social de convívio. Uma vez definidas quais são as borboletas, por meio do olhar, faz-se o movimento de apreensão com os dedos para trazê-las para fora da armadilha, romper-lhes as asas e guardá-las. Tal qual apreender, isto é, pensar por meio da posse exige. Ao longo do campo fui, eu mesmo, logrando adquirir estas habilidades.

Toda esta explicação me foi dada por Marlon, parte enquanto estávamos na grade, parte já de volta à sede do Parque. Nesta segunda ocasião, eu também lhe conto como penso a posse em termos físicos e conceituais. Max escuta e ri. Eu lhe pergunto: “que foi rapá?”. Ele ri mais. “Nós não falamos pra tu que tu ia descobrir que todo mundo era louco? Olha aí esse monte de nome tudinho, é escama, é isso, é aquilo. E tu ainda me vem com essa aí dos possuído.”



Figura 28: Marlon (esquerda) e eu (direita) capturando borboletas. Fonte: Foto de Max.

Último dia desta primeira semana, primeiro de junho. Estamos regressando da LOO4. Curvas à esquerda, à direita, sobe, desce, o pescoço queima (jiquitaias!), os olhos ardem (suor!); e a sensação enfadonha das roupas encharcadas coladas ao corpo. Os pés? Que botas que nada! Eles devêm ásperos como as centenas de pedras afloradas no chão as quais piso, tropeço, deslizo. E... paramos. Quietos. Max se agacha, apalpa e olha o chão, cheira o ar. Marlon está no meio, eu, por último. De repente, um bando de “porcão” cruza o caminho logo à frente. São dezenas. Já mais habituado, depois de inúmeros encontros com estes animais, espero os gestos de Max. Ele e Caçula me haviam ensinado meses atrás: “rapá, é assim óh... tu tem que te esconder e fica bem quietinho, não deixar que eles te escutem e te vejam; e se o vento tiver a favor deles eles ainda podem te cheirar. Mas assim, se um te vê ele avisa os outros batendo os dentes; aí é cuidar qual a reação deles, não tem... se tu sente, a coisa é sair gritando mesmo e correndo atrás, senão é subir numa árvore e esperar eles desistirem de ti”. Bastante espalhafatosos, agora, é como Max e eu saímos correndo, pulando e balançando braços ao ar, na direção do bando, gritando para que eles fujam. Marlon ficou parado atrás, próximo a uma árvore, esperando o sinal verde. Seguimos e ele comenta: “a gente tá sempre cruzando pelo caminho deles... não tem outro caminho de chegar lá não, Max?” Aquele era o percurso mais rápido, Max contesta.

Curioso notar que, em todos os dias em que entramos na grade RAPELD, respeitando o mesmo horário e o mesmo caminho inicial, nos encontramos, sempre no mesmo ponto - em uma hora e um local determinados - com um tamanduá que buscava

frutos e outros quitutes para se alimentar. O animal seguia sua rotina. Nós, a nossa. Neste instante, dei-me conta, junto com os demais, que o encontro, portanto, não pode ser de outra ordem senão a da contingência como definida por Serres (2014 [1985]): a tangência comum, sensorial, do cotidiano. Em todos os dias, ruídos e cheiros denunciam a intersecção entre mundo e corpo. Neste caso, folhas que se amassam sob certa pressão e certo ritmo nos fazem diminuir a força dos passos, enquanto miramos à frente; o tamanduá, já imóvel, vira-se na nossa direção: “algo se aproxima, espreira, se mexe”; ele empina a cabeça e o nariz, cheirando, talvez, nossos gestos e intenções (tamanduás são quase cegos), enquanto nós olhamos, nos agachamos em sinal de não intimidação: “só se reage a quem primeiro age”. Alguns minutos seguem e “os sentidos fazem sentido”: nós nos levantamos e nos movemos adiante, e ele corre.

Nós retornamos ainda à mistura e ao conceito de variedade, imediatos na experiência rica, complexa e vivaz dos sentidos e, sem paradoxo, mais abstratas que as operações inversas e simples da análise, ou melhor, posteriores àquilo que nós nomeamos a abstração. A sensação conclama, aqui, um abstrato mais difícil e complexo que o tradicional. Diríamos: ou que os sentidos demandam, para serem compreendidos, um novo esforço de abstração, para compor isso que a análise separa; ou que o progresso na direção de um abstrato mais composto dá resultados sensoriais ou sensuais (SERRES, 2014 [1985], p. 220 - tradução livre).

Quando retorno, já em 16 de junho, ouço histórias: Marlon e Max haviam, de fato, mudado de caminho, o que implicou caminhar mais e mais rápido para manter o horário padrão das coletas ou, algumas vezes, acordar mais cedo, ou, em outras ocasiões ainda, chegar depois do horário previamente determinado. Uma das causas, aliás, que fez com que o joelho de Marlon não suportasse.

“Há coisas que podem intervir e coisas que não podem”, conta-me Marlon quando conversamos, meio ao léu, sobre como é produzir dados em meio à mata. “Entendo”, sigo, “por exemplo, acordar mais tarde é evitável, mas a chuva não, não se controla a chuva... ou deixar cheiros por aí”. “Nem tanto... é só tu vir coletar na época que não chove; tu faz outro caminho”, ele diz. Para além dos constantes encontros com os “porcão”, a chuva chegou mais cedo. “A gente desviou o caminho, às vezes chegamos mais tarde, mas não foi uma diferença tão grande que vá repercutir tanto nos dados depois; só que essa chuva, por exemplo, diminui o tempo que as borboletas têm para sair por aí e, como borboleta já é um bicho que vive pouco, né”, conclui.

Como salientei acima, o *quantum* da biodiversidade de borboletas é determinado por uma relação direta em o vivo e não vivo, na qual o ambiente opera como uma abstração singular, pois possui um duplo tratamento analítico. Marlon havia selecionado

um período para suas coletas: todo o mês de maio. Pressupunha-se, ainda, poucas chuvas, um certo período de sol, certos intervalos de temperatura. Mas, imprevistos aconteceram e colocaram cada ambiente reagindo de modo singular a tais imprevistos, ocasionando mudanças de umidade, luminosidade, locomoção, ritmo, deslocamento etc.

O critério biológico seleciona o que importa ou não, o que conta como fator de intervenção ou não. Sociologicamente, outros critérios são postos em funcionamento. Mas, basicamente, tudo importa. Afinal, as condições de produção dos dados biológicos, o “estar na mata”, influem, mas também excedem estes próprios dados. Construir percursos e deixar cheiros acontecem. Evitar os encontros com bandos de porcos selvagens, os catitus ou queixadas, implicam um rearranjo estratégico para manter o padrão dos dados: outras rotas, os ritmos, a hora para despertar. Imprevistos cujo impacto alteraria, mais adiante, a escala dos dados. A chuva acontece. Para Marlon, nós e para as borboletas. Elas têm menos tempo para voar, comer e cair nas armadilhas, porém nós, igualmente, demoramos mais para caminhar e atravessar os diversos trechos da grade que inundam, a água atingindo até nosso peito. Tardamos para nos ajeitar e sair da sede. Imprevistos, mais uma vez, cujo impacto alteraria, no futuro, a escala dos dados.

Os ambientes *acontecem*. Não só porque mudam as condições materiais, mas também porque mudam as intensidades, as variações contínuas, e isto demanda novos agenciamentos sensitivos, estratégicos, conceituais. É acontecimento, posto que cada experiência é toda a “natureza”, isto é, não se subtrai à realidade concreta nenhum detalhe da atividade de sua apreensão. A imanência da produção dos dados é sobrecodificada pela transcendência dos critérios biológicos e das operações pragmáticas que criam ambiente e biodiversidade. Ambos termos são abstrações singulares das variações discretas, mas uniformizadas pelo emprego matemático destas mesmas variações.

Em um dos dias, levado pelo esgotamento, fiquei para trás. Chego a um buritizal: folhas de palmeiras caídas, frutos espalhados e grandes chances da presença de serpentes e catitus exigem certo cuidado. Paro. Lembro-me de algo. Foi aqui mesmo, no Viruá, onde aprendi, meses atrás, que junto às linhas verticais da grade RAPELD, há outros planos. As linhas horizontais de baixo alcance são de suma importância (imagine a clássica figura de estratificação vegetal florestal - em baixo as colonizadoras ou estrato herbário; logo acima as pioneiras ou estrato arbustivo; após as secundárias ou estrato arbóreo inferior; mais acima as climáticas ou estrato arbóreo médio; ainda mais ao alto as climáticas do estrato arbóreo superior; e, por fim, o dossel, que praticamente já escapa ao olhar.

Para a estratificação biológica são as variações discretas que importam mais.



Aprendi que buritizais bagunçam um pouco esta estratificação. Acontece que a grade RAPELD cria extensas linhas verticais de deslocamento e, talvez, isto não faça sentido ao leitor: se fiar na ideia de que uma trilha com marcações - que muitas vezes não estão lá - assegura o senso de orientação do pesquisador cai por terra diante de um buritizal e suas dezenas de aberturas verticais que a distribuição das palmeiras enfileira. O espaço se perfila e se canaliza para todas as direções. Mas, nem por isso, deixam de existir outros modos de se localizar. Existem algumas pistas. Tento buscar os ruídos dos passos de Max e Marlon, mas eles já não chegavam aos meus ouvidos. Pegadas? Impossível; o chão é coberto de palhas. Respiro fundo; reflito; digo a mim mesmo: “alguma pista eu vou achar antes de recorrer ao uivo que usamos para nos situar uns aos outros aqui<sup>62</sup>”. As variações discretas não ajudam muito. Para além do desenho de um rastro de grama prostrado ao chão há algo como um sentido interno, uma intuição, que capta algo como um senso magnético dos corpos que ali passaram, as variações contínuas. Foram alguns ensaios, indo alguns metros para cada lado até esta sensibilidade me sugerir “por aqui”. Atravesso o buritizal, reencontro a trilha e uivo: o retorno do longo ‘u’ me confirma que estava na direção certa.

Cheiros, chuvas, percursos, direções, buritis, magnetismos, todos acontecem enquanto possuem reciprocidade, só que de modos radicalmente diferentes, para os corpos em contato. “Vocês já pensaram nestas coisas e os efeitos delas nos dados?”, pergunto a Marlon durante a janta. “Olha, não muito cara, mas tem algum efeito, claro, alguma relação que a gente ainda desconhece...”. Os efeitos da passagem constante de cheiros, a sugestão de como os galhos das árvores se contorcem e o balanço das chuvas guardam uma série desconhecida de imprevistos para nós, apesar dos esforços das ciências. Do mesmo modo como - lembrança que me ativou a indagação que acabara de fazer a Marlon - ,

a lua tem alguma relação com os insetos. Assim, eu não sei se isso que tu ouviste do Zé [pesquisador do INPA] de que os insetos usam as estrelas para se guiar etc. é verdade... a gente não tem muito como afirmar isso. O que eu posso te afirmar é que... bom, tu viste que o campo de insetos é pela noite, certo, com luzes e tal... bom, eu te asseguro que em noite de lua cheia a gente pega menos bicho; não tem como competir, né?! (Excerto de uma conversa que tive com Rafaela, em julho de 2015, pesquisadora que realizava o inventário de insetos em Maracá, cuja expedição ficou de fora deste trabalho).

Cheiros, cores, luzes e, como apontei ao longo do capítulo anterior, texturas, sons, gostos. As chamadas qualidades secundárias, sensíveis, se fazem sentir de modo crucial

---

<sup>62</sup> Caçula e Jesus são nomes onde o ‘u’ ganhava uma certa entoação distinta no norte. Daí que, por vezes, nos chamávamos prolongando este som no meio da palavra e, com o passar o tempo, somente o som de um longo ‘u’ foi sendo utilizado.

junto às suas qualidades primeiras, materiais. Em outros termos, é o que Serres (2014 [1985]) chama de “variações contínuas”. A prática do corpo misturado dentro da mata coloca em evidência não a negação da “bifurcação da natureza” (WHITEHEAD, 1967), mas torna evidente o conjunto de operações pragmáticas que trazem à existência toda a maneira moderna de construir a experiência de estar e habitar o mundo. Mais: problematiza esta experiência e cria outros modos de ler esta relação. Foi o que sugeri, desde o início com o registro sentipensante. Foi o que sugeri com o real encantado da questão ambiental: o agenciamento-mata, em extensão e intensão, composto com árvores de troncos farelentos ou duros, borboletas coloridas, armadilhas, ruídos, trilhas, parcelas, facões, olhos, pés, rochas, folhas verdinhas, que, para além de agentes que nos fazem agir, também estão “vivos” ou “encantados”, que também podem ver, cheirar, sentir.

Se as pistas deixadas por Strathern falam do ambiente “fora” e “dentro” de uma série de ordens e escalas distintas, seria, também, explorar o ambiente como sendo, antes, conjunto de fluxos e ações heterogêneas que confundem o que chamamos, grosso modo, de qualidades primeiras e segundas. O ambiente pode ser um tipo particular dos campos tardianos onde a repetição universal se exerce.

Tais campos não são outros senão os ambientes, estas localidades atravessadas por planos de intensidade e pela multiplicidade das ações orientadas pelo desejo e pela crença. São maneiras de reatualizar, repetidamente, mas não coincidentemente, a cada instante, a biodiversidade como prática sensitiva.

Como mencionei na seção anterior, *fabricar ambientes* pode ser uma herança inteligente da biologia da conservação proposta pelo RAPELD. Dar mais atenção aos sentidos que atravessam os corpos, aos corpos que singularizam os sentidos, no entanto, pode ser uma pista interessante para repensar a dimensão política desta atividade científica.

#### **4.1.3 Escutar o solo, cheirar as águas: o ambiente como processo político do sensitivo**

Do 17 até o dia 27 de junho eu estava na TI Boqueirão. Fui a Boa Vista também, no começo de julho, e depois regressei à TI entre 02 e 07 de julho. Estive na Ilha para mais uma pesquisa, de 12 a 17 de julho. Todas as vezes, fiquei hospedado na casa de Ricardinho e sua família. A casa é feita de barro e madeira, piso de chão e telhado de palhas de buriti, como boa parte das malocas que compõem a estética da Comunidade. “O barro e as palhas do buriti ajudam para não aquecer a casa”, conta Márcia, macuxi, com quem aquele é casado. Todos têm pátio onde plantam algumas coisas - macaxeira, banana, feijão -, criam

alguns animais - galinhas e porcos e erguem os banheiros, alguns a seco. Algumas casas são cercadas; muitas não. Eu, como sempre, durmo na parte de fora, ao relento, em baixo de um “puxadinho” de teto de palhas de buriti.

Ricardinho tem um campo de futebol em frente a sua maloca. Apaixonado, joga quase todo o dia, ao entardecer. Hoje, 20 de junho, ele termina de instalar os dois últimos postes que vão permitir iluminar o campo: “sempre que vira a noite, né, a gente tem que parar”. Acompanho e ajudo no que for.

Ele calcula, a olho, obviamente, os pontos de instalação. A fiação será puxada por cima, direto de sua casa. São três postes no total, todos de um lado só do campo. Cavamos os buracos. “Deu”, ele diz meio que de longe, “assim, já, né”, como quem diz, “assim tá bom”. Ele nem havia visto a profundidade e o diâmetro do buraco. O poste é encaixado no chão. O buraco é fechado e está pronto. O poste? Firme como a terra. “Tá bom, tu acha?”, pergunto a ele. Não responde.

Basta ligar a luz. O poste já estava com aquela chapa metálica que guarda a lâmpada e tudo. Dou uma risada leve, com o canto da boca, “que engraçado ele subindo do poste para o teto de sua maloca, parece um macaco”, penso em silêncio e, confesso, com um certo mal-estar de, de repente, estar sendo ofensivo. E ele desce do mesmo jeito. Em menos de 3 minutos Ricardinho havia escalado e descido um poste de uns oito metros e plugado o fio que já estava lá por cima. Ele, agora, me mira - havia visto minha expressão facial um tanto desconcertada com suas habilidades e destrezas - e diz: “pois é, né... tantos anos trabalhando com bicho que alguma coisa tinha que aprender, né...”. Mais uma vez meu pensamento para, por um instante, como meu corpo. Gostaria de ter, aqui, mais falas, ou mais detalhes descritivos. Não fora simples coincidência. Ele realmente *se moveu como um macaco*, mãos e pés em preensão com o poste, e o corpo balançando de um lado ao outro, como que em um zigue-zague horizontal ondulatório que o empurrava para o topo e o trazia de volta ao chão. O que podia ser ofensivo não estava senão na minha cabeça, na minha subjetividade, no modo como um certo olhar interpreta a composição gestual, técnica, política, quiçá, de uma cena qualquer. Para ele, nada mais óbvio do que aprender imitando macacos com os quais ele tanto havia trabalhado (ele participou, como auxiliar, de uma série de estudos na Ilha com primatas de espécies distintas). Campo iluminado, jogamos até depois de anoitecer.

Sentamos para jantar meio espalhados em frente a televisão. Ricardinho, Márcia e os dois filhos do casal, Felipe e Mateus, e eu. A programação contava com pequenas esquetes, um tanto estigmatizantes, chamadas Globo Amazônia, que traziam algumas curiosidades e informações acerca da natureza na região amazônica e da cultura dos

diversos povos indígenas locais. Eu faço um que outro comentário, mas eles, ao que tudo indica não dão muita atenção. Nada me retrucam.

Nas noites seguintes, a cena se repete. Desta vez se trata de uma esquete no Pantanal. Um guia local explicava como ler o tempo de passagem de uma onça no local por meio de suas pegadas. “É não. Se está seca assim faz mais de quatro dias. Quando faz menos de quatro dias a gente pisa em cima e ela se desfaz. Só com mais disso ela fica lá”. Não faço ideia se ele comentava, também, por me imitar, como o macaco. Para me agradar ou interagir com seu hóspede, ou por outra intenção que eu desconheça. Interessa pouco, aqui, tais causas. O modo como este fato me interpelou me fez pensar.

Ricardinho nunca esteve no Pantanal. Sua experiência de contato com os corpos e signos da terra-firme na Amazônia - a impressão de uma pegada no solo - é outra daquela do Pantanal. Mas, se a comparação não pode ser feita, ela não anula sua experiência ali.

Este evento me remeteu, de modo nada peculiar, ao início de meu campo, na conversa que tive com o Coordenador do PPBio, há mais um ano atrás, na sua sala, na sede do INPA, em Manaus/AM. Lá, a ideia que eu nutria da mata era irrigada pela sua representação - aquela floresta de um verde só, que não tinha cheiros, ruídos ou texturas; homogênea, extensa, habitada por bichos e árvores, ameaçada, onde, de vez em quando, os biólogos se aventuravam. Foi o choque com a “mata epistêmica” - o campo empírico de um ecólogo conservacionista - que me alertara para outra coisa e que reconduziu todos os meus esforços socioantropológicos para a direção que agora encerra este trabalho de tese. Foi o “estar na mata” que me alertou para o atravessamento sensitivo.

Neste sentido, o choque é outro. A singularidade das experiências - uma vivida de pleno, na Amazônia; outra vista e ouvida, no Pantanal - não é intermediada pela representação. A aproximação é direta. Eis aquilo que um corpo a campo é capaz: afirmar desde sua própria experiência imanente. Não se trata, em nenhum momento, de não contrapor, de não desafiar as ideias e argumentos, de manter a “nobre” postura do pesquisador que se isenta de “julgar” a realidade. Simplesmente porque “julgar”, aqui, não é normativo. É um movimento de fé, como diria Gabriel Tarde, é um movimento do desejo, sempre situado, de manifestação de um crença, uma afirmação.

Assim, o “estar na mata”, este permanecer ali, como já afirmei, percorre e desloca tanto a representação e a projeção que o imaginário político colonial possui “da biodiversidade amazônica” - a floresta de um verde só, homogênea, extensa, ameaçada, finita, habitada por bichos, árvores, povos e biólogos aventureiros - como distorce o campo epistêmico colonial de produção da biologia da conservação: a “mata epistêmica” como espaço de disputa de verdades transcendentais.

Volto de Boa Vista e chego na TI dia 11 de julho. Luciana, da equipe gestora do ICMBio me havia alertado da ida da equipe do Prof. Reinaldo Imbrozio à Ilha para uma expedição. De Boa Vista ao Boqueirão me locomovo com um microônibus que transporta as pessoas de lá para cá, sempre que tem parentes a visitar, compras a fazer, consultas médicas a comparecer etc. Por sorte, calhava de ter lugar disponível. A ideia é passar a noite na casa de Ricardinho e, no dia seguinte, ir para a Ilha junto com o carro do ICMBio. Preveni Luciana de que estaria lá a sua espera.

Ricardinho estava na Ilha, abrindo trilhas. Ele volta tarde da noite, pois ainda tinha passado do outro lado da TI para visitar seu pai. Na janta, pergunto se é ele quem vai conosco nesta expedição. “Vou não. Tem umas coisa lá pra resolver”, disse. “Mas quem vai com vocês é [o fulano]; é; o seu Bruno [atual chefe da equipe do ICMBio em Maracá] me pediu semana passada se eu podia ir; aí eu disse que não... aí disse pra ele que eu ia falar com esse outro rapaz lá”. Tratava-se de seu primo de quem não recordo bem o nome.

Na manhã seguinte, cedo, chega o carro do ICMBio que transportava, também, a equipe do Prof. Reinaldo. Despeço-me de Ricardinho e sua família e sigo rumo a última saída de campo que farei. Minha passagem já estava comprada para meu retorno a Porto Alegre/RS dia 22. Tratava-se, com efeito, de uma saída “de peso”. O Prof. Reinaldo fora, durante anos consecutivos, o Coordenador do Núcleo do PPBio/CENBAM de Roraima. Autor de diversos estudos sobre a ecologia e a flora do Estado, parceiro de longa data da equipe de Maracá e “um bom pesquisador”, como certa vez ouvi de um funcionário macuxi do Departamento de Gestão Territorial do Conselho Indígena de Roraima (CIR).

Ao chegarmos nas margens do Rio Uriracoera, onde cruzamos para adentrar na UC, nos esperava Guerreiro, macuxi e caseiro de Ilha, o primo de Ricardinho e mais um outro rapaz, William, mais tarde reapelidado de “venezuelano” por Reinaldo, seguido por mim e sua equipe. Descendente wapixana, “dos parentes de lá da Venezuela”, como diria seu Cosmo, tuxaua da TI. Mora no Brasil há 11 anos e, faz dois anos, se casou com uma macuxi e veio morar no Boqueirão. Dar novos nomes as coisas e as pessoas. Max tinha razão: vou descobrir que “todo mundo é louco”.

No entanto, ambos estavam ali para fazer a mesma função: auxiliar a equipe. Só um deles era preciso. No final das contas, William era o nome que Reinaldo tinha registrado desde sua última conversa com Bruno. Decido o impasse de quem faria as vezes de auxiliar, o primo de Ricardinho volta a TI. Nós cruzamos o rio.

Ao chegarmos à sede da ESEC nos dirigimos aos quartos. “Lidiane, vamos só soltar as coisas e vamos”, diz Reinaldo. “Vocês já vão sair?”, pergunto. “Não se preocupe, hoje não vai ser pra valer”, respondem. O “velho enunciado” se repete novamente. Acostumado,

já me adianto e preparo tudo que precisarei para mais um dia inteiro de “brincadeiras na mata”.

Mais uma vez, o tempo aparece como elemento primeiro. Fazer toda a coleta dentro dos dias previstos é algo que assombra a atividade científica sobre biodiversidade no norte-amazônico. A esta altura, acredito óbvio que sua relação com a grade RAPELD permeia os atravessamentos epistemológico, econômico, ontológico e, do mesmo modo, sensorial.

Neste caso, Lidiane, pós-doc que trabalha com o professor, me comenta que esta pesquisa tinha sido prevista para ser executada em Maracá e no Viruá. Contudo, a falta de “tempo”, qual seja, de recursos e dificuldades de conciliar agendas - dos auxiliares, dos pesquisadores e da chuva - os forçou a ficar somente na ESEC. Pelo que ouço e entendo das conversas entre Reinaldo, Lidiane e Elizabeth - uma estudante de graduação em biologia pela UFRR, de descendência wapixana e macuxi - eles pretendem percorrer todas as parcelas em cinco, seis dias no máximo, contando hoje. Calculam quanto tempo precisam para fazer um ponto da parcela (são dois pontos por parcela). Uma LO e meio por dia, ou, 5 a 7 parcelas por dia. “Bom, vamos ver hoje... prontos?”, Reinaldo encerra o assunto.

Elizabeth está em treinamento. Está aprendendo como funciona a grade RAPELD e o método de coleta para, mais a frente, prosseguir com os estudos no Mestrado. Não só ela: “hoje é só um ensaio, viu Venezuelano”, Reinaldo brinca.

Tomamos a trilha de acesso e nos dirigimos até o final da LO05. No percurso, diferente do que observei até aqui, é Reinaldo quem vai reparando na série de detalhes que todo corpo que está na mata deveria perceber: rastros de porcão, tocas de cobras, desenhos do ambiente e os nomes das árvores. Ele vai, o tempo todo, perguntando “sabem o que é isso? Que árvore é essa? O que vocês têm que fazer se toparem com [o bicho tal]”. William já tinha vindo para a Ilha uma vez. É o último da fila. Ele nota, quase no final, algumas coisas que o Professor deixou passar: ovos e ninhos de tracajás e tartarugas.<sup>63</sup> Chegamos.

Novamente, de que se trata e como esta pesquisa é conduzida *in situ*? Trata-se de um estudo de produção da biomassa da floresta por meio de um método de quantificação de carbono retido nas raízes das árvores. Estes dados, como aqueles da pesquisa da Dra. Carolina (ver seção 3.1.2), estimam a quantidade e a qualidade da matéria orgânica e da energia produzida, consumida e liberada pela floresta. Estes dados, além de permitirem análises sobre o “bom estado” da floresta e sua biodiversidade (discussão mais afeita à Dra. Carolina, por exemplo) servem igualmente para o grande guarda-chuva dos “serviços

---

<sup>63</sup> Tracajá é, também, uma tartaruga. Porém, na linguagem local, tartarugas são grandes, habitam muito mais tempo perto e dentro dos rios do que na terra-firme. Tracajás, da família *Podocnemis*, são tartarugas pequenas, negras e que seguidamente se vê circulando no interior da mata, pois possuem ampla distribuição na Amazônia e sua desova ocorre na terra e não nas areias dos rios.

ambientais” da floresta e da biodiversidade, tema do interesse de Reinaldo e sua equipe. Lidiane, um par de dias mais adiante, me responderia: “qual a diferença para amostra de raízes e de troncos? É que a chamada biomassa aérea [ela se refere a pesquisa que acompanhei, ver seção 3.1.2] é incompleta. Com as raízes podemos medir quanto existe, concretamente, de carbono sequestrado. O meu pós-doc é na área da ecologia, sabe. O Reinaldo discute mais esse tema de serviços ambientais”.

Percorremos todas as parcelas coletando amostras de solo - com raízes! - em dois pontos, um a 80m e outro a 160m, medidos a olho, parcela adentro. Parêntese importante: “medir a olho nu”, não corresponde mais à ideia de que “são mais ou menos tantos metros”. Muito pelo contrário, trata-se de precisão igual ou mesmo mais refinada que trenas e fitas. Em cada ponto, as amostras são retiradas mediante um trado especial de corte de raízes. Este instrumento é feito de ferro. Possui uma longa haste ou cabo com um ‘T’ na ponta superior, que serve para manuseá-lo. Embaixo, na outra ponta, um cilindro aberto de 20cm de comprimento, 10cm de diâmetro, coberto de dentes na circunferência. O trado permite a extração de camadas, ou estratos, do solo a cada 10 cm, de maneira que um estrato não se misture com outro. Em outras palavras, esta técnica responde ao medo de uma “contaminação” da amostra: “sempre tem farelos, restos etc. que caem um pouquinho, mas o grosso se mantém”. Apoiando-se no ‘T’ superior o trado vai sendo afundado mediante giros na direção do sentido horário. É pela pressão do instrumento contra a terra que os estratos sobrevêm colados na parte oca do cilindro.

A escolha de cada ponto obedece um critério simples: uma área de chão mais aberta, desbastada, não muito próxima de árvores de grande porte (não menos de 1m), mas também não muito afastada (nunca mais do que 5m). Limpa-se bem as folhas e galhos caídos do chão com os próprios pés. Se as análises são feitas em cima das raízes subterrâneas, pequenos galhos ou raízes expostas podem, também, “falsear os dados”. A cada amostra tudo é anotado: (i) parcela; (ii) ponto da amostragem; (iii) profundidade (que diz das camadas do solo). Cada extrato de 10cm é, assim, catalogado e armazenado em sacos plásticos *ziplock*. Desde o primeiro dia, as funções são designadas: William carregará o trado e fará a extração; Lidiane acondiciona o solo e anota os dados; Reinaldo e eu carregamos o material de volta à sede.<sup>64</sup>

Todavia, num primeiro momento, Reinaldo ensina ao Venezuelano como fazer o passo a passo. Este é um dos poucos momentos de observação, no sentido epistemológico tradicional que as ciências sociais atribuem ao termo, ou, sob a perspectiva de Ingold

---

<sup>64</sup> Perdi quase todas as imagens desta expedição devido a forte chuva que pegamos nos primeiros dias.

(2010), de transmissão de um bloco de informações. Inicialmente, é o professor quem limpa o chão, posiciona o trado - “oh, só encosta ele e pressiona um pouco para ele firmar” - solta as mãos para mostrar que “oh, firmou”, e, por fim, gira o trado exercendo pressão para que ele afunde. “A subida é importante”, diz. Uma vez que os 10cm entraram por completo na terra é preciso extrair a amostra sem que ela se desprenda da boca oca do instrumento. Não há nada que a segure ali senão a pressão. “Aí você vem aqui, por baixo, e vem só na maciota puxando a coisa. A Lidiane fica com o saquinho pronto aqui e aí é só despejar direto ali”. Qualquer movimento brusco pode fazer a terra se desprender, por isso o cuidado com a força para tirar o trado do subsolo e movê-lo uma vez que esteja “no ar”.

Há porém, um outro elemento de mais importância:

Você que vai sentir o solo. Não adianta muito os outros que estão aqui ao redor olhando e cuidando a marca ali dos 10cm. Você que vai dar a pressão e ter o jeito com o solo. Você vai sentir se ele está bem preso no trado, se não vai cair quando você mexer e, principalmente, você vai ouvir os sons que dizem *quando estiver muito duro, quando houver uma pedra ou raízes muito grandes que podem quebrar os dentes do trado*. (Reinaldo acrescenta ao final. Grifos acrescentados).

Posso recolocar a fala de Reinaldo, todo o seu cuidado metodológico, nos seguintes termos: “você, o trado e solo, fazem um corpo misturado em possessão recíproca”. É a sensação, importada pelo exercício do contato tátil e auditivo, que vai conferir à toda produção do dado científico sua precisão. Anotar os dados, ou, como diria Latour (1999a), produzir os registros de uma “referência circulante”, é tarefa segunda. Este conceito permite, de certa maneira, rastrear o passo a passo de uma história. Mas ele não importa à análise a dinâmica da possessão. Ainda que eu, por exemplo, fique vigilante auxiliando o Venezuelano a cuidar a altura que o trado afunda na superfície do solo; que Lidiane esteja atenta aos tremores do trado, à força e à velocidade que William coloca no giro, nós, *em certa medida*, não participamos do nó górdio do atravessamento sensitivo. Grifo, explicitamente, *em certa medida*, porque, aqui, não se trata de uma simples expressão adverbial: é que o sentir tátil-auditivo e o outro mais visual-auditivo operam como duas escalas qualitativas diferentes, porém complementares, onde desejo e crença vão se depositar, onde a vontade - de todos ali presentes, Venezuelano, Lidiane, eu, Elizabeth, Reinaldo, trado, solo, raízes - conflui com a afirmação “está bom” quando se tem o estrato amostral correto. São duas (por vezes mais) medidas que confluem. Conforme avançamos, ponto por ponto, parcela por parcela, dia após dia, esta série de operações vai se repetindo e ficando mais e mais clara, conforme analiso logo adiante.





Figura 29: Trilha da grade da ESEC Maracá com o material a ser carregado. Fonte: foto do autor.

Terminamos a primeira parcela, a 4.500. Decidimos ir até o final e regressar coletando o material. Isto porque as amostras pesam demasiado. Em cada ponto são coletadas 10 amostras, perfurando o solo 1m de profundidade. Tal fato gera 10 saquinhos com mais de 1kg de terra e raízes cada! No total, cada parcela gera um saco maior (eles utilizavam sacos de trigo) de mais ou menos de 15kg. Nada mais lógico, portanto, caminhar sem o estorvo do peso nas costas até o final de cada LO e, na volta, trazer todo o material à sede.

“Fizemos em 40 minutos”, diz Reinaldo. Prossegue, ainda, com um tom evidente de alívio e convencimento: “É muito rápido. Vamos terminar tudo até sábado”, ou seja, em 5 dias. Prontamente, ele extrapola o dado para toda a grade.

Eis que, poucas horas depois, começa a cair uma chuva torrencial. Desde maio já chovia forte, mais ao sul do Estado, no Viruá e arredores. Porém, na região mais ao norte, em Maracá e arredores, o clima continuava bastante seco. O Igarapé Grande, no meio da Comunidade do Boqueirão, havia se convertido em um filete. O rio Uriracoera estava difícil de atravessar. Nossa própria travessia, hoje, foi demasiado arriscada, com chances de bater a voadeira e a balsa nas pedras do leito.

Estamos na parcela 2.500. Seguimos adiante, até que somos forçados a parar e nos esconder debaixo de alguns arbustos. Lidiane comenta: “assim não dá”, e com Reinaldo de acordo, decide-se voltar à sede. “Se chover assim todos os dias vou ter que voltar com o ICMBio na outra terça”, ela sussurra.

Eis que, uns 10 minutos depois, quase 300m, uma sensação curiosa me toma de assalto: “espera aí, não estamos indo no sentido contrário?”. Ninguém mais havia sentido ou reparado. William, à diferença de Ricardinho, Max e Caçula, por exemplo, não tinha as habilidades de orientação dentro da grade. Os demais estavam desatentos com a tromba d’água. Não me deram muita atenção. Até que, 200m mais a frente, passamos por um ninho de tracajás (ovos já eclodidos) que havíamos cruzado, antes, quando avançávamos da quarta (3.500) para a terceira (2.500) parcela. Prova cabal. Damos meia volta. Sem qualquer conversa, comunicação intencional ou consenso, a ordem da fila se inverte: eu assumo a dianteira. É curioso refletir sobre o evento: a chuva *acontece* e algo se passa. A chuva havia se interposto entre nós, a mata e algum senso de orientação, engendrando mudanças no ritmo da caminhada, na ordem dos corpos e, ao que tudo indica, no saber relacionado ao ambiente.

Terceiro dia. Como indiquei, a repetição da experiência vai deixando claro a pertinência do atravessamento sensitivo. “Nós refazemos a experiência cada vez que podemos dizer: ela está aqui de novo” (DEBAISE, 2015, p.58 - tradução livre). William menciona, por diversas vezes, que “o trado tá encostando em alguma coisa”; “o solo, aqui, está compactado demais”; “passei uma camada do solo aqui”; “encontrei uma raiz grande”. Parcela 500 da LO04: “escutei alguma coisa. O solo mudou. Tá escutando a zoada diferente?”, diz o Venezuelano. “Já pode ensinar, einh?!”, fala Lidiane. Ela, Elizabeth ou eu, agachados, esperamos com o saco plástico aberto, para que o material não caia no chão. Algumas funções se intercambiam. Mais: é a repetição da experiência que permite e produz os *data*.

Maracá tem terra-firme. Isto implica que, em diversos pontos, em muitas parcelas - ainda que não em todas - a dureza do solo impedia que o trado perfurasse mais do que 30 ou 40 centímetros. Prevenidos, eles tinham uma ferramenta auxiliar. Uma marreta com a qual se davam golpes do centro do eixo ‘T’ do trado para que este afundasse devidamente. Os ruídos, agora, mudam radicalmente. Todos podem perceber a diferença de som de um solo mais solto, outro mais compacto, o encontro com raízes e com pedras. No primeiro caso, o barulho é oco, *poc*; no segundo, seco, *ték*; no terceiro, abafado, *póu*; e, no último, estridente, *teinh*. Conforme passam os dias, o Venezuelano não evita o comentário: “o ouvido do cara parece até que fica com as zoada, né? E as mão vão ficando dura, dura...”. Os sentidos fazem passagem e misturam os corpos em variação contínua (SERRES, 2014 [1985]).

Maracá tem, reforço, terra-firme. Isto implica, também, que o solo reage de modos específicos à cada quantidade de chuva. Chove bastante toda a noite. E, dia após dia, o

Venezuelano vai se dando conta das minúcias: “não vai vir não; já escutei o solo caindo lá”. Ele retira o trado do buraco e, com efeito, a amostra ficou lá dentro. Duas, três, quatro tentativas e nada. O que resta é introduzir uma outra ferramenta, o braço. Neste caso, eu, com o braço mais fino e tão longo quanto o dele, deito no chão e o enfio no buraco. “Tu vais conseguir sentir a linha onde o trado parou com a ponta dos dedos”, sugere Reinaldo. “Tu vais ver que, logo abaixo, a terra vai tá mais compactada... tenta tirar a terra que está até ali”, diz. Com efeito, a separação da amostra correta e do resto de terra, aqui, não é senão um deslocamento do atravessamento tátil a outra ordem, pós-trado.

*A terra-firme acontecimento.* Os dados que permitem estimar a biomassa de raízes da floresta amazônica de Maracá - máximo de crença - passa por esta série de operações técnicas e sensoriais que conjuga e ajusta uma série de elementos heterogêneos entre si - máximo de desejo. O desejo conjuga toda a experiência possível se utilizando de inúmeros meios de captura, alianças provisórias: tais quais a quantidade e a qualidade da pressão exercida no solo *com* o trado, os braços e olhos que, uma vez insuficientes, necessitam operar *com* a força precisa dos golpes de marreta; a chuva, que umidifica o chão, engendra novas texturas e deixa a terra mais escorregadia ao trado e, uma vez insuficiente, se soma *com* os dedos das mãos; a distribuição de raízes e pedras que obedece toda uma gradação de densidades de compactação da areia, da argila e da terra impingindo resistência à técnica e nos obrigando a substituir o ponto de amostragem. A sub-existência em ação confere ao conjunto das práticas nesta localidade um modo de existência singular, aquele atado ao “sub”, àquilo que vem debaixo, àquilo tudo que a terra-firme faz existir. Oferece, também, resistências e modos de re-existência da biodiversidade como prática sensitiva. Não só aprender novas habilidades, mas apreender novas formas de existência do próprio solo e, por conseguinte, do próprio dado. O dado científico existe de outra maneira porque passa por deslocamentos da experiência dos sentidos. Os critérios de seleção dos dados se transformam, e conseqüentemente, os próprios dados vão, mais tarde, carregar esta diferença. Porém, todas estas operações não são senão ações infinitesimais que criam um *contium* entre o desejo na crença daquilo que conhecemos pelos termos “conservação da biodiversidade”. As análises biológicas, quantitativas, que vão servir no futuro para contar alguma história da biodiversidade, alguma nova “carocha”, sobrecodificam o conjunto dos sentidos, mas não apagam este *continuum*. Apenas deslocam estas forças a outros lugares, agenciamentos e atravessamentos. Em outros termos, a contingência na produção dos dados se repete de maneira que se abrem outras possibilidades de contar a história da biodiversidade.

Mais importante ainda: ali, na mata, se atualizam novas possibilidades do saber. A zona de entre-saberes aqui mistura corpos, intensidades, sentidos e problematiza tanto o fazer biológico quanto sociológico. Toda uma “ecologia de práticas” (STENGERS, 2003) que reúne a multiplicidade de elementos-intensidades emaranhados entre si e precede qualquer tipologia das formas de conhecimento. Acredito que, a está altura de meu relato, não preciso convencer ninguém que a sociologia que tentei fazer não se resume a um bloco de informações descritas mediante um lápis, um caderno de campo e as reflexões que ganham sentido quando o pesquisador se senta em sua cadeira para registrar seu campo. A carga epistemológica e metodológica da “observação”, seja ela da modalidade que for, gera uma descrição. Do latim *scribere*, seu objetivo é representar uma coisa por meio da palavra escrita. Assim se fundou, diga-se de passagem, a etnografia, com o primado, em simultâneo, epistemológico e prático, da visão, da escrita e da representação. No presente caso, à observação se substitui a toda a experiência vivaz dos sentidos, sempre singulares; aos olhos, o corpo misturado; ao diário, os pés, dedos e a terra; à descrição, o relato.

Não foi à toa que a agência imprevista dos elementos acima referidos - chuva, densidade, dureza etc. - reorientam consideravelmente toda a estratégia metodológica a campo. Foi preciso recalcular o tempo - “é, vai demorar mais do que tu achavas, Reinaldo”, diz Lidiane, no quarto dia. “De repente eu fico aqui até domingo ou segunda e volto com o microônibus... ou outro mês, se houver recurso...”, conclui ela. Ademais, foi preciso dividir a equipe. Reinaldo também precisava de algumas raízes expostas de árvores tombadas, “porque é um material fácil de trabalhar, a gente tira umas medidas e deu, pode estimar o alcance das raízes no subsolo”, e, com isso, ele saía a caminhar pela grade e nós dávamos continuidade ao trabalho com as parcelas. Este “nós”, aliás, corresponde, agora, a Lidiane, o Venezuelano e eu. Elizabeth, infelizmente, não suportou as longas caminhadas diárias de mais de 16km carregando materiais, mochilas, sacos. Seu joelho inchou e, diferentemente de Marlon, ela decidiu abandonar a expedição e se resguardar. Imagino que a presença de uma equipe maior contribuiu nesta escolha.

Isto gerava um efeito complicador, porquanto, agora, era uma pessoa a menos para trazer os sacos com as amostras de volta à sede. “E se nós formos de quadriciclo?”, perguntei a eles. “Não sei, acho que não temos autorização para usar”, devolvem. “Deixem que eu falo com o Guerreiro”, concluí. No dia seguinte, já 16 de julho, o quadriciclo está liberado com uma condição: “que o seu Felipe dirija”, pede Guerreiro. O quadriciclo não só resolveu a questão do tempo, mas também do esgotamento físico e mental que atravessávamos. Assumi mais uma função estratégico-metodológica.



Figura 30: Venezuelano (direita), Lidiane (cetro) e eu (esquerda). Fonte: foto de Reinaldo.

Mais uma vez me coloco como mediador entre biólogos e locais. Poder dirigir o quadriciclo é um efeito imprevisto de um pacto. Um pacto, seguramente, político, fruto da tensão entre os regimes da colonialidade - aquele que passa e permanece - e da loucura - o pesquisador invocado - que tanto afetaram minha presença nos arredores das UC's. Mas, também, um pacto afetivo, que adveio, ao longo dos meses em que estive a campo, onde “trabalhei na terra”, abrindo a mata na Ilha, cavoucando as bordas dos açudes no Boqueirão, atalhando na grade, participando de reuniões na Comunidade. Tentei “fazer sociologia” a partir destas experiências.

Ao longo de todo meu percurso de campo, foram narrados uma série de imprevistos que emergiam a partir da contingência dos encontros aos quais fui exposto. Ressalto, nos capítulos um e dois, meu encontro com a mata, com o Coordenador do PPBio/CENBAM, minha chegada nos arredores do Parque Nacional do Viruá e da Estação Ecológica de Maracá, meu encontro com as marcas do colonialismo na Assembleia Geral do CIR, com os madeireiros em Caracaraí, dentre outros. Da mesma maneira, a mim e à biologia da conservação emergiram situações inesperadas mata adentro. Recordo, no terceiro e neste quarta capítulo, os macacos-aranha, os desvios, a chuva, as distâncias, o tamanduá, bandos de porcos selvagens, os dados de DAP nas planilhas da Dra. Carolina, as estrias do câmbio

do tecido vegetal dos marupás dentre outros. Todos estes colocaram, diante de nós, a exigência de lidar com os imprevistos que daí emergem.

A “imprevisibilidade das condições iniciais”, às quais é preciso estar sempre atento (STRATHERN, 2013, p. 208 - tradução livre), se manifesta em escalas particulares, sejam estas de ordem metodológica, analítica ou mesmo política. A dimensão do inesperado foi inserida ao longo de toda a análise no registro sentipensante. Em outros termos, concedi maior atenção ao modo como as reações a cada imprevisto mobilizavam, mata adentro, os sentidos e os corpos misturados (SERRES, 2014 [1985]) e não a linguagem matemática que informa a cientificidade do sistema RAPELD. Com efeito, ela participa sobremaneira na produção do conhecimento. Foi o que restou evidente mediante a inscrição da análise na zona de entre-saberes. Porém, o emprego da comparação do método cumpre, também, a função de sobrecodificação do sentido dos sentidos em arranjos e dados numéricos. Foi o que expus, de modo explícito, nesta seção.

Não raras vezes ouvi comentários como (i) “é que a gente não sabia que teriam estas dificuldades” ou (ii) “eu não podia imaginar que ia encontrar isso a campo”. Se trata somente de uma imprevisibilidade? Ou isto indica, ademais, uma completa negligência do modo de engajamento corpóreo-sensorial que este tipo de empreitada científica requer? Na verdade, este modo de colocar o problema parece não estar bem acertado. Assim formulado, os imprevistos são entendidos como “vindos de fora”, é dizer, a contingência responde ao ambiente como sendo o elemento externo. Porém, se o ambiente também está “dentro”, a ordem da contingência é radicalmente outra. Explorando ainda mais estas pistas, ou seja, vendo até onde o ponto de vista sociológico universal pode nos levar, penso não tanto no ambiente como coisa que ocupa as posições objetivas do “dentro” e do “fora”, mas no *ambiente como processo singular de autocomparação*.

Comparação não é mais uma questão de identificar as escalas gerais que podem atuar como ‘denominadores’ comuns que relacionam coisas (como ‘quadrúpede’ pode relacionar gatos e cachorros). Ao invés disso, ela é orientada na direção de revelar ‘denominadores incomuns’, se por isso se quer dizer as peculiares e altamente específicas capacidades de transformação que coisas(-barra-escalas) mantêm tão contingencialmente dentro de si (HOLBRAAD; PEDERSEN, 2010, p. 382 - tradução livre).

O processo de fabricação de ambientes ocorre por meio dos modos de engajamento. Com isto, posso sugerir estes “denominadores incomuns” são precisamente o conjunto imanente dos sentidos dos corpos misturados, as escalas qualitativas nas quais as forças potenciais do desejo e da crença vão se depositar. Posso sugerir, então, que *fabricar ambientes é fazer corpo*. As diferenças, assim sendo, que medimos ao comparar duas ou

mais coisas se tornam constitutivas dessas mesmas coisas em suas singularidades, porquanto elas atuam como sendo suas próprias escalas.

A comparação que o método RAPELD coloca em evidência é outra:

Foi um choque (...) descobrir que nenhum dos sistemas propostos para o monitoramento da biodiversidade satisfazia as exigências das pessoas responsáveis pela gestão territorial (...) Um dos principais problemas era a escala. Cada método havia sido otimizado para uma escala particular, tanto espacial quanto taxonômica, mas os tomadores de decisão fazem parte de um sistema político que tem que levar em conta as necessidades das pessoas que operam em muitas escalas diferentes e com interesses em muitos aspectos distintos da biodiversidade (...) O resultado da nossa preocupação com a biodiversidade e a tomada de decisões levou-nos a construir nosso próprio sistema, o sistema RAPELD (MAGNUSSON et al., 2013, p. 16-17).

Este sistema não se fecha para uma ecologia do lugar “baseada no reconhecimento da continuidade da mente, do corpo e do mundo” (ESCOBAR, 2005b, p. 124 - tradução livre). Todavia, as singularidades são sempre referidas à matemática das escalas do espaço, do tempo e das espécies. Esta comparação responde ao problema da “crise de extinção”, ou, em outros termos, da crise daquilo que se mede extensivamente e não intensivamente, do ambiente objetivo, “fora de nós”. O RAPELD emprega, em continuidade à instauração de uma questão que carrega consigo a medida daquilo que se perde, a mesma sintática e a mesma semântica:

Devemos planejar a coleta de dados da biodiversidade para poder usufruir da nova tecnologia e tratar das demandas do máximo número de clientes simultaneamente. Senão, a biodiversidade permanecerá o que é hoje: um grito por apoio para a inteligência conservacionista e um terrível impedimento para o desenvolvimento social e econômico para os políticos. (MAGNUSSON, et. al., 2013, p. 27).

“Imprevistos”, mata adentro, alertam para os acontecimento cotidianos, insólitos, simultaneamente assombrosos: há alguma coisa a mais aí. O RAPELD, aqui, participa das - mas não determina a - fabricação de ambientes. A comparação da biodiversidade se manifesta no modo como o próprio ambiente aparece como o gesto de um imprevisto sutil em outra escala sensitiva.

Há, então, estes espaços do não dito, um conjunto de sons, gestos, movimentos que carregam as pegadas vivas do colonialismo e que resistem a racionalização, porque sua racionalização incomoda, te faz descer do sonho cómodo da sociedade liberal (CUSICANQUI, 2015, p. 8 - tradução livre).

O que é, desde este ponto de vista, a “crise da biodiversidade”? Proponho uma resposta simples: a desatenção à experiência sensitiva do saber dos corpos em contato. Esta é, uma e outra vez, reconduzida ao modo de abstração moderno que separa as

habilidades dos sentidos da matéria e reconduz aqueles à métrica, os asfixia. Encontramos o “verdadeiro pesquisador sonâmbulo que não é cego aquilo que o cerca. Ele não ignora este mundo, mas ele recusa a este mundo o poder de o fazer hesitar. Ele o decodifica em termos de oportunidades” (STENGERS, 2013, p.42-43 - tradução livre). O problema é, então, outro. Não mais como salvar a biodiversidade, mas como recolocar as maneiras pelas quais se experimenta *o ambiente e a sociedade* na sequência dos *acontecimentos* que se repetem, dia a dia, mas que não coincidem; são carregados de novos sentidos.

A conservação da biodiversidade como prática moderna de cercamento e esquadramento do espaço amazônico, cujo modelo das Unidades de Conservação vem como penoso reforço, somente constitui uma questão presente para uma sociedade cujas ruínas são cada vez mais sentidas. Trata-se da realização de uma sociedade *anti-ecológica*, no sentido específico em que as possibilidades das relações entre seus componentes são recolhidas ao controle matemático. Em outros termos, os corpos são fragmentados em suas interações. O ambiente ganha corpo, paradoxalmente, à medida em que o mesmo está prestes a desaparecer.

...

Após minha investida de campo, no norte-amazônico, tive a oportunidade de receber, em meio ao meu período de estágio doutoral em Bruxelas, a visita de uns dos ribeirinhos com os quais convivi nos arredores do Parque Nacional do Viruá. Caçula nunca havia saído de Roraima. Visitou, é verdade, uma única vez, a cidade de Manaus.<sup>65</sup> Ele, agora, acompanhava a mim, em meio a capital da União Europeia, por dois meses. Abundam histórias a contar. Atendo-me somente a duas ou três.

Sua experiência de cidade era atravessada por modos de engajamento radicalmente distintos dos meus. Em meio a caminhadas por horas e horas ele nunca se cansava: “ué, tô acostumado a andar no meio da mata”, dizia quando eu tocava no assunto. As necessidades fisiológicas quase nunca o acometiam. Exceto uma vez. Comum nas capitais europeias há mictórios públicos espalhados pela cidade, a céu aberto. “Deu? Te falei que não era muito higiênico”, comentei. “Muito higiênico? [pergunta em tom de ironia] Jesus,

---

<sup>65</sup> É curioso, no mínimo, senão encantado, o modo como ele me procurou certo dia: “Jesus, eu tive um sonho que eu viajava longe. Sempre quis viajar para longe. Quando eu te conheci eu me disse ‘é esse cara que vai me levar’. Só que eu achava que eu ia para o sul. Mas, rapaz, eu vou pra Bélgica óh”. Neste momento eu já estava acostumado às dinâmicas da mentira e da verdade que compõem a região. Eu sabia que isto se apresentava como possibilidade real, pois a forma da fala assim denunciava. Um acordo foi, então, estabelecido entre a Dra. Carolina e eu para ajudar Caçula nesta viagem. Ela pagaria suas passagens e eu o acolheria em sua chegada ao outro lado do oceano atlântico. Ele permaneceu comigo, em Bruxelas, de 23 de abril a 24 de junho de 2016.



tu sente o cheiro desse negócio aí? (...) Rapaz, agora, imagina eu que sou treinado para distinguir cheiro de carniça, catitu, queixada, urubu, urubu rei”.

Em outra ocasião, em Amsterdã, parada obrigatória quando, a convite da Universidade de Wageningen, fui apresentar meus avanços na tese para o *Group of Sociology of Development and Change*, algum odor lhe interpela: “Ô Jesus, que cheiro é esse?! [tom de espanto] Eles fizeram isso com os rios deles, é? Rapaz, como pode um povo inteirinho fazer isso com aquilo que é a vida deles?”. O aterro dos antigos canais de Bruxelas o conduziram, também, à mesma percepção e à mesma pergunta.

Por diversas vezes Caçula e eu nos perdemos um do outro à medida que ele se aventurava em Bruxelas: “vou caminhar por aí e conhecer”, dizia aquele. Para nos encontrarmos eu ligava para seu número de telefone local. Encurto suas respostas: “tô aqui perto duma subida”; “rapaz, olha, tem um prédio assim (...) têm umas árvore assim (...) logo depois daquela curva”; “tem bastante passarinho aqui óh” (certa vez, ele me perguntou quantos passarinhos eu escutava cantar. Respondi três. Ele me disse que ouvia no mínimo cinco, pois “tem que prestar atenção aos planos, aqueles que cantam no primeiro plano, no segundo”). Em todos estes momentos eu somente conseguia pensar: “qual rua?”. Caçula operava como uma região entrecortada por intensidades que ativavam seu senso de localização, antes, apreendendo o ambiente circundante por meio dos sentidos do que projetando nomes. Eu, o fazia, primeiro, por meio do esquadramento do espaço. Certamente, estes recursos terminam por confluir a cada situação, seja ao “estar na mata”, seja na cidade. A direção que este senso de presença, este fazer corpo com a localidade toma, certamente, está de acordo com o campo de forças do desejo e da crença que em cada qual se fazem sentir.

Não farei a análise pormenorizada destes eventos da viagem de Caçula a Bruxelas. No entanto, não posso me furtar apenas de mencionar o modo como seu desejo de “viajar longe” produziu as afirmações que ele, meses mais tarde, definiu, via e-mail, para mim: “a Amazônia é grande demais (...) Obrigado pela experiência que me fez ter outra expectativa de vida para meu próprio povo”.

Conhecer, ou o processo de fabricar ambientes e sociedades, devém, portanto, uma prática política sensorial: “trata-se de conhecer com o *chuyma*, que inclui pulmão, coração e fígado. Conhecer é respirar e palpitar. E supõe um metabolismo e um ritmo com o cosmos” (CUSICANQUI, 2015, p. 5 - tradução livre). Não se trata exatamente de uma “urgência de salvação” no seu sentido emergencial ou imediato que conflui à uma prática do confinamento do espaço. Trata-se, talvez, do inverso. Do latim *urgēre*, trata-se de

“apertar, comprimir, impelir”, ou fazer sentir todo o real no corpo, a cada instante em que este se apresenta para nós.

O que chamo a atenção é precisamente ao tratamento que é concedido a experiência sensitiva da biodiversidade e seus efeitos, arrisco, “permanentes”. A experiência está ali, uma e outra vez, no cotidiano. Não é preciso ir à montanha, como sugere Serres: “o corpo em movimento federa os sentidos e os unifica nele” e “continuam a produzir encantamento” (SERRES, 1999, p. 16 - tradução minha), transformando rio em vida, a cidade em sons, os espaços em ritmos:

Esse canto prodigioso e intenso que surge do corpo exposto ao movimento ritmado do coração, à respiração e à regularidade parece sair dos receptores musculares e das articulações, dos sentidos dos gestos e do movimento para invadir inicialmente o corpo e depois o ambiente (...) (SERRES, 1999, p. 16 - tradução minha).

Eis o modo como tomo, ao fim e ao cabo, o fazer sociológico “desde o sul”, assim problematizado pela socióloga boliviana Silvia Cusicanqui e pelo ribeirinho Caçula. É a curiosidade periférica “del vagabundeo”, ou seja, daquele que, *enquanto caminha*, realiza uma “percepção corporal”. Trata-se de encontrar

a conexão metafórica entre o tema de investigação e a experiência vivida, pois somente escrutinando este compromisso vital com os temas é possível aventurar verdadeiras hipóteses, enraizar a teoria ao ponto de convertê-la em piscadelas internas da própria escrita e não citações rígidas de autoridade” (CUSICANQUI, 2015, p. 4 - tradução livre).

Repensar a “crise de extinção da biodiversidade” requer que todo componente que dela participa, ou seja experimenta, seja concernido na diferença que o constitui. Não se trata mais de uma função quantificável entre vivo e não vivo. Tudo pode estar vivo, ou seja, tudo vê, cheira, tateia, ouve, degusta a sua própria maneira. É isto que é exigido por este novo pacto com o sensitivo.

## CONCLUSÃO

Ó meu corpo, faça de mim, sempre, um homem que questiona.

Franz Fanon.

O que coloquei em evidência ao longo deste trabalho foi, de maneira geral, a reconstituição de uma experiência de pensar enquanto se caminha. Assim o fiz de modo que esta se tornasse acessível ou, em termos mais precisos, que esta experiência de pesquisa, quase nômade, carregasse o texto com as intensidades, emoções e sensações que me afetaram ao longo do campo. Estou ciente de que tal tarefa não é fácil e tampouco creio tê-la atingido em sua potência. Por um lado, há certos impedimentos que as obrigações da tradição acadêmica sociológica fazem recair sobre o texto. Por outro, contudo, esta experimentação se fundamentou na proposição mais nodal da sociologia das possessões de Gabriel Tarde: todos os corpos são, em maior ou menor grau, atravessados pelas forças do desejo, da crença e da sensação. Desta feita, acredito que este pressuposto possibilita à escrita uma carga comum a ser transmitida a quem se interessar por ela.

Esta proposição não se refere exclusivamente à relação entre um referencial teórico e um estilo de escrita. A escolha foi informada, acima de tudo, pelo próprio campo empírico. O lugar do pesquisador não pode ser neutro. Ele implica, engaja e sua posição e postura são, simultaneamente, interpeladas pela realidade estudada.

Inicialmente, sugiro que não só o deslocamento de uma localidade a outra, mas também o próprio movimento do corpo produziu efeitos diretos na etnografia. Dentre estes resultados de ordem metodológica, destaco (i) o modo de utilização do caderno de campo, (ii) o direcionamento da atenção analítica aos gestos e não tanto às falas, (iii) a disposição a outras maneiras de interagir com os agentes a campo e, por fim, (iv) a abertura de sensibilidades a outras semânticas e sintaxes.

Poucos foram os momentos os quais pude fazer anotações. Ademais, estes ocorriam sempre após os fatos, quando, sentado nas salas comuns das Unidades de Conservação ou já deitado na rede, sob a luz da lanterna, alguns rascunhos me eram permitidos. No mais, foi o corpo quem portou os dados: “o corpo não recebe ajuda de qualquer memória externa, ele o faz por si só, copia e armazena os dados” (SERRES, 1999, p.76 - tradução livre). Os espaços em branco de meu caderno serviram justamente para que este outro recurso se expressasse no momento das caminhadas de volta à cena urbana, em meio à escrita deste trabalho. Está gravada, nos pés e joelhos, por exemplo, a relação entre as

condições de produção dos dados (tanto sociológicos quanto biológicos, no que pude perceber) e as distâncias percorridas. As dores, por exemplo, exigiam diminuir ritmos ou aumentar dias para que se atingisse o *n* suficiente de sapos, insetos ou borboletas (seções, 1.5 e 4.1.2). São as coceiras, por exemplo, que denunciam o lugar do pesquisador como estranho ao lugar, fato que faz do saber científico elemento insuficiente para garantir aos biólogos um dado preciso. Isto porque uma das múltiplas dimensões que o enunciado “não se faz pesquisa na Amazônia sem os locais” traz junto à calibragem dos dados é a garantia de sobrevivência. Por diversas vezes, o encontro com animais, ruídos e cheiros faziam-nos, aos auxiliares, biólogos e eu, mudar de rota, diminuir o ritmo ou mesmo repensar a estratégia de coleta dos dados (seções 1.5 e 3.1.1). Como asseverei, meu caderno minguava à medida que mais e mais quilômetros, dia após dia, eram percorridos.

Assim sendo, a atenção etnográfica sofre uma torção para o modo como, antes da fala, as expressões faciais, silêncios, velocidades de caminhar, sinais das mãos etc. indicam acordos e dissidências entre os agentes. Foi o caso, por exemplo, do modo como as dúvidas quanto aos dados sobre o crescimento das árvores (seção 3.1.2) passava, para além dos números nas tabelas e metragens dos instrumentos, pelos olhares de Max para a Dra. Carolina. Ou, também, em minha primeira interação com Max (seção 3.1.1).

Foi assim que apreendi e aprendi novos modos de interagir com os agentes em campo, isto é, mata adentro. Ao longo do período que se estendeu de fevereiro a julho de 2015, adquiri novos gestos, expressões verbais e faciais que couberam, neste trabalho de pesquisa, na forma de descrições minuciosas e brincadeiras nas entre-linhas. Franzir a testa e mexer os lábios para indicar posições, saber mentir na forma dos dizeres, renomear as coisas, calar-se. Não coube no trabalho, mesmo assim, o modo como passei a interagir com “porcões” ou “queixadas”, os porcos do mato, que descrevi sucintamente na seção 4.1.2, ao falar de Max, mas que reapareceu quando segui a pesquisa sobre o solo e as raízes (seção 4.1.3), em um momento em que fiquei sozinho nas trilhas. Não se trata de observar, nem de participar, mas de ser composto e recomposto, enquanto pesquisador, como mais um agente na pesquisa do outro. Inúmeras foram as vezes em que eu assumi funções dos biólogos nas próprias pesquisas destes.

Todos estes pontos me possibilitaram, em maior ou menor grau, ser afetado em regimes particulares que caracterizei como *mediação* (seções 1.3 e 4.1.1), *capturas entre-loucos* (seção 2.1.1) e *colonialidade da captura* (seção 2.1.2). Trata-se de outras semânticas e sintaxes que ressignificam o encontro de saberes entre pesquisadores, ribeirinhos, indígenas e a mata.

A experiência etnográfica, neste sentido, mobilizou estratégias de construção de um complexo de múltiplas agências que atravessam e aglutinam pessoas, animais, rochas, espaços etc. Uma malha que mistura estes corpos de modo singular a cada ação, ou a cada atividade.

Assim sendo, dentre as dimensões mais epistemológicas, econômicas ou ontológicas que compõem a relação de pesquisa entre os pesquisadores do Programa de Pesquisa em Biodiversidade (PPBio), os ribeirinhos dos arredores do Parque Nacional do Viruá, os indígenas dos arredores da Estação Ecológica de Maracá e a mata, a análise se deteve, antes, nas maneiras por meio das quais um *atravessamento sensitivo* torna possível, mata adentro, engendrando-se aí outra experiência de saber e, por conseguinte, da própria biodiversidade.

Partindo deste direcionamento, no que concerne aos resultados de ordem mais analítica, reúno, agora, os mais relevantes. De modo sucinto, trata-se (i) da constituição de uma zona de entre-saberes, (ii) da função dos sentidos em meio ao terreno do desejo e da crença na produção de dados sobre a biodiversidade no sistema RAPELD (*Rapid Assessment Surveys in Long Term Ecological Research*), ou seja, como se concretizam os modos de engajamento e se atualizam os saberes, (iii) da relação entre conhecimento e existência, seja referente às localidades ou à biodiversidade e à “crise de extinção”, assim como ao próprio domínio da sociologia. Deixo este último para o final, pois retomo, aqui, a motivação que me vincula ao (mas excede) o próprio doutorado.

A produção de um dado científico, seja a biomassa das árvores, seja a quantidade de espécies de borboletas ocorre pela conjugação de instrumentos de medida, questões, dúvidas, hesitações e, fundamentalmente, um modo particular de tocar, cheirar, ver, ouvir, degustar. Em outros termos, o ato de pesquisar que se executa no interior da mata mobiliza uma série de operações pragmáticas que acentuam as infinitas capacidades dos sentidos, o sensível. Todos são partilhados entre os corpos em contato, sejam facões, trenas, lupas, mãos, pés, árvores, tamanduás, borboletas, pessoas ou a própria terra.

O desejo e a crença não são de um sujeito cognoscitivo, uma pessoa. São forças quantitativas, como as definiu Gabriel Tarde (1895; 2010 [1893]), que se aplicam a corpos variados. O desejo é sempre apropriação, captura; a crença é sempre modificação, transformação. O primeiro congrega elementos heterogêneos em torno de uma vontade - por exemplo, identificar plantas (seção 3.1.1) -, enquanto o segundo fabrica uma afirmação - seguindo o exemplo, uma família botânica tal possui tal característica fitoquímica; a passagem entre ambos é realizada pelo paladar. As sensações são, assim, forças ou escalas qualitativas onde desejo e crença vão se depositar.

O enunciado “não se faz pesquisa na Amazônia sem os locais” reaparece com novas dimensões. Não se trata exatamente do sujeito ribeirinho ou indígena. “Os locais” deste enunciado, quero sugerir, são pessoas, animais, plantas, pedras etc., assim como as próprias localidades. Todos são, como indiquei na análise da seção 3.1.1, *regiões de intensidades* (DELEUZE; GUATTARI, 1972). Em outras palavras, são materiais onde se inscrevem as três forças do desejo, da crença e da sensação. Uma zona de entre-saberes se instala e situa o cenário da pesquisa em conservação da biodiversidade amazônica antes que a esta seja atribuída o domínio do “conhecimento científico” ou do “conhecimento tradicional”. A zona de entre-saberes desloca a análise do agente para a agência, para a atividade sendo executada.

Submeter o dado científico a esta experiência da mistura dos sentidos e técnicas não significa que ele perde em precisão. Muito ao contrário, *ele adquire precisão*. Seria pouco ou nada rigoroso o método que, mata adentro, se detivesse unicamente em instrumentos técnicos convencionais, nos biólogos e suas sistematizações, nos ecólogos e suas interações entre vivo e não vivo, separação, aliás, que perde completamente o sentido quando todas as entidades presentes mata adentro parecem estar vivas ou encantadas.

A técnica científica e as práticas locais se atualizam reciprocamente, porém, nunca simetricamente. Na seção 4.1.2, por exemplo, as dúvidas quanto à identificação de espécies de marupá são fruto da conjugação de um jeito de tatear com o facão e olhar com uma lupa. No entanto, após um experimentar “o método” do outro, olhar pela lupa e tatear pelo facão não são os mesmos. As engenheiras florestais saem da pesquisa atentas a novas espécies; Ricardinho, macuxi, sai tendo apreendido novas habilidades (seção 4.1.1).

Trata-se, portanto, da abertura de outra experiência da biodiversidade. Posso sugerir, com isso, que outra medida comum da biodiversidade se faz presente por meio da instauração de uma zona de entre-saberes. A mensurabilidade matemática é excedida pela intensidade dos corpos e da constituição do que chamo de atravessamento sensitivo, um ver, cheirar, degustar etc. que se tornam práticas singulares de produção dos dados sobre biodiversidade.

O sistema metodológico RAPELD de trilhas e parcelas permanentes auxilia na manutenção de um substrato material mínimo - fauna, flora, vilas e comunidades - como base para o entendimento mais propriamente biológico da conservação da biodiversidade. Neste sentido, ele é, com efeito, inteligente, porquanto entrelaça a prática científica com certo “senso de lugar” - a continuidade entre corpo, mente e mundo - que subjaz nos sítios onde a grade é instalada, neste caso, aquelas duas Unidades de Conservação acima referidas e seus arredores. Porém, por outro lado, o método reduz as experiências da

biodiversidade provocadas por este encontro de saberes à uma função entre vivo e não vivo.

Não são os significados-usos que é preciso ver como circulam na rede de invenção discursiva da biodiversidade. São os fluxos de materiais, as habilidades, enfim, os processos de “possessão” (TARDE, 2010 [1893]). Aquilo que é um sauveiro, uma árvore que cresceu, uma espécie nova de marupá, a diversidade de borboletas ou o monitoramento de roxinhos são produções do desejo sendo conduzido ao ínfimo detalhe a fim de atingir o mais alto de crença, a afirmação de que *isto é tal coisa*.

Posso, então, explicitar que são os sentidos que, ao se atualizarem, fabricam modos de engajamento específicos entre pesquisadores, locais e a mata. Cada qual, a sua maneira, está vivo, ou seja, é afetado pelo ínfimo detalhe. Na seção 3.1.2, por exemplo, é a incidência de luz que vai afetar o olho e a pele do auxiliar, os dados do pesquisador e o crescimento da árvore. Sugiro que há, também, outro campo de possíveis para a própria biologia da conservação.

O desejo de conservação e a crença de que a biodiversidade é relevante não são suficientes para fazer com que os auxiliares queiram trabalhar com a pesquisa. Tampouco a manutenção de um substrato material mínimo, ou seja, a floresta ou a campina o é. São, com efeito, necessários. Porém, são novas possibilidades de existir e experimentar pelo uso dos sentidos e das habilidades que ganham destaque. Os modos de engajamento colocam em evidência a relação direta entre conhecimento e existência de modo apaixonante. A frase, tão repercutida ao longo de meu campo, “eles [os locais] conhecem tudo” ganha, agora, um sentido bastante forte e preciso. Eles conhecem porque “adquirem habilidades” em meio ao encontro de práticas. Porque eles estão ali o tempo todo, como aliás, está agora o sistema de trilhas RAPELD.

O encontro de saberes opera como requisito comum para a execução da atividade científica e para os modos de existência das localidades onde ela acontece, como se vê, por exemplo, na seção 3.1.3 onde a *terra-firme* determina a qualidade do monitoramento de roxinhos, mas também o modo de existência da Comunidade macuxi dos arredores da Estação Ecológica de Maracá. Seu Cosmo, por exemplo, pisava forte no chão ao relacionar a identidade macuxi com a terra: “Eu sei, todo mundo é parente, tudo bem; é tudo parente, mas aquele que volta tem que cumprir no mínimo um ano de moradia permanente na Comunidade e ajudar nas questões da Comunidade, voltar a pisar e a trabalhar na terra. Na cidade são outros macuxis, nas serras outros. Aqui é o lavrado, terra-firme”. Do mesmo modo, ouvi, mais de uma vez, biólogos e ecólogos do PPBio afirmarem: “Nós temos tesão de estar no mato. Nós vamos para o campo porque temos tesão de ver, cheirar, tocar”.

Chego, assim, ao último ponto. Este complexo cenário ressignifica a “crise de extinção” e coloca o ambiente em proximidade ao modo como a biodiversidade é experimentada ao se “estar na mata”.

As possibilidades de afirmação da extinção da biodiversidade refletem uma sociedade atravessada pelo medo da perda e seu correlato ímpeto de salvação, expressões transparentes da herança colonial. É radicalmente outra a sociedade que se fabrica quando o medo não se refere à perda de uma realidade exterior à própria experiência, seja esta última intermediada pela razão ou pela emoção, mas àquilo que já é parte interiorizada, conflitiva, porém coetânea. Refiro-me ao fato de que as microdinâmicas das localidades onde a atividade científica acontece têm a pesquisa como elemento incorporado, canibalizado, vivido.

É perfeitamente concebível que outro tipo de sociedade se organize, a qual preserve processos de singularidade na ordem do desejo, sem que isso implique uma confusão total na escala da produção e da sociedade, sem que isso implique uma violência generalizada e uma incapacidade de a humanidade fazer a gestão da vida. É muito mais a produção de subjetividade capitalística - que desemboca em devastações incríveis a nível ecológico, social, no conjunto do planeta - que constitui um fator de desordem considerável, e que, aí sim, pode nos levar a catástrofes absolutamente definitivas. (GUATTARI; ROLNIK, p. 217).

“É que a gente tem muito medo de vocês. Os pesquisadores, eles vêm aqui, pegam o que eles querem e saem”. Esta frase, proferida por Seu Cosmo, Tuxaua Macuxi da comunidade do Boqueirão, faz eco ao que me disse Caçula, ribeirinho de Caracaraí: “conservar a biodiversidade não vai resolver nossos problemas”.

O que é, então, desde este ponto de vista, a “crise da biodiversidade”? Proponho uma resposta simples: é a desatenção à experiência sensitiva do saber dos corpos em contato. Manifesta-se, a partir da perspectiva do encontro de saberes, uma outra medida comum: fazer corpo é fazer sociedade e fabricar ambientes. Abre-se aí outro campo de possíveis para a sociologia.

A questão ambiental se manifesta neste ínfimo, porém, assombroso detalhe, algo como uma epistemologia do real maravilhoso ou encantado. A experiência está ali, uma e outra vez, no cotidiano. O ambiente, cujo sentido, proponho, por fim, é análogo ao da biodiversidade, não é algo externo a nós, não é alvo de disputa, não é objeto, não é conceito; ele é, ao mesmo tempo, todo e parte do corpo. O que quero chamar a atenção é a invenção de outra prática para além da tradição do cercamento do espaço, tão caro à biologia da conservação. Trata-se da prática dos corpos misturados, que permite outra experiência da biodiversidade, aquela que fabrica ambientes e sociedades à semelhança



das sensações e intensidades que se podem sentir ao se “estar aí”, ao passar pela floresta. Todo componente que participa deste processo experimenta, ou seja, vê, cheira, tateia, ouve, degusta a sua própria maneira. Explicito para o bel-prazer da interpretação sociológica: não se trata de salvar, mas de sentir (sentipensar) e devir outro com aquilo que é *partie prenante*, isto é, entranhada em todo limiar entre peles, olhos, cascas etc.

Sigo assombrado pelo medo da perda da Amazônia. Porém, busco outro entendimento que não se apresente como simples efeito de um cálculo matemático. O medo da perda não é senão ferida colonial aberta. Os chamados “guardiães da biodiversidade” não forjaram a perda da “natureza”. Indígenas e ribeirinhos denunciam um problema que foi fabricado pela colonialidade.

Certa vez, Nara, macuxi e cozinheira em Maracá, me perguntou:

*Nara:* E, Felipe, me diz uma coisa, por que vocês vêm para cá, assim..? É por que vocês querem ou por que o estudo obriga?

*Eu:* Como assim Nara?

*Nara:* Assim...vocês vêm por que vocês querem vir e conhecer, ou por que o estudo de vocês diz que vocês têm que vir?

*Eu:* [Minha resposta, na ocasião, foi correspondente à minha grade interpretativa, qual seja, pragmática]. Assim, uma vez que você escolhe estudar, no meu caso, fazer um doutorado [explico-lhe todas as etapas de uma formação superior com seus respectivos tempos institucionais de dedicação], você tem que fazer uma pesquisa sobre alguma coisa em algum lugar, seja sobre biodiversidade, sobre jeitos de se vestir, usos de plantas, línguas; seja na Amazônia, na Mata Atlântica, numa biblioteca, na cidade ou em um laboratório na universidade. Mas é você quem escolhe onde ir e sobre o quê quer falar, conhecer, trabalhar. Eu podia ter feito qualquer coisa, mas vim para cá. Então, eu diria que o estudo obriga, mas é você quem escolhe. [Satisfeita, ela nada mais perguntou].

A sequência desta conversa, ou seja, a próxima pergunta (imaginemos que converso com alguém “um pouco mais” questionador, como, por exemplo, um outro sociólogo) seria óbvia: e por que você escolheu, então, vir para cá? Mas a pergunta não me foi feita por outro sociólogo. Encontrei-a, meses depois, em outro lugar, em outro sujeito.

Caçula, auxiliar no Viruá, me demandou por ocasião de uma conversa sobre minha pesquisa: “E, Jesus, me diz uma coisa, por que tu precisa dos teus dados?”. Não soube lhe responder e não sei, ainda, ao certo. Posso somente pontuar que do mesmo modo como a biologia da conservação é movida por esse medo da morte, por essa “crise de extinção”, muitas pesquisas das ciências humanas são desencadeadas pelo mesmo motivo e seu correlato ímpeto de lutar ou resistir. E por quê? Porque o medo também se faz sentir a algo que é interno. À medida que este vai se concretizando, arrasta ladeira abaixo todas as disciplinas, seus objetos, seus achados, seus pesquisadores, os postos de trabalho, cursos, hipóteses e os departamentos de ensino nas universidades. Vem daí a necessidade

de “salvar a biodiversidade” como dupla salvação da “natureza” e da “sociedade”. A biologia da conservação - assim como outros campos de invenção do conhecimento científico - se constituiu curiosamente na descoberta da perda e foi impulsionada pelo medo/perigo da extinção, da morte. “Impedimento taxônomico”, me disse certa vez uma bióloga: “a construção de uma hidrelétrica no Acre, num lugar onde a gente ia fazer um inventário de insetos, simplesmente terminou com nosso trabalho. Deixamos de conhecer muita coisa”. Impedimento, reformularia eu, da continuidade da própria existência intelectual, da razão indolente (SANTOS, 2000), acostumada ao privilégio de elaborar suas próprias questões.

Toda produção de perigo guarda por correlato uma produção desejante, ou seja, temer a perda, ou a queda da Amazônia, é também desejar a perda da Amazônia. O que meus dois interlocutores, Nara e Caçula, colocam em primeiro plano é o movimento que funda a postura anti-colonial: não é o mundo que necessita da pesquisa; somos nós, pesquisadores, que necessitamos dela. Por quê? Talvez porque eternizamos o desejo de manter a Amazônia sempre lá, garantia de existência de um mundo que teme suas próprias ruínas; talvez para se furtar ao presente e criarmos, nele mesmo, uma projeção para o futuro. Mas, posso, também, sugerir: precisamos dos nossos dados, talvez, porque se coloca diante de nós um longo e árduo processo de reapropriação de outros modos de convívio, de habitar e de fazer sociologia, uma terapia contra os fantasmas cotidianos que assombram nosso modo de estar no mundo.

## REFERÊNCIAS

AGUILAR, Raquel Gutiérrez. *Horizontes comunitário-populares: producción de lo común más allá de las políticas estado-céntricas*. Madrid: Traficantes de sueños, 2017

ALBERT, Bruce; RAMOS, Alcida (orgs). *Pacificando o branco: cosmologias do contato no Norte-Amazônico*. São Paulo: UNESP: Imprensa oficial do Estado, 2002.

ALMEIDA, Jalcione (org). Ciências sociais e a questão ambiental. *Sociologias*. Porto Alegre: Editora UFRGS, v. 16, n. 35, 2014.

BARNES, Barry; BLOOR, David; HENRY, John. *Scientific Knowledge: a sociological analysis*. Chicago: The University Chicago Press, 1996.

BARROS, Flávio Bezerra. Etnologia da pesca na Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio - Terra do Meio, Amazônia, Brasil. Brasil: *Amazônica Revista de Antropologia*. Vol, 4, n.2, p.286-312, 2012.

BARROS, André de Lima; Jorge López-Lozano; Albertina Pimentel Lima. The frog *Lithodytes lineatus* (Anura: Leptodactylidae) uses chemical recognition to live in colonies of leaf-cutting ants of the genus *Atta* (Hymenoptera: Formicidae). Alemanha. *Behavioral Ecology and Sociobiology*. Vol. 70, issue 12, p. 2195-2201, 2016.

BODMER, R.E. ROBINSON, J.G. Evaluating the sustainability of hunting in the neotropics. In: SILVIUS, K.M; BODMER, R.E.; FRAGOSO, José M.V (eds). *People in nature: wildlife conservation in South and Central America*. New York: Columbia University Press, p. 299-323, 2004.

BORDA, Orlando Fals. *Ciencia propia y colonialismo intelectual*. Bogotá: Carlos Valencia Editores, 1987.

\_\_\_\_\_. *Sentipensante*. Entrevista. 2008. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=LbJWqetRuMo>>. Último acesso em 17.09.2017.

\_\_\_\_\_. *Una sociología sentipensante para América Latina*. Buenos Aires: CLACSO. 2009.

BRASIL. *Convenção da Diversidade Biológica* (Decreto n. 2 de 1994). Brasília: 1998.

CASTAÑEDA, Carlos. *A erva do diabo: as experiências indígenas com plantas alucinógenas reveladas por Don Juan*. Rio de Janeiro: Record, 2ª edição, 1968.

\_\_\_\_\_. *A separate reality: further conversations with Don Juan*. New York: Washington Square Press, 1971.

CHAO, Ramón. *Conversaciones con Alejo Carpentier*. Barcelona: Ediciones Argos-Vergara, 1984.

COLLINS, Harry; EVANS, Robert. The third way in social studies of science: studies of expertise and experience. *Social Studies of Science*. London: n. 32/2, pp. 235-296, 2002.

COSTA, Flávia Regina Capelotto; MAGNUSSON, William E. The need for Large-Scale integrated studies of biodiversity - the experience of the Program for Biodiversity Research in Brazilian Amazônia. *Natureza e Conservação*. Brasil: vol. 8, n.1, p. 3-12, 2010.

COSTA, Reinaldo Corrêa. Áreas de risco: processo da natureza, produção da sociedade. *Revista Geonorte*, v. 4, n. 4, pp. 89-104, 2012.

COSTA, Reinaldo Corrêa; NUNEZ, Cecília Verônica. Ethno-knowledge and bioproducts in Manaus-AM. *Emir. J. Food Agriculture*, v. 32, n. 3, pp. 237-242, 2011.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. *Violencia (re)encubiertas en Bolívia*. La Paz: Editorial Piedra Rota, 2010a.

\_\_\_\_\_. *Ch'ixinakax utxiwa: Una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores*. Buenos Aires: Tinta Limón, 2010b.

\_\_\_\_\_. Entrevista. *Revista Anfibia*. GAGO, Verónica (Ed.) Disponível em <<http://www.revistaanfibia.com/ensayo/contra-el-colonialismo-interno/#print>>. Consultado em 11.10.2017 Buenos Aires, 2015.

CUSICANQUI, Silvia Rivera; EL COLECTIVO (Coord.). *Principio Potosí Reverso*. Madrid: Museo Nacional Centro de Arte Reina Sofía, 2014.

DASMANN, Raymond Frederik. *A different kind of country*. London: Macmillan Publisher, 1968.

DEBAISE, Didier. Une métaphysique des possessions: puissances et sociétés chez Gabriel Tarde. *Revue de métaphysique et de morale*, n. 60, pp. 447-460, 2008.

\_\_\_\_\_. *L'appât des possibles: reprise de Whitehead*. Dijon: Les presses du réel, 2015.

DE LA CADENA, Marissol. *Earth Beings: ecologies of practice across andean worlds*. Durham and London: Duke University Press, 2015.

DELEUZE, Gilles. *Qu'est-ce que l'acte de création*. Conférence donné dans le cadre 'Mardis de la Fondation'. Paris: 1987. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=2OyuMJMrCRw>>. Último acesso em 12 de julho de 2016.

\_\_\_\_\_. *Bartleby ou la formule*. Paris: Flammarion, 1989.

\_\_\_\_\_. *Différence et répétition*. Paris: Presses Universitaires de France, 2000.

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. *Diálogos*. Trad. Eloísa Araújo Ribeiro. São Paulo: Editora Escuta, 1998.

DELEUZE, GUATTARI. *L'anti-oedipe: schizophrénie et capitalisme I*. Paris: Éditions Le Minuit, 1972.

\_\_\_\_\_. *Mille plateaux: schizophrénie et capitalisme II*. Paris: Éditions Le Minuit, 1980.

\_\_\_\_\_. *Qu'est que-ce la philosophie*. Paris: Éditions Le Minuit, 1990.

DESPRET, Vinciane. *Ces émotions qui nous fabriquent: ethnopsychologie des émotions*. Paris: Les empêcheurs de penser en rond, 2001.

DOS ANJOS, José Carlos Gomes. *Território da linha cruzada: a cosmopolítica afro-brasileira*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

DRUCKER, Débora Pignatari. Avanços na integração e gerenciamento de dados ecológicos. *Natureza e Conservação*. Brasil: vol. 9, n.1, p. 115-120, 2011.

\_\_\_\_\_. *A integração de informação sobre biodiversidade e ecossistemas para embasar políticas de conservação*. Tese. (Doutorado em Ambiente e Sociedade) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

ELBROCH, Mark; MWAMPAMBA, Tuyeni H.; SANTOS, Maria J.; ZYLBERBERG, Maxine; LIEBENBERG, Louis; MINYE, James; MOSSER, Christopher; REDDY, Erin. The value, limitations, and challenges of employing local experts in conservation research. *Conservation Biology*, v. 25, n. 6, pp. 1195-1202, 2011.

ESCOBAR, Arturo. Whose knowledge, whose nature? Biodiversity, conservation, and the political ecology of social movements. *Journal of Political Ecology*, vol. 5, p. 53-82, 1998.

\_\_\_\_\_. El “postdesarrollo” como concepto y práctica social. In MATTO, Daniel (Coord.), *Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización*. Caracas: Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, Universidad Central de Venezuela, pp. 17-31, 2005a.

\_\_\_\_\_. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: LANDER, Edgar. (org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas Latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, p. 133-168, 2005b.

\_\_\_\_\_. *Sentipensar con la tierra*. Nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia. Colombia: Ediciones UNAULA, 2014.

ESCOBAR, Arturo; PARDO, Mauricio. Movimentos sociais e biodiversidade no pacífico colombiano. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 341-374, 2005.

ETAÇÃO ECOLÓGICA (ESEC) Maracá. *Conhecendo a ESEC Maracá*. Disponível em <<http://www.esecmaraca.blogspot.com.br>>. Última consulta em 15.09.17.

FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. Trad. Paula Siqueira. Rev. Tania Stoize Lima. In: *Cadernos de campo: revista dos alunos de pós-graduação em antropologia social*, USP, n. 13. São Paulo: FFLCH, p. 155-161, 2005.

FERREIRA, Bárbara E. da Silva; COSTA, Reinaldo Corrêa; NUNEZ, Cecília Verônica. Algumas dimensões do mercado da biodiversidade em Manaus-AM. *Ateliê Geográfico*, v. 5, n. 1, pp. 103-117, 2011.

FLECK, Ludwig. *Genesis and development of a scientific fact*. Chicago and London: University of Chicago Press, 1978.

FLEURY, Lorena. Conflito ambiental e cosmopolíticas na Amazônia brasileira: a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte em perspectiva. Tese. (Doutorado em Sociologia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

FRANKLING, Sarah. Science as culture, cultures of science. *Annu. Rev. Anthropological*, n. 24, pp. 163-184, 1995.

GEERTZ, Clifford. *The Interpretation of Cultures*. New York: Basic Books, 2000.

GERHARDT, Cleyton. Pesquisadores, populações locais e áreas protegidas: entre a instabilidade dos “lados” e a multiplicidade estrutural das “posições”. Tese. (Doutorado em Desenvolvimento Rural), Faculdade de Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

\_\_\_\_\_. Os “sociais” e os “naturais” no debate sobre áreas protegidas: intencionalidade e alteridade para além da dicotomia disciplinar. [No prelo] 2017.

GLISSANT, Edouard. *Le discours antillais*. Paris: Seuil, 1981.

\_\_\_\_\_. *Philosophie de la Relation*. Paris: Gallimard, 2009.

GOLDMAN, Márcio. *Como funciona a democracia: uma teoria etnográfica da política*. Rio de Janeiro: Letras, 2006.

\_\_\_\_\_. Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos: etnografia, antropologia e política em Ilhéus, sul da Bahia. *Revista de Antropologia*, vol. 46, n. 2. São Paulo: USP, p. 445-476, 2003.

\_\_\_\_\_. Os tambores do antropólogo: antropologia pós-social e etnografia. Ponto Urbe. São Paulo: 2008. Disponível em <<https://pontourbe.revues.org/1750>>. Última consulta em 13.04.17.

\_\_\_\_\_. Quinhentos anos de contato: por uma teoria etnográfica da (contra)mestiçagem. *Mana*. Brasil: vol 21, n.3, p. 641-659, 2015.

GOULD, Stephen Jay. *Wonderful life: the burgess shale and the nature of history*. New York: W.W. Norton Publications, 1989.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 4ª edição, 1996.

GUDYNAS, Eduardo. La naturaleza ante el doctor Fausto: apropiación o conservación de la biodiversidad? Escuela Ciencias Ambientales, Universidade Nacional de Costa Rica. *Ciências Ambientales*, n. 13, p. 55-63, 1997.

\_\_\_\_\_. Ética y ciencia en la práctica de conservación. *Ambiente y desarrollo*. Montevideo: vol XIV, n. 1, pp. 60-67, mar/1998.

\_\_\_\_\_. Los límites de la mensurabilidad de la naturaleza. *Ambiente e Sociedade*. Campinas: UNICAMP, n. 2 (3-4), pp. 65-79, 1999.

GUDYNAS, Eduardo; ACOSTA, Alberto. La renovación de la crítica al desarrollo y el buen vivir como alternativa. *Revista Internacional de Filosofía Iberoamericana y Teoría Social*. Venezuela, Año 16, n. 56 (abr-jun), pp.71-83, 2011.

HALE, Charles. *Reflexiones hacia la practica de investigación descolonizada* (Documento Borrador). 2004.

HOLBRAAD, Martin; PEDERSON, Morten Axel. Planet M: the intense abstraction of Marilyn Strathern. *Anthropological Theory*. London, v. 9(4), pp. 371-394, 2010.

\_\_\_\_\_. *The ontological turn: an anthropological exposition*. Series: New Departments in Anthropology. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). 13.05.13. Yanomami enterram as primeiras amostras de sangue repatriadas dos Estados Unidos. Disponível em <<https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/yanomami-enterram-as-primeiras-amostras-de-sangue-repatriadas-dos-estados-unidos>>. Última consulta em 19.02.2017.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). Plano de Manejo do Parque Nacional do Viruá. Boa Vista, 2014

\_\_\_\_\_. Plano de Manejo da Estação Ecológica Maracá. Boa Vista, 2015

INGOLD, Tim. Da transmissão das representações à educação da atenção. *Educação*. Porto Alegre, v.,33, n.1, jan/abr, pp. 6-25, 2010.

\_\_\_\_\_. *Being alive: essays on movement, knowledge and description*. London and New York: Routledge, 2011.

JASANOFF, Sheila. Ordering knowledge, ordering society. In: JASANOFF, Sheila (Ed.). *States of Knowledge: the co-production of science and social order*. London and New York: Routledge, 2004.

JUSTIÇA livra a natura da acusação de prática de biopirataria. *Jornal Estadão*. São Paulo: 27.05.2013. Disponível em <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,justica-livra-a-natura-da-acusacao-de-pratica-de-biopirataria,154800e>>. Última consulta em: 15.09.2017.

KLEINMAN, Daniel Lee; CLOUD-HANSEN, Karen; HANDELSMAN, Jo. *Controversies in Science and Technology: from sustainability to surveillance*. New York: Oxford University Press, 2014.

KNORR-CETINA, Karin D. Scientific communities or transepistemic arenas of research? A critique of Quasi-Economic models of science. *Social Studies of Science*. London, v. 12, pp. 101-130, 1982.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *La chute du ciel: paroles d'un chaman Yanomami*. Paris: Plon, 2010.

LANDEIRO, Victor Lemes; MAGNUSSON, William Ernest. The geometry of spatial analyses: implications for conservational biologists. *Natureza e Conservação*. Brasil, 97(1), pp. 7-20, 2011.

LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Seteve. *Laboratory life: the construction of scientific facts*. New Jersey: Princeton University Press, 1986.

LATOUR, Bruno. Give me a laboratory and I will raise the world. In: KNOR-CETINA, Karin D.; MULLKAY, M. (Eds.). *Science Observed: Perspectives on the Social Study of Science*, Londres: Sage, pp. 141-170, 1983.

\_\_\_\_\_. *Nous n'avons jamais été modernes: essai d'anthropologie symétrique*. Paris: La découverte, 1991.

\_\_\_\_\_. *Pandora's hope: essays on the reality of science studies*. New York: Harvard University Press, 1999a

\_\_\_\_\_. *Politiques de la nature: comment faire entrer les sciences en démocratie*. Paris: La Découverte et Syros, 1999b.

\_\_\_\_\_. *Changer la société, refaire de la sociologie*. Paris: La Découverte, 2005.

LAURIOLA, Vincenzo M. Terras indígenas e a conservação da biodiversidade na Amazônia: o caso do Monte Roraima. In: IMBROZIO, Reinaldo Barbosa; MELO, Valdinar Ferreira. *Roraima: homem, ambiente e ecologia*. Boa Vista: FEMACT, p. 35-66, 2010.

LAW, John. Laboratory and texts. In CALLON, Michel; RIP, Arie; LAW, John. *Mapping the dynamics of science and technology: sociology of science in the real world*. London: Palgrave Macmillan, pp.35-50, 1986.

LIMA, João Vicente Barroso da Costa; NEVES, Fabrício Monteiro; RODRIGUES, Léo Peixoto. Os usos discursivos da ciência e da tecnologia nas disputas políticas ambientais. *Revista Sociedade e Estado*. Brasil, vol. 31, n. 2, p. 517-538, 2016.

LIMA, Tânia Stolze. *Políticas do vegetal*. Conferência. VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia - REACT. São Paulo. Realizada em 19.05.2017.

MAGNUSSON, William E.; LIMA, Albertina P.; LUIZÃO, Regina; LUIZÃO, Flávio; COSTA, Flávia R. C.; CASTILHO, Carolina Volkmer de; KNUPP, V. F. RAPELD: a modification of the Gentry method for biodiversity surveys in long-term research. *Biota Neotropica*, v. 5, n. 2, pp. 2-6, 2005.

MAGNUSSON, William E; BRAGA-NETO, Ricardo; PEZZINI, Flávia; BACCARO, Fabrício; BERGALLO, Helena; PENHA, Jerry; RODRIGUES, Domingos; VERDADE, Luciano M.; LIMA, Albertina; ALBERNAZ, Ana Luisa; HERO, Jean-Marc; LAWSON, Ben; DRUCKER, Carolina Castilho Débora; FRANKLIN, Elizabeth; MENDONÇA, Fernando; COSTA, Flávia; CASTLEY, Graciliano Galdino Guy; ZUANON, Jansen; DO VALE, Julio; SANTOS, José Laurindo Campos dos; LUIZÃO, Regina; CINTRA, Renato; BARBOSA, Reinaldo Imbrozio; LISBOA, Antônio; KOBLITZ, Rodrigo V; CUNHA, Cátia Nunes da; PONTES, Antonio R. Mendes. *Biodiversidade e monitoramento ambiental integrado [Biodiversity and integrated environmental monitoring]*. São Paulo: Átemma, 2013.



NATIONAL ACADEMY OF SCIENCES; SMITHSONIAN INSTITUT. National Forum on biodiversity. Smithsonian Institution Archives: Washington, Videotapes, 1986.

PERES, Carlos A.; GERDNER, Toby A.; BARLOW, Jos.; ZUANON, Jansen; MICHALSKI, Fernanda; LEES, Alexander C.; VIEIRA, Ima C.G.; MOREIRA, Fátima M.S; FEELEY, Kenneth J. Biodiversity conservation in human-modified Amazonian forest landscapes. *Biological Conservation*. UK, n. 143, pp. 2314-2327, 2010

PESTRE, Dominique. *Sciences, argent et politique. Un essai d'interprétation*, une conférence-débat organisée par le groupe Sciences en questions, Paris, INRA, 22 novembre 2001, Paris, Institut de la recherche agronomique, 2003.

PICKERING, Andrew. From science as knowledge to science as practice. In PICKERING, Andrew, *Science as practice and culture*. Chicago: Chicago University Press, pp. 1-26, 1992.

PREMEBIDA, Adriano; NEVES, Fabrício Monteiro; ALMEIDA, Jalcione. Estudos sociais em ciência e tecnologia e suas distintas abordagens. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 13, no 26, jan./abr., p. 22-42, 2011.

READ, Jane M.; FRAGOSO, José M. V.; SILVIUS, Kirsten M.; LUZAR, Jeffrey. Space, place, and hunting pattern among indigenous peoples of the guyanese rupununi region. *Journal of Latin American Geography*. EUA, vol. 9, n. 3, pp. 213-243, 2010.

RODRIGUES, Ivete; BARBIERI, José Carlos. A emergência da tecnologia social: revisitando o movimento da tecnologia apropriada como estratégia de desenvolvimento sustentável. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, vol. 42, n. 6, 2008.

RODRIGUES, Tiago F.; COSTA, Reinaldo Corrêa. Alguns aspectos do risco na comunidade do Lago Azul, Manaus(AM). *Revista Geonorte*, v. 1, n. 4, pp. 379-387, 2012.

SANDRONI, Laila Thomaz. *Conservação da biodiversidade nas ciências sociais brasileiras: um campo em construção*. Dissertação. (Mestrado em Ciências), Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2012.

SANTOS, Boaventura de Souza. *A Crítica da Razão Indolente: contra o desperdício da experiência*. Porto: Afrontamento, 2000.

\_\_\_\_\_. *Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e os conhecimentos rivais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

\_\_\_\_\_. *De las dualidades a las ecologias*. La Paz: Red Boliviana de Mujeres Transformando la Economía (REMTE), 2012.

SEGATO, Rita Laura. *La nación y sus otros*. Buenos Aires: Prometeo, 2007.

SERRES, Michel. *Les cinq sens*. Paris: Fayard/Pluriel, 2014 [1985].

\_\_\_\_\_. *Variations sur le corps*. Paris: Le pommier, 1999.

STENGERS, Isabelle. *L'invention des sciences modernes*. Paris: Flammarion, 1994.

- \_\_\_\_\_. La guerre des sciences: et la paix? *Alliage*. Paris: n. 35-36, pp. 1-28, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Penser avec Whitehead: une libre et sauvage création de concepts*. Paris: Éditions de Seuil, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Cosmopolitiques*. Tomes I et II. Paris: Les empêcheurs de penser en ronde/Poche, 2003.
- \_\_\_\_\_. La proposition cosmopolitique. In: LOLIVE, Jacques; SOUBEYRAN, Olivier. *L'émergence des cosmopolitiques*. Colloque de Cerisy, Collection Recherches. Paris: La Découverte, p 1-27, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Une autre science est possible: manifeste pour un ralentissement des sciences*. Paris: La Découverte, 2013.
- \_\_\_\_\_. L'instance du possible. In: DEBAISE, Didier; STENGERS, Isabelle (Éd.). *Gestes spéculatifs*. Colloque de Cerisy. Dijon: Les presses du réel, pp. 5-22, 2015.
- STRATHERN, Marilyn. *The Relation: Issues in Complexity and Scale*. Cambridge: Prickly Pear Press, 1995.
- \_\_\_\_\_. No limite de uma certa linguagem. Entrevista. *Mana*, 5(2), pp. 157-175, 1999a.
- \_\_\_\_\_. *Property, Substance and Effect: Anthropological Essays on Persons and Things*. London: The Athlone Press. 1999b.
- \_\_\_\_\_. *Partial Connections*. Updated Edition. Walnut Creek, Lanham, New York, Toronto, Oxford: Rowman and Littlefield Publishers INC., 2004a.
- \_\_\_\_\_. *Commons and Borderlands: working papers on interdisciplinarity, accountability and the flow of knowledge*. Oxon: Sean Kingston Publishing, 2004b.
- \_\_\_\_\_. Environments within: an ethnographic commentary on scale. *Learning to see Melanesia*. Masterclass Series 2. Manchester: HAU Society for Ethnographic Theory. Reimpressão [In: FLINT, Kate; MORPHY, Howard. Culture, landscape and the environment. Oxford: Oxford University Press, p. 44-71, 1997], p. 207-239, 2013
- STRONG, Joel N.; FRAGOSO, José M.V; OLIVEIRA, Luiz Flamarion B. Padrões de uso e de escolha de caça pelos índios Macuxi em Roraima. In: IMBROZIO, Reinaldo B.; MELO, Vladimar Ferreira. *Roraima: homem, ambiente e ecologia*. Boa Vista: FEMACT, p. 631-644, 2010.
- TADDEI, Renzo. O lugar do saber local (sobre ambiente e desastre). In: SIQUEIRA, Antenora; VALENCIO, Norma; SIENA, MARIANA, MALAGOLI, Marco Antônio. *Riscos de desastres relacionados à água*. São Paulo: Rima Editora, p. 311-325, 2015.
- TARDE, Gabriel. La croyance et le désir. In TARDE, Gabriel. *Essais et mélanges sociologiques*. Paris: A. Maloine, Collection Bibliothèque de criminologie, pp. 180-235, 1895.
- \_\_\_\_\_. *Monadologie et sociologie*. Paris: Essai, 2010 [1893].

\_\_\_\_\_. *Les lois de l'imitation: étude sociologique*. Paris: Elibron Classique, 2005 [1890].

THOREAU, François, DESPRET, Vinciane. La réflexivité. De la vertu épistémologique aux versions mises en rapports, en passant par les incidents diplomatiques. *Revue d'anthropologie des connaissances*, (Vol. 8, n° 2), p. 391-424, 2014. Disponível em <<http://www.cairn.info/revue-anthropologie-des-connaissances-2014-2-page-391.htm>>. Último acesso em 14.09.2016.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. *Mana: Rio de Janeiro*, n. 2(2), pp. 115-144, 1996.

\_\_\_\_\_. Perspectival Anthropology and the Method of Controlled Equivocation. *Tipiti: Journal of the Society for the Anthropology of Lowland South America*, Vol. 2, Issue n. 1, Art. 1., 2004. Disponível em <<http://digitalcommons.trinity.edu/tipiti/vol2/iss1/1>>. Último acesso em 10.12.14.

WAGNER, Roy. *The invention of culture*. Chicago and London: Chicago University Press, Revised and Expanded Edition, 1981.

WILSON, Edward O. *Biodiversity*. Chicago: National Academy Press. 1988.

WHITEHEAD, Alfred North. *Science and the modern world*. New York: The Macmillan Company, 1967.

\_\_\_\_\_. *Modes of thought*. New York: The Free Press, 1968.